

Livia Lopes Neves

PENSAMENTO DA AMERICA:
INTELECTUALIDADE E ESTADO NOVO EM UM PROJETO
COMUNGADO (1941 – 1945)

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Fontes Piazza.

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Neves, Livia Lopes

PENSAMENTO DA AMERICA: INTELECTUALIDADE E ESTADO NOVO
EM UM PROJETO COMUNGADO (1941-1945) / Livia Lopes Neves ;
orientadora, Prof.ª Dr.ª Maria de Fátima Fontes -
Florianópolis, SC, 2013.

281 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Estado Novo brasileiro. 3. História
intelectual. 4. Rui Ribeiro Couto e Renato Almeida. 5.
suplemento Pensamento da America. I. , Prof.ª Dr.ª Maria
de Fátima Fontes . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

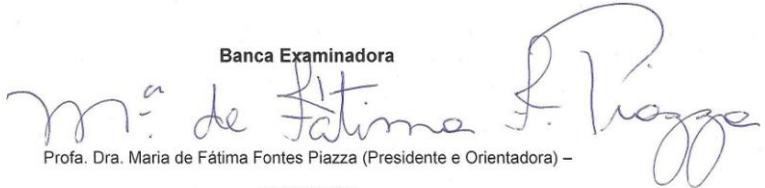
**Pensamento da América: Intelectualidade e Estado
Novo em um projeto comungado (1941-1945).**

Livia Lopes Neves

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final
para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora


Profa. Dra. Maria de Fátima Fontes Piazza (Presidente e Orientadora) –
PPGH/UFSC


Profa. Dra. Maria Helena Rolim Capelato – FFLOH/USP


Profa. Dra. Letícia Borges Nedel – PPGH/UFSC

Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte – PPGH/UFSC (suplente)


Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 05 de abril de 2013.

Aos meus avós Vitor (*in memoriam*) e
Livia

AGRADECIMENTOS

Agradeço a imprescindível orientação da professora Maria de Fátima, que certamente deixou uma marca viva em minha formação acadêmica e pessoal. Uma marca não sentida apenas no texto ora apresentado, como também na relação estabelecida com a História, com os colegas de profissão e com a vida.

Também agradeço as contribuições valiosas dos professores membros da banca de qualificação, Adriano Duarte e Letícia Nedel, bem como as da banca de defesa composta também pela professora Maria Helena Rolim Capelato, que brindou a todos com sua presença e ensinamentos e não perdeu o bom humor ao conhecer o transporte público da cidade, que só ganha em eficiência do serviço de táxi. Imprevistos a parte, ela fez parte de um dia que será lembrado com carinho.

Devo meus agradecimentos aos funcionários da Fundação Casa de Rui Barbosa, que de forma atenciosa e prestativa colaboraram imensamente com a minha pesquisa. Agradeço especialmente a Laura, Rosangela, Eduardo, Cláudio e Kauander.

Meu muito obrigada as pessoas que se orgulham do cumprimento de mais essa etapa acadêmica, amigos queridos ou familiares. Dentre todos, o merecido destaque vai para meus pais, meus avós, Livia e Vitor, meus irmãos Cheryl, Thadeu e Thati e meu sempre presente tio Vitor. Também, como não poderia deixar de ser, agradeço as antigas e novas famílias que a vida foi me dando o prazer de encontrar, integrar ou formar. Entre elas destaco aquela que foi acertadamente escolhida e que representa a certeza de que o futuro será ainda melhor que o presente. Obrigada, Douglas, por ser essa família.

RESUMO

Esta dissertação objetivou investigar a atividade editorial de Rui Ribeiro Couto e Renato Costa Almeida enquanto estes intelectuais estiveram à frente do *Pensamento da America*, uma publicação mensal vinculada ao *A Manhã*, jornal porta voz do Estado Novo. Este suplemento panamericano veio a público entre 1941 e 1949, no entanto a pesquisa aqui apresentada focalizou o período que compreendeu desde seu início até 1945, representativo marco do final da segunda Guerra Mundial e do Estado Novo. A primazia do enfoque recaiu sobre o estudo de mecanismos editoriais que permearam uma publicação oficial, bem como sobre a relação estabelecida entre os intelectuais acima apontados e o governo estadonovista.

Palavras-chave: Estado Novo; intelectuais; suplemento *Pensamento da América*

ABSTRACT

This dissertation purpose is to study the editorial activity of Rui Ribeiro Couto and Renato Costa Almeida while these intellectuals were editors of a publication linked to the newspaper of Estado Novo (*A Manhã*). This publication was called *Pensamento da America* and was a monthly pan-American journal published between 1941 and 1949. However, this research focused on the period between 1941 and 1945, year that represents the end of the Second World War and the end of the Estado Novo. The focus was on the study of mechanisms that permeated the edition of an official publication, as well as on the relation between these intellectuals and the Estado Novo.

Keywords: Estado Novo; intellectuals; *Pensamento da America* journal

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Capa do SPA, 19 abr. 1942.	34
Imagem 2 - <i>O suplemento literário de A Manhã será um espelho da inteligência brasileira. Vamos Lêr!</i> , 31 jul. 1941.	42
Imagem 3 - <i>Vamos Lêr!</i> , 31 jul. 1941.	43
Imagem 4 - Detalhes da capa da edição do <i>A Manhã</i> , 19 ago. 1945.	46
Imagem 5 - Detalhe da capa da edição do SPA, 26 jul. 1942.	49
Imagem 6 - Detalhe da capa da edição do SPA, 24 out. 1942.	49
Imagem 7 - Retratos publicados no SPA.	51
Imagem 8 - Capa do SPA, 24 mai. 1942.	61
Imagem 9 - Capa do SPA, 29 ago. 1943.	96
Imagem 10 - <i>Nomes do Dia: Rui Ribeiro Couto. A Manhã</i> , 4 out. 1941.	106
Imagem 11 - Capa da <i>Revista de Imigração e Colonização</i> , 1941.	108
Imagem 12 - <i>Nomes do dia: Renato Almeida. A Manhã</i> , 2 mai. 1943.	134
Imagem 13 - <i>14 de julho, a grande data da França. A Manhã</i> , 15 jul. 1944.	156
Imagem 14 - <i>O dia panamericano e a Associação Cristã de Moços. A Manhã</i> , 15 abr. 1944.	157
Imagem 15 - <i>Importantes declarações do Acadêmico Ribeiro Couto à imprensa paraense. A Manhã</i> , 7 mar. 1943.	158
Imagem 16 - <i>Em Lisboa, a bordo do Duque de Caxias. A Manhã</i> , 22 set. 1945.	159
Imagem 17 - Capa do SPA, 4 jul. 1944.	162
Imagem 18 - <i>Arco íris de cores americanas. COUTO</i> , s/d/RC pi.	204
Imagem 19 - Enrique Bustamante y Ballivian. SPA, 30 set. 1941.	210
Imagem 20 - <i>As grandes figuras do continente. SPA</i> , 22 jan. 1942.	216

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Publicações de Gabriela Mistral, Alfonso Reyes, Pablo Neruda, César Vallejo, Vicente Huidobro, Langston Hughes e Waldo Frank no *SPA* (1941 – 1945). 90

LISTA DE ABREVIÇÕES

- FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa (Rio de Janeiro/RJ)
AMLB – Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (FCRB)
AGM – Arquivo Agamenon Magalhães/ CPDOC, Rio de Janeiro/RJ
AM – jornal *A Manhã*
AO cp – Arquivo Oswaldo Aranha, correspondência pessoal (CPDOC, Rio de Janeiro/RJ)
AO pi - Arquivo Oswaldo Aranha, produção intelectual (CPDOC, Rio de Janeiro/RJ)
CDA cp – Arquivo Carlos Drummond de Andrade, correspondência pessoal (FCRB/AMLB)
CDA pim – Arquivo Carlos Drummond de Andrade, publicação na imprensa (FCRB/AMLB)
HMB – *História da Música Brasileira* de Renato Almeida
JL j – Arquivo Jorge de Lima, publicação em jornais/recortes de jornais (FCRB/AMLB)
MB – Revista *Movimento Brasileiro*
RC cp – Arquivo Ribeiro Couto, correspondência pessoal (FCRB/AMLB)
RC dv – Arquivo Ribeiro Couto, diversos
RC pi - Arquivo Ribeiro Couto, produção intelectual (FCRB/AMLB)
RC pit - Arquivo Ribeiro Couto, produção intelectual de terceiros (FCRB/AMLB)
Rof pi Arquivo Rodrigo Octávio Filho, produção intelectual (FCRB/AMLB)
SPA – suplemento *Pensamento da America*
TS pi – Arquivo Tasso da Silveira, produção intelectual (FCRB/AMLB)
VM pi – Arquivo Vinicius de Moraes, produção intelectual (FCRB/AMLB)
GV c – Arquivo Getúlio Vargas, correspondências (CPDOC, Rio de Janeiro/RJ)
LV pi – Arquivo Luiz Vergara, produção intelectual (CPDOC, Rio de Janeiro/RJ)

SUMÁRIO

Introdução	21
Capítulo 1	
Uma publicação estadonovista: o <i>Pensamento da America</i> entre 1941 e 1945	33
1.1 O jornal <i>A Manhã</i> e seu suplemento panamericano	34
1.2 Editoriais distintos para um mesmo projeto: o suplemento e suas fases	49
1.3 A defesa do panamericanismo como escopo da publicação	62
1.4 Panamericanismo à brasileira: pragmatismo político e econômico como base para a reinterpretação da política de aproximação continental	74
1.5 A naturalização do discurso panamericano como forma de sedimentar a existência de uma “consciência de unidade americana”	83
Capítulo 2	
Intelectuais e Estado Novo: um projeto em comumão	95
2.1 Sob os auspícios do poder: intelectuais e o Estado Novo	96
2.2 Os editores da publicação	106
2.2.1 Um cérebro, um coração e uma pena: o editor Ribeiro Couto	106
2.2.2 <i>Contra a frota transoceânica do nosso espírito</i> : a “cooperação intelectual” na atuação institucional e editorial de Ribeiro Couto	122
2.3 Um desvelador da psique brasileira: Renato Almeida	134
2.3.1 Incursões musicais e folclóricas: a editoração de Almeida	147
Capítulo 3	
Sociabilidade intelectual e projeto editorial: uma experiência brasileira	161
3.1 A participação de Ribeiro Couto e Renato Almeida no <i>A Manhã</i>	162
3.2 E como sabia escrever cartas!: uma introdução ao epistolário de Rui Ribeiro Couto	185
3.3 Um arco íris de cores americanas: a antecena e o corpo de um projeto literário	203
3.3.1 A idealização e construção de um projeto editorial	209
Considerações Finais	227
Apêndice	229
A cordialidade própria ao bom vizinho	229
Anexos	
ANEXO 1	238
ANEXO 2	250
ANEXO 3	252

Fontes

257

Referências e Fontes Bibliográficas

267

INTRODUÇÃO

Os esforços maiores por parte dos historiadores se deram muitas vezes ao perscrutar publicações oficiais do Estado Novo e pinçar os nomes que, abertamente ou não, fizeram oposição ao governo. Sabidamente, eles existiram, no entanto, o que de fato deles foi publicado pode revelar que periódicos gerados e mantidos pelo regime autoritário e silenciador da oposição seguiam padrões de seleção, não apenas de textos, mas, ainda mais importante, de editores. Parece ser válido aferir, assim, que cooptação e aliciamento não caracterizaram de maneira ampla a situação de intelectuais com afinidades políticas díspares em relação ao Estado Novo, e que propaganda política, apesar de ser a tônica de todas essas publicações – ainda que não de forma oficializada (sem constar no editorial ou sequer no índice) não caracterizaram os textos assinados por esses e, também, que a censura recaía muitas vezes não sobre o intelectual, mas sobre seu texto. Afinal, o que poderia ser mais legitimador que a presença de intelectuais de variadas afiliações políticas nas páginas de publicações estadonovistas?

O fato é que esse quadro de intenções vem se alterando, o que coloca em pauta, entre outros temas, o interesse pelas relações não exatamente conflituosas (o que não significa necessariamente que as aparentemente harmoniosas fossem desprovidas totalmente de conflito) entre intelectuais e o poder, ou seja, a investigação sobre os nomes que se alinhavam às intenções governistas e se utilizavam das páginas das publicações oficiais para promover um trabalho de propaganda elogiosa ou de sustentação do regime. Os interesses se voltam, também, para o entremeio desses dois polos que dão conta da recusa e do pleno engajamento, favorecendo, assim, discussões que respeitam a pluralidade de atuações e não olvidam a perspectiva crítica e o entendimento díspar próprio às individualidades.

Aqui o esforço reflexivo recaiu sobre a pessoa que desenvolveu e liderou o projeto editorial dedicado à literatura nas Américas no tempo da Segunda Guerra Mundial, empreitada essa que deveria, àquela altura, ser pragmática e tomar um rumo político como demandavam as circunstâncias. O *Pensamento da America*,¹ publicado entre 1941 e

¹ O acesso à fonte se deu primeiramente a partir do material microfilmado, que pertence ao Laboratório de História e Arte (LABHARTE), do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH/UFSC), que foi inteiramente por mim digitalizado na seção de Obras Raras da Biblioteca Universitária, com o auxílio

1949,² em seus dois primeiros ciclos editoriais teve a sua frente Rui Ribeiro Couto, que, algum tempo depois, foi sucedido por Renato Almeida. Mapear suas afinidades políticas e detectar a relevância da presença dos dois intelectuais frente às opções de caráter editorial foi o caminho proposto para pensar a construção do suplemento como projeto que, apesar de sua tônica literária, serviu nitidamente a interesses políticos.

O significativo marco histórico que o fim da Segunda Guerra representa sugere algumas questões para análise, especialmente no que tange à divulgação da política panamericana no Brasil, vinculada exaustivamente no contexto da Política da Boa Vizinhança. Mais importante para fins da pesquisa aqui apresentada é o marco representado pelo fim do Estado Novo, tendo em vista que o que se buscou inquirir foi a relação estabelecida entre os editores da publicação e o governo estadonovista, partindo-se da pergunta: existia comunhão de projetos de âmbito político, ideológico e cultural? Tal pesquisa pretendeu viabilizar a reflexão acerca da relevância da publicação em sua época, bem como elucidar questões relativas à sua construção e estrutura: a seleção de colaboradores e de material a ser publicado, os silenciamentos e exclusões próprios àquela conjuntura política e refletidos nas páginas do suplemento.

Para a realização deste trabalho, pretendeu-se cruzar os dados obtidos através do estudo do suplemento *Pensamento da America*, entre 1941 e 1945, às informações advindas da pesquisa em relação à formação de uma rede de sociabilidade intelectual que teve como

de Giovani Fiorenzano, funcionário da seção de Coleções Especiais da BU. As edições do suplemento do ano de 1941 foram obtidas a partir do microfilme *Jornal A Manhã: Rio de Janeiro, 1941-1949*. Material microfilmado da Fundação Biblioteca Nacional, que pertence ao acervo do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura/CFH.

² Após novembro de 1945 não há indicação explícita de quem é o(a) editor(a) do suplemento e sua publicação se torna irregular. Em 1946, por exemplo, sua primeira edição apareceu em abril e contou com duas edições em setembro (dias 1 e 29). O ano de 1947 teve sua última edição em novembro, com capa de Cecília Meireles. Assim também se sucedeu com as duas únicas edições de 1948. Essas edições contaram com participação assídua de Manuel Bandeira, Murilo Mendes e Francisco Romero, além de publicar textos de Brito Broca, Mario Quintana, Afrânio Coutinho, Almir de Andrade e Gilberto Freyre. A derradeira edição do *Pensamento da America* data de 3 de julho de 1949 (única do ano) e veio a público sob organização de Paulo Gomide para homenagear o aniversário de Independência dos Estados Unidos.

epicentro Rui Ribeiro Couto. Esse esforço de análise permitiu compreender o papel proeminente do primeiro editor na formulação dos pilares desse projeto editorial. Partimos da antiga e, a meu ver, acertada fórmula de que o intelectual que assina o editorial dá o tom, a cara e o rumo à publicação, nada mais interessante que tomá-lo como alvo preferencial de análise, de forma a relacionar sua trajetória de vida, especialmente sua atuação nas esferas política e intelectual, aos elementos que motivaram a proposta de criação de determinado periódico, a escolha de seu nome (bem como de seu substituto) e de seus colaboradores fixos ou não. Esses dados em conjunto permitiram um olhar que alcançou mais que simplesmente o índice e a assinatura, possibilitaram vislumbrar a publicação como um projeto editorial, político e intelectual de forma não superficial, adentrando nos meandros de uma rede de sociabilidade formada ao redor de ideais não apenas políticos, ainda que tangenciados por eles dado o momento da publicação, de amizades de longa data ou as efêmeras e contingenciais.

Esses e outros elementos constituem necessariamente a dinâmica de uma publicação.³ O caminho proposto para ir além da apresentação da publicação em questão, trabalho já realizado em meu Trabalho de Conclusão de Curso (2010), e antes por Ana Luiza Beraba (2008), agregou metodologias de análise que deram conta do estudo de periódicos, redes de sociabilidade e correspondências pessoais. Assim, visando elucidar o mais amplamente possível a trajetória da publicação que teve sua existência relacionada intimamente ao governo, aproximamo-nos da proposta da história e da sociologia intelectuais, que no presente esforço de análise não se desvencilharam do estudo do panorama político vigente.

Em torno do projeto se reuniram intelectuais que formaram ou consolidaram uma rede de sociabilidade que influenciou os rumos que a publicação tomou, especialmente porque cada editor marcou indelevelmente o suplemento com suas opções estéticas, seus interesses políticos, estilos institucionalizados, entre outros aspectos que confluíram para a adoção de determinadas diretrizes que deram forma ao projeto editorial. Dessa maneira, retomar o suplemento *Pensamento da*

³ Tomado como suporte para a circulação de ideias e instrumento para os grupos literários, artísticos e intelectuais, assim como sugere Crespo (2010), passa pelos periódicos a compreensão em relação a como se estabelecem e se difundem os cânones literários, culturais e ideológicos, como também a busca pela apreensão acerca das afinidades dos intelectuais e sua relação com o aparato estatal.

America pareceu ser uma forma de verificar como se veiculou no Brasil o discurso panamericano, de notar a tentativa de aproximação cultural, política e afetiva que é observável através da publicação e de retomar o debate em torno de um tema “inquietante e sugestivo para a imaginação” (HOLANDA, 1978, p. 23) ⁴. A partir do estudo dessa publicação tornou-se possível pensar também questões como o envolvimento da intelectualidade com os projetos do Estado Novo e com a construção da identidade nacional, tendo em vista que a atuação dos intelectuais brasileiros foi destacada e relevante na proposição e implementação de projetos de um “Brasil Moderno”, ⁵ sendo eles eleitos como representantes da consciência nacional, o que promoveu o encontro entre estes e a organização política e ideológica governamental (VELLOSO, 2007).

Analisado metodologicamente como uma publicação periódica, a partir do *Pensamento da America* foi possível observar a questão do “papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo [...], seja na condição de difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos” (LUCA, 2005, p. 129). Por se tratar de uma fonte oficial, ⁶ o *Pensamento da America*, tal como o jornal *A Manhã*, foi observado como fruto de um projeto político com uma postura editorial que deveria acompanhar as decisões de âmbito governamental. Aproximando-se, também, da sugestão de Jacqueline Pluet-Despatin em relação à contribuição do estudo de revistas para a história dos intelectuais, propôs-se aqui o estudo do suplemento de forma a destacar os pontos de encontro de itinerários individuais e coletivos e a análise dos bastidores da publicação, não

⁴Ao se referir a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos. O momento político vivido no Brasil durante o Estado Novo e as relações entre o país e os Estados Unidos serão elementos abordados partindo-se das discussões de MOURA, 1982; GAMBINI, 1977 e TOTA, 2000.

⁵ Segundo Angela de Castro Gomes, o mercado de trabalho para os intelectuais dentro do aparelho burocrático triunfou com o Estado Novo, especialmente com a criação do Ministério da Educação e Saúde, e do Departamento de Imprensa e Propaganda, que se somaram ao tradicional espaço do Ministério das Relações Exteriores. (GOMES, 1999, pp. 28 – 29)

⁶ A pesquisa no Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro) demonstrou que a publicação não estava relacionada ao Itamaraty, ainda que Ribeiro Couto e Renato Almeida, dois de seus editores, fossem funcionários dessa instituição.

apenas de seu sumário, intentando aproximar-se da realidade viva da publicação, tal qual proposto pela autora (DESPATIN, 1992, p. 127).

Somando-se a de Luca e Pluet-Despatin, foi importante recorrer a outras leituras que favoreceram uma aplicação metodológica plural e agregadora de aportes que tratam do estudo de periódicos como objeto e fonte.⁷ Tendo isso em vista, tomamos como aportes desde os primeiros estudos gerais sobre periódicos empreendidos sob a coordenação do professor José Aderaldo Castello, que escolheu sua pesquisa preferencialmente nos acervos do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, aos obtidos a partir da renovação das práticas historiográficas, que vislumbram a importância do estudo do periodismo cultural cotejado com outras fontes como epistolares, relatos memorialísticos e autobiográficos.

Dessa forma, as possíveis margens de autonomia editorial, bem como a relevância de tal projeto diante de um conjunto de outros tantos ligados ao DIP (como por exemplo, a revista *Cultura Política*) foram contempladas. Buscou-se, da mesma maneira, estudar a linha editorial, a produção cultural e seu conteúdo mediante a não dissociação das intenções políticas que motivaram sua publicação e levando-se em conta a seleção, a ordenação e a narração daquilo que foi eleito como próprio a ser veiculado.

Observando-se o exposto, a dissertação visou perquirir o suplemento *Pensamento da America* a partir de seus editores. Notar-se-á que a Ribeiro Couto maior espaço foi reservado, o que se deve à intenção de privilegiar as fases iniciais da publicação tendo em vista que o padrão editorial nelas impresso foi mantido mesmo após o desligamento de Couto.⁸ Outrossim, mostrou-se mais relevante investir

⁷ Delineou-se a perspectiva que tomou o suplemento como fonte e objeto, tal como sugerem alguns autores, entre os quais Martins (2001), que levantou a pertinente questão (atualmente bastante discutida) sobre a cilada documental em relação ao trato com periódicos por suas características peculiares que envolvem o que se registra, como se registra e a quem interessa tais registros. Tão importante quanto, e no caso do presente trabalho torna-se elemento essencial, seu mecenato propiciador (MARTINS, 2001, p. 21).

⁸ Esses momentos contêm alguns dos fatores essenciais ao seu estudo, como a manifestação das intenções e propostas da publicação, seja em seu editorial ou em artigos publicados. Não obstante, o arquivo pessoal de Ribeiro Couto encontra-se depositado em um acervo público, a saber, a Fundação Casa de Rui Barbosa. Foi-nos de extrema importância a consulta das subseções RC cp, RC pit, RC dv, RC pi. De Renato Almeida não foi possível encontrar documentos pessoais representativos do referido período, catalogados e depositados em

na figura do primeiro editor da publicação a despeito, e mesmo por esta razão, do pouco conhecimento do grande público tanto de sua trajetória literária ou editorial, como de seu envolvimento político. Atentar para esses aspectos ajudou a iluminar, ainda que parcialmente, um período singular da história do Brasil: a adesão à política panamericana e seu desenvolvimento em solo nacional, buscando compreender melhor o posicionamento deste intelectual em relação ao governo autoritário. Pontos de convergência marcaram tal relação e demonstraram que teorias sobre engajamento de intelectuais podem não se mostrar absolutamente eficazes quando aplicadas individualmente.

Em razão disso, revelou-se de grande importância se cercar de inúmeras leituras a respeito da figura do intelectual para se aproximar da discussão que melhor contempla a atuação de nossos editores. Especialmente porque o intelectual teve papel destacado durante o Estado Novo, constituindo-se uma característica do governo durante esse período o intento de fortalecer e divulgar a política cultural por ele proposta, como forma de legitimação e divulgação do regime, “que se diferenciou porque definiu e constituiu o domínio da cultura como um negócio oficial, implicando um orçamento próprio, a criação de uma *intellingetzia* e a intervenção em todos os setores da produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico” (MICELI, 2001, p. 197).

O governo contou com um aparato burocrático formado muitas vezes por literatos e pessoas envolvidas com as artes brasileiras, inaugurando assim a política da elite burocrática (*Ibidem*, p. 77), que se tornou durante o período um órgão “necessariamente associado ao poder público como centro de elaboração ideológica e núcleo de irradiação do pensamento nacional que ela sublima e coordena” (AMARAL, 1938, p. 303). Tal aparato agregou um grupo de intelectuais que defendiam o pensamento autoritário e elitista (este último, uma característica identitária do modelo educacional herdado do iluminismo) e que se

acervos públicos, mas sim seus livros (alguns em sua primeira edição, outros não), textos esparsos publicados em jornais e revistas, além de uma série aparentemente incompleta de correspondências trocadas com Couto e Carlos Drummond de Andrade, presente, respectivamente, no arquivo RC cp e CDA cp, ambos depositados no AMLB/FCRB. O fato é que esse conjunto documental mostrou-se pertinente para traçar o perfil de Almeida, especialmente se cotejado com objeto de pesquisa principal, o *Pensamento da America*. Cabe explicitar que arquivos pessoais depositados no AMLB de outros intelectuais também foram consultados à medida que traziam informações acerca de Couto e Almeida. Foi o caso, além do citado CDA cp, os seguintes: VM pi, TS pi, JL j, Rof pi e CDA pim.

posicionavam politicamente a favor do conservadorismo e do antiliberalismo,⁹ propostas que encontraram ressonância no governo Vargas.¹⁰

Diante dos objetivos aqui apresentados, pareceu-nos coerente recorrer a Sirinelli quando este destacou que as revistas, e aqui incluo as publicações periódicas em geral, como palco privilegiado para a observação de microcosmos intelectuais nutridos por forças antagônicas como as amizades, as fidelidades e as exclusões, ou ainda, como um espaço de sociabilidade (SIRINELLI, 1996). Igualmente, por sua proposta de entrecruzamento entre as histórias política, social e cultural (*Ibidem*, p. 232), a história intelectual se apresentou como caminho possível e rico para quem pretende estudar uma publicação oficial do governo a partir do prisma que a encara como múltipla em seus objetivos, em sua formulação e escrita. Pretendemos que tal olhar contemplasse as variadas facetas que compõem o fazer editorial e o intrincado relacionamento entre o funcionário/intelectual¹¹ e sua fonte de renda, ou seja, o governo.

Nesse sentido, objetivou-se no primeiro capítulo explorar de forma geral o *Pensamento da America*, tendo em vista que foi justamente o seu prévio estudo que instigou o interesse pela reflexão acerca dos intelectuais que estiveram envolvidos na formulação e desenvolvimento do projeto editorial. Destacou-se o momento histórico e o escopo da publicação, além de evidenciar um processo perceptível a

⁹ Ao longo deste trabalho buscamos evidenciar que tanto Couto como Almeida se enquadravam nesse perfil, o que colaborou para que eles assumissem funções de destaque no interior da redação do jornal porta voz do Estado Novo. Couto foi posto por Johnson ao lado de Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Oswald de Andrade, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Plínio Salgado como um dos participantes do movimento modernista que apresentaram determinada inclinação política (JOHNSON, 1995, p. 170). Almeida, por sua vez, foi indicado como um dos que integraram a vertente da “falsa vanguarda” modernista por ter sua obra impregnada pelo conservadorismo. (PRADO, 2010).

¹⁰ Não encontramos referência a Couto e a Almeida no Fundo Polícia Política do RJ durante o período abarcado por essa dissertação. Determinada pesquisa foi realizada no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

¹¹ São conhecidas as diferenciações descritas por Miceli entre escritor-funcionário e funcionário-escritor, no entanto não nos pareceu necessário aplicá-las tendo em vista sua pouca funcionalidade para os casos em questão. Estes agregam as duas posturas com variações temporais e pessoais estimuladas por conjunturas díspares.

partir da leitura de suas páginas: a atribuição ao panamericanismo de força de causa nacional. Buscou-se retomar os elementos que caracterizaram por muitos anos a pecha de um Brasil voltado para a Europa – conhecido como “mal de Nabuco” ou “síndrome de bovarismo” – e distante da realidade da América, que procurou encerrar-se com a defesa do panamericanismo pelo governo brasileiro, através de um discurso que atribuiu raízes profundas ao sentimento de unidade e cooperação continental em um esforço de legitimação evidenciado no recrutamento de ícones continentais e nacionais e no investimento da utilização da linguagem ufanista e grandiloquente.

O segundo capítulo foi dedicado aos editores do *Pensamento da America*, destacando diferenças e continuísmo da editoração empreendida por cada qual. Da parte de Couto buscamos privilegiar sua participação enquanto funcionário do Ministério das Relações Exteriores em projetos de caráter de aproximação intelectual, especialmente entre os países americanos.¹² Destacamos também sua participação enquanto membro da Comissão de Nacionalização, para a qual desenvolveu inúmeras medidas que tocavam as mais diversas alçadas da sociedade de forma a embasar, justificar e permitir a aplicação desse projeto político estadonovista, tema, inclusive, recorrente nas páginas do *A Manhã* e presente em sua produção literária. Posteriormente, Almeida, que também por certo período assumiu o cargo de editor chefe do jornal *A Manhã*, foi estudado principalmente a partir de suas obras, já que as alterações sofridas pelo suplemento dialogavam amplamente com sua produção anterior e seu desempenho enquanto estudioso da música e do folclore.

¹² A atividade editorial de Ribeiro Couto acompanhou *pari passu* o seu desempenho enquanto funcionário do Ministério das Relações Exteriores e intelectual. Foi no espaço institucional daquele Ministério que parte dos seus projetos visaram alicerçar a boa relação com os países do continente americano sobre os pilares da comunhão do conhecimento histórico, literário, econômico e político. Residiu aí uma tentativa de desenvolvimento de bases sólidas para a sustentação da empreitada panamericana, principal escopo da publicação financiada pelo governo e que esteve sob sua direção. Devido ao reflexo desse engajamento nas páginas do suplemento panamericano, seu colega Renato Almeida, quando já na direção do *SPA*, referiu-se a ele como “um cavaleiro da cooperação intelectual” que “idealizou e realizou de modo admirável este Suplemento, em que se condensam expressões das numerosas atividades intelectuais dos países americanos, numa contribuição excelente para revelar as suas diretivas espirituais.” (ALMEIDA, abr. 1943, p. 43/*SPA*)

A pesquisa realizada revelou mecanismos de escolha de nomes para cargos de chefia editorial durante o Estado Novo na medida em que apontou que uma série de projetos defendidos por estes intelectuais estavam em consonância com a fisionomia política estadonovista, o que permitiu a realização de um estudo pontual sobre a relação intelectual – governo que fugisse ao modelo totalizante.

A análise apresentada neste capítulo foi perpassada pela noção de intelectual, categoria de análise que pode ser atribuída a Couto e Almeida, principalmente, por terem exercido atividades literárias e editoriais. Apreciações sobre os intelectuais variam a tal ponto que apresentam conceitos diametralmente opostos, expressos, por exemplo, nas análises de Benda (1927) e Gramsci (1982): aquele os definiu como pertencentes a um grupo minúsculo - assim como mais tarde faria Sirinelli (1996)-, este atribuiu determinada nomenclatura a todos os homens e mulheres, ainda que nem todos desempenhassem tal função na sociedade. Edward Said, por outro lado, destacou a função pública do intelectual, tomando-o como alguém “capaz de falar a verdade ao poder” (SAID, 2005, p. 23) e dotado de representatividade e capacidade argumentativa, concordando dessa forma com Sartre (1947), que se referiu ao intelectual como alguém investido de certa função social que tem de responder a uma certa demanda. O que parece se evidenciar é que a despeito da quantidade de definições, elas dão conta apenas genericamente do assunto que pretendem abarcar, fazendo-se necessário atentar para aspectos que tangenciam as atuações individuais.

Outros elementos incidem sobre a análise desse grupo, como a autonomização do campo intelectual, processo característico de sua própria formação tal como o conhecemos. Além de elementos intrínsecos de uma “rede de relações objetivas (de dominação ou subordinação, de complementaridade ou de antagonismo etc.)” que formam o campo no qual estão inseridos (BOURDIEU, 2002, p. 261), são assim denominados por participarem de instâncias de consagração, e dentre outras razões, são por isso objeto de reflexão de numerosos estudiosos das ciências sociais em geral. Não obstante, em determinados momentos históricos, como o Estado Novo, tornaram-se peças-chaves também dentro do campo político, assumindo funções que podem se somar ou se sobrepor as atividades antes exercidas. Nesses momentos, a autonomia, descrita basicamente como busca em relação aos poderes constituídos (BASTOS; RÊGO, 1999), assume diferentes contornos. Torna-se, então, necessário conhecê-los.

Assumindo a impossibilidade de escrever uma história do suplemento *Pensamento da America* sem atentar para sua conspícua

ligação com o jornal *A Manhã*, observamos, no terceiro capítulo, que as atuações de Couto e Almeida ultrapassaram o perímetro do *Pensamento da America*, tendo em vista que ambos foram colaboradores do jornal *A Manhã*, matriz editorial do suplemento em questão. Verificamos a conotação de seus textos e a frequência com que eram chamados a participar/colaborar. Também nessa última parte da dissertação nos dedicamos, acompanhando a proposta de análise de evidenciar a centralidade atribuída à figura do intelectual dentro do projeto editorial, à aproximação de sua dimensão humana a partir da investida acerca da rede de relações formadas por essas pessoas que compuseram o *Pensamento da America*.

A via privilegiada adotada para tanto foi o estudo de correspondências selecionadas trocadas entre Ribeiro Couto e alguns intelectuais americanos que tiveram textos publicados no suplemento, pesquisa que viabilizou o mapeamento da sociabilidade anterior refletida na publicação. Objetivou-se, desse modo, apreender aspectos da criação e consolidação desses laços e seus reflexos no que toca às escolhas referendadas pelo primeiro editor do suplemento, bem como os relativos à sua própria construção. O terceiro capítulo versou, assim, sobre uma importante etapa do fazer editorial, aquela que ocorre no âmbito privado e que pode ser apreendida, em parte, com a análise do epistolário do editor da publicação, derivando daí a necessidade de debater o estatuto do arquivo pessoal e o desdobramento metodológico para seu uso.¹³

A partir do estudo intensivo do acervo pessoal de Couto, pôde-se apreender, especialmente a partir de seu epistolário, que a publicação em questão evidencia muito da personalidade do escritor, que imprimiu uma marca eminentemente pessoal a ela. Tendo um fim não em si mesma, essa explicitação corroborou com o argumento de que as afinidades de cunho político e ideológico entre o formulador do *SPA* e o Estado Novo revelaram silenciamentos, exclusões e preterimentos como uma consequência do fazer editorial e não uma mera imposição.

¹³ As cartas, que apareceram esporadicamente ao longo de todo o texto, ganharam maior destaque no último capítulo dessa dissertação. Coube-nos, para a definição do corpus documental principal a ser trabalhado na segunda parte deste capítulo, eleger os missivistas que tiveram textos publicados pelo *Pensamento da America*. Isso foi possível diante do cruzamento de informações de um índice composto por título e autoria de textos publicados pelo suplemento entre 1941 e 1945 e a ferramenta de busca disponibilizada pela Fundação Casa de Rui Barbosa, facilitada pela divisão do acervo epistolar de Couto por nome dos missivistas. O índice consta em meu Trabalho de Conclusão de Curso (NEVES, 2010).

O historiador Michel Trebitsch apresentou aporte metodológico para o trabalho com a fonte epistolar, distinguindo duas categorias de correspondência e embasando as noções de correspondência-rede e correspondência-laboratório.¹⁴ Sendo as missivas do primeiro grupo destacadas pela função que desempenham: sua análise permite apreender estratégias de relacionamento social e constituições de sociabilidades. A investigação sobre o segundo grupo, representado por correspondências destacadas pelo seu conteúdo, nas quais as mensagens fazem parte do próprio trabalho intelectual, admite a apreensão de aspectos relacionados aos projetos dos intelectuais.

Dessa forma, a investigação acerca das correspondências permitiu a aproximação da rede de sociabilidade que este trabalho pretendeu mapear, por serem, conforme Trebitsch, fontes escritas sobre um mundo de relações sociais que o autor considera dominado pela palavra e pela oralidade; possuem o estatuto de narrativa pessoal, próxima da autobiografia ou do diário íntimo e, por fim, por constituírem um lugar de sociabilidade privado, oposto aos lugares públicos, como revistas, colóquios ou manifestos, e também um lugar de troca não apenas entre os indivíduos, mas entre o comportamento individual e os códigos sociais e normas da escrita (TREBITSCH, 1992).

Nesse sentido, buscamos estudar de que forma as redes de sociabilidade, as fidelidades formadas, as exclusões, os confrontos entre forças antagônicas e as tomadas de decisão influíram nos rumos desse suplemento do jornal *A Manhã*, partindo-se da hipótese que o *Pensamento da America*, enquanto projeto, abrigou interesses comuns entre a intelectualidade a ele vinculada e o governo estadonovista. Pretendeu-se apresentar, com a conclusão dessa dissertação, um quadro mais amplo sobre o *Pensamento da America*, que apareceu no texto principalmente enquanto ponto de partida para a pesquisa. Esta, por sua vez, nutriu-se de fontes que nos permitiram entrever a publicação nos detalhes não apenas circunscritos ao impresso, literalmente, em suas páginas.

¹⁴ Originalmente: correspondance-réseau e correspondance-laboratoire (TREBITSCH, 1992, p. 83). As missivas de ambas as categorias foram incluídas na pesquisa. Segundo Rebeca Gontijo, tais noções “servem para demonstrar que a carta expressa mais do que o texto que contém. Para além do conteúdo, a condição de redação da carta, sua trajetória, seu destinatário e os gestos que favoreceram sua conservação permitem acessar os critérios que definiram sua importância.” (GONTIJO, 2004, p. 166).

Capítulo 1

Uma publicação estadonovista: o *Pensamento da America* entre 1941 e 1945

PENSAMENTO DA AMERICA

SEU DIRECTOR: PAN LHERICASSO DE "A MANHA" PUBLICA-
CAO MENSALMENTE SOB A DIRECTION DO HERIQUO
COSTA DA ACADEMIA BRASILEIRA

CONCORDO EM QUE HA UMA NATURAL ARISTOCRA-
CIA ENTRE OS HOMENS, AS BARRAS DELLA SAO A VIRTU-
DE E O TALENTO

THOMAS JEFFERSON

NO. 1 - DIA DOZ JANHEIRO - DO OITAVO DO DIA ABRILO DE 1942

O americanismo do presidente Getulio Vargas - Pelo capitao Severino Sombra

A palavra Grande Guerra está associada ao nome de Getulio Vargas. O termo de "Grande Guerra" foi usado para designar a guerra mundial de 1914-1918. O termo de "Grande Guerra" foi usado para designar a guerra mundial de 1914-1918. O termo de "Grande Guerra" foi usado para designar a guerra mundial de 1914-1918.

representa a vida de todos. Trabalho e desenvolvimento, essas forças se unem para gerar a prosperidade e a estabilidade econômica e social de um país. O termo de "Grande Guerra" foi usado para designar a guerra mundial de 1914-1918.

Desenvolvimento e uma política de expansão econômica, essas forças se unem para gerar a prosperidade e a estabilidade econômica e social de um país. O termo de "Grande Guerra" foi usado para designar a guerra mundial de 1914-1918.

Insensível ao País, despojado de todo sentimento de patriotismo, "mas de sua vida abstrahida leva a vida de todos e a todos abstrahidos". O termo de "Grande Guerra" foi usado para designar a guerra mundial de 1914-1918.

de SAC. LUGAR DO DIA DOZ JANHEIRO DE 1942. O termo de "Grande Guerra" foi usado para designar a guerra mundial de 1914-1918.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

BOZO PARANOMEANISMO
Apesar de não ser um nome, o termo "bozo" é usado para designar a intervenção econômica. O termo de "Grande Guerra" foi usado para designar a guerra mundial de 1914-1918.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.

em a submissa legação de Washington, em 1942, o presidente Getulio Vargas assinou o decreto de intervenção econômica.



Imagem 1: Capa da edição de 19 abr. 1942. Em destaque a imagem do então presidente Getúlio Vargas.

1.1 O jornal *A Manhã* e seu suplemento panamericano

No âmbito das políticas culturais empreendidas durante o Estado Novo brasileiro, merecem destaque as publicações oficiais, dentre elas o suplemento panamericano do jornal *A Manhã* do grupo *A Noite*, que passou às Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União durante o governo Vargas.¹⁵ Tratando-se de um governo calcado no autoritarismo político, lançou-se, naquele momento, mão da utilização intensa da imprensa escrita, além do cinema e do rádio para a veiculação de mensagens oficiais (GARCIA, 1982, p. 6), por intermédio do Departamento de Imprensa e Propaganda, que se mostrou intensamente atuante e se responsabilizou pela difusão sistemática do projeto político-ideológico governamental e sua sustentação legitimadora ampla (GOULART, 1990, p. 16). Tais publicações, dessa forma, são destacáveis à medida que evidenciam, ao dialogarem com o contexto que as circundam, projetos políticos tidos como de interesse público, derivando daí a percepção em relação à necessidade de sua exposição, dentre outras formas, via publicações impressas. Determinado esforço caracterizou, inclusive, o intento de explicar, justificar e legitimar o regime vigente.

Justamente em virtude disso decorre a necessidade de observar a linha editorial, a produção cultural e o conteúdo apresentado pelo suplemento que aqui foi destacado mediante a não dissociação das intenções políticas que motivaram sua publicação e levando-se em conta a seleção, a ordenação e a narração daquilo que foi escolhido como próprio a ser veiculado, de forma a não se afastar do que propôs Jacqueline Pluet-Despatin (1992) ao enfatizar a importância de avultar pontos de encontro de itinerários individuais e coletivos de um projeto mais amplo, de cunho coletivo (VELLOSO, 2010, p. 44), a fim de averiguar interesses e apostas materiais ou simbólicas que aí se engendraram.

Tal perspectiva não nos fez perder de vista o panorama político e cultural imposto pelo Estado Novo que recaiu sobre, inclusive, os meios de comunicação: censura, coerção, arbitrariedades e

¹⁵ Em 1952 foi publicado pela editora *A Noite* o livro *As Empresas incorporadas ao Patrimônio Nacional e sua legislação* com o objetivo de esclarecer o funcionamento e situação jurídica dessas empresas naquele ano. Nesse exemplar consta o decreto lei nº 2073- 8 mar. 1940 que formalizou a incorporação dos acervos das Sociedades *A Noite*, *Rio-Editora* e *Rádio Nacional*.

silenciamentos, foram observados de forma não unilateral o que permitiu atentar para a possibilidade de sua negação (esses mecanismos não extinguiram por completo o espaço de contestação, levado a cabo por meio de burlas) ou de sua aceitação (que variaram do apoio à neutralidade, da forma gratuita a de recebimento de favores simbólicos ou materiais, viés partilhado por Tania Regina de Luca (LUCA, 2011, p. 126).

Devido à forte marca literária e ao seu formato (especialmente pela possibilidade de colecioná-la), a publicação foi tomada metodologicamente enquanto um periódico cultural, veículo de “difusão de prosa de ficção, poesia e crítica” que além de incorporar a literatura, possuía um escopo mais abrangente, abrigando “ensaios sobre temas variados, sempre com o intuito de discutir os grandes problemas nacionais e apontar caminhos para solucioná-los” (LUCA, 2006, p. 99).¹⁶ Tal posicionamento privilegiou a análise da linha editorial e dos colaboradores de forma a não tomar o *SPA* apenas como fonte ao simplesmente extrair textos de autores isolados ou temáticas selecionadas de modo a compor a argumentação (LUCA, 2005, p. 296). Essa perspectiva, também referendada por Maria Lígia Prado e Maria Helena Rolim Capelato (1980, p. XIX) justifica-se, conforme palavras das autoras, pelo entendimento de que a imprensa se caracteriza “fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”, o que valida a contraposição a “perspectivas que a tomam como “mero veículo de informação”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere” (CAPELATO, PRADO, 1980, p. XIX).

Assim, a historicização do suplemento como objeto de análise foi empreendida, ao longo não apenas desse capítulo como também posteriormente, de forma a cotejá-lo com o jornal ao qual estava vinculado e, especialmente, com a produção intelectual de seu primeiro editor, Rui Ribeiro Couto (1898-1963)¹⁷, além de seu epistolário.

¹⁶ Afastou-se da possibilidade de enquadrar o *SPA* na categoria de revista literária, definida por Lúcia Camargo como uma publicação que, para além de tratar de assuntos literários, caracteriza-se pela tiragem reduzida, circulação em âmbitos restritos, pouco ou nenhum espaço publicitário, ausência de financiamentos oficiais e institucionais, existência efêmera, e, principalmente, o vínculo entre tais periódicos e os grupos de artistas e intelectuais que fazem da revista seu veículo de expressão (CAMARGO, 2008), elementos esses incompatíveis com o perfil da publicação aqui estudada.

¹⁷ Escritor e jornalista santista. Foi eleito para a ABL em 1934 e com 36 anos de idade tornou-se o mais jovem acadêmico da época, tendo sido eleito para a vaga

A análise do objeto de pesquisa sobre o qual especificamente nos debruçamos indicou incontestável ligação à categoria de irradiador de propaganda política, acompanhando, inclusive, a diretriz editorial levada a cabo por sua matriz, o jornal *A Manhã*, que por sua vez se mostrou eficaz ao articular as movimentações dadas no plano político. Tratando-se de uma publicação inserida no contexto de um governo político autoritário, determinado fato coadunou-se à hipótese apresentada por Maria Aparecida de Aquino (1999) em relação à

de Constancio Alves – cadeira nº 26. Ali foi recebido por Laudelino Freire e recebeu Manuel Bandeira. Iniciou sua carreira como colaborador em jornais (a saber: *Cidade de Santos*, *A Tribuna* ambos de Santos – este último está disponível para consulta na Hemeroteca de Santos, no entanto, infelizmente, as edições que nos interessariam estão em avançado estado de deterioração), tendo conquistado espaço em jornais de destaque como o *Correio da Manhã*, *A Manhã* e *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro e o *Diário de Notícias* de Lisboa. Foi revisor no *Jornal do Comercio* e do *Correio Paulistano* no início de sua carreira, chegando a ser redator deste último. Trabalhou na *Noite*, na *Época*, na *Rua*, na *Gazeta de Notícias*, na *Pátria*, na *América Brasileira* (revista de que foi secretário). Participou do grupo *Fon-Fon* e como colaborador eventual em *Festa*, *Verde: Revista mensal de arte cultura*, *A Revista*, além de outros periódicos, inclusive portugueses, como *Atlântico* e *Litoral*, revista dirigida por Carlos Queiroz (SILVEIRA, 19 mai. 1945/AM). Foi promotor público nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, entre os anos de 1923 e 1928, quando reingressou na carreira diplomática que tinha abandonado desde 1923 por conta de um problema de saúde (tuberculose). Serviu em Marselha, Paris (quando ingressou formalmente na carreira diplomática por designação do Ministro Afrânio de Melo Franco, pai de seu amigo Afonso Arinos) e Haia, posto que deixou por conta da invasão alemã. Regressou ao Brasil e serviu no gabinete do ministro Oswaldo Aranha enquanto da vigência do Estado Novo. Na carreira diplomática serviu também ao Brasil em Lisboa, Suíça e Iugoslávia, tendo se aposentado aos 65 anos por limite de idade. Teve seu nome relacionado entre os que colaboraram, no final da década de 1920 em diante, para a popularização da literatura brasileira moderna em Portugal nas décadas seguintes (SARAIVA, 2004, p. 40). Seu romance *Cabocla* (1931) foi adaptado duas vezes para novela de televisão. Foi caracterizado pelo jornal *A Manhã*, no qual trabalhou, como “Poeta, ‘conteur’, cronista, romancista, jornalista – o autor de ‘Província’ é um espírito ágil e brilhante, dono de uma sensibilidade riquíssima. A ele a nossa literatura deve admiráveis páginas sobre a ida do interior brasileiro, e sobre a paisagem carioca.” (*A Manhã*, 29 set. 1943, p. 2). Recorrentemente são encontradas referências a sua personalidade como um homem alegre, efusivo, de extrema afabilidade cordial, como em GUIMARÃES FILHO, 1973, p. 27. Além dos já citados, esses dados foram colhidos em MARIZ, 1998, GOMES, 1999, LINS, 1997 e BEZERRA, 2005.

problemática da censura aplicada à imprensa escrita. Muito embora sua reflexão recaia sobre o período da ditadura civil-militar brasileira, pode-se traçar um paralelo entre sua discussão e o período do Estado Novo brasileiro, como, por exemplo, quando a autora atenta para o fato de que a censura não se refere exclusivamente a

um exercício unilinear, uma política geralmente vivenciada à distância, sob a proteção do anonimato – por trás de um telefone, de um bilhete sem assinatura e mesmo sob a impessoalidade dos organismos estatais representando-se como “de ordem superior”, por meio de fórmulas clássicas de “fica terminantemente proibido” e por intermédio da capa protetora de uma imagem burocrática e asséptica do funcionário público “cumpridor de ordens”. (AQUINO, 1999, p. 21)

Ou ainda, quando nega a imagem “de um Estado todo poderoso, dotado de vontade única, livre de contradições internas e de interesses diferenciados” (*Idem*), afastando-se de interpretações maniqueístas e lineares. Nesse sentido a publicação emerge enquanto “agente da história que ela também registra e comenta” (CAPELATO, 1989, p. 12) e a figura do editor enquanto objeto de reflexão, ao qual nos deteremos no segundo capítulo.

O jornal *A Manhã*,¹⁸ expressão acabada de publicação porta-voz de regime político por sua clara postura doutrinária, didática e expositora de ideias do presidente e feitos do governo (GOMES, 1996, p. 16), já havia sido publicado no Rio de Janeiro entre 1925 e 1929, tendo como diretores Mário Rodrigues e, posteriormente, Adolfo Porto (WERNECK SODRÉ, 1996, p. 424, 427). Sua publicação foi retomada, entre maio e novembro de 1935, sob direção de Pedro Motta Lima, sendo relacionado ao então ilegal Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, finalmente, fechado em 27 de novembro daquele ano pelo governo Vargas em nome da luta contra o Comunismo (SEGATTO *apud* MOREIRA, 2010, p. 192).

O *A Manhã* abarcou suplementos variados, entre eles o *SPA*, que enquanto projeto editorial nasceu com o propósito de acompanhar a

¹⁸ Para um trabalho que se propôs a discutir o jornal *A Manhã* de forma relevante, especialmente por apresentar, entre outros elementos, um panorama mais amplo acerca da publicação, vide ARIENTI, 2011.

perspectiva política estadonovista de alinhamento à Política da Boa Vizinhança¹⁹ do governo de Franklin Delano Roosevelt. Esse suplemento propôs uma integração cultural para formar uma consciência americana e representou o momento de maior aproximação entre Brasil e Estados Unidos, até então, despojado de tentativa de domínio direto.²⁰ Foi, provavelmente, a única publicação oficial do período destinada especificamente a apresentar à comunidade de leitores brasileiros a política panamericanista²¹ e se caracterizou até 1945, grosso modo, pela existência de três fases distintas, sobre as quais falaremos adiante.

Temos notícia da primeira divulgação pública desse jornal e de seus suplementos através das páginas da revista de variedades *Vamos Lêr!*, também do grupo *A Noite*, onde antes nos é apresentado sinteticamente o jornal que abarcaria uma série de seções ou suplementos. Verificamos a ambição do projeto editorial do jornal ao lermos que:

¹⁹ Termo cunhado por Herbert Hoover, eleito como presidente dos Estados Unidos em 1928. A expressão ganhou novo fôlego em 1933 com o então presidente Franklin Delano Roosevelt.

²⁰ Segundo Feres, citando Williams (1980), “De 1898 a 1934, isso é, do fim da guerra contra a Espanha ao início da *Good Neighbor Policy*, os militares americanos conduziram pelo menos trinta intervenções na região, ocupando territórios em alguns casos, assumindo o controle da alfândega e das finanças públicas, depondo governantes, instalando ditadores aliados e orquestrando a secessão da região do Panamá da Colômbia com o objetivo de conseguir permissão para a construção do canal interoceânico.” (FERES, 2005, p. 69-70)

²¹ Isso não significa afirmar que o *SPA* foi o único a veicular o debate. Além dele, outras publicações divulgaram o panamericanismo durante o período, como foi o caso da *Revista do Brasil*, conforme Tania Regina de Luca (2011). A historiadora informou que diante da possibilidade de que a Segunda Guerra acabasse por se desenrolar em solo americano, a partir de 1942, tal revista veiculou a questão da defesa continental sob o lema “Conhecer, compreender e amar”, bem como noticiou as ações de aproximação cultural, seja as concessões de bolsas ou os empreendimentos de tradução de obras seminais brasileiras (LUCA, 2011, p. 331). A revista teria sido eleita também “para integrar o esforço de aproximação cultural no âmbito do panamericanismo”, o que permitiu que Luca afirmasse que “Se entre a intelectualidade local era comum caracterizá-la [*Revista do Brasil*] como “admirável documento da nossa época cultural”, agora tal avaliação provinha dos EUA, potência na qual se depositavam as esperanças de derrota do nazismo.” (LUCA, 2011, pp. 333-334 e 336).

“A Manhã” será um grande jornal que acreditamos de dimensões novas em nossa terra. Trará amplo serviço de informações telegráficas, com um largo noticiário da guerra fornecido não somente pelas várias agências que atualmente fazem o serviço no Rio de Janeiro, mas também por correspondentes particulares. Oferecerá todos os dias as mais desenvolvidas seções de noticiário comum, do Rio e dos Estados. Dará tanto quanto possível, através de reportagens e estudos a síntese da vida brasileira com todos os seus aspectos. Seus comentários políticos ficarão a cargo de nomes ilustres, estando a sua redação integrada por figuras de real prestígio no mundo do pensamento brasileiro. Suas seções de informações sobre a vida dos ministérios e repartições públicas serão completas.²² (*Vamos Lêr!*, 31 jul 1941, s/p. /JL j)

Não por acaso foi atribuído à publicação o slogan de porta-voz oficial do Estado Novo.²³ O amplo leque de assuntos que o jornal visava abranger pretendia abarcar todos os aspectos da realidade do povo brasileiro, assumindo uma característica própria às intenções governistas, tornando-se, assim, um elo mensageiro entre os leitores e o Estado Novo. Nesse jornal, lançado no momento em que frentes contra a ditadura começaram a se explicitar (ARIENTI, 2011, p. 10),

A propaganda política se confundia com questões de caráter informativo. O *A Manhã*, nesse sentido, além de noticiar o cotidiano político do regime nas mais variadas alçadas, também abriu espaço para os esportes, as artes, as letras, o militarismo,

²² Ao longo desse trabalho serão mantidos os grifos originais e a grafia será atualizada. Para os casos da conveniência da introdução de novos grifos os mesmos serão identificados em nota.

²³ O próprio Cassiano Ricardo, diretor do jornal entre 1941 a 1945 atribuiu tal adjetivo à publicação, ao aludir que o órgão oficial do Estado Novo não fazia restrições a aceitação de textos literários, uma vez que “Literatura não tinha nada que ver com Estado Novo, do qual *A Manhã* era órgão oficial.” Cf. RICARDO, 1970, p. 157. Apesar da clara referência à oficialidade da publicação, a questão da desvinculação entre literatura e Estado Novo, diante do que nos mostra pelo menos a análise do material literário publicado pelo *Pensamento da America* não parece muito convincente.

a educação, o mundo do trabalho, o cinema, o panamericanismo, entre outras questões, divulgando-as com a sutileza exigida pelo governo autoritário e dentro dos limites impostos pelos órgãos de cerceamento. A publicação operou como um instrumento didático, atribuindo a si a inegável tarefa de colaborar com a nação e estabeleceu, dentre suas funções sociais, a necessidade de divulgar o regime, valorizando a marcha da nação rumo ao futuro glorioso para todos os brasileiros, sem distinção de classe, credo, etnia, gênero. Essas discussões foram recorrentemente exploradas pelo periódico na busca por forjar uma identidade cultural coletiva, assumindo seu papel doutrinário. (ARIENTI, 2011, p. 10)

Em *O Suplemento Literário de “A Manhã” será um espelho da inteligência brasileira*, referido artigo publicado na *Vamos Lêr!* (1941), que fazia referência principalmente ao conhecido *Autores e Livros*, tomamos conhecimento que o *Pensamento da America* seria uma entre outras publicações semanais que comporiam as páginas do jornal da capital federal brasileira:

A Manhã, sem prejuízo das suas seções diárias, apresentará semanalmente vários suplementos ilustrados, um deles, em rotogravura, trará aspectos do Brasil e encerrará uma síntese periódica da evolução de nosso País. Outro suplemento será especialmente dedicado a assuntos americanos e às nossas relações com as demais nações do continente, e está a cargo de um dos mais ilustres nomes da diplomacia brasileira. Um terceiro suplemento será dedicado à infância, encerrando ensinamentos úteis a todos os que lidam com crianças e ofertando aos pequeninos páginas de leitura apropriada e sadia. Um quarto suplemento será dedicado aos assuntos da literatura, do pensamento e das artes. (*Vamos Lêr!*, 31 jul 1941, s/p. JL j)

O Suplemento Literário de "A Manhã" será um espelho da inteligência brasileira

lerárias ocorrendo dispersas nos Estados e cada uma com as suas características locais, às vezes suplantando, em força e vigor, o movimento idêntico que se processa no Rio de Janeiro. Nossa História é cheia de documentos eloquentes a esse respeito. Na era colonial, nunca o Rio se orgulhou de um movimento poético como o que se processou em Minas Gerais com os poetas da Inconfidência. Na Monarquia nunca tivemos um movimento literário e filosófico da intensidade daquele que se produziu em Recife sob a orientação de Tobias Barreto. Hoje em dia, Recife, São Paulo, Minas, Porto Alegre, são sedes de movimento literário, os mais eufóricos e os mais importantes.

A finalidade essencial do "Suplemento Literário" será a de acolher e refletir no Rio essas várias forças de que a Capital da República se mantém tão alheia, que

monie, como puderem e quiserem os seguintes nomes, que já nos deram sua adesão como colaboradores: Adalgisa Nery, Ademar Tavares (da Academia Brasileira), Affonso Arinos de Mello Franco, Affonso Penna Junior, Alvaro Moreyra, André Carrazzoni, Amibal Machado, Antenor Nascentes, Augusto Frederico Schmidt, Augusto Meyer, Barbosa Lima Sobrinho (da Academia Brasileira), Carlos Drummond de Andrade, Carolina Nabuco, Cassiano Ricardo (da Academia Brasileira), Geellia Melrelles, Claudio de Sousa (da Academia Brasileira), Clementino Franga (da Academia Brasileira), Gntz, Egésio de Castro, Gilberto Freyre, Gabriela Mistral, Graçiliano Ramos, Gustavo Barroso (da Academia Brasileira), João Neves da Fontoura (da Academia Brasileira), Jorge de Lima, José Carlos Macedo Soares (da Academia Brasileira), José Ho-



Dr. Cassiano Ricardo, diretor do grande malinho "A Manhã", a aparecer durante esta semana

Imagem 2: *Vamos Lêr!*, Rio de Janeiro, 31 jul. 1941.



Imagem 3: *Vamos Lêr!*, Rio de Janeiro, 31 jul. 1941.

A clara exemplificação dessa característica pode ser verificada pela intenção de veicular, via suplementos ou colunas fixas, desde assuntos literários a infanto-juvenis. Sabe-se hoje que do projeto inicial exposto e propagandeado nem tudo de fato pôde ser cumprido. Quem sobre isso escreveu foi o próprio editor da publicação, Cassiano

Ricardo,²⁴ em suas memórias (RICARDO, 1970, p. 159). O *A Manhazinha*, que ficaria a cargo de Cecília Meireles, não se concretizou,²⁵ assim como o em rotogravura, da mesma forma, não chegou a ser publicado. Essas ausências não tornaram a publicação menos plural no que concerne aos assuntos abordados, exceto pela ausência incontornável de conteúdo específico destinado aos pequenos brasileiros.

Do projeto inicial vingaram o “suplemento brasileiro” *Autores e Livros*, que traçou uma biobibliografia dos autores brasileiros e o presente objeto de estudo, o *Pensamento da America*, que, segundo o mesmo texto, parecia de êxito menos certo, porém mostrou-se grande e bem acolhido pelos leitores (*Vamos Lêr!*, 31 jul 1941, s/p. JL j). Parece ser correto afirmar que as maiores expectativas recaíam sobre o primeiro suplemento, que de fato teve destaque muito mais amplo, sendo mais comentado e citado entre os intelectuais da época e os historiadores e críticos literários de hoje. Tal como, a revista *Cultura Política*, o *Autores e Livros* publicou e divulgou a produção intelectual do período, promovendo debates e consagrando autores, que escreviam para as publicações a despeito da filiação política que seguiam, ainda que o

²⁴ Cassiano Ricardo (1895 – 1974) teve sua trajetória intelectual marcada pela defesa do mito da originalidade brasileira e do governo forte para a defesa da própria nacionalidade. Participou dos grupos *Verde-Amarelo* (1926), no qual cultura e autoritarismo se vinculavam, tendo em vista que o projeto cultural do grupo só poderia ser implementado dentro de um projeto político, necessariamente voltado para o fortalecimento do Estado, e *Bandeira* (1936), no qual a crítica ao Estado liberal estava presente, bem como a perspectiva organicista que implicava na personalização do poder. Em *Brasil no Original* (1936), Cassiano Ricardo apresentou um projeto político de Estado, verificando-se, assim, uma mudança de enfoque no pensamento do autor, no qual o projeto de uma cultura original se aliava a um projeto político estruturado no governo autoritário. Ocupou altos cargos tanto na imprensa escrita como na radiodifusão, tendo sido um importante elaborador das bases doutrinárias do Estado Novo. Defendeu a maior ênfase à questão da cultura e a compatibilidade entre democracia e autoritarismo, este último como elemento, segundo ele, resgatado da tradição política brasileira e componente da “índole americana” receptiva ao governo forte. (VELLOSO, 1983); (ARIENTI, 2011)

²⁵ Apesar disso, Meireles contribuiu assiduamente com crônicas para *A Manhã*, especialmente sobre educação, que apareceram na sessão “Professores e estudantes”, firmadas com a inicial “C”. Parte das que abordavam essa temática foram compiladas, posteriormente, por Azevedo Filho. (MOREIRA, 2010, p. 190)

assunto devesse “ser favorável a corrente política do momento” (MOREIRA, 23 ago. 1941, s/p/RC cp).²⁶

O *A Manhã* chegava provavelmente a um público diversificado e amplo, tendo em vista o fato de que a publicação era subvencionada pelo governo, o que reduzia o preço final do produto, tornando-o mais acessível. Em breve nota, o editorial do número inaugural do jornal, de agosto de 1941, afirmou o interesse de ‘servir à coletividade’ ao assinalar que:

Surgindo no seio da população carioca como um órgão voltado a todos os interesses da coletividade, consultando as suas necessidades, acolhendo os seus desejos e atendendo às reclamações justas dos seus leitores, A MANHÃ será desde o seu início o porta-voz dessas aspirações populares, procurando no contato diário com seu grande público, tornar-se um instrumento não só de cultura como um auxiliar permanente da administração, sugerindo-lhe medidas de interesse social e informando-se das necessidades e reclamos da população. (*AM*, 9 ago. 1941, p. 21, c. 6)

Assim, noticiou-se o espaço que o *A Manhã* cederia para colher sugestões, informações e reclamações, denominado *A “A Manhã” nos subúrbios*, denotando o interesse de se aproximar daquela gama específica de leitores: donas-de-casa, trabalhadores fabris, funcionários públicos, operários urbanos, entre outras categorias sócio-profissionais.

De forma geral, dados como os colhidos em trechos do jornal *A Manhã* ou do *SPA* nos permitiram fazer constatações acerca do público leitor a que se destinava o suplemento. Foi relevante também, nesse sentido, atentar para os cabeçalhos do suplemento que apresentavam sempre o seguinte item: Rio de Janeiro (Brasil), o que denota a circulação da publicação em outros países americanos, dado confirmado

²⁶ Em carta enviada a Ribeiro Couto, Albertino Moreira, escritor e advogado de Santos, após se queixar das letras miúdas com as quais o jornal *A Manhã* era composto, apontando o detalhe como “defeito tremendo: o tipo miudíssimo, especialmente para as pessoas, que como eu, já entraram fundo na casa dos 40 e sentem a vista cansada”, escreveu: “No último número da Cultura Política saiu um número meu, puxado a substancia. Pagam bem, mas o assunto há de ser favorável a corrente política do momento” (MOREIRA, 23 ago. 1941, s/p/RC cp).

através da leitura de um trecho de artigo publicado no *A Manhã*: “Ribeiro Couto, dirige, n’A MANHÃ, o *Pensamento da America*, publicação que adquiriu por si só um imenso prestígio e que soube impor-se, não somente aos leitores patrícios, mas aos leitores de todo o continente americano” (*A Manhã*, 13 mar. 1943, p. 2).



Imagem 4: Detalhes da capa da edição do *A Manhã*, 19 ago. 1945

um velho amigo de Ribeiro Couto lhe escreveu: “Li o primeiro número da Manhã e achei magnífico” (MOREIRA, 23 ago. 1941, p. 1/RC cp) ou “Tenho lido sua página na ‘Manhã’” (MOREIRA, 31 mar. 1942, p. 1/RC cp). Além disso, a possibilidade da circulação restritíssima que acompanhava os círculos intelectuais dos próprios editores não pode ser descartada, já que se constituía como prática comum àquele período.

Outro elemento observado que poderia lançar luz sobre a que público se destinava o suplemento é o de anúncios de publicidade e propaganda, notadamente concentrados em algumas edições. Polarizadas entre agosto e dezembro de 1945, contabiliza-se nesse período a presença de 25 peças de publicidade, fator sintomático do fim do regime. Anteriormente a isso o elemento publicitário não parece ter tido espaço privilegiado no *Pensamento da America*, e quando foi contemplado, divulgou todos os tipos de serviço e produtos; passando por encadernação de livros, limpeza de tapetes, serviços médicos, clínicos e bancários, produtos de beleza e medicamentos, além de vestuário (apenas masculino) e eletrodomésticos, o que nos possibilita inferir que os produtos e serviços oferecidos atendem a variadas demandas – classes mais e menos abastadas, homens e mulheres.

No Brasil, antes mesmo do final oficial do Estado Novo, sob a direção de Heitor Moniz, o jornal, com layout modificado, apresentava em seu cabeçalho os dizeres: “Jornal político e noticioso de circulação em todo o país”. Sabe-se, também, que o jornal da capital federal poderia ser encontrado em alguns centros urbanos de outros Estados, como na cidade de Santos (SP), de onde

Sobre o assunto, Luiza Franco Moreira especificou que “para los intelectuales de «Pensamento da América» la «literatura» seguía siendo un trabajo de la elite a la cual pertenecían. En consecuencia, su página estaba dirigida a una audiencia letrada sofisticada y restringida” (MOREIRA, 2010, p. 205).²⁷ O fato de que as páginas do suplemento eram compostas, em grande parte, por longos textos de leitura pesada e complexa nos força a concordar com seu parecer. Apesar disso, a presença de notas explicativas e didáticas sobre a vida e a obra dos autores na quase totalidade dos artigos publicados pelo *Pensamento da America*, podem demonstrar o interesse pela facilitação, o quanto possível, do acesso às informações imprescindíveis para o entendimento dos textos, invariavelmente bastante ilustrados.²⁸

O *Pensamento da America* integrou, com o jornal que o abrigava, uma política editorial que referendou as escolhas do processo de nacionalidade, no qual alguns ícones da brasilidade que pertenciam ao campo cultural e político mereceram destaque, sem olvidar da intenção que motivou sua criação, claramente identificada com a divulgação da política panamericanista, a qual o regime estadonovista aderiu mesmo antes do alinhamento com os Estados Unidos diante da conjuntura de guerra. Entre os anos 1941 e 1945, a publicação apresentou ao público brasileiro o que de concreto os governos americanos realizavam para que se conquistasse a tão alardeada união continental: a cooperação, estendida a todos os campos de ação – financeiro, político e intelectual – foi em suas páginas reafirmada como elemento capaz de gerar a força e a coesão essenciais para a vitória na guerra. Também apresentou o que o Brasil poderia oferecer no tocante a

²⁷ Entrevistas colhidas por Luiza Franco Moreira, especialmente com Moacyr Werneck de Castro, referenciadas em seu livro *Meninos, Poetas e Heróis* (2001), nos permitem averiguar que o público leitor do jornal não necessariamente coincidia com o dos suplementos a ele vinculados. (MOREIRA, 2001, p.139)

²⁸ O editorial do *A Manhã* se expressava nesse sentido, tendo em vista que se definia enquanto meio de aproximação entre o regime estadonovista e o povo, conforme indicou Arienti: “Participando ativamente da criação de uma consciência nacional, o Jornal *A Manhã* assumiu a função de fazer a ligação entre o governo e a população via intelectualidade, essa que, por sua vez, buscou didatizar e legitimar aos olhos de todos brasileiros o regime autoritário. (ARIENTI, 2011, p. 64)

intelectualidade aos países vizinhos, mostrando-se detentor de uma cultura rica e plural.²⁹

Esse suplemento buscou informar seu público leitor, de forma concomitante, acerca da postura do governo em relação à Boa Vizinhança e do projeto político nacionalista do Estado Novo, dando relevo à chave de leitura romântica da história, alicerçada por opções editoriais que priorizaram, por exemplo, a apresentação de epígrafes carregadas de tais elementos, como as de personalidades como Edgard Roquette-Pinto, Ronald de Carvalho, Graça Aranha, Getúlio Vargas, Alberto Torres e Couto de Magalhães (NEVES; PIAZZA, 2012, p. 300).

²⁹ Iniciativa semelhante pode ser encontrada na *Revista Americana* (1909-1919), que foi uma publicação oficial editada pelo Itamaraty. Segundo Castro, que a estudou, “A *Revista Americana* apresentou uma preocupação constante em reforçar a importância de se pensar uma integração continental por meio da geração de mecanismos para incrementar o conhecimento entre as nações sul-americanas, para que fosse superado o isolamento entre elas por meio da construção de projetos culturais para o continente a partir do reconhecimento de especificidades da América do Sul. (...) Ligando-se a tais estratégias de estreitamento, legações diplomáticas seriam os órgãos responsáveis pelo estabelecimento de relações intelectuais internacionais da América do Sul, juntamente com o incentivo à criação de revistas mensais que versariam acerca dos problemas e das manifestações culturais do continente. Convém salientar que tal intercâmbio deveria ser conduzido pelo corpo diplomático, grupo que reunia as condições morais e culturais necessárias para elaborar as novas diretrizes continentais.” (CASTRO, 2012, p. 157). Pamplona, introduzindo o livro de Castro, afirmou que a “diplomacia brasileira do início do século XX – pensada ora como instrumento de civilização, destinada a regular as relações entre os estados vizinhos, ora como elemento importante para a expansão comercial do país – fazia deslanchar, com a *Revista*, a sua primeira experiência de “divulgação cultural”. (PAMPLONA, 2012, p. 11)



Imagem 5: Lemos na epígrafe: “O homem e a Nação, a afirmação do individualismo transcendente e o renascimento do espírito de nacionalidade são as duas forças que recompõe o mundo nesta curva da história. Graça Aranha, A Estética da Vida (1921), p. 138.”



Imagem 6: “Dirigir os sentimentos de solidariedade, que sempre dominaram por sobre as flutuações das lutas, e coordenar os interesses particulares com esse objetivo, bem pode ser o esboço do processo habitual de solução dos problemas sociais. Alberto Torres, O problema mundial, p. 110.”

1.2 Editoriais distintos para um mesmo projeto: O suplemento e suas fases

Inicialmente, o SPA foi editado semanalmente, em forma de coluna integrada ao jornal *A Manhã*, contando com número reduzido de páginas e predominando o formato de uma página apenas, com as conclusões de alguns artigos na página seguinte. Enquanto página semanal, 18 edições foram publicadas ocorrendo variação de 3 a 4 exemplares por mês, que apareciam ao público usualmente nas terças e quintas-feiras, após a sétima página do jornal que a abrigava. O editorial

de sua primeira edição, sob o título *Americanidade*, marcou a intenção da publicação de se dedicar à divulgação “dos valores literários e artísticos dos demais países do continente” (SPA, 9 ago. 1941, p. 17, c. 1), demonstrando o interesse, diante de uma “consciência histórica e geográfica” (*Id.*), pelo que se vinha realizando por todo o continente nas letras e nas artes. Essa iniciativa, de acordo com esse editorial, dialogava com as já empreendidas pela América:

Assim vem sucedendo, por exemplo, na Argentina, cujos maiores jornais e magazines dedicam frequentemente algumas páginas à produção intelectual dos países vizinhos. Assim está sucedendo igualmente nos Estados Unidos, cujas esplendidas universidades têm cátedras especializadas, de língua e literatura dos países ibero-americanos. (*Id.*)

O interesse eminentemente literário, ainda que não único, foi reafirmado como diretriz editorial e se mostrou evidente em seus primeiros números:

Para a obra do mútuo conhecimento dos valores intelectuais do continente a *A Manhã* deseja contribuir. Desde a poesia – gênero cuja transposição noutras línguas oferece tantas dificuldades – até a história e a etnografia, passando pela novela e pela crítica, este suplemento publicará trabalhos de autores continentais, cuidadosamente traduzidos por escritores brasileiros. Procurará também divulgar a obra dos pintores, escultores, arquitetos e outros artistas do Novo Mundo. (*Id.*)

A leitura de determinado editorial não deixa dúvidas a que veio tal publicação. Menos explícito é o interesse de ordem política que a intenção de publicar o *Pensamento da America* carregava em si. É notório que a palavra política não figura nesse breve texto que compõe seu primeiro editorial, no entanto, essa página parece integrar um esforço de aproximação que se coaduna com o caminhar da política externa brasileira naquele momento. Ainda que em agosto de 1941 não houvesse por parte do Brasil qualquer alinhamento frente à guerra (é preciso lembrar que nem mesmo por parte dos Estados Unidos), no

continente americano já vigorava uma nova versão do antigo panamericanismo, a qual o presidente Getúlio Vargas vinha demonstrando apoio.

Analisando especificamente o primeiro momento da publicação, Luiza Franco Moreira visualizou uma tentativa de resistência ao controle da ditadura nas páginas do *SPA*. A partir da pesquisa sobre os seus colaboradores, a crítica literária buscou mostrar que estiveram presentes nas páginas do suplemento intelectuais simpatizantes da Frente Popular, que foi uma conjugação de forças de centro-esquerda que uniu socialistas, comunistas contra o nazismo e o fascismo por volta de 1936 e repercutiu mundialmente. Entre eles estariam Gabriela Mistral,³⁰ Alfonso Reyes,³¹ Pablo Neruda, César Vallejo, Vicente Huidobro, Langston Hughes e Waldo Frank. De acordo com Moreira,



Imagem 7: Retratos publicados no *SPA*. Respectivamente, Gabriela Mistral (2 set. 1942); Alfonso Reyes (25 abr. 1943) e Langston Hughes (5 mai. 1946).

³⁰ Pseudônimo de Lucila de María del Perpetuo Socorro Godoy Alcayaga (1889-1957), agraciada com o Premio Nobel de Literatura em 1945. Mistral, no momento da publicação do suplemento atuava no Brasil como consulesa chilena, tendo exercido essa função entre 1940 e 1945. Sua recorrente aparição tanto no *SPA* como no jornal *A Manhã* certamente decorre também deste dado, além dela ser figura representativa da literatura americana e intelectual atuante. Em um artigo publicado no jornal *AM*, Mistral, ao apresentar o novo embaixador do Chile no Brasil, Gabriel Gonzáles Videla, em artigo intitulado *Um democrata chileno*, apontou que este “tinha que ser um americano convincente e um democrata: isto é, um temperamento em harmonia com o instante brasileiro.” (MISTRAL, 27 ago. 1942, p. 4, c. 2/*AM*). Determinado trecho indica sua aparente postura diante do Estado Novo brasileiro, que, ao que tudo indica, não parecia ser de oposição.

³¹ Para informações sobre Reyes vide apêndice.

Las decisiones de Ribeiro Couto como editor de «Pensamento da América» son consistentes con las simpatías políticas de Mistral y Reyes. Durante 1941 le dio considerable espacio a escritores latinoamericanos y norteamericanos que habían adoptado una posición pública en favor de la España Republicana (MOREIRA, 2010, p. 201).

A observação da autora partiu principalmente, conforme adiantamos, das edições semanais do suplemento panamericano, ou seja, as do ano de 1941. Segundo ela, “Entre el 9 de agosto de 1941 y el 8 de enero de 1942 revelaba sorprendentes e inconfundibles preferencias por el Frente Popular y por Latinoamérica” (MOREIRA, 2010, p. 194).

Ainda que a autora tenha afirmado que Couto e seus colegas tenham ajudado a formar o discurso de legitimação do Estado Novo (MOREIRA, 2010, p. 210 – 1), o que se enfatizou foi o êxito, por um breve período, desses intelectuais ao imporem limites ao projeto repressivo do Estado (MOREIRA, 2010, p. 194). Tal postura foi imputada a página e apontada como uma opção política de Couto. Na verdade, não apenas a Couto, como também aos “intelectuais de *Pensamento da America*”, que:

(...) estaban aislados, [además de esto] ellos encontraron maneras creativas de resistir a la ofensiva propagandística del Estado Novo. Desde agosto de 1941 hasta comienzos de enero de 1942 - mientras la postura de Brasil y las Américas vis-à-vis la guerra en Europa permanecía indeterminada - Ribeiro Couto y sus colegas lograron abrir un espacio a los escritores frentepopulistas aun dentro del diario oficial del régimen. Pero la situación de Brasil cambió después de enero de 1942, y cambió también el contexto en el que trabajaban. Al mismo tiempo en que el año nuevo atestiguaba el nacimiento de una alianza entre Brasil y los Estados Unidos, llegó el fin para el aislamiento y la independencia de «Pensamento da América». (MOREIRA, 2010, p. 206 – 7)

O estudo concomitante do suplemento e do acervo pessoal de Couto nos força a discutir mais cuidadosamente essa argumentação. A

inclinação incontestável de Couto a favor do regime estadonovista, que apresentaremos detalhadamente no próximo capítulo, nos indica outros caminhos que não o indicado por Moreira como soluções para a problemática. Além disso, ficou patente a postura de Couto em relação à Frente Popular quando este, anos mais tarde, se referiu a ela negativamente como um “casamento de jacaré com guarda-noturno”. (COUTO, 21 jan. 1946, p. 2/RC cp)³²

A contínua publicação de textos dos referidos autores, confirmada constante também ao longo dos anos em que o material foi editado (vide TABELA 1), também colabora para que se empreenda a análise a partir de outra perspectiva. Nesse sentido, mostrou-se válido atentar, primeiramente, para o fato de que os textos de autores de variadas correntes políticas nunca foram, no *Pensamento da America*, explicitamente atentatórios a nenhum pilar da corrente política vigente. A presença de determinados nomes, ao contrário, validava o projeto editorial apresentado pelo suplemento, legitimando-o. Lembremos que esse mesmo mecanismo de sustentação foi utilizado por outras publicações financiadas e editadas por órgãos vinculados ao Estado Novo. De forma complementar e contrária ao exposto por Moreira, assumimos que entre as tarefas do editor da publicação estava resguardar o interesse do governo e atender ao propósito da publicação sob seu comando, derivando daí a importância da escolha de nomes compatíveis com o projeto político vigente para exercer os cargos mais destacados no interior da redação.

A presença dos nomes citados por Moreira relaciona-se, assim, ao comprometimento do corpo editorial com a divulgação das artes e letras americanas, de forma a cumprir os objetivos da publicação que objetivou trazer às suas páginas o panorama cultural das Américas, o que não se concretizaria com a exclusão de nomes de projeção como Pablo Neruda, Waldo Frank, Walt Whitman, Diego Rivera, exemplos de artistas em grande evidencia no cenário americano. A partir dessa orientação não seria possível que se excluísse o célebre poeta peruano

³² Nessa carta enviada a João Neves da Fontoura, Couto fazia referência ao momento político europeu, relacionando-o com o vivenciado no final dos anos 1930: “Está tudo doido. Os franceses são vítimas do cancro que os rói: um comunismo intelectual e braças que só poderia favorecer a entrega da Europa ocidental aos russos. Exatamente como em 1938-1939. Os socialistas, hoje, batem no peito arrependidos e não largam o Movimento Popular católico, do [Georges] Bidault. Mas sofrem, todos, as consequências de uma virada brusca, como foi o Front Popular – casamento de jacaré com guarda-noturno, em 1937.” (COUTO, 21 jan. 1946, p. 2/RC cp)

César Vallejo, ainda que sua poética engajada (incluindo, a de apoio à Espanha republicana) não tenha tido espaço no *Pensamento da America*. Determinado posicionamento, acompanhou o do diretor do jornal *A Manhã* sobre a escolha de colaboradores e textos a serem veiculados, quando este afirmou que:

(...) quando convidei esses amigos³³ a que dessem o concurso de suas inteligências a *A Manhã*, não indaguei da agremiação política a que porventura tivessem pertencido. (...) Adotei o pressuposto de que os partidos estavam extintos. Seria deselegante, além de contrário ao espírito do regime – cujo principal objetivo foi o de promover a união entre nossos patrícios, até então divididos por lutas facciosas e estéreis – estar eu a recolocar etiquetas mortas nas convicções alheias. Um ajuste de contas dessa natureza não só seria retroativo como também profundamente vexatório, e antibrasileiro. Bastava, para a obra de cultura que *A MANHÃ* ia realizar, que os seus colaboradores, além de brasileiros, fossem legítimas expressões de nossa cultura. (RICARDO, 17 fev. 1943, p. 4, c. 5/*AM*)

Certamente, as palavras de Ricardo fazem mais sentido diante da conhecida presença de apoiadores do regime em postos mais altos do que o de colaboradores como, no caso do *SPA*, Ribeiro Couto. Mais do que o recato frente à censura, o mecanismo de seleção de colaborações empreendido por Couto refletiu prerrogativas pessoais que não apenas sua sensibilidade artística, como a solidariedade frente às políticas governamentais ou, ainda, a vontade de preservar sua relação com o governo que apoiava e que lhe concedera um prestigioso cargo dentro do jornal *A Manhã*.³⁴

Até então acomodado em poucas páginas, em 22 de janeiro de 1942 foi inaugurado seu novo formato,³⁵ passando o *SPA* a ser

³³ Entre outros, Cassiano Ricardo faz referência à Gustavo Barroso, Gilberto Freyre, Jorge de Lima, José Lins do Rego e Ribeiro Couto.

³⁴ No próximo capítulo mostraremos argumentos que embasam nosso posicionamento.

³⁵ De coluna, o *Pensamento da America* passa a ser apresentado sob forma de fascículos independentes, medindo 28 cm x 39 cm, em formato tabloide, tal como *Autores e Livros* (BERABA, 2008). Ao longo dos anos, sofreu poucas

publicado mensalmente, versão que seria seguida até o seu último exemplar. Tal mudança foi atribuída, posteriormente, segundo a própria publicação, ao seu sucesso e justificada como decorrente do atendimento de um pedido do público leitor, interessado em colecionar e acomodar melhor em suas estantes as edições (*SPA*, 22 mar. 1942, p. 58, c. 1), sendo, naquele momento, explicada em um novo editorial:

A direção de *A MANHÃ* resolveu transformar em publicação mensal o seu suplemento pan-americano, que, com o título de “*Pensamento da America*” vinha aparecendo semanalmente. Deu-lhe, para isso, nova feição, adotando o modelo de *Autores e Livros*, o nosso suplemento literário, que tão magnífico êxito tem obtido no Rio e em todos os Estados.

Pensamento da America passará a circular em fascículos de 16, 24 ou 32 páginas, conforme as necessidades e a matéria que tivemos a oferecer aos leitores. Sua paginação será seguida, de ano a ano, formando cada ano um volume, evocada (*sic!*) um desses volumes oferecemos aos leitores um índice geral de autores e assuntos. (*SPA*, 22 jan. 1942, p.1, c. 2)

O assunto foi retomado em março de 1943, como em forma de retrospectiva que marcava o encerramento de mais uma etapa editorial com o futuro afastamento, a partir de então definitivo, de Ribeiro Couto da direção:

Quanto ao suplemento brasileiro, AUTORES E LIVROS, a sua feição ficou de pronto aprovada. Seria – como foi e continuará a ser – um jornal de pequeno formato dentro do próprio jornal, podendo ser colecionado separadamente. De passagem diremos que a iniciativa de Múcio Leão está realizando no seu suplemento é um verdadeiro “tesouro literário”, uma enciclopédia bio-bibliográfica do Brasil. Dentro de muito pouco tempo, esse suplemento, devidamente colecionado, será uma preciosa mina de informações literárias. Ninguém escreverá sobre

modificações em seu suporte material e sua diagramação permaneceu praticamente inalterada.

Gonçalves Dias, Machado de Assis, Casimiro de Abreu, Graça Aranha, Joaquim Nabuco, Artur Azevedo, Laurindo Rabelo, etc., etc., sem consultar com proveio AUTORES E LIVROS. Por isso, era aconselhável que AUTORES E LIVROS fosse publicado, como sucede, em pequeno formato, isto é, num formato compatível com a medida habitual das estantes de biblioteca.

A experiência de PENSAMENTO DA AMERICA, suplemento consagrado às literaturas do continente, parecia de êxito menos certo. Não se podia prever o acolhimento dos leitores. Convinha, provisoriamente, acomodar a secção ao formato do jornal, em duas ou três páginas apenas. Entretanto, desde os primeiros suplementos, um grande número de leitores, em cartas enviadas a esta redacção, reclamou a publicação de PENSAMENTO DA AMERICA no formato de AUTORES E LIVROS, para os mesmos fins de conservação cômoda na estante.

Nos primeiros dias de outubro de 1941, o encarregado desta secção teve de ausentar-se, em viagem pelo estrangeiro, viagem de que só regressou agora, em março de 1942. Na sua ausência, ficou dirigindo PENSAMENTO DA AMERICA o ilustre redator da secção de Artes Plásticas de A MANHÃ, Manuel Bandeira. E os três – Manuel Bandeira, Múcio Leão e Cassiano Ricardo – decidiram, com a mais justa razão, uniformizar os dois suplementos. A partir de 22 de janeiro último, PENSAMENTO DA AMERICA passou a ser publicado uma vez por mês, no formato de AUTORES E LIVROS. Na semana em que aparece aquele, deixa este de ser publicado. Assim, ambos os suplementos se completam, já não só no espírito que os inspira, como na própria forma material. (SPA, 22 mar. 1942, p. 58, c. 1/SPA. Grifos no original)

Esse argumento foi reforçado por Beraba (2008), que acrescentou como explicação para o sucesso desse empreendimento editorial o fato de este envolver intelectuais competentes e já consagrados no campo intelectual, seja no literário ou artístico. No

entanto, uma avaliação que despreza o lugar ocupado pelo suplemento frente ao seu momento de publicação torna-se frágil. O contexto no qual o *SPA* se insere evidencia que a significativa alteração do formato editorial do suplemento, caracterizado pelo aumento abrupto e relevante de páginas, representa que à publicação, ferramenta de divulgação de um argumento legitimador de alinhamentos, financiamentos e investidas práticas, deveria ser reservado maior espaço.

O novo editorial, apresentado na primeira página do suplemento publicado em 1942, marcou o início da segunda fase da publicação, basicamente por apresentar duas diferenças essenciais: a já citada alteração de formato e a explicitação de que a política passaria a motivar sua publicação e integrar suas páginas. As mudanças estabelecidas, a nosso ver, se deram como uma relação de causa e efeito, sendo a mudança estrutural sofrida pelo suplemento decorrente do interesse e da necessidade de discutir o panamericanismo mais enfaticamente. A esse respeito, lemos nesse editorial:

(...) o *Pensamento da America*, que até hoje conservava uma característica meramente literária e artística passará a revestir também um caráter político.

Surge ele na hora culminante da vida americana. (...) Nosso desejo, nosso sonho, é que *Pensamento da America* possa constituir um indício, um eco, uma tradução da importância ímpar da hora que hoje soou para o mundo, e pois, para nós. (*SPA*, 22 jan. 1942, p. 1, c. 2-3)

Ainda que a política e a diplomacia americana tenham ganhado espaço, como indicamos, de forma explícita, o projeto inicial do suplemento permanecia inalterado, derivando daí a incontestável continuidade entre o primeiro e o segundo ciclo, sem excluir o fato de que esses guardaram diferenças. Manteve-se o destaque conferido à literatura, conforme se pode verificar com a análise das edições subsequentes a janeiro de 1942, mesmo com o alargamento dos interesses editoriais e do panorama que se pretendia apresentar:

Nosso intuito, que esperamos não seja demasiado temeroso, é transformá-lo num órgão especializado de difusão, no Brasil, de todas as informações, todos os conhecimentos, que se referem à América. Oxalá possamos fazê-lo

também um órgão de informações e estudos para o resto da América, de tudo o que se prende ao Brasil. (SPA, 22 jan. 1942, p. 1, c. 3)

Além de manter uma tendência voltada para o campo literário e artístico, a partir desse editorial o suplemento passou a apresentar também discussões políticas, explorando de forma muito mais aberta a questão do panamericanismo e dando grande espaço aos debates sobre as relações internacionais americanas em tempos de “solidariedade integral de sentimentos, de ideias e de aspirações, que nos reúne, a todos os povos americanos, no momento dramático que estamos vivendo” (SPA, 22 jan. 1942, p. 1, c. 4), conforme o suplemento. No entanto, é relevante perceber, como Luiza Franco Moreira nos expõe, que o elemento que marcou a distinção entre os dois ciclos se fez presente ao indicar, por exemplo, uma clara predileção pela publicação de textos de autores latinoamericanos em detrimento dos escritores norteamericanos em seu primeiro momento (MOREIRA, 2010, p. 197).

Não paradoxalmente, revelou-se notória a diferença entre o ciclo editorial semanal e o inaugurado em janeiro de 1942, que deixou transparecer o efeito da intensificação das trocas culturais com os Estados Unidos, haja vista que se passou a dedicar espaço maior a este país do que a qualquer outra nação americana.

Exemplifica-se facilmente este posicionamento da publicação tomando-se a primeira edição mensal, de 22 de janeiro de 1942, na qual o suplemento reservou espaço a inúmeros artigos que se relacionavam aos Estados Unidos. Na primeira página, a foto que encontramos é a de Getúlio Vargas e de Franklin Roosevelt, quando da visita do segundo ao Rio de Janeiro. Nas páginas seguintes, encontramos uma entrevista do embaixador norte-americano Jefferson Caffery concedida ao *A Manhã*, e artigos como *Estados Unidos de ontem e hoje*, por Marques Rebelo; *George Washington*, por Handsome; *A terra do pioneiro*, por Waldo Frank (traduzido por Vinícius de Moraes); sete páginas intituladas *Estados Unidos da América*, com descrições da geografia física e humana, história, economia e cultura daquele país (a Venezuela tem um quadro com este mesmo perfil apresentado no suplemento que conta com duas páginas apenas), *De Bolívar a Roosevelt*; “um grande poeta americano traduzido por um poeta brasileiro”, referindo-se a Longfellow e a Bezerra de Freitas, respectivamente.

Esse padrão acompanhou o desenvolvimento do SPA, fator que nos permitiu inferir que, de fato, o maciço bombardeio ideológico, que o Brasil recebeu na época, sobre o qual nos fala Tota em seu *O*

imperialismo sedutor (2000), surtiu efeito, mesmo que ao demonstrar que a presença dos Estados Unidos era mais marcante no suplemento panamericano, a partir de 1942, do que qualquer outra nação americana, além de esboçar o registro de que se caminhava no plano político para um alinhamento frente à guerra.

O SPA pretendeu, a partir desse momento, transformar-se, conforme indica o editorial de janeiro de 1942, em um órgão especializado na difusão de todas as informações, estudos e todos os conhecimentos que se referiam às Américas. Nesse sentido, mostrou-se receptivo tanto em relação aos clássicos quanto aos novos nomes do campo cultural americano, corroborando, nessa dupla mão, para a apresentação do panorama cultural do continente. Autores e livros que compunham manuais, antologias ou compêndios de literatura latino-americana, como *Facundo* (1845), de Domingo Faustino Sarmiento, *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha e *Martin Fierro* (1872), de José Hernández (PIAZZA; NEVES, 2012, p. 292) foram recorrentemente resgatados e publicados no SPA, contribuindo para a generalização de seu conhecimento entre leitores brasileiros. Por isso, a existência desse suplemento nos permitiu relativizar a afirmação de Leando Karnal, que expressou a ideia bastante recorrente de que

(...) obras clássicas da cultura hispano-americana (...) foram solenemente ignoradas pelos intelectuais e pelo público em geral no Brasil. Tomemos como exemplo o *Facundo* do argentino Sarmiento, a obra poética de Sórora Juana Inés de la Cruz no México, romances indigenistas como *Grande e Estranho é o Mundo* (do peruano Ciro Alegria) e o relato impressionista de *Eu, o supremo*, do paraguaio Roa Bastos (KARNAL, 2000, p. 96).

Nosso argumento se embasou, inclusive, na observação de uma série de publicações, que, a partir da década de 1920, travaram um diálogo cultural e buscaram construir um projeto ibero ou latinoamericanista, entre eles *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional* (1921-1924), *América Latina: Revista de Arte e Pensamento* (1919-1920), *Terra de Sol: Revista de Arte e Pensamento* (1924-1925), projeto posteriormente abraçado pelo *Pensamento da*

America, que veiculou os referidos clássicos no Brasil (NEVES, PIAZZA, 2012, p. 283).³⁶

Na transição para seu terceiro ciclo editorial, caracterizado pela presença de Renato Costa Almeida (1895 – 1981)³⁷ como diretor, a página pretendeu permanecer enquanto um “instrumento de cultura identificado com a sensibilidade política e as tendências intelectuais do governo do sr. Getúlio Vargas” (*SPA*, 22 mar. 1942, c. 1, p. 58/*SPA*). Continuou, a princípio, a acolher o debate político, muito embora indicasse que tal postura não maculava a proposta inicial do suplemento: “Ainda quando, fora do campo literário, PENSAMENTO DA AMERICA vier a acolher em suas páginas matéria política, podem estar certos os leitores de que nos anima o mesmo propósito de servir a ‘compreensão das Américas’” (*Id.* Grifo no original), tal como o *A Manhã*, conforme sinalizou o terceiro editorial da publicação.

Defrontando os três editoriais, observa-se uma semelhança que persiste. O primeiro, de 9 de agosto de 1941, indicou a intenção de

³⁶ Em *Bastões da nacionalidade: nação e nacionalismo nas obras de Elysio de Carvalho*, Clarice Caldini Lemos analisou parte da trajetória desse intelectual que foi o editor da primeira publicação citada (LEMOS, 2010). Já *Terra de Sol* foi objeto de pesquisa de Tiago Alexandre Viktor em *O debate sobre a identidade nacional brasileira em Terra de Sol: Revista de Arte e Pensamento* (VIKTOR, 2011).

³⁷ Baiano de Santo Antonio de Jesus, ensaísta, folclorista, musicista, professor, jornalista, conferencista e funcionário do Ministério das Relações Exteriores desde 1927. Nesse posto participou de missões culturais do Brasil no estrangeiro (como em setembro de 1936, quando representou o Brasil no XVII Congresso Internacional de História da Arte, realizado na Suíça, ou anos depois, quando integrou a Missão Cultural Brasileira que visitou o Uruguai). Amante do simbolismo e “cidadão honorário carioca” foi membro da Sociedade Felipe d’Oliveira, funcionário do Ministério das Relações Exteriores, membro do IHGB, da Academia Brasileira de Música e da Comissão Nacional do Folclore. Professor de português, de História, de Filosofia e diretor do Lycêe Français do Rio de Janeiro em 1926, além de presidente da Fundação Graça Aranha. Vinculou-se aos grupos de *Estética* e de *Festa*. Trabalhou no *Monitor Mercantil* e colaborou com as revistas *América Brasileira*, *Terra de Sol*, *Lanterna Verde*. Foi nomeado diretor-executivo da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e foi membro-fundador efetivo do Conselho Superior de Música Popular Brasileira do Museu da Imagem e do Som (MIS), a partir de 1966. Teve como principal referência intelectual Graça Aranha (1868-1931). Informações colhidas em BOAVENTURA, 1978; ENCICLOPEDIA da musica brasileira, 1977, FRADE, 2003, p. 19; LIMA, 1960; MARIZ, 1983; MARTINS, 2011; PRADO, 2010; *A Manhã*, 2 mai. 1943, p. 2.

dedicar suas páginas “a tudo que possa valer como revelação da riqueza espiritual da família americana, de cuja força e de cuja originalidade se pode dizer que já constituem as linhas mestras de uma civilização própria” (SPA, 9 ago. 1941, c. 1 p. 17) ao passo que o último justificou sua existência a partir do argumento que a publicação não estaria “de costas voltadas para nenhuma forma de atividade, para nenhuma expressão moral e material da vida americana” (SPA, 22 mar. 1942, p. 58, c. 1).

Nessas três fases a presença de uma diretiva editorial que endossou imagens, autores, textos e teses americanas canônicas não



excluiu a apresentação de novos valores artísticos, como Jorge Luis Borges, Ciro Alegria e seu *El mundo es ancho y ajeno* (1941) e Waldo Frank (1889-1967).³⁸ Este último, conhecido como intelectual *outsider* por ser comunista e contestador do estilo de vida extremamente materialista e consumista estadunidense (TOTA, 2000), por exemplo, teve sua visita ao Brasil, em nome da política panamericanista, largamente divulgada no SPA. Essa visita esteve inserida no contexto da aproximação cultural entre o país e os Estados Unidos e foi realizada a convite do OCIAA, um Birô Internacional que “realizou a preparação do esforço de guerra, coordenando agências estatais e privadas, mobilizando a comunidade norte-americana de

Imagem 8: Waldo Frank. Capa do SPA de maio de 1942.

³⁸ A página se posicionava como cultora de novidades literárias e artísticas conforme Moreira, que se referiu especialmente ao primeiro e mais curto ciclo editorial do suplemento, quando foi publicado, provavelmente pela primeira vez no Brasil, nomes considerados hoje fundamentais para a literatura americana (MOREIRA, 2010, pp. 195 – 196). A autora fez referência a Jorge Luis Borges, Gabriela Mistral, César Vallejo e Alfonsina Storni; Langston Hughes; Pedro Henríquez Ureña e Fernando Ortiz.

negócios no reforço da solidariedade hemisférica” (OLIVEIRA, 2000, p. 94).

1.3 A defesa do panamericanismo como escopo da publicação

Ainda que tenha existido quem vislumbrasse o panamericanismo como “uma doutrina essencialmente brasileira” (MAUL, 1941, p. 17)³⁹, esse conceito perpassou séculos e teve força especialmente no momento dos movimentos de independências no continente,⁴⁰ tendo ganhado um novo e diferente fôlego durante a Segunda Guerra Mundial e os anos que a antecederam ao se moldar às necessidades das nações envolvidas a partir da comunhão de sentimentos e crença em princípios ideologicamente rígidos, mas na prática maleáveis sob o ponto de vista discursivo.⁴¹

³⁹ O acesso à referida obra foi possível diante da gentileza de Jorge Minella. Carlos Maul foi, segundo, Minella, “jornalista, escritor e poeta, [e] em 1937, ano da instalação do Estado Novo, organizou a Comissão de Publicações da Biblioteca do Exército.” (MINELLA, 2012, p. 28). A leitura da obra nos diz sobre uma concepção pouco recorrente sobre o panamericanismo, especificamente quando o autor apontou que suas raízes se assentariam em duas correspondências, uma de José Joaquim da Maia (1786) e outra de Cruz Cabaguá (1817), respectivamente endereçadas a Thomas Jefferson e ao governo dos Estados Unidos (*Id.*). Aqui reside uma via interpretativa aparentemente não difundida, ainda que tenha servido a uma manobra discursiva bastante presente ao longo da defesa do panamericanismo no período a que nos dedicamos, a de enfatizar a proeminência do Brasil nessa empreitada continental, como o próprio Maul expressou no seguinte trecho: “O Brasil é compreendido e estimado no desempenho da sua missão providencial no continente.” (MAUL, 1941, p. 46). Em sentido próximo, o SPA fez referência a Alexandre Gusmão como o “grande precursor do pan-americanismo” porque este teria previsto “em funda precedência diplomática, que a conquista de uma vida autônoma só se realizaria na América, através de uma união compreensiva e justa de interesses, guardadas as premissas fundamentais do respeito mútuo e da independência de ação.” (SPA, 22 jan. 1942, p. 2, c. 1)

⁴⁰ Durante o período de Independências dos países sulamericanos, o panamericanismo tinha uma proposta diferente da apregoada durante a Boa Vizinhança. Os Estados Unidos e o Canadá não eram necessariamente incluídos em tal discurso, onde a ideia da tradição latinoamericana formava a base da união continental proposta.

⁴¹ Os princípios eram a “fé nas instituições republicanas, lealdade à democracia como um ideal, reverência pela liberdade, aceitação da dignidade do indivíduo e seus direitos pessoais invioláveis, crença na resolução pacífica das disputas,

A crise de 1929 e, posteriormente, a iminência da guerra impuseram aos Estados Unidos a necessidade de reformulação da política externa, que passou a buscar vias para privilegiar a Boa Vizinhança, que designada dessa forma data de 1933, ano em que se deu a VII Conferência Panamericana, em Montevideú, ao invés do *Big Stick*. O governo de Franklin Delano Roosevelt empreendeu a substituição, ainda que não inteiramente, das intervenções militares e de métodos coercitivos pela adoção de negociações diplomáticas e colaboração econômica e militar aos demais países americanos, estratégia para consolidar alianças mais estáveis com a América Latina. Tal postura foi refletida pela capa do *Reader's Digest* de setembro de 1940, na qual Cordell Hull, Secretário de Estado de F. Roosevelt, estimulou a campanha em prol da política panamericana:

O livre intercambio de ideias entre nações, tanto quanto entre indivíduos, é a maneira mais amigável para estabelecer e manter o entendimento. Cidadãos dos Estados Unidos que avaliarem esta oportunidade encontrarão uma forma prática de fazer a sua parte individual na, agora, vital causa da unidade Pan-Americana. (HULL *apud* JUNQUEIRA, 2000, p. 36)

O panamericanismo, assim, nesse período, cumpriu papel importante no intento de pautar as relações dos Estados Unidos com a América Latina na reciprocidade em detrimento da belicosidade (GAMBINI, 1977, p. 46), tendo o governo Roosevelt significado um marco no que se refere à “mudança na política intervencionista que prevalecera por trinta anos, desde o início do século, nas relações com a América Latina caracterizada pela revogação de métodos coercitivos e pela adoção de negociações diplomáticas e colaboração econômica e militar”. (MOURA, 1982, p. 58)

Além disso, a empreitada política, econômica e ideológica, inerente a propagação e inculcação dos valores panamericanos, respondia também à necessidade dos Estados Unidos de recuperar sua própria economia, através da expansão dos mercados externos e do

aversão ao uso da força como um instrumento de política nacional ou internacional, adesão aos princípios de soberania igual dos Estados e justiça sob a lei internacional, esperança de estabelecimento de uma paz duradoura para todas as nações”. (MOURA, 1982, p. 137)

suprimento de matérias-primas, ou seja, da complementaridade econômica. (MOURA, 1982, p. 54; 56)

As relações entre os dois países até aquele momento não apresentavam um histórico de aproximação efetiva. Mesmo que os Estados Unidos tivessem sido os primeiros a reconhecer o governo independente do Brasil, o presidente estadunidense James Monroe deplorou publicamente que no país se tivesse erigido uma monarquia, referindo-se a tal situação como uma nódoa no sistema republicano da América e um mau exemplo para todos os povos (MELLO, 1963, p. 272). A reprovação ganhava contornos políticos à medida que o regime monárquico brasileiro não pretendeu romper definitivamente os laços com a Europa, o que, como sugeria a Doutrina Monroe, deveria acontecer para que o continente americano afastasse o perigo do domínio europeu. As ideias de Monroe chegaram a Buenos Aires com a fragata norte-americana Esmerald, a 6 de fevereiro de 1824 e todos os periódicos, especialmente, *La Gaceta Mercantil* e *El Argos*, nos dias subsequentes ao evento

dedicaram maior ou menor espaço à mensagem americana, mas todos com simpatia e aplausos, sem contudo destruírem a arraigada e fundada crença de que só a Inglaterra poderia, eficazmente, por seu poder, destruir as intenções da Santa Aliança, unida na questão da América à Espanha. (MELLO, 1963, p. 275)

Elaborada um ano antes, essa doutrina representou a concepção estadunidense sobre o panamericanismo e se referiu também ao desejo de preservar os interesses do próprio país dentro do continente. Sua formulação divergiu de outras doutrinas anteriores que refletiram o intento de uma América una do ponto de vista geográfico e político a partir de diversos matizes e situadas em diferentes momentos históricos:

Algumas propostas começaram a surgir no século XVIII, como a do peruano Pablo Olavide, defensor de um panamericanismo restrito aos países da América do Sul. No século XIX, foi a vez de Juan Martínez de Rosas que pregava o princípio de solidariedade entre o Chile e as Sociedades hispano-americanas. Segundo ele, a união entre esses povos garantiria a independência de cada um, além de evitar conflitos

interamericanos. Já os argentinos José de San Martín e o Coronel Bernardo Monteagudo também defenderam o estabelecimento da América única, transformando o continente em um imenso Estado comum. Essas ideias, mais tarde, foram desenvolvidas sob duas modalidades: o bolivarianismo e o monroísmo (...) ambas ganharam força durante o processo de independência dos países sul-americanos, no início do século XIX. (SOUTO; HOLANDA, 2000, p. 7)

Especialmente fruto de reflexões levadas a cabo na I Conferência Interamericana, em Washington (1889-1890), na qual se discutiu sem êxito questões referentes à arbitragem e união aduaneira continentais, a Doutrina Monroe encontrou na teoria do Destino Manifesto ressonância e, mais tarde, em 1904, foi reafirmada pelo corolário Roosevelt, que expressou vivamente o caráter unilateral de determinada doutrina e formalizou o recrudescimento da política exterior estadunidense em relação à América Latina. Ainda que outras Conferências Panamericanas tenham acontecido sucessivamente, tais diretivas foram dificilmente superadas, fazendo perpetuar e dominar ações intervencionistas e de caráter imperialista por parte dos Estados Unidos.

Tanto o bolivarianismo quanto o monroísmo deixaram seus traços marcados na proposta panamericana veiculada na década de 1940, tendo o *SPA* evocado o simbolismo presente em ambas como forma de sedimentar seu próprio discurso. Monroe, por exemplo, foi citado pelo suplemento como aquele que teria lançado as bases da solidariedade continental que pôde ser verificada, mais tarde, na Conferência dos Chanceleres, no Rio de Janeiro em 1942 (*SPA*, 19 abr. 1942, p. 74), apesar de esta simbolizar, de acordo com o *SPA*, a consolidação de um novo panamericanismo, “transfigurado em verdadeira consciência coletiva” e oposto àquele “até então temido por alguns países do Continente, que nele descobriram as veleidades imperialistas dos Estados Unidos (...)”. (SOMBRA, 19 abr. 1942, p. 73, c. 1/*SPA*)

Já nos ideais bolivarianos, segundo o suplemento, estaria encarnada a gênese da nova proposta panamericana. Em artigo intitulado *De Bolívar a Roosevelt*, remetendo-se aos Congressos do Panamá (1826) e do Rio de Janeiro (1942), respectivamente, citou-se a frase de Saenz-Peña, que, como um estudioso da questão americana, disse que em política a América teria que se voltar para as ideias de Bolívar,

(ALOY, 22 jan. 1942, p. 27 – 28, c. 1/SPA) ou, expressando-se no mesmo sentido, de Francisco Garcia Calderón, quando este escreveu que um “século depois, o continente obedeceria seus desígnios, como a um conjuro divino” (ALOY, 22 jan. 1942, p. 27–28, c. 1/SPA), comentando a Carta de Jamaica, uma das primeiras manifestações “proféticas” do “Libertador”. Tanto o estadista platino, como o pensador peruano estariam corretos, asseverou o suplemento, diante da afirmação categórica dos ideais do “gênio tutelar da nossa América” na Reunião de Chanceleres que teve lugar no Rio de Janeiro.

Mesmo alertando para o fato de que “O ‘Libertador’ acalentava o grande ideal da Confederação Pan-Americana dos povos de origem espanhola” (HANDSOME, 22 jan. 1942, p. 26, c. 5)⁴², a exclusão do Brasil passava despercebida quando, em frases como a presente no artigo *Simón Bolívar (O libertador)*, lia-se que “As suas [de Bolívar] avançadas ideias panamericanas – hoje concretizadas – tinham por finalidade o que presentemente contemplamos – a solidariedade e a aliança Pan-Americana entre todas as nações do continente, unidas por ideias comuns. A visão política de Bolívar precedia um século de civilização”. (*Id.*)

Os leitores de *Pensamento da America* acessavam a informação de que o Brasil, dessa forma, encontrava-se diante e em meio à concretização da solidariedade e da aliança panamericana, e como tal não era permitido negar, segundo um articulista do suplemento,

[...] ao Libertador a glória de ter levado à prática a ideia da Federação de Nações Americanas, que o céu escute os votos de duzentos e cinquenta milhões de americanos e seja Franklin Delano Roosevelt, com a cooperação de ilustres homens que governam hoje as nossas Repúblicas, o realizador desse magno ideal! (ALOY, 22 jan. 1942, p. 27 – 28, c. 2/SPA)

A proeminência atribuída à figura do referido presidente estadunidense faz sentido diante do contexto de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos e da tradição da política externa brasileira inaugurada com a entrada de Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores (1902) e da subsequente criação da Embaixada brasileira em

⁴² A pesquisa em dicionários biobibliográficos de escritores, heterônimos e pseudônimos americanos se revelou infrutífera na busca pela identidade de Handsome.

Washington (1905). Nesse período, a diferenciação nada tênue que se estabeleceu na diplomacia brasileira em relação aos Estados Unidos pode ser evidenciada se levarmos em conta duas tendências opostas que as carreiras diplomáticas de Oliveira Lima e Joaquim Nabuco representaram a partir do “momento em que as relações do Brasil com os Estados Unidos tomavam novo rumo num contexto de expansão do monroísmo sob a égide pan-americanista” (RÉ, 2011, p. 266).

Nabuco, primeiro embaixador brasileiro nos Estados Unidos (1905-1910), acreditava que se deveria priorizar a aproximação com os Estados Unidos, enquanto Oliveira Lima, que foi Ministro do Brasil no Japão, Venezuela, Bélgica e Suécia, acreditava que tal aproximação deveria se dar com cautela, sendo ela não imperativa (RÉ, 2011, p. 266). A postura de Lima foi evidenciada com a publicação de seu livro *Pan-americanismo: Monroe, Bolívar, Roosevelt* (1907), no qual o diplomata aferrou suas críticas aos Estados Unidos e à Doutrina Monroe, questionando suas intenções e validade, ainda que, anteriormente, sustentasse um pensamento que convergia com o de Nabuco quando vislumbrava os Estados Unidos como modelo civilizatório e institucional, como expressou em seu livro *Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais*, de 1899. Conforme Flávia Maria Ré (2011), ambos, pautando-se em conceitos como raça e meio, associaram determinado modelo à superioridade da civilização saxônica na América. Por essa mesma chave interpretativa, ainda, formulou-se hierarquias relativas ao grau de desenvolvimento dos países americanos, colocando o Brasil a frente da América hispânica em nível de desenvolvimento.

O posterior posicionamento de Oliveira Lima influenciou, em 1906, “seu rompimento definitivo com Nabuco e Rio Branco, acarretando-lhe perdas profissionais e levando-o, em 1913, a solicitar sua aposentadoria da carreira diplomática” (PRADO, 2001, p. 12). No plano diplomático, essa situação demonstrava sinais de uma diretiva de alinhamento vitoriosa para os anos subsequentes. Essa é uma explicação que ganha fôlego diante da análise do suplemento *Pensamento da America*, que foi um grande divulgador dos feitos de Joaquim Nabuco e do Ministro de Relações Exteriores, Barão do Rio Branco.⁴³ Apesar de

⁴³ José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, nome que dominou por décadas o cenário político-institucional brasileiro e o Itamaraty, foi constantemente homenageado pelo suplemento, contando com cerca de 21 artigos a seu respeito, bem como edições exclusivamente a ele dedicadas. Também apareceu em destaque na série *Historiadores*, de *Autores e Livros*, que

não defender publicamente nenhuma das posições diplomáticas que estavam em questão, o suplemento reservou para estes diplomatas posição de destaque no cenário político internacional em detrimento de Oliveira Lima, o que denota que apesar do panamericanismo defendido em suas páginas referir-se à união entre todas as nações americanas, existia uma predileção de alinhamento calcada em interesses políticos e econômicos implícitos.

Diante desse histórico, o interesse de fazer reviver a política panamericana de forma a se afastar do bordão do *big stick* atendeu a novas demandas que se impunham frente à conjuntura de guerra e, apesar da latente disparidade entre a organização política brasileira e estadunidense, a nação irradiadora de diretrizes da Política da Boa Vizinhança vislumbrou a necessidade de ter o Brasil como um aliado importante e potencial: a variedade de recursos naturais e a imensidão territorial que guardava dois de seus principais interesses (o ponto mais próximo à Europa do continente e a concentração de colônias alemãs e italianas no sul do país⁴⁴). Este último elemento encerrava desconfiança

salientou seus “trabalhos de 'Memórias' – sobre a questão das Missões e sobre a questão do Amapá, além do verbete sobre o Brasil para a *Encyclopédie* e a *Esquisse d'Histoire du Brésil*” (GOMES, 1996, p. 105). Nabuco, de forma semelhante, teve posição de destaque quando os grandes nomes do continente foram destacados pela publicação. Já Oliveira Lima, que não teve lugar destacado nas páginas do *SPA*, foi homenageado na mesma série da também publicação estadonovista, tendo seus *História da civilização* e *D. João VI no Brasil* (1908) valorizados, sendo este último indicado como a melhor história da formação da nacionalidade brasileira. Leandro Karnal ressaltou a visão que os livros didáticos brasileiros apresentam em relação ao item “questões de fronteira”: “Os embates fronteiriços da república velha com os vizinhos constroem um mito (o Barão do Rio Branco) e mostram como, de forma pacífica, fomos mantendo nossos direitos “legítimos” sobre áreas de disputa com a Argentina, com a Bolívia e com a França. No caso específico da apropriação do Acre, a violência dos brasileiros contra os bolivianos é sempre diminuída em detrimento do Tratado de Petrópolis (...).” (KARNAL, 2000, p. 94-95). Esse certamente é um elemento bastante recordado quando falamos das raízes do distanciamento entre o Brasil e os demais países latino-americanos. O que parece ser significativo ressaltar é o aparente paradoxo que envolve a sobrevalorização da figura do Barão em um suplemento que exaltou a coesão americana. Mais facilmente se entende o porquê do silenciamento dos possíveis atritos ocasionados pela ampliação das fronteiras brasileiras.

⁴⁴ Estudos que reforçaram o perigo do isolamento dessas colônias foram recorrentes, como o de Gambini, que ao se referir ao tema afirmou que o Brasil apresentava as melhores condições para a expansão “da influência alemã nas

e desconforto, agravados pelo posicionamento ambíguo do presidente brasileiro frente à guerra.

Com a nomeação de Oswaldo Aranha em 1938 para a pasta de Relações Exteriores ficava estabelecido o equilíbrio no governo que tinha como representativos pró-germânicos o chefe do Estado Maior do Exército e o ministro da Guerra, respectivamente Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Além de Oswaldo Aranha e do embaixador estadunidense no Brasil, Jefferson Caffery, o Subsecretário de Estado para assuntos latino-americanos, e Sumner Welles foram figuras importantes nas relações diplomáticas entre os dois países no momento em que se estreitavam as relações entre Brasil e Estados Unidos.

Parcela significativa de importância nesse sentido e contexto pode ser seguramente atribuída ao *OCIAA*, uma “fábrica de ideologias” (TOTA, 2000, p. 19), criada pelo governo estadunidense para enfrentar a presença do Eixo no continente americano e que teve a sua frente Nelson Rockefeller. Seu setor de imprensa veiculou, entre outros temas, a transmissão de notícias de guerra, a divulgação do esforço dos americanos nos campos de batalha, assim como a divulgação do Brasil nos Estados Unidos. Foi também esse birô que patrocinou a visita de astros e estrelas de Hollywood à América Latina, incluindo o Brasil. Neste esforço se inseriu o mundo do cinema, e em particular, a vinda de Disney ao Brasil, em 1941, e o nascimento de Zé Carioca em um processo de construção cultural que incluiu o panamericanismo como elemento da cultura dita moderna no Brasil e que deixou marcas profundas na identidade nacional. (OLIVEIRA, 2000, pp.100, 97-98)

Anterior ao conhecido *Office*, já pelo menos desde 1890, com a criação da União Panamericana, investidas de ordem principalmente comercial eram estrategicamente coordenadas pelos Estados Unidos. Este órgão se manteve ativo durante os anos 1940, tendo se caracterizado nesse período por ser, conforme correspondência de L. S. Rowe, diretor geral da União Panamericana (Washington D. C.) dirigida ao sr. Diretor de “A Noite” Rio de Janeiro em 2 de janeiro de 1944:

Américas devido à existência de colônias de imigrantes, cuja mobilização política serviu de apoio às negociações político-econômicas realizadas no plano diplomático” (GAMBINI, 1977, p. 53). Ainda que essa versão tenha se difundido, outras abordagens dão conta de aspectos capazes de relativizar o distanciamento geográfico das colônias alemãs e desmistificar o mito do perigo alemão, como a análise empreendida pelo historiador René Gertz (GERTZ, 1987) ou a apresentada em *Tempos de Capanema*, especialmente no capítulo *A Constituição da Nacionalidade*. (SCHWARTZMAN, et. al., 2000)

(...) uma organização internacional mantida pelas vinte e uma repúblicas americanas no intuito de promover entre as mesmas entendimento e amizade mútuos, cooperação comercial e paz. É dirigida por um Conselho Diretor composto do Secretário de Estado dos Estados Unidos e representantes diplomáticos das outras nações americanas, acreditados em Washington (...). (ROWE, 1944, p. 1/AO pi 165)

Além de outras funções, tal organismo promovia e divulgava datas relativas ao panamericanismo, como o 14 de abril, reservado à comemoração do dia Panamericano, também conhecido como dia das Américas, data instituída, em 1931, em homenagem à criação da União Panamericana. Ficava a seu cargo a solicitação de que ao evento fosse reservada publicidade nas páginas dos jornais brasileiros, como expressa a correspondência acima citada e na qual lemos:

Caro sr. Diretor, como vossa excelência deve provavelmente saber, o 14 de abril é festejado anualmente como o Dia das Américas e foi designado pelos governos de todas as Repúblicas americanas para assinalar a união de todas elas pelos laços de amizade, formando uma grande comunhão de nações no Hemisfério ocidental. Escrevo esta na esperança de que V. S. possa lembrar-se, no dia 14 de abril, da passagem deste aniversário continental, seja pela publicação de um artigo editorial em “A Noite”, ou uma história assinalando alguma fase notável das relações interamericanas. (*Id.*)

Tal comemoração não passaria em branco como previsivelmente se pode supor, no *SPA*, que a ela deu notoriedade. O destaque maior ficou por conta da publicação de uma conferência de Argeu Guimarães, diplomata que participou de várias missões no exterior, sendo inclusive delegado do Brasil no Congresso do Panamá de 1926 e colaborador de inúmeros periódicos no Brasil e no exterior (SOBRINHO, 1940, p. 204 – 205), denominada *O dia panamericano*, publicada em abril de 1943. Tal conferência havia sido realizada na Associação Cristã de Moços e nela o autor afirmou a sinceridade do seu culto ao “ideal em que hoje se retemperam os nossos corações.” (GUIMARÃES, 25 abr. 1943, p. 51, c. 1/*SPA*)

Da parte brasileira, interesses pragmáticos também animaram determinado alinhamento. O projeto nacional vislumbrado pelo governo Vargas esbarrava na necessidade de financiamento externo, já que, segundo Corsi, “faltava apoio das classes dominantes brasileiras, contrárias à intervenção do Estado na economia”, além da “ausência de uma reforma fiscal consistente” (CORSI *apud* BERABA, 2008, p. 36). O Brasil, ainda, necessitava fortalecer a área militar. A equidistância pragmática levada a cabo entre 1935 e 1942 – expressão cunhada por Gerson Moura –, reflexo tanto da postura diante da conjuntura externa quanto da condição da política interna, foi mantida pelo governo brasileiro e colaborou para a manutenção da autonomia de suas decisões internas, como também para angariar apoio financeiro externo visando fortalecer a economia e industrializar o país.

Com o desenrolar da guerra em solo americano, as páginas do suplemento, respeitando a diretriz editorial de informar sobre o andamento das articulações e movimentações frente ao que se vivenciava na América, demonstraram a mudança de posicionamento do governo:

A guerra já chegou às costas americanas. Este continente que tanto se orgulhava da sua paz não pôde ser poupado. A agressão japonesa em Pearl Harbour marca uma nova etapa na vida do Novo Mundo. Ainda que as páginas desse suplemento não sejam dedicadas à política (...) não podemos fechar-nos numa torre de marfim, silenciando sobre os interesses de segurança continental no instante em que o inimigo de uma nação não pode senão ser considerado como inimigo de todos. (SPA, 26 jul. 1942, p. 121, c. 1)

Esse artigo antecipou o que se concretizou no plano político quando, em agosto de 1942, o governo brasileiro reconheceu a situação de beligerância entre o Brasil e as nações agressoras após uma série de ataques de submarinos alemães a navios brasileiros e posteriormente, no final daquele mesmo mês, declarou o Estado de Guerra em todo o território nacional. Com vistas a divulgar determinada ação, o suplemento reproduziu o discurso do ministro Oswaldo Aranha realizado na finalização da III Conferência de Chanceleres no Rio de Janeiro, convocada após o ataque japonês a Pearl Harbor. Em sua fala, entre outros elementos, este afirmou que:

A neutralidade do Brasil foi sempre exemplar, mas nossa solidariedade com a América é histórica e tradicional. (...) Essa foi a nossa história, porque o curso do tempo não reduziu, antes aumentou nos brasileiros não só a confiança em si mesmos, mas a consciência da solidariedade com os seus irmãos americanos. Esta é a razão pela qual, hoje, às 6 horas da tarde, de ordem do sr. presidente da República, os embaixadores do Brasil, em Berlim e Tóquio e o encarregado de negócios do Brasil em Roma, passaram nota a seus governos junto aos quais estão acreditados, comunicando que, em virtude das recomendações da III Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, o Brasil rompia suas relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, a Itália e o Japão. (ARANHA, 22 fev. 1942, c. 3-4, p. 33/SPA)

O que se observa é que as páginas do suplemento aqui analisado acompanharam e divulgaram as políticas de aproximação empreendidas pelo governo brasileiro durante a guerra, desde seu início até o momento em que a América se sagrou “vitoriosa”, como expressou a capa da edição de maio de 1945, momento de reafirmação da importância atribuída ao panamericanismo no decorrer e no desfecho do conflito mundial.⁴⁵ Durante o desenrolar da guerra o SPA elegeu os condutores da, por eles denominada, “cruzada salvadora”. Ao lado de Getúlio Vargas, Roosevelt foi recorrentemente exaltado:

Vivemos um dos momentos mais graves da humanidade e deles se poderá compreender toda a expressão, que exige sacrifícios de fé e de tenacidade, da mesma sorte que encerra esperanças que não podem ser desiludidas, através da prece de Franklin Delano Roosevelt, o grande

⁴⁵ Nesse artigo podemos ler que “A grande hora das Américas, não apenas aquela em que os nazistas foram vencidos nos campos de batalha, mas aquela outra em que o hemisfério conseguiu estabelecer integralmente a sua unidade, como força política construtora da paz universal” (SPA, 27 mai. 1945, p. 65, c. 1). Os resultados dessa conferência foram também comemorados pela *Revista do Brasil*, que destacou a lealdade brasileira ao panamericanismo. (LUCA, 2011. p. 321)

condutor da Cruzada Salvadora, no dia da invasão.

São palavras da mais profunda intensidade humana, pelas quais o eminente estadista se dirige a todos os corações bem formados, pedindo-lhes que supliquem, com ele, ao Todo Poderoso, alento, coragem, constância e energia para os soldados que se batem na mais injusta de todas as causas, a fim de defender a coexistência livre dos povos e criaturas.

Nesta hora amarga de sofrimento, em que a guerra está exigindo supremos sacrifícios de sangue, Deus há de abençoar a América e as Nações Unidas, afim de que se conservem de dia para dia mais intransigentes no seu posto de honra, para salvaguardar a civilização cristã contra as cruces deformadas, contra os deuses do Wahlalla, da força e da escravidão, contra as conspirações do ódio racial, dos Estados totalitários, do direito do mais forte. (*SPA*, 18 jun. 1944, p. 152, c. 1)

Dessa forma, o *SPA* buscou mostrar que pensamento e o trabalho da América como um todo se voltavam naquele momento aos esforços de guerra, encampados pelas “nações de bem” que compunham o continente americano.⁴⁶ A guerra, segundo o discurso recorrente nesse suplemento, teria fornecido os elementos necessários para a consolidação do que há muito tempo seria o interesse dos países americanos, ou seja, a união continental.

Um colaborador, em artigo intitulado *O Americanismo do presidente Getúlio Vargas*, afirmou que ante a “dolorosa tragédia no Velho Mundo”, os americanos olhavam seu continente de outra forma.

⁴⁶ Novamente, os Estados Unidos receberam destaque pela grande capacidade material que era disponibilizada para o esforço das Américas de vencer as potências totalitárias: “A guerra moderna começa nos estaleiros e nas oficinas. A batalha se estende por todos os mares e por todos os continentes. Russos, ingleses, franceses, belgas, holandeses, noruegueses, sérvios, australianos, neozelandeses, sul-africanos, sírios, libaneses, ‘palestinos’, egípcios, chineses, canadenses, mexicanos, cubanos, panamenhos, guatemaltecos, nicaraguenses e brasileiros tem os olhos voltados para o gigantesco estaleiro e a gigantesca oficina dos Estados Unidos da América, de onde sairão os navios, aviões e as armas que darão o golpe mortal no nazismo e restabelecerão no mundo o império da paz, da civilização e da democracia”. (*SPA*, 30 ago. 1942, p. 152, c. 4)

Apegavam-se a ele, fazendo com que o sentimento de pertencimento à América se estreitasse. Essa conjuntura teria gerado a necessidade de cooperação em torno de ideais americanos comuns e unidade de ação dos povos das Américas, movimento para o qual o Brasil teria vindo a somar forças. Nesse mesmo artigo, foram citados trechos de discursos de Vargas que corroboram com as palavras do autor, como por exemplo, a entrevista que o presidente brasileiro concedeu ao jornal argentino *La Prensa*, onde o mesmo afirmou que o “governo e povo brasileiro desejam uma união cada vez maior com os povos americanos e tem a firme convicção de que é necessário caminharmos unidos, porque o perigo que possa ameaçar a um ameaçará a todos.” Ou ainda, o discurso proferido no Ministério da Guerra, no qual Vargas afirmou que “Onde estiver qualquer nação americana deverão estar as nações irmãs do hemisfério, e nós estaremos entre elas, pronto a empenhar-nos na defesa comum”. (VARGAS *apud* SOMBRA, 10 abr. 1942, p. 73, c. 1/SPA).

Esse empenho, como veremos a seguir, pautou-se em uma interpretação peculiar da política panamericana.

1.4 Panamericanismo à brasileira: pragmatismo político e econômico como base para a reinterpretação da política de aproximação continental

De forma a acompanhar, divulgar e legitimar tal esforço, as páginas do suplemento acolheram a interpretação brasileira da política panamericana, que segundo o jornal *A Manhã* teria se desenvolvido e propiciado a oportunidade de se colocar em relevo o papel que o Brasil vinha desempenhando como guia das nações do hemisfério americano (AMARAL, 12 set. 1941, p. 4, c. 5-6/AM). Tal interpretação foi intensivamente abordada no *Pensamento da America*, que defendeu a ideia de que o Brasil não precisaria vestir o mesmo figurino constitucional dos Estados Unidos, nem recorrer a uma imagem ianque para criar uma democracia, preferindo fundar uma à sua imagem, ou, como recorrentemente apontada, uma democracia autoritária.⁴⁷ Dessa

⁴⁷ A “democracia autoritária” podia aparecer, inclusive, como “a verdadeira democracia”, conforme artigo publicado no jornal *A Noite* em 26 de novembro de 1942 (Cf. CAPELATO, 1989, p. 213). Tal designação ia ao encontro da recorrente afirmação do próprio chefe do governo acerca do assunto, como, por exemplo, em entrevista concedida ao escritor argentino Fernando Ortiz

maneira, o governo brasileiro marcava uma posição de defesa dos seus interesses acima dos continentais, apesar de assumir que solidariedade continental constituía um “compromisso sagrado para os povos desse hemisfério”. (9 set. 1941, p. 4, c. 4/AM)

O panamericanismo à brasileira expresso nas páginas do suplemento *Pensamento da America* negou a colaboração unilateral com os Estados Unidos e representou uma ferramenta importante na tentativa de marcar a hegemonia brasileira no sul do continente e se firmar como parceiro comercial prioritário entre os países sulamericanos.⁴⁸ Quanto mais a Argentina se afastava de determinada direção, mais o governo brasileiro, acomodando-se às pressões externas, afirmava sua adesão ao panamericanismo, que, em solo nacional, segundo Azevedo Amaral, foi desenvolvido e interpretado a partir da ótica estadonovista (AMARAL, 12 set. 1941, p. 4, c. 1/AM), tendo contribuído com o interesse de firmar o Brasil como uma liderança regional (BERABA, 2008, p. 36). Determinada possibilidade se mostrava palpável à medida que dialogava com uma “essência comum” presente na diretriz da política panamericana resgatada pelos Estados Unidos:

o panamericanismo ao invés de exaltar uma raça e uma pátria, ele realçava a solidariedade entre as nações; ao invés de implantar nos países

Echague, então redator de La Nación de Buenos Aires, no qual Vargas asseverou: “Se a primeira vista, como diz você, a estrutura do Estado Nacional pode parecer obstáculo a defesa dos princípios democráticos de formação americana, o Brasil nunca deixou de ser, sob o novo regime, uma democracia, de vez que, mais que as palavras e as convenções legais das democracias parlamentares, o regime atende aos interesses do povo e consulta as suas tendências através das organizações sindicais e associações produtoras. É mais uma democracia econômica que política e por isso apresenta, simplificando, o mecanismo adequado de consulta e controle da opinião pública.” (VARGAS *apud* MAUL, 1941, p. 72 – 73).

⁴⁸ Durante essa investida de persuasão ideológica e penetração cultural “o Brasil recebeu 71% de todo o auxílio militar prestado à América Latina, conquistando assim um status político militar muito superior ao de 1938” (GAMBINI, 1977, p. 141). A autoafirmação política diante da sociedade brasileira e a elevação do país a uma posição hegemônica no continente (*Id.*) foram elementos visados pelo governo brasileiro, também elencados por Gerson Moura e Ana Luiza Beraba, que discorreram sobre as relações Brasil - Estados Unidos como centrada no desejo de ambas as nações fortalecerem o sistema interamericano, e da parte do primeiro, conquistar a afirmação como potência do sul do continente (MOURA, 1982, p. 33; BERABA, 2008, p. 36).

subordinados o corpo estranho de um partido político, ele sublinhava o respeito à soberania nacional. O panamericanismo se apresentava como uma política NATURAL. Acentuava-se a solidariedade dos Estados-nações soberanos e não aparecia como um elemento de dominação. Sua eficácia como instrumento de convergência de interesses de dominadores e subordinados pode ser medida pelas próprias análises e conclusões de estudiosos que não percebem qualquer elemento de dominação no panamericanismo. Não se nega aqui a eficácia reconhecida do panamericanismo como elemento mobilizador na luta contra o nazifascismo. O desejo de fortalecer o sistema interamericano podia constituir uma motivação tanto para os governantes dos Estados Unidos como para os brasileiros. (MOURA, 1982, p. 170. Grifo no original)

Nesse sentido, o panamericanismo aparecia como “uma afirmação de doutrina tranquilizadora para os países americanos”, à medida que preservava o “direito que assiste a cada povo de escolher o sistema político mais conveniente aos seus interesses e à sua natureza” (MAUL, 1941, p. 29). Ou seja, o sistema interamericano surgia como um espaço democrático que “não dependia de uma identidade de regimes políticos, mas da adesão a um centro hegemônico” (MOURA, 1982, p. 137). Essa característica pressupunha certa margem de manobra no que toca a sua interpretação e estimulou a adesão dissimulando os eventuais impactos advindos de conflitos de ordem política.

Nesse contexto, o nacionalismo, que pautou o debate político e intelectual brasileiro ansioso por justificativas para adoção de posturas autoritárias, perdia a prévia conotação de entrave ao alinhamento à política panamericana. Durante o Estado Novo, sua valorização ia ao encontro do intento de unir o país fragmentado e disperso, “no sentido de que cada indivíduo para ser brasileiro deveria sentir-se brasileiro” (CAMPOS, 2006, p. 38), decorrendo daí a significativa importância do investimento tanto prático como de valorização discursiva da *Marcha para o Oeste* (LENHARO, 1986) e de outras políticas de integração nacional. Do sucesso dessa empreitada decorreria também, segundo a interpretação constante no *SPA*, o êxito da integração continental.

Especialmente no que toca às relações Brasil e Estados Unidos, a reformulação da política panamericana divulgada no Brasil visou,

entre outros, sanar as possíveis contradições que decorriam da aproximação entre a política interna brasileira pós-golpe de 1937, de feição autoritária e em “clima de repúdio ao liberalismo político e econômico e de ênfase às soluções nacionalistas e corporativistas” (MOURA, 1982, p. 106) e o panamericanismo, política internacionalista por excelência. A despeito disso, a cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos aparecia destacadamente no seio do esforço de guerra como necessária para a proteção do continente contra o nazismo e passou a ser elemento de fundamentação das novas bases do panamericanismo no Brasil, àquela altura atualizado e revigorado segundo as páginas do suplemento *Pensamento da America*. (SOMBRA, 19 abr. 1942, p. 73- 74/SPA)

Durante o Estado Novo, Vargas manteve o discurso nacionalista, que reivindicava a soberania nacional sempre acima do discurso panamericanista, mesmo em tempos de guerra. O nacionalismo, em cuja base se encontrava a percepção das contradições geradas pela dependência externa, propunha a unidade nacional, a adequação da cultura e das instituições à realidade brasileira e a ampla utilização dos recursos nacionais para um desenvolvimento autodeterminado (GARCIA, 1982). Acompanhando tal posicionamento, expressava-se no *Pensamento da America* a defesa da soberania como “(...) um princípio fundamental, mesmo porque o panamericanismo não pode ser, nem nunca será, a renúncia da soberania, é antes uma conjugação de esforços coletivos, emanados de cada expressão nacional e com seus matizes peculiares”. (SPA, 30 mai. 1943, p. 53, c. 1)

Além disso, a internacionalidade panamericana serviu para a cristalização da brasilidade que se impunha firmemente quando posta diante do diferente, afirmando-a nas semelhanças e diferenças com as demais nações americanas e criando condições para reforçar as peculiaridades brasileiras. Assim, o choque que poderia existir entre políticas aparentemente antagônicas – nacionalismo e internacionalismo - era revertido e aproveitado, como nos mostra o artigo publicado no suplemento *Pensamento da America* em 1942, no qual o presidente Vargas defendeu o panamericanismo como forma de manutenção da soberania nacional:

Somente pela paz e pela união de todos conseguiremos construir o nosso engrandecimento e formar uma grande e poderosa nação, sem temer e sem dar às outras nações motivos de receio. (...) E essa união, essa solidariedade, para ser firme e

duradoura, deve basear-se no mútuo respeito das soberanias nacionais e na liberdade de nos organizarmos, politicamente, segundo as próprias tendências, interesses e necessidades. Assim entendemos a doutrina de Monroe e assim a praticamos. O nosso pan-americanismo nunca teve em vista a defesa de regimes políticos, pois isso seria atentar contra o direito que tem cada nação para dirigir a sua vida interna e governar-se. Fomos um império e somos, hoje, uma República, sem que a mudança de regime nos afastasse dessa política de cooperação, que é uma tradição em nossa história. (VARGAS, 22 jan. 1942, p. 1, c.1/SPA)

Tal postura nos mostra que a equação da questão nacionalismo *versus* panamericanismo, que eventualmente poderia ser atribulada, ficou a cargo da defesa da soberania nacional, sendo a necessidade de união dos estados brasileiros seguida pela defesa da união dos países americanos. Essa proposta foi reafirmada em diferentes momentos, principalmente ao longo da segunda Guerra Mundial, e teve no *Pensamento da America* local destinado à sua divulgação.

Da questão da democracia poderia advir, a princípio, um desconforto, para não dizer um entrave à concretização do panamericanismo,⁴⁹ como afiança o parecer de Ribeiro Couto em viagem aos Estados Unidos:

Sobre o Brasil, análogos equívocos. A palavra “democracia” enche todas as bocas e faz o orgulho nacional americano, mesmo quando os órgãos dessa democracia – como estava acontecendo – preparam a fraqueza da nação iludida. Para nós, a democracia tem outras fórmulas e outra substância. Muito mais realistas que os americanos, o que nos importa são os resultados, a ação direta produzindo aquilo que

⁴⁹ Entrave não parece ser a palavra apropriada tendo em vista que, de forma geral, a democracia não caracterizava a prática política vigentes nas repúblicas americanas. Sobre os Estados Unidos, especificamente, um relato de viagem não assinado presente no arquivo Luiz Vergara afiança essa constatação ao afirmar que a liberdade estadunidense tão apregoada não corresponde à realidade, principalmente em função das violências cometidas em relação as populações negras. (LV PI S. Ass. 1943/1944.00.00/CPDOC/RJ)

por outros meios seria inatingível. Numa palavra: a América não nos perdoava “o ditador”. O próprio grande amigo dos Estados Unidos, o chanceler das rasgadas atitudes, era objeto de sarcasmo, ataques e desconfianças, como se vê de alguns livros publicados nos últimos meses – e que se vendem às dezenas de milhares. Em suma, o Brasil – quando aqui cheguei, era uma espécie de “irmão natural” e pagão dos Estados Unidos; irmão, sim, mas nascido de uma revolução ilegítima, e, além de tudo, não batizado por um plebiscito... (COUTO, 26 jan. 1942, p. 4/ RC pi).

Segundo Couto, nesse mesmo relato, a lealdade e a franqueza do governo brasileiro nas primeiras horas do ataque a *Pearl Harbour* e às Filipinas, foram uma surpresa tão grande quanto o próprio ataque japonês. Nesse momento o diretor do *Pensamento da America* passou a ser perguntado:

“What about Brazil?” – era a pergunta que eu ouvia dos meus amigos, a cada instante. A declaração de solidariedade completa com os Estados Unidos, na segunda-feira, 8 de Dezembro, respondeu a essas e outras interrogações. “What about Brazil? Look... Just look”. Já agora, a conferência do Rio de Janeiro acabou por “virar pelo avesso” a opinião pública – antes tão mal orientada. O esforço do governo brasileiro, pela unidade americana – não em palavras, mas em atos – entrou pelos olhos do “homem da rua”. As instituições daqui e daí não se parecem, é verdade; mas o espírito é o mesmo. E, nos jornais, os nomes do presidente Getulio Vargas e do chanceler Oswaldo Aranha aparecem engalanados de simpatia, mesmo na pena crítica dos comentaristas mais desabusados.

O “Time”, o grande magazine que todo americano lê (não sei quantos milhões de tiragem), publicou, a 19 de Janeiro, um longo artigo meio sarcástico sobre a conferência – e, nas entrelinhas, indicou de quem se esperava o grande esforço para a vitória das Américas: the “spide” (a aranha). Na capa, o retrato do chanceler brasileiro com esta legenda: “ele crê em decisões rápidas, auxílio do

capital estrangeiro, trabalho intenso”. Agora, é o secretário Sumner Welles que transmite para o seu povo, depois da grande vitória do Rio de Janeiro, este simples juízo a respeito do presidente Getúlio Vargas: “É uma montanha de força.” (COUTO, 26 jan. 1942, pp. 4 -5/RC pi)

Assim, Couto reafirmou a união necessária acima das divergências de governo: “Para perder ou para ganhar, estamos com ela. Acima das diferenças de raça, psicologia, história e formas de organização pública – somos todos América” (*Id.*), importando no momento exaltar as divergências e não “chicanar sobre os pontos de divergência” (*Id.*), tendo em vista que a derrota dos Estados Unidos representaria a derrota de toda a América e dos ideais de democracia social nela reinante.⁵⁰

A esse respeito, um articulista do *SPA* afirmou que a conduta firme do Brasil em manter a solidariedade americana foi decisiva para o destino das Américas, atribuindo dessa forma destacada importância às ações do governo brasileiro diante de uma conjuntura que pedia soluções imediatas e concretas. Nesse mesmo artigo lemos que parecia que o Brasil, por seu regime de governo autoritário e nacionalista, se afastaria da comunidade americana, o que não aconteceu, uma vez que, segundo o *SPA*, “o novo panamericanismo viveu e tornou-se vitorioso porque se fez a soma da política rooseveltiana de Boa Vizinha com a política getuliana de união acima da livre diferença de regimes”, o que teria constituído o mais sábio pensamento político, por resguardar as soberanias nacionais no seio da comunidade americana (SOMBRA, 19 abr. 1942, p. 73, c. 1/*SPA*).

⁵⁰ A desilusão marcou a primeira impressão de Couto em relação aos Estados Unidos, expressa da seguinte forma: “Aqui cheguei a 20 de Outubro. Tinha uma verdadeira ânsia de encontrar neste hemisfério aquela “consciência americana” a que estamos habituados, nós, brasileiros, desde meninos. Consciência da América e do universo. Entretanto, que desilusão, nesse primeiro contato; que melancolia, a desses dias de iniciação... Convinha escrever? Era melhor silenciar e esperar. A América, para os brasileiros, é um prolongamento da sensibilidade pátria. Já na escola primária nos ensinam a recitar poesias dos nossos românticos – os Porto Alegre, os Castro Alves – em que Colombo aparece, diante de Jeová, em exercício de funções públicas: Vai, Colombo, abre a cortina, Da minha eterna oficina, Vira a América de lá! No entanto, aqui, o homem da rua era outro. Havendo cursado “outra escola primária” – outra que não o grupo escolar. (COUTO, 26 jan. 1942, p. 1/RC pi)

O discurso do suplemento aderiu, salvo os elementos frutos de reelaboraões em solo nacional empreendidas e já comentadas, à política panamericana emanada pelos Estados Unidos, preocupando-se em silenciar sobre o histórico modelo de relacionamento dessa potência norte-americana com as demais nações americanas, intimamente relacionadas, muitas vezes, à agressividade de políticas e ações intervencionistas. Nesse contexto, além de captar um modelo civilizacional e econômico estadunidense, o panamericanismo indicou também uma possibilidade de alinhamento não apenas frente à guerra – com a comunhão em torno de um “mal” comum expresso pelo nazifascismo – mas, de forma inicial, de adesão a um conjunto de diretivas que impactaram especialmente as economias regionais dos países latino-americanos.

Solucionados ao menos discursiva e simbolicamente os impasses relacionados à questão da democracia e do nacionalismo brasileiros, o panamericanismo foi expresso pelo *SPA* como uma causa brasileira, tendo passado a representar a comunhão de sentimentos em torno dos ideais pelos quais os países americanos apoiadores da frente estadunidense na guerra deveriam lutar. Nesse sentido, ações práticas empreendidas pelo governo foram destacadas em suas páginas, que enalteceram, por exemplo, a partida do Corpo Expedicionário para os campos de batalha:

Nada pode mostrar mais e melhor ao mundo a firmeza dos nossos propósitos e a coerência da nossa ação do que a partida do Corpo Expedicionário para os campos de batalha.

Entramos na guerra em nome de princípios básicos da nossa existência, essenciais a ela e fundamentais à sobrevivência nacional, propusemos a defender, com eles, o continente e, sem medir sacrifícios ou ceder a sentimentalismo fáceis o soldado brasileiro vai dar o seu sangue pela mais nobre das causas, porque é a causa mesma da persistência da vida brasileira.

E asseguramos, (destarte) o respeito à solidariedade americana, não mais como um postulado ideal ou um anelo fervoroso, mas como imperativo categórico da conveniência de nossos povos.

A declaração de Havana de que toda agressão a uma nação americana é agressão a cada qual e a

todas elas, sacramos com a nossa assinatura, garantimos com o nosso esforço e santificamos com o heroísmo de nossos soldados. [...]

E guardarão no espírito e no coração estas palavras do Presidente Getúlio Vargas, luzentes de fé e de confiança no Brasil e nos brasileiros:

“Soldados Expedicionários:

Tranquilizai-vos quanto ao futuro. Todas as providências foram tomadas para que nada vos falte. Os vossos entes, queridos – esposas, mães, noivas, filhos – aguardarão confiantes o vosso retorno e estarão amparados pelo Governo – pelo Brasil que cumpre lealmente seu dever e ao lado de poderosos aliados irá ganhar, com o esforço e a intrepidez da sua juventude, lugar condigno na comunidade das nações civilizadas.

A pátria tudo espera de vós e orgulha-se da vossa dedicação.

Que a benção de Deus vos acompanhe como vos acompanham os nossos espíritos e os nossos corações, até o regresso com a vitória.

Em qualquer circunstancia em meio as dificuldades próprias dessa jornada heroica, lembrai-vos sempre que defendeis uma tradição, uma bandeira e um nome – Brasil.” (*SPA*, 28 mai. 1944, p. 65, c. 1- 5)

Assim, a solidariedade continental, adaptada à realidade e às intenções brasileiras e apropriada como tal, serviu como instrumento de barganha no plano político e econômico para reequipar as forças armadas e, especialmente, construir a siderúrgica de Volta Redonda. O governo fez dessa apropriação um instrumento para que a nação brasileira galgasse espaço no cenário americano, vinculando-a como necessariamente distinta da renúncia da soberania nacional, tomando-a antes como uma unidade defensiva na qual cada país nos limites de suas condições e possibilidades colaboraria.

Ao tornar desnecessária a unidade de regimes políticos e pontuar como elemento importante o resguardo da autonomia dos países envolvidos, o discurso panamericano divulgado pelo *SPA* se desvencilhou da pecha imperialista, dissolveu a necessidade de coerência entre o discurso e a prática interna dos Estados americanos e instalou a fluidez discursiva necessária para unir as tão diferentes e, naquele momento, nações irmãs em torno de uma causa comum.

1.5 A naturalização do discurso panamericano como forma de sedimentar a existência de uma “consciência de unidade americana”

O Brasil vivenciou na década de 1930 a restrição da flexibilidade da política externa, situação que delimitou um quadro composto por elementos como, por exemplo, “precedência de questões domésticas sobre os negócios externos; economia dependente de poucos produtos de exportação, papel influente das relações pessoais na tomada de decisão” (GIFFIN *apud* MOURA, 1982, p. 33). Nesse contexto, o alinhamento a favor do panamericanismo e, posteriormente, em prol dos Aliados, foi significativo e estratégico. O país se beneficiou da ideia de ser um bom vizinho, tendo o conjunto de iniciativas incorporadas ao projeto de união panamericana sendo melhor aceito e difundido quando divulgado como algo natural aos americanos, extinguindo-se, ao menos no discurso, qualquer elemento de dominação e desrespeito à soberania das nações latino-americanas.

O panamericanismo passou a ser, como até o momento exposto, a partir da política da Boa Vizinha, uma causa brasileira defendida abertamente como prioridade do governo Vargas que encontrou espaço privilegiado para divulgação no *Pensamento da America*. Coube observar essa publicação de forma a atentar para algumas particularidades referentes às políticas de escrita adotadas, como por exemplo, a valorização da estética triunfalista e heróica, dando destaque à figura de Simón Bolívar.⁵¹ O suplemento selecionou textos calcados na historiografia e na literatura ‘oficiais’ para compor a publicação, denotando que o apelo ao mito bolivariano atuou como uma ferramenta na consolidação do panamericanismo como causa nacional.

Nessa empreitada foram apresentados textos sobre a história, descrições de aspectos físicos e humanos dos países americanos, nomes dos pais-fundadores da nacionalidade de cada país e, como tal se pretendia mostrar, as nações americanas eram sempre retratadas como promissoras, deixando assim os aspectos negativos que pudessem existir silenciados. Nesse sentido, a apresentação da história oficial dos países selecionados, bem como de toda série de elementos nela encarnados – e aqui destaco os heróis pátrios - cumpria o papel de quebrar a distância, instruir para superar o pouco conhecimento e promover a ampliação do

⁵¹ O tema foi discutido em *Bolívar entre textos e imagens no suplemento Pensamento da América: mito, profeta ou herói?*, no IX Congreso Intenacional de la Asociación de Historiadores Latinoamericanos y del Caribe - ADHILAC (NEVES; PIAZZA, 2010).

sentimento de união. Esse último aspecto, que resultaria da difusão dos primeiros, tornava-se necessário para que a tônica discursiva não recaísse apenas sobre a proximidade geográfica, mas sim sobre o sentimento de orgulho dos brasileiros em compor o continente americano, promovendo assim, a identificação necessária para a união continental.

Nesse movimento, apareceu como solução apropriada a veiculação do discurso cívico, tão caro ao Estado Novo, mas agora reproduzido nas páginas do suplemento com fins de apresentar as ‘profundas’ e ‘naturais’ raízes da união continental. A divulgação de nomes de grandes estadistas, intelectuais e heróis do continente pode ser encarada como uma tentativa de aproximar realidades, agregar ao sentimento nacional, o orgulho advindo de feitos memoráveis de outras nações americanas, e oferecer a elas nossos ‘grandes nomes’ e ‘feitos’, como motivo comum de orgulho, como elo de comunhão e pertencimento a mesma comunidade imaginada, no sentido atribuído por Benedict Anderson (1989).

Especificamente sobre Bolívar, nome recorrentemente recrutado para demonstrar as longínquas raízes da política que se pretendia divulgar, a construção de sua imagem heroica perpassou pela constituição de um lugar de memória (NORA, 1993) capaz de preservar o mito de origem e os pais fundadores da América independente do esquecimento. Daí decorreu também a fundação da memória histórica, que uniu a constituição comemorativa e construtiva do fato, consolidando uma temporalidade definidora da história advinda dos vencedores, brancos e proprietários (REINATO, 2000, p. 104). As bases históricas desse culto não deixaram de figurar no suplemento *SPA*, que buscou a apropriação das significações dele advindas. O artigo intitulado *O culto a Bolívar através da Revista de La Sociedad Bolivariana* nos mostrou isso quando a redação do suplemento afirmou que

O culto à memória do Libertador, em vários países da América mantido por diversas “Sociedades Bolivarianas, transparece, em toda a sua pujança de verdadeiro sentimento cívico coletivo, nas páginas das publicações pelas mesmas entidades editadas, como é o caso da “Revista de La Sociedad Bolivariana”, órgão da Sociedad Bolivariana da Venezuela, cujo número 9, relativo aos últimos meses de 1941, apareceu, então, em Caracas. (*SPA*, 24 mai. 1942, p. 95, c.1)

O *Pensamento da America*, ao demonstrar que esse culto ultrapassou as fronteiras venezuelanas e se propagou por toda a América, conforme inferimos a partir da leitura do trecho acima citado, se colocou como cultuador devotado desse ícone americano, apresentado-o não apenas como o herói da América hispânica, como também de toda a América e indicando sua predileção pelo seu nome em detrimento de outros líderes e pensadores americanos. Dessa forma, o Brasil era incluído no discurso bolivariano que foi reutilizado no novo contexto de união continental divulgado pelo suplemento, garantindo, assim, a divulgação do panamericanismo como uma causa não momentânea ou efêmera.

O momento no qual se publicou esse suplemento era segundo o discurso oficial do governo,

(...) enfim, em que se fortalecem e estreitam a solidariedade e compreensão inter-americana ante o perigo comum, agigantam-se a figura inconfundível e única do Libertador, ao contemplarmos como se concretiza o seu pensamento e a sua obra, através da palavra, da ação e do exemplo de Franklin Delano Roosevelt, em quem deparamos um irmão espiritual de Bolívar, pela ampla compreensão do destino da América e pela sua fé em fazer do Novo Mundo ‘a maior nação da terra, menos pela sua extensão e riquezas, do que pela sua glória e amor à Liberdade’, conforme as palavras do Libertador, na sua celebre Carta de Jamaica. (ALOY, 22 jan. 1942, pp. 27-28, c. 1/SPA)

Nesse sentido, implantou-se, para contemplar o novo ideal panamericano, uma resignificação do papel dos heróis nacionais, tomada, nessa nova conjuntura, como elemento capaz de contribuir para a conformação de unidade continental a partir especialmente do conhecimento em relação aos países que pretendiam formar o bloco coeso. Sabe-se da importância dos meios de comunicação para a produção de mitos como apontou, por exemplo, Capelato ao se referir ao processo de exteriorização de uma figura carismática de Getúlio Vargas (CAPELATO, 1989, p. 227). Tendo em vista o contexto de aproximação dos países do continente, a atuação do SPA não fugiu a essa regra, mas pelo contrário, dotou-a de grande significação e a ela concedeu maior espaço.

Assim, a memória e o conhecimento histórico se articularam nas páginas da publicação estadonovista como instrumento capaz de fornecer subsídios para que se conhecesse melhor as repúblicas-irmãs, e, a partir disso, viabilizar a renovação de sentimento em relação a elas. Solapava-se, assim, o distanciamento através da contribuição que a memória, instrumentalizada para tal fim, poderia oferecer. Atendendo a esse propósito, o panteão foi erguido e apresentado mensalmente ao público brasileiro.

Tal união, invocada inúmeras vezes no plano da retórica, passava pelo momento de prova e, conforme um colaborador do *SPA*, não seria “necessário fazer muitas conclusões, nem utilizar nenhuma teoria jurídica para lograr uma perfeita e clara concretização do verdadeiro panamericanismo, que impuliona[va] as vinte e uma nações do continente” (ESCOBAR, 25 jul. 1943, p. 83, c. 1/*SPA*). Esse é apenas um exemplo de que o discurso veiculado pelo suplemento enfatizou a ‘perfeita’ e ‘clara’ concretização do ‘verdadeiro’ panamericanismo, atribuindo a ele raízes profundas.

Exatamente por isso investiu-se na divulgação da existência da ‘consciência de uma unidade americana’, através especialmente da veiculação de um discurso de naturalização do panamericanismo, capaz de dissolver a velha imagem de uma América desagregada e voltada para o mundo europeu, elemento necessariamente constitutivo do que se propunha por panamericanismo nos anos 1940. Se existira o tempo em que reinara na América o separatismo de ordem moral e político, com oposição entre as Américas inglesa, espanhola e portuguesa (*SPA*, 19 abr. 1942, p. 77, c. 4-5), mostrou-se imperativo afirmar que, naquele momento,

Qualquer que seja a forma das instituições de cada povo – há uma unidade moral e política americana. Essa convicção não é só dos governos é das multidões. Trata-se de nações ricas e poderosas, trata-se de nações economicamente mais modestas, por toda parte existe uma “consciência americana”. Por toda a parte o cidadão deste país se sente pertencer a uma só família humana, trabalhando por um ideal comum, de liberdade e de civilização. (*SPA*, 19 abr. 1942, p. 77, c. 4-5)

Também importante era investir nesse elemento como força construtiva de um pretenso discurso desnudo de intenções práticas,

assinando a naturalidade, a não ocasionalidade e a perpetuidade daquela política de aproximação:

O americanismo que, na reação ao ataque, se agigantou e deu ao mundo o espetáculo vigoroso da solidariedade de todos os povos desse hemisfério, não é um entendimento ocasional de países ameaçados, nem uma aliança transitória diante do inimigo. É uma atitude sentimental e lógica, de tal sorte que não foi um país apenas, mas todo o continente que os japoneses atacaram na manhã de 7 de dezembro de 1941”. (*SPA*, 30 mai. 1943, pp. 53-54, c. 4)

Esse esforço retórico visava diluir a imaginação europeia que impregnava o sentimento brasileiro (NABUCO, 1934, p. 34), dirimir a “tradição eurocêntrica, responsável, portanto, pelo fato do país estar de olhos postos na Europa e de costas para a América Latina” (PRADO, 2001, p. 1) e, ainda, afastar-se da noção que incompatibilizava lusismo e americanismo (HOLANDA, 1978, p. 24). Em suma, buscava-se vencer a tradição imposta inicialmente durante o Segundo Reinado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que colaborou para a formulação e divulgação de um retrato da nação marcadamente europeia. Ou, posteriormente, com as interpretações de Von Martius e Varnhagen, bem como suas reproduções, que ressaltaram ostensivamente a positividade da influência europeia sobre a formação brasileira.⁵²

⁵² A grande carga de estereótipos negativos consolidados em relação aos demais países latino-americanos não ficava a cargo apenas do Brasil. O imaginário dos cidadãos estadunidenses constituiu-se muitas vezes calcado na assimetria em relação às demais populações americanas, incluindo-se aí o Brasil, sendo constantes as atribuições negativas ao temperamento latino (FERES, 2005). Esse estudo mostrou que era corrente a ideia que seria inescapável e incurável a ação da herança composta pelo iberismo, catolicismo, presença negra e indígena, elementos relacionados ao ruralismo, personalismo, militarismo, individualismo extremo e à tendência à corrupção como características inerentes aos habitantes do sul do Rio Grande. Essa era uma barreira que precisava ser vencida e as iniciativas para tal davam conta de atender também a demanda comercial, como pode exemplificar o estudo realizado por Ricardo Salvatore, que analisou textos distribuídos a comerciantes e industriais estadunidenses a fim de fornecer subsídios para que aqueles conhecessem melhor seus parceiros comerciais do sul (SALVATORE, 2005). Outro importante estudo acerca do

Em suma, através das páginas do *Pensamento da America*, aparentemente a única publicação oficial destinada a divulgar as ações referentes à política de aproximação continental, o Brasil mostrou sua firmeza na defesa do panamericanismo, não apenas expondo força e disponibilidade de recursos materiais e humanos, mas também se colocando como porta voz da defesa da necessidade da consolidação da política panamericana no país. A articulação ideológica em torno do conceito de vizinhança, que dava margem ao entendimento de que existiam interesses conflitantes entre os americanos, não teve espaço no suplemento, que expressou a unanimidade e a comunhão irrestritas como sinônimos da união continental. Ao *Pensamento da America* coube o papel de divulgar esse quadro e enfatizar as potencialidades políticas e artísticas que adviriam da consolidação de tal união, que serviu como escopo à publicação até sua derradeira edição.

A defesa da união continental ultrapassou o término da Segunda Grande Guerra livre do interesse imediato imposto por esta, mas não de intenções pragmáticas. Parece sintomático que em proporção inversa caminharam o afastamento temporal do fim do conflito e o vivo interesse pela aproximação das nações americanas, ainda que fosse possível encontrar iniciativas como a da formulação de uma bandeira continental no ano de 1947, apresentada por Oswaldo Aranha por ocasião da Conferência de Petrópolis realizada naquele ano sob os auspícios da União Panamericana. Em carta endereçada a ele, o historiador Teodoro Figueira de Almeida, autor de *A missão americana* (1918), escreveu:

Acredito sinceramente que a criação de uma tal bandeira, como expressivo símbolo da unidade política e cultural dos povos da América, constitui uma ideia que merecerá a plena simpatia de V. Ex. tanto mais, porque representaria sem dúvida alguma um dos meios mais propícios de exaltar o significado histórico do Pacto de Defesa Mútua que foi celebrado no importante conclave, no qual

assunto foi empreendido por Giunta (2005), que se debruçou sobre a cruzada empreendida por Nelson Rockefeller, movimento esse que se pautou na busca por um internacionalismo artístico, capaz de estabelecer o intercâmbio, atendendo à necessidade dos Estados Unidos de conhecer melhor a cultura das nações irmãs, sob o lema “Conocer”, “dialogar”, “intercambiar”. (GIUNTA, 2005).

cabia a V. Ex. a honra de ter sido seu ilustre Presidente. (...)

Merecerão neste respeito sobretudo a apreciação de V. Ex. duas características dessa concepção:

1º Sua ideia básica que consiste em exaltar a Unidade das Américas por símbolos significativos dos três supremos ideais em que se funda e alimenta esta grande união, ideais que (...) constituem ao mesmo tempo os fundamentos do nosso sistema de vida democrático e panamericano.

2º Certas características originais (...) visando fazer deste Símbolo panamericano não só um meio sugestivo de cultivar os nobres conceitos por ele exaltados, mas criar uma arma psicológica em defesa desses ideais. (ALMEIDA, 1947, p. 1/OA cp 1947.12.28)

Fé, Esperança e Fraternidade, seriam os três conceitos do Evangelho que o presidente Harry Trumann afirmara terem sido adotados por todos os americanos como princípios básicos, conforme lemos no mesmo documento. Estes norteariam a idealização da bandeira em um momento oportuno para se preservar na América, “o seu sistema de vida e seus regimes democráticos” (*Id.*). O que essa iniciativa pode demonstrar é a validade de ser publicado, ainda no final dos anos 1940, um suplemento como o *SPA*. Ainda que não houvesse se dado por completo o esvaziamento de conteúdo político da publicação, em seus números finais a carga política comportada em suas páginas já havia sido dissipada quase que completamente, quase como se fosse natural.

TABELA 1

Publicações de Gabriela Mistral, Alfonso Reyes, Pablo Neruda, César Vallejo, Vicente Huidobro, Langston Hughes e Waldo Frank no *SPA* (1941 – 1945).⁵³

a) GABRIELA MISTRAL	PUBLICAÇÃO	DATA
	País de Ausência	9 ago. 1941
	Vida e obra de Gabriela Mistral, texto da chilena Magdalena Petit	2 set. 1941
	Festas em Setembro (Gabriela Mistral a Ribeiro Couto)	24 out. 1942
	Terra do índio	29 nov. 1942
	Recado a Julio Barrenechea	30 mai. 1943
	Recado - sobre o “Copihue” chileno	25 jul. 1943
	Urquieta apresentado por Gabriela Mistral	26 set. 1943
	Recado sobre “Tlalocs”	28 nov. 1943
	A experiência escolar de Gabriela Mistral nos Estados Unidos, texto não assinado	28 nov. 1943
	A poesia infantil de H. Lisboa	26 mar. 1944
	O Chile e a pedra	30 abr. 1944
	Mensagem sobre o mestre Juan Francisco	18 jun. 1944
	Elogio da criança	18 jun. 1944
	Totila Albert visto por	26 nov. 1944

⁵³ Estes foram nomes indicados por Luiza Franco Moreira. A presença deste na publicação, segundo a autora, sinalizou uma tentativa de resistência ao controle da ditadura nas páginas do *SPA*, vide início da discussão na página 52.

	Gabriela Mistral	
	O panorama literário feminino no Brasil visto por Gabriela Mistral	26 ago. 1945
	Espiritualidade	30 set. 1945
	Gabriela Mistral e a América	25 nov. 1945
	Gabriela Mistral, prêmio Nobel de Literatura	25 nov. 1945

b. ALFONSO REYES	PUBLICAÇÃO	DATA
	América	27 nov. 1941
	A forma do idioma – fronteira linguística	10 dez. 1941
	América	22 fev. 1942
	A Forma do Idioma, fronteira Linguística	22 mar. 1942
	Significação de “Virgin Spain”	24 mai. 1942
	Fuga de Natal	20 dez. 1942
	Alfonso Reyes e o Colégio do México, texto não assinado	25 abri. 1943
	Helio Aristides ou o Verdugo de si Mesmo	29 ago. 1943
	O México num Noz	31 out. 1943
	Posição da América (conferência)	24 set. 1944
	O destino da América	27 mai. 1945

c. PABLO NERUDA	PUBLICAÇÃO	DATA
	Um poema de Pablo Neruda	30 out. 1941
	Penetração na madeira	10 dez. 1941
	Poesia chilena –	26 jul. 1942

	Penetração na madeira	
	Só a morte	28 fev. 1943
	Poema Vinte	26 nov. 1944

d. CÉSAR VALLEJO	PUBLICAÇÃO	DATA
	O poema do peruano Cesar Vallejo (<i>Idílio Morto</i>)	17 ago. 1941
	Um Poema do Peruano Cesar Vallejo (<i>Idílio Morto</i>)	22 mar. 1942

e. VICENTE HUIDOBRO	PUBLICAÇÃO	DATA
	Dois poemas de Vicente Huidobro (<i>Globe-Trotter e Arte-Poética</i>)	13 nov. 1941
	Vicente Huidobro - um poema (<i>Globe-Trotter</i>)	26 jul. 1942

f. LANGSTON HUGHES	PUBLICAÇÃO	DATA
	Langston Hughes (<i>Canto da Saudade e Oferenda</i>)	26 ago. 1941
	Poemas de Langston Hughes (<i>Canto de Harlem Noturno; Lenox Avenue, Meia Noite; Juventude; Lua de março; Aspiração; Mulher da Rua; Terra de Alabama; Poema</i>)	27 set. 1942
	Poemas do poeta negro Langston	4 jul. 1944

	Hughes (<i>Canto de Harlem Noturno; Lenox Avenue, Meia Noite; Juventude; Canto da Saudade; Mulher da Rua; Terra de Alabama</i>)	
--	---	--

g. WALDO FRANK	PUBLICAÇÃO	DATA
	A terra do Pioneiro	6 nov. 1941
	A terra do Pioneiro	22 jan. 1942
	Waldo Frank, texto não assinado	24 mai. 1942
	Rumos para a América	26 jul. 1942
	Com Waldo Frank em Belo Horizonte	26 jul. 1942
	Waldo Frank e a missão das Américas no mundo	24 dez. 1944

Capítulo 2

Intelectuais e Estado Novo: um projeto em comunhão

2.1 Sob os auspícios do poder: intelectuais e o Estado Novo

A análise do periódico não seria completa se não voltássemos nossos olhares para seus editores. Aproximar-se da “realidade viva”⁵⁴ da publicação demanda não apenas conhecer o momento e as circunstâncias em que esta emergiu, como também, e de forma a dialogar com esses dados, a relação estabelecida entre quem supervisiona e edita e quem financia o projeto editorial. Tal ponto de partida nos remete às condições a que estavam inseridos Rui Ribeiro Couto e Renato Almeida dentro do campo intelectual e da esfera pública e às suas expectativas frente ao governo. Antes, ainda, munir-se de argumentos que possam explicar a motivação da escolha de nomes para determinado cargo de chefia pode nos auxiliar a desvelar casos pontuais de comunhão de projetos entre esses intelectuais e o Estado Novo ou mesmo compartilhamentos de ordem ideológica.

A elucidação de aspectos de conformidade entre o debate político daquele período e o por eles empreendido, mesmo os dados em período anterior, pode nos apontar um caminho para o esclarecimento dos temas encampados pelo periódico que a eles foi reservado o cargo de editor. De todo modo, ainda que se tenha assumido aqui a indelével participação destes na caracterização do periódico, não se desconsiderou a influência exercida pelo superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e pelos órgãos de propaganda, informação e censura. Esses deixaram, sem dúvida, um rastro em todos os empreendimentos editoriais sob sua égide em um momento de refinamento dos dispositivos de intervenção na produção cultural, viabilizado, entre outras formas, pelos mecanismos próprios ao mecenato estatal (SORÁ, 2010, p. 359). Esse foi o caso do *Pensamento da America*.

Rui Ribeiro Couto esteve à frente do *SPA* em seu primeiro e segundo ciclos editoriais (1941 – março 1943)⁵⁵ e Renato Almeida

⁵⁴ No sentido colocado por PLUET-DESPATIN, 1992, p. 127.

⁵⁵ Durante o período se ausentou de suas atividades no *A Manhã*, tendo o *Pensamento da America* ficado sob orientação do redator da seção de Artes Plásticas do jornal, Manuel Bandeira (*SPA*, 22 mar. 1942, c. 1, p. 58). Cassiano Ricardo, em nota publicada quando do retorno de Couto ao seu posto de trabalho após meses viajando pelos Estados Unidos e Cuba, escreveu: “É, pois, com a maior satisfação que anunciamos aos leitores o regresso à sua mesa de trabalho deste nosso distinto e prezadíssimo companheiro de atividades diárias.” (RICARDO, 12 mar. 1942, p. 4/*AM*)

cumpriu tal função por período um pouco maior, de abril de 1943 até 25 de novembro de 1945. Relacionaram-se, portanto, ao menos durante esse período, com grupos que empreenderam a difusão do projeto político autoritário e, direta ou indiretamente, “exerceram suas funções sociais ao formularem e propagarem as representações, crenças e valores que orientariam parte da construção da imagem a ser passada pelo Estado Novo” (ARIENTI; NEVES, 2012, p. 8), participando dos debates travados durante aquele governo.

A motivação da criação do suplemento, da alteração de formato por ele sofrida, bem como os textos e temas nele publicados foram aspectos analisados sempre em relação aos objetivos governamentais, assim seja, relacionado a uma prática política pragmática. Somou-se a essas investidas de análise a que hora propomos nesse capítulo intentando iluminar pontos de aproximação entre esses dois intelectuais e o patrocinador do projeto editorial por eles dirigido.

Para tanto, revelou-se importante recorrer ao levantamento biográfico, ainda que não exaustivo, para o acompanhamento de suas trajetórias intelectuais, incluindo-se aí o envolvimento com grupos literários e políticos. Ainda que aqui o esforço prosopográfico⁵⁶ ou biográfico não se encerre nele mesmo, a busca por argumentos que embasam a tese de que tanto Couto como Almeida apresentavam perfis compatíveis com o projeto a ser por eles desenvolvido não foi empreendido sem que se observasse os desafios impostos ao fazer bibliográfico e os riscos que o envolvem. Buscou-se, dessa forma, o afastamento da “preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância” em relação às trajetórias pessoais (BOURDIEU, 1996, pp. 184 – 185). Embora as concepções de Bourdieu e Dosse guardem diferenças, revelou-se válido, também, recorrer a este último, que asseverou a necessidade de rompimento com a perspectiva cronológica, linear e totalizante (DOSSE, 2009).

Além disso, evidenciou-se a necessidade de apresentarmos a que nos referimos quando falamos de “intelectual”, tomado aqui não enquanto uma categoria de análise hermética, mas sim em sua pluralidade. O intelectual enquanto conceito carrega uma gama variada de significados, tendo por essa razão se mostrado válido o afastamento de certas acepções ao invés da eleição de uma definição “mais adequada”. O que define determinadas aproximações entre os conceitos

⁵⁶ Vide FERRARI, 2010.

e as práticas, a nossos olhos, é a análise da atuação individual, que pode indicar formas diversas de atuação frente ao poder.

Esse termo polissêmico por excelência nos remete de imediato a alguém que exerce atividade intelectual, cumprindo, de forma genérica, uma função organizativa na sociedade. Eles podem figurar entre os chamados “orgânicos” ao projeto do Estado (GRAMSCI, 1982), como nos parece ser o caso de Couto e Almeida durante o Estado Novo, ou entre os “ideólogos” (BOBBIO, 1997), como conhecidamente são apontados Francisco Campos, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e, mais recentemente, Cassiano Ricardo (MOREIRA, 2001; ARIENTI, 2011). Podem ainda, afastar-se dessas posições, assumindo posicionamento contrário à reprodução do *status quo*. Tal postura, como pretendemos demonstrar ao longo do capítulo, não motivou as atuações dos editores do *Pensamento da America*.

Para se afastar de generalizações, faz-se necessário uma complexificação que leve em conta além das definições canônicas do intelectual, a atividade exercida individualmente, ainda que corresponda a uma prática não isolada, bem como as exigências predominantemente impostas a esta figura em determinado momento histórico. A imposição aqui não significa um ato impositivo externo ou coercitivo, na verdade, referimo-nos a um conjunto de referências consensuais que incidiram e balizaram o trabalho intelectual durante o governo estadonovista, que contou com a colaboração ativa dessas figuras no sentido de que se colocasse em prática um projeto político-cultural.

Em determinados momentos históricos, como o Estado Novo, os intelectuais se tornaram peças chaves também dentro do campo político, assumindo funções que podem ter se somado ou se sobreposto às atividades antes exercidas. Nesses momentos a autonomia, descrita basicamente como busca em relação aos poderes constituídos e importante para o exercício da razão crítica (BASTOS, RÊGO, 1999, p. 9), assumiu diferentes contornos, podendo descaracterizar uma tensão própria ao fazer intelectual encarnada na dicotomia entre o uso impessoal da razão e a pessoalidade do ato de pensar (*Ib.*, p. 10). Nessa seara, assim, pareceu-nos coerente a alusão de Gramsci à impossibilidade de autonomia dos intelectuais, justamente por serem eles expressões das principais forças sociais. (GRAMSCI, 1982)

Trilhando um caminho próximo, Pierre Bourdieu indicou a bidimensionalidade dessa personagem, pois, segundo ele, o intelectual “não existe e não subsiste como tal a não ser que (e apenas se) esteja investido de uma autoridade específica, conferida por um mundo intelectual autônomo (...) do qual respeita as leis específicas, e que (e

apenas se) empenha essa autoridade específica em lutas políticas” (BOURDIEU, 2002, p. 370). Assim, o intelectual emerge enquanto ser paradoxal que não pode ser pensado senão enquanto autônomo e engajado, “porque ele se constituiu, historicamente, na e pela superação dessa oposição”. (*Id.*)

A crença nessa oposição mostrou-se central para diversas tentativas de compreensão do intelectual, como para Said, que apontou que o intelectual propriamente dito não pode ser um funcionário inteiramente comprometido com os objetivos políticos de um governo, de uma grande corporação ou mesmo de uma associação de profissionais que compartilham uma opinião comum (SAID, 2005, p. 90), isso porque, concordando com Sartre, falar a verdade ao poder seria sua principal função na sociedade. Certamente Said concentrou-se em definir um tipo ideal, excluindo, por exemplo, aqueles que se empenharam em garantir a ordem e a sua própria continuidade na vida pública. (*Ibid.*, pp. 45-6)

No entanto, a situação acima descrita caracterizou as atividades de alguns dos intelectuais que se filiaram ao Estado Novo, o que poderia sugerir a exclusão de certos nomes de nossa definição contemporânea acerca dos limites que cercam a atividade intelectual. Não nos é possível determinado ato tendo em vista o anacronismo dele decorrente: os próprios se identificavam enquanto intelectuais e dentro do Estado Novo ser intelectual era exercer uma função social prol desenvolvimento da consciência nacional e dos rumos da nação. Devemos, então, levar em conta que nos anos 1930 e 1940 a aproximação com a esfera política derivou, muitas vezes, da dificuldade de sustentar uma posição independente, sendo comum o vínculo à empresa jornalística ou à burocracia por meio de cargo público. (LINS, 2010, p. 30)⁵⁷

Tal aproximação foi motivada também, nesse momento específico, pela postura do governo que visou estreitar os laços com os intelectuais. Sobre esse aspecto, refletindo o discurso oficial estadonovista, o jornal *A Manhã* publicou em nota denominada *O intelectual brasileiro e o Poder Público* o seguinte trecho:

⁵⁷ A imprensa foi e continua sendo lugar privilegiado de atuação dos intelectuais. Nesse sentido, Mirta Varela asseverou que “la emergencia histórica del intelectual resulta indisoluble de su intervención en la prensa. Los diarios y una transformación de las relaciones entre los autores y su público forman parte de un proceso en el que la figura del intelectual adquiere su perfil singular y la palabra escrita se consolida como su instrumento característico.” (VARELA, 2010, p. 759).

Antes de 1930, a vida intelectual no Brasil era, de fato, um título de ‘desrecomendação’, ao menos perante os poderes públicos. Ninguém, nos círculos oficiais, dava maior importância aos letrados importunos que, no conceito dos dominadores de então, eram apenas ‘intrujões’, impertinentes, a complicar a liquidez e clareza dos assuntos em debate.

Nunca, também, o intelectual desfrutou, em face do Estado, uma situação mais cheia de prerrogativas do que a dos dias atuais.

Afastando das atividades de caráter faccioso que tanto concorreram para lhe deprimir a fisionomia cultural, o homem de espírito, no nosso país, viu, através da solicitude do eminente chefe do governo nacional, recompor-se, pouco a pouco, o ambiente de acatamento e de conforto que agora desfruta.

O influxo dado, pelo Ministério da educação, com auxílios e favores os mais oportunos às associações culturais, o amparo direto prestado a muitos dos nossos escritores, hoje investidos de funções do maior relevo, na esfera da vida pública, e a parte ativa que os centros de atividades intelectuais instalados no país veem tomando em todas as solenidades a que o Estado se associa, comprovam quanto se estreitaram os vínculos que prendem agora o poder público brasileiro à inteligência nacional. (*AM*, 14 ago. 1941, p. 4, c. 5)

Tendo isso em vista, pareceu coerente nos afastarmos do mecanicismo que tomou a “cooptação” como explicação para a aproximação entre intelectuais e Estado Novo. Essa “frieza” esquemática (SANTIAGO, 2002, p. 200) pode reduzidamente explicar alguns casos específicos, mas não todos, e mais importante, não os que nos propomos a estudar. O vínculo empregatício entre o jovem intelectual e o Estado Modernizador, a garantia de estabilidade financeira inerente ao funcionalismo público e mesmo a possibilidade de engajamento no projeto de nação a ser criado e desenvolvido, elementos postos por Santiago a partir da célebre obra de Sérgio Micelli (2001), de fato podem ter composto o horizonte de interesses imediatos de literatos

e não devem ser de todo desconsiderados da análise. No entanto, as explicações em torno da cooptação são contestáveis, como de fato foram por Antônio Candido, em seu prefácio à *Intelectuais e a classe dirigente no Brasil* (1979), que depois foi incorporado em *Intelectuais à brasileira*.⁵⁸

Para Angela de Castro Gomes a categoria de cooptação ganha um sentido menos rígido ao indicar outras formas de relacionamento entre intelectuais e governo:

Para se compreender [...] o sentido da categoria de cooptação, é relevante reconhecer o interesse e até a necessidade de um regime de estabelecer contatos com o meio intelectual. Do mesmo modo, é interessante e necessário, para os intelectuais, participar de um novo espaço político que a eles se abre, oferecendo tanto a oportunidade de tipo financeiro como de prestígio sociocultural [...] Nesses contatos, portanto, uma variada gama de aproximações, distanciamentos e negociações pode se estabelecer, fazendo com que intelectuais, mais ou menos simpáticos a um regime, possam negociar margens de liberdade, já que a aberta e radical oposição nunca é possível. (GOMES, 2007, p. 47)

Para não alongar essa discussão, já bastante conhecida, tomamos de forma dialógica as trajetórias intelectuais de Couto e Almeida e um dos argumentos de Miceli. A incongruência se mostrou evidente quando, por exemplo, o autor atestou que os intelectuais filiados ao regime autoritário, que remunerava seus serviços, encontravam-se em dilemas constantes e de toda ordem e buscaram “minimizar os favores da cooptação lhes contrapondo uma produção intelectual fundada em álbis nacionalistas” (MICELI, 2001, p. 216). Certamente este raciocínio excluiu um aspecto importante que é a filiação voluntária e motivada por compartilhamento de ordem ideológica ao regime, além de estabelecer uma relação de causa e efeito

⁵⁸A concepção de cooptação explicou recorrentemente a relação entre intelectuais e poder. Especificamente sobre o período que nos interessa, além de Miceli, podemos citar o trabalho de Laura Maria de Abreu Daniel Ribeiro, que atribuiu ao Ministro Capanema a iniciativa de cooptação de intelectuais e artistas pelo governo Vargas (RIBEIRO, 1989, p. 80).

despropositada entre o fazer literário de cunho nacionalista e a prestação de serviço ao governo. O autor deixou de considerar, assim, que

A prática literária define-se [...] de modo relacional, tanto em termo de uma “intertextualidade” fundamentalmente literária, quanto em termos do quadro institucional dentro do qual a literatura emerge e se sustenta. No caso específico do Brasil, onde a produção cultural tem-se desenvolvido à sombra de ou dentro de parâmetros autorizados pelo Estado, as relações com o(s) poder(es) constituído(s) devem ser considerados como parte das múltiplas afiliações da literatura. Isso não quer dizer que os intelectuais ou os escritores sejam “contaminados” em sua ligação com o Estado; que a literatura esteja necessariamente a serviço do Estado; ou que esteja diretamente sujeita a determinações econômicas; ou, ainda, que simplesmente “reflita” as ideologias políticas externas. (JOHNSON, 1995, p. 167-8)

Sobre o primeiro aspecto, é consensual que o regime estadonovista deixou transparecer suas raízes e suas intenções culturais, facilitando a convergência de interesses entre intelectuais e o governo, bem como a incorporação daqueles dentro do aparato estatal durante o Estado Novo (JOHNSON, 1995, p. 168-9). O governo apresentou o interesse de construir o “sentido da nacionalidade” e de criar uma “unidade cultural” (PÉCAULT, 1990, p. 69). Determinado projeto correspondia aos anseios de boa parte dos intelectuais brasileiros, que passariam a situar a sua tarefa nos domínios do Estado (VELLOSO, 2007, p. 149), em um trânsito (muitas vezes não contraditório) promovido a partir de diferentes graus de identificação com regime (JOHNSON, 1995, p. 166).

Segundo Velloso,

A relação dos intelectuais com o sistema de poder tem sido extremamente imbricada e complexa, uma vez que, ao longo da história, eles frequentemente se atribuíram a função de agentes da consciência e do discurso. No Brasil, a nossa estrutura patriarcal e autoritária e a própria condição de país periférico – de grande

contingente de analfabetos – acabaram por reforçar ao extremo esse tipo de prática. Assim, o ideal da representação, o falar em nome dos destituídos de capacidade de discernimento e expressão, foi facilmente absorvido pelo intelectual brasileiro. Sentindo-se a consciência privilegiada do “nacional”, ele constantemente reivindicou para si o papel de guia, condutor e arauto. (VELLOSO, 2007, p. 147)

A auto atribuição de uma vocação dirigente, que partia da concepção de que os intelectuais conseguiam melhor do que qualquer outra elite captar e interpretar a realidade nacional (PECAULT, 1990, p. 38)⁵⁹ foi correspondida pelo regime, que atribuiu ao intelectual o papel de fator da consciência nacional, agente de um processo de transformação nacional e emancipação cultural, além de ator político “de primeira grandeza” (OLIVEIRA, s/d, p. 1), reeditando, segundo Velloso, “uma ideia já enraizada historicamente no campo intelectual” (VELLOSO, 2007, p. 153). O regime instaurado em 1937 assumiu, assim, “como ideário a crença de que cada povo deve construir suas instituições obedecendo às inspirações históricas” e foi “dentro desta perspectiva que o intelectual apareceu como aquele capaz de captar, de forma mais direta e imediata, as aspirações do inconsciente coletivo do povo.” (OLIVEIRA, s/d, p. 2). Nesse mesmo sentido,

Tendo em vista que se acredita na ignorância e no despreparo do povo, serão as elites intelectuais os únicos atores competentes para reconstrução nacional. Essas elites devem reproduzir-se e a forma de alcançar o objetivo está na difusão da cultura: este é o elemento novo no processo, porque cabe ao Estado garantir os instrumentos dessa expansão. De outro lado, já fazia parte do quadro dos anos 1930 a recusa à imitação, tema constante entre os autores dos anos 1920, que propunham uma volta às raízes culturais brasileiras. Assim, elementos modernos e tradicionais se fundem na nova maneira de organização da cultura, a qual pressupõe papel especial a ser desempenhado pelos intelectuais:

⁵⁹ Pécault ressaltou que, no período, os intelectuais se portaram como interlocutores entre o Estado e o povo (PÉCAUT, 1990).

serão agentes do processo de transformação da sociedade e constituir-se-ão em força política de importância nesse processo. (BASTOS, 2003, p. 154- 155)

Fornecendo espaço privilegiado de atuação para esses intelectuais, de forma intencional (ROLLAND, 2003, p. 87), o Estado Novo garantiu uma fonte de legitimação, ampliada quando nomes relacionados a diversas tendências políticas atuavam sob sua égide, mesmo que apenas ao publicar seus textos em publicações oficiais do regime.

Assim, muitos e destacados intelectuais, que, conforme discurso de Vargas na ABL, não eram mais aqueles isolados em torre de marfim, mas sim preocupados com as grandes questões nacionais e pensadores do Brasil como unidade a ser preservada (LUSTOSA, 1995, p. 22), passaram a compor o quadro da inaugurada política da elite burocrática (MICELI, 2001, p. 77). Em um contexto de profissionalização da política muitos deles assumiram publicamente uma postura doutrinária e de legitimação do governo instaurado, caso de Cassiano Ricardo, que “se enquadrou e apoiou pela palavra e pela ação o governo, porque o regime correspondia a sua noção de democracia autoritária e nacionalista” (CANDIDO, 2001, p. 74). Como veremos a seguir, o caso de Ricardo não esgota as aproximações motivadas por semelhantes correspondências.

Tendo isso em mente, partimos para a apresentação dos dois editores da publicação que tomamos como objeto de reflexão.

2.2 Os editores da publicação

2.2.1 Um cérebro, um coração e uma pena:⁶⁰ o editor Ribeiro Couto



Imagem 10: Rui Ribeiro Couto.

Rui Ribeiro Couto teve seu nome vinculado à poesia penumbrista (BOSI 1977, p. 377), “que não chegou a ser uma escola, mas, como ele mesmo definiu, ‘uma certa atitude reticente, vaga, imprecisa, nevoenta, no jeito de escrever versos’ por volta dos anos 1920 a 1923” (COUTO *apud* BEZERRA, 2005, p. 123).⁶¹ Apesar de apontado como um poeta menor do modernismo (BOSI *apud* Lins, 1997, p. 5), lemos, em contraposição, nas memórias de Afonso Arinos uma definição de Couto bastante recorrente em textos que o citaram:

Velho amigo, companheiro de quase toda a vida, as lembranças e imagens de Couto se atropelam e se confundem na minha memória fraterna. Rísipido

⁶⁰ Assim se referiu ao poeta Plínio Salgado, em carta: S. Paulo, 12 de dezembro de 1934, p. 3/RC cp.

⁶¹ O penumbrismo é recorrente indicado como característico da transição entre o simbolismo e o modernismo, sendo também chamado de crepuscularismo ou pós-simbolismo. Ao escrever sobre o primeiro livro de Couto, *Jardim das Confidências* (1921), Ronald de Carvalho intitulou sua crítica como *Poesia da Penumbra*, derivando daí, aparentemente, o título relacionado ao poeta (PAULILLO, 2002, p. 118). Em sentido semelhante, Rodrigo Melo Franco de Andrade escreveu ao *O Dia* (RJ) em 25 de setembro de 1921, sob o título *Um poeta novo*, sua impressão sobre o mesmo livro, destacando o doce desencanto e a vaga melancolia, “que nos força mais que à admiração - ao amor desses poetas tristes, filhos legítimos da civilização paradoxal de que nos orgulhamos. O sr. Ribeiro Couto é, entre nós, um dos jovens representantes da arte singular a que se aludiu. Seu livro, dedicado a São Paulo, reflete todo “o encanto indeciso daquela cidade triste”, perdida na bruma e na saudade dos rudes bandeirantes que, em tempos melhores, dali partiram à conquista dos sertões bravios. É assim, forçosamente, um livro triste, mas iluminado de doçura e de engenhosa fantasia.” Cf. ANDRADE, 1921, s/p. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/literatura/ribeiro_couto/textos_so_bre_Andrade.html. Acesso em: 15 ago. 2012.

e terno, rigoroso e boêmio, exato e fantasia, foi, talvez, a personalidade mais rica, variada e atraente de toda a nossa geração. Poeta menor, se dizia dele (e ele também o dizia, de si mesmo), mas quem foi maior que este poeta menor? (FRANCO, 1965, p. 110)

Esteve ele entre os responsáveis pela transição entre o simbolismo e o modernismo, segundo Manuel Bandeira, ainda que não tenha participado da Semana de Arte Moderna, conforme nos informou: “Também não quisemos, Ribeiro Couto e eu, ir a São Paulo por ocasião da Semana de Arte Moderna. Nunca atacamos publicamente os mestres parnasianos e simbolistas, nunca repudiamos o soneto nem, de um modo geral, os versos metrificadas e ritmados” (BANDEIRA, 1957, p. 71). De todo modo, a importância de Couto nesse contexto foi asseverada:

Quem agitou o meio carioca e nele lançou as ideias modernas foi o Ribeiro Couto. Prestou o incompatível serviço de converter o Ronald. (...) Foi o Ribeiro Couto que com aquela vivacidade sedutora captou o Ronald. O Couto vivia falando no Oswald, em Anita, em Brecheret. Companheiro dele era o Di. Mas este não tinha a irradiação generosa do Couto. Era modernizante sem saber. Foi Couto quem me revelou os italianos e os franceses mais novos, Cendrars e outros”. (BANDEIRA para Mário de Andrade, Rio de Janeiro, 19 mai. 1924. *In*: MORAES, 2000. p. 124).

Ao longo de sua trajetória intelectual não produziu nenhuma obra de caráter sociológico, embora tenha como funcionário do Ministério das Relações Exteriores desempenhado o papel de colaborador na formulação de políticas públicas como a de nacionalização, empreendida sob a égide do primeiro governo de Getúlio Vargas e se tornado importante articulador de propostas responsáveis por inaugurar uma diplomacia cultural naquele governo (DUMONT, DUMONT; FLECHET *apud* SOUZA, 2011). Assim, coexistiram as atuações pública e literária, identificadas por Couto em entrevista concedida em Belgrado, já em fase madura, quando ocupava uma posição hierárquica de importância no seio da burocracia estatal:

Não acredito no trabalho no qual não se tenha gasto bastante tempo – ouvimos dizer a Ribeiro Couto. Eu escrevo muito devagar, não tenho pressa. Não tenho ambições de ser famoso. A única coisa que desejo é ser útil ao meu país e aos países nos quais exerço a minha função. Penso que o meu trabalho de chefe de missão é muito mais importante do que a minha carreira literária. Isso não quer dizer que não goste de escrever. De contrário, faço isso sempre sem prejudicar meu trabalho normal. (COUTO, s/d, p. 1/ RC pi - Entrevista)

É especialmente a partir de trabalhos realizados enquanto funcionário do Ministério das Relações Exteriores que nos aproximamos de sua atuação na esfera política durante o Estado Novo. Anteriormente à publicação do jornal *A Manhã* e do suplemento *Pensamento da America* o ocupou a questão da nacionalização, “delicado problema” de então. O Ministro Oswaldo Aranha solicitou que Couto o representasse na Comissão de Nacionalização que ocorreria em 28 de agosto de 1940. Documentos presentes em seu acervo pessoal demonstram que sua atuação avançou à data indicada. Nessa função, Couto elaborou um extenso relatório e ofereceu à apreciação dos colegas uma série de medidas (ANEXO 1), entre elas algumas em caráter permanente e outras em caráter temporário, “com relação à guerra europeia e sua repercussão nos meios estrangeiros do país” (COUTO, 5 out. 1940, p. 19/RC pi). Nesse relatório, Couto afirmou que “a assimilação do estrangeiro deve ser não só social, como também jurídica.” (COUTO, 5 out. 1940, p. 19/RC pi)

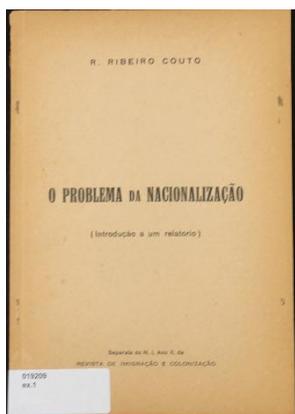


Imagem 11: Couto publicou na Revista de Imigração e Colonização, que veio a público entre os anos de 1940 e 1955 sob responsabilidade do Conselho homônimo criado em 1938 (PERES, 1997, p. 85), o texto *O problema da Nacionalização: Introdução a um relatório* apresentado ao ministro de Estados das Relações Exteriores. O texto de 23 páginas (que conta também com resumo em francês), veio como separata do n.1 de 1941, e nele Couto defendeu a criação de um órgão de coordenação das iniciativas que visavam a nacionalização (COUTO, 1941, p. 19/Coleção SC RC/FCRB).

O esforço de nacionalização foi empreendido em diversas frentes, conforme evidencia a diversidade de propostas apresentadas por Couto (vide ANEXO 1), ainda que tenha ganhado notoriedade a questão da educação e a percepção, à época, de que a nacionalidade deveria se firmar pelo uso adequado da língua portuguesa de forma uniforme em todo o território nacional. (SCHWARTZMAN, *et. al.*, 2000). De todo modo, tal esforço veio a atender os interesses estadonovistas de integração nacional em um momento em que o discurso oficial evidenciou os possíveis perigos da não assimilação de populações de descendentes japoneses, italianos e alemães que habitavam o território nacional. Couto integrou esse coro, mesmo que afirmando a histórica cordialidade do governo brasileiro com essas populações:

O Brasil é a soma de todos os homens que nele nasceram e que lhe são fiéis, qualquer que seja a sua remota ou próxima procedência estrangeira. A democracia brasileira é antirracista; repele a maliciosa impostura das coletivas hierarquias de sangue; só reconhece, individualmente, a superioridade do espírito, do caráter ou do sentimento, as virtudes, em suma, dos seus cidadãos. Os melhores brasileiros não são os que têm maior dose deste ou daquele sangue; os melhores são os que melhor defendem os seus valores morais e materiais de nação independente. (COUTO, s/d, p. 3/RC pi)

Nesse sentido, Couto destacou a presença pacífica e secular de colônias alemãs e italianas em solo nacional, atentando para o fato de que

Até mesmo o processo de aculturação, de abrasileiração dos descendentes de estrangeiros, que temos o direito e o dever de acelerar com medidas adequadas da administração política, até mesmo isso nós deixamos por longo tempo entregue a lei da natureza. Tal era tão vivo o nosso instinto democrático, americano. Entre nós, um descendente de alemão sempre pôde ser considerado tão brasileiro quanto, por exemplo, um descendente de portugueses – e assim o temos provado, porque nas mais altas posições públicas, nestes derradeiros cem anos, vamos encontrar os

bisnetos, os netos os filhos de alemães. O que é verdade para os alemães, verdade é também os italianos, cujas afinidades conosco são evidentes. (COUTO, s/d, p. 1-2/RC pi)

Sua adesão pessoal a determinado projeto do Estado Novo fica patente quando este justificava a tomada de posição por parte do governo brasileiro em relação a essas populações diante do desenrolar da Segunda Guerra, assumindo como verdadeiro o discurso promovido oficialmente:

Hoje, entretanto, somos vítimas da ambição nazista de conquista mundial, esse vasto plano de dominação dos povos, para a implantação de uma “nova ordem” que seria, no mínimo, o reino da intolerância e a morte de tantas outras nações livres. Nas colônias alemãs e italianas do Sul do país se infiltraram, nos últimos anos, os propagandistas dessa “nova ordem”, agentes secretos encarregados de preparar o terreno, e isso muitas vezes se deu, bem o sabemos, contra os desejos dos próprios colonos quando identificados com o sentido liberal da nossa democracia.

Se a Alemanha vencesse esta guerra a que arrastou o mundo e a nós, é indubitável que o nazismo se aproveitaria daquelas colônias, como ponto de apoio para as transformações continentais. Passaríamos a ter brasileiros de primeira classe, e o resto, a multidão dos mestiços inferiores. Nem mesmo, talvez, seria conservado o nome de Brasil nas novas Germânicas caboclas, governadas por uma nova espécie de capitães-de-mato – os *gauleiters* de [riscado] e os enforcadores de olhos ingênuos e azuis.

Entretanto, a Alemanha não vencerá. Vencerão as democracias, para o bem do próprio povo alemão oprimido e sacrificado. Vencerão as democracias a cujo lado estamos por dever, por convicção e por temperamento social. (COUTO, s/d, p. 3/RC pi)⁶²

⁶² A nacionalização foi tema também de sua crônica intitulada *Giuseppe (antigo Seu José)*, publicada no *A Manhã* em 22 abr. 1943 (e posteriormente no livro *Barro do Município* - 1956) lemos o seguinte: “Ora, um certo Benito que anda

Imbuído desse espírito de defesa do regime, Couto foi um “dos fundadores de A MANHÃ” e nela dirigiu, segundo consta no *A Manhã*, “com grande proficiência o suplemento mensal Pensamento da America” (29 set. 1943, p. 2/AM), tendo sido criador desse suplemento literário e panamericano e seu editor.

Seu afastamento do Brasil por longos anos em decorrência das exigências de sua carreira diplomática costumeiramente é elencado como um fator para a pouca repercussão de sua obra literária atualmente,⁶³ extensa e muito prestigiada por seus contemporâneos como podemos aquilatar através da leitura de uma crítica ao seu *Noroeste e outros poemas do Brasil* publicada no jornal *A Tribuna* de Belo Horizonte em 1933, na qual Carlos Drummond de Andrade escreveu:

o Sr. Ribeiro Couto continua sendo um admirável poeta que tem inteira a nossa simpatia. Sem dúvida que: mesmo nesse longo poema de índole diversa da que caracteriza geralmente a sua produção, ele tem os doces acentos e as grandes tonalidades que nos embalam em sua poesia. (ANDRADE, 5 ago. 1933, s/p./ CDA pim)

em Roma a fazer de conquistador de impérios, associado a um austríaco maluco, resolveu meter o mundo a ferro e fogo. E veio uma guerra terrível. E esta guerra chegou até o Brasil. E da noite para o dia seu José, que nunca precisou de papéis para nada, nem nunca se preocupou com carteiras de identidade, foi à polícia para munir-se dos documentos necessários em tempos tais. E aí verificaram que era “súdito italiano”. E era. E como tal, teve que fazer o seu “registro de estrangeiro”. E para esse fim, o único documento comprobatório de sua identidade, que conseguiu ao remexer nas malas, foi o velho passaporte de há quarenta anos, onde figura com os pais. Ai, o funcionário do serviço lhe forneceu, como é natural, um registro “conforme os documentos originais”. E seu José, com grande desespero, recebeu a intimação de assinar Giuseppe.” (COUTO, 22 abr. 1943, p. 4, c. 2 -3/SPA COUTO, 1956, p. 177).

⁶³ Certa é a marca melancólica que esse afastamento deixou em sua produção poética, aspecto apontado por muitos críticos, entre eles Afonso Arinos de Melo Franco, que em suas memórias, ao comentar a notícia do falecimento do amigo, que recebera via telefone de José Olympio, escreveu: “São vários os versos em que fala do seu isolamento (...)”, citando alguns trechos. (FRANCO, 1965, pp. 107 – 108)

Por conta de *O jardim das confidências* (1921) a Couto foi atribuído o título de o poeta de São Paulo (SARAIVA, 2004, p. 586). O poeta de duas pátrias,⁶⁴ como a ele se referiu Celso Kelly (1961, s/p./RC pit), apesar de não compor o quadro dos chamados cânones literários, foi objeto de alguns estudos recentes (TEIXEIRA, 1982; MARIZ, TEIXEIRA, 1994; LINS, 1997; MARIZ, 1998; ARINOS FILHO, 1999; BEZERRA, 2004). De forma geral, referiram-se à obra do poeta como esquecida e buscaram respostas para essa questão. Um deles, inclusive, retomou um artigo escrito pelo já citado Drummond intitulado *O poeta & o Homem*. É interessante acompanharmos o argumento:

As relações de poetas importantes do Brasil, publicadas por ai quase nunca registram o nome de Ribeiro Couto. Sua longa ausência do país é a primeira causa dessa omissão. A segunda, e mais positiva, é que estas listas são feitas sem qualquer base crítica; são róis de vento. Não figurar nelas pode doer ao mais sensível ou inexperiente, porém jamais impedirá que amanhã o poeta seja revisitado e principalmente amado.

Ribeiro Couto, esquecido? Não é bem isso. Desconhecido da gente nova, e amado por seus companheiros, sim. (DRUMMOND, 1963, s/p./CDA pim)

A passagem é expressiva da opinião de um dos autores que seguramente figura constantemente nessas “relações de poetas importantes do Brasil” sobre a criação e reprodução de cânones muitas vezes erigidos com pouca base crítica.

Ainda como justificativa para o esquecimento de sua obra, Marcus Rouanet de Mello, biógrafo do escritor, afirmou que poderia recorrer da “visão política final de Ribeiro Couto para o Brasil era de um autoritarismo democrático” (ROUANET *apud* MARIZ, 1998, p.

⁶⁴ A expressão remonta à identificação de Ribeiro Couto com Portugal, que marcou indelevelmente sua obra. “Ribeiro Couto Poeta de Duas Pátrias” foi o título da conferência realizada no dia 5 de setembro de 1961 no Instituto de Estudos Portugueses Afrânio Peixoto, Liceu Literário Português. Cf. *A Noite*, 1º set. 1961, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_06&pagfis=2539&pesq=ribeiro+couto+poeta+de+duas+p%C3%A1trias

12).⁶⁵ Além disso, a identificação do autor com o Integralismo⁶⁶ expressa vivamente em epístolas trocadas com Plínio Salgado (1895 – 1975),⁶⁷ sempre assinadas com a saudação “anuê” deste, além de seu posicionamento politicamente conservador, podem corroborar com a hipótese da longa ausência de interesse dos historiadores em relação ao estudo de intelectuais envolvidos com movimentos e governos de direita.⁶⁸

⁶⁵ Cabe aqui um parênteses sobre a impossibilidade de acesso a essa biografia de Couto, apresentada como dissertação de Mestrado à Universidade de Brasília sob orientação do professor Cassiano Nunes. Muito gentilmente o diplomata Marcus André Rouanet Machado de Mello atendeu a minha solicitação e confirmou, via e-mail, a existência de uma cópia de seu trabalho na Biblioteca da UnB. No entanto, infelizmente, não foi possível a encontrar na referida biblioteca, que alegou a inexistência da cópia. Agradeço ao colega Rafael P. da Silva que, a pedido de minha orientadora, pessoalmente fez a verificação junto à UnB.

⁶⁶ Segundo Garcia, a Ação Integralista Brasileira, fundada em 1932, absorveu, segundo Nelson Garcia, a maioria dos partidos fascistas até então criados. Atuou intensamente entre a classe média urbana, tendo o movimento se expandido com a adesão de militares, pequenas camadas da burguesia e alguns operários. O Manifesto de Outubro, divulgado em 1932, falava da necessidade de combater o cosmopolitismo para salvar o nacionalismo e da importância dos princípios de autoridade, disciplina e hierarquia, além de apresentar a cooperação de classes como solução da questão social e a defesa da unidade da Pátria para defesa contra o Comunismo. (GARCIA, 1982)

⁶⁷ Foi o chefe nacional da AIB entre 1932 e 1938. Seu posicionamento no campo literário sempre foi destacado. Ao lado de Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia e outros foi expoente de importantes movimentos literários. Sobre o momento, Salgado afirmou, em carta a Couto, que havia se afastado do grupo Oswald – Mario por incompatibilidades encarnadas no modo de pensar o estatuto da arte: “Em S. Paulo, cessamos a campanha literária que já estava degenerando em preocupação da forma, e procuramos fazer com a nossa arte um deslocamento de rumos da consciência nacional. Separamo-nos do grupo Oswald – Mario que já estava ficando cacete; eu lancei o movimento nacionalista, não no seu sentido formal, mas no seu sentido de humanidade, no sentido mais profundo dos fenômenos expressivos do homem dos trópicos.” (SALGADO, 5 jun. 1930, p. 3/ RC cp)

⁶⁸ Esse posicionamento foi defendido em texto apresentado no I Congresso de História Intelectual de América Latina, realizado em Medellín, sob o título *La margen del canón: los intelectuales del proyecto editorial estadonovista brasileño*. Tomamos como casos expressivos, além de Ribeiro Couto, Renato Almeida, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia. (ARIENTI, NEVES, PIAZZA, 2012)

As missivas entre Couto e Salgado são inúmeras e datadas entre os anos de 1930 e 1940.⁶⁹ Dentro desse conjunto epistolar, as que mais nos interessam são as que expressam pontos de contato ideológico entre o autor e o receptor das cartas, representado, por exemplo, na aversão ao comunismo: na mesma carta em que Salgado parabenizou Couto por sua eleição na ABL, que, segundo ele, “soube escolher desta vez”, escreveu: “Deus há de ajudar-nos, a nós, que amamos nossa Pátria e não permitiremos que Ela se transforme numa colônia Soviet” (SALGADO, 20 nov. 1934, p. 1/ RC cp).

Não é facilmente que se encontra a afirmação imperativa de sua parte que ateste a participação nesse movimento, como a presente no trecho: “No movimento integralista (ao qual se há de fazer a justiça de reconhecer que despertou o Brasil da supertição liberal), defendi sempre a fórmula: a soma dos municípios é igual à nação” (COUTO, 30 set. 1937/ CPDOC/RJ: AGM 481b). No entanto, em um texto não assinado, nem datado que consta em seu arquivo pessoal (escrito em Lisboa em folhas de papel com o timbre do Ministério das Relações Exteriores), a correção manual indica a grafia de Couto em uma afirmação peremptória de sua participação na criação de um partido (COUTO, s/d, p. 3/RC pi/depoimento), possivelmente o Integralista, dado a argumentação presente no início do texto:

⁶⁹ Nesse conjunto epistolar encontramos exclusivamente epístolas passivas e predominantemente do período em que Salgado encontrava-se exilado. Além de endereçadas a Couto, eram destinadas também a sua esposa, Menina. Sempre estimando o encontro com o amigo, que aquela altura residia também na Europa, Salgado escreveu sobre diversos assuntos: questões financeiras, relatos de viagem, indicações de leituras (“Psychologia da revolução” (1935), de sua autoria e “Introdução histórica á sciencia política”, de Miguel Reale), notificações de exames médicos realizados, como o para saber se tinha “o mal do Brasil”, a “syphillis” (SALGADO, 8 set. 1930, p. 1/RC cp) e elogios sobre textos de Couto: “Li seu artigo no ‘jornal do Brasil’ e gostei muito. Ele causou ótima impressão nos integralistas daqui” (SALGADO, 5 jul. 1933, p. 1/RC cp), denotando a relação de amizade entre eles, bem como o grau de intimidade existente, expresso, por exemplo, no envio de abraços fraternos e na indicação de saudades. A ausência de peças ativas pode derivar de variadas razões, que vão desde a não preocupação em guardar cópias das cartas remetidas – o que foge ao padrão do arquivo de correspondências pessoais de Couto – até o não depósito intencional de peças que poderiam relacionar Couto a uma imagem não desejada. Couto não teve herdeiros e foi sua esposa que deixou sob a guarda do procurador testamentário do casal, o arquiteto sr. João Rennó, a posse do acervo pessoal de Couto, mais tarde doado à Fundação Casa de Rui Barbosa.

O segundo acontecimento que me refiro foi a guerra mundial, desencadeada pela Alemanha, logo seguida da Itália e do Japão. Embora privado de contato com os meus amigos do Brasil, não foi difícil perceber que as ideias germanófilas e racistas de alguns integralistas iriam comprometer todos os integralistas aos olhos do país inteiro, de modo que hoje (...) a fé e a palavra integralista, de tão nobre e (ilegível) sentido, aparece confundida com o nazismo. (*Ibid.*, p. 1)⁷⁰

Outrossim, é sempre através das palavras de Salgado que identificamos a postura de Couto frente ao integralismo. Em carta escrita após encontro entre o chefe integralista e Mussolini, Couto recebeu notícias do amigo:

A minha conversa com esse homem teve como resultado crescer em mim todo o entusiasmo pelas nossas ideias. Não que ele me insinuasse as suas doutrinas, mas pela admiração que lhe causou a exposição que lhe fiz da marcha evolutiva das ideias novas no Brasil, desde Alberto Torres. Tornei-lhe evidente a diferença entre os fenômenos italiano e brasileiro, do ponto de vista geográfico, histórico, econômico, social, e até do que poderemos chamar a “mesologia institucional”, dentro da qual gravitamos. Mas, informei-o de que as direções gerais do fascismo coincidem com o pensamento político dominante na nova geração brasileira, pensamento que precedeu a doutrina fascista, pois o nosso Alberto

⁷⁰ O texto assume um tom refratário a possíveis críticas: “Extinta a minha atividade política, recolhido à vida privada, não tenho, hoje, ambição nenhuma que não seja a de ver a minha pátria cada vez mais respeitada na comunhão continental e no concerto dos povos. Minha vida, que eu desejaria jogar nos campos de batalha, está, como sempre, a serviço da pátria, se ela quiser que eu vá ao seu encontro. Mas se, combatendo a calúnia e orientando os espíritos dos meus amigos, um dever mais fácil de cumprir se me impõe, então que esta simples palavra atravesse os espaços e role pelo país inteiro: jamais, senão pela força, eu consentiria em pisar o solo alemão enquanto este for dominado pelos inimigos do Brasil.” (COUTO, s/d, p. 2-3/RC pi/depoimento). Tomei o texto original (datilografado), tendo em vista que algumas correções manuais não são legíveis.

Torres vem de 1900. (SALGADO, 9 jul. 1930, p. 2/RC cp. Grifo meu)

O “nós” está presente em outras missivas, evidenciando uma série de anseios comungados por ambos, entre eles a necessidade de controle das liberdades individuais, a decepção em relação aos regimes instaurados até então, a falência da democracia e a busca pela aplicação do pensamento de Alberto Torres. Salgado afirmou inclusive que “essa é a tarefa que compete à geração a que pertencemos. Eu tinha certeza de que você não poderia pensar de outra maneira. E que colaboração eficiente vai ser a sua”. Este, que o mantinha informado sobre o avanço da Ação Integralista Brasileira,⁷¹ demonstrava seu apreço pelas considerações que Couto realizara, via correspondência, sobre o integralismo, tendo em vista que quase todas estavam em pleno acordo com o que ele pensava.

Não ter acesso aos conteúdos da correspondência ativa nem mesmo saber se a última carta catalogada encerrou o diálogo epistolar entre eles é uma lacuna irreparável que nos impõe alguns limites. Apesar disso, o que a pesquisa epistolar mostrou foi que entre os dois intelectuais existiam algumas afinidades eletivas, seja no campo das ideias ou sobre as mazelas brasileiras, que desembocavam na defesa da necessidade de um projeto conservador e autoritário para o país. Isso fica expresso literalmente quando Salgado, em resposta a missiva do amigo, em março de 1930, demonstra alegria ao perceber que ambos haviam andado pelas mesmas ‘trilhas’ por vislumbrarem que a prática política brasileira estava em desacordo com a índole do povo (SALGADO, 5 jun. 1930, p. 2/RC cp), o que exigia uma reforma de

⁷¹ Segundo o próprio Salgado, em mesma carta, o sucesso da investida no Estado de São Paulo, expressava-se em dados numéricos: “durante o mês de novembro, organizaram-se 152 municípios, com sede, quartel, milícia, departamentos de estados, etc. Há em S. Paulo, atualmente, 203 municípios integralizados, com um efetivo de 40.000 rapazes combatentes (SALGADO, 12 dez. 1934, p. 1/RC cp). O Integralismo, segundo o remetente, era naquele momento uma força nacional, já que havia se alastrado por São Paulo: “A conquista de S. Paulo, nossa terra, foi talvez a mais dura. Ela está feita.” (SALGADO, 12 dez. 1934, p. 2/RC cp). Anos depois, em folha timbrada da Ação Integralista Brasileira, precisamente do Gabinete da Chefia Nacional de São Paulo, Salgado enviava notícias sobre as eleições dos candidatos do partido integralista, afirmando que caminhavam “inexoravelmente para a vitória”. (SALGADO, 7 jan. 1936, p. 3/RC cp)

“alto a baixo” (*Ibid.* pp. 2-3/ RC cp) e a necessidade do engajamento dos intelectuais, tendo em vista que:

(...) o “ditador” que você [Couto] tanto deseja, não poderá sair da geração anterior à nossa. Tem que sair da nossa e, no tempo oportuno, devemos descobri-lo como todas as revoluções brasileiras, ele poderá surgir de um golpe. Isto não é messianismo, é a necessidade orgânica da Nação que adivinha. (*Ibid.*, pp. 3 – 4/RC cp)⁷²

A defesa do engajamento esboçava-se também, para Salgado, na necessidade de uma arte que refletisse os anseios nacionais:

Temos de ser o antípoda dos Estados Unidos. Temos de destruir toda essa exterioridade que envolve a arte de preconceitos, que impõe formulas de estética e fisionomias sociais. Em Arte, então, nada nos deve preocupar senão as vozes interiores. Elas veem da raça, do sangue, da terra, da humanidade. Quando se escreve, não somos nós que escrevemos: é Alguma Coisa que toma nossas mãos, e nós mesmos no surpreendemos do que foi saindo no papel. Tudo mais é mentira, é processo, é mediocridade. O mesmo a pintura, a música, a escultura, a arquitetura. A mesma coisa a política. (SALGADO, 8 set. 1930, p. 4/RC cp)

Assim, seria preciso que eles, intelectuais, tomassem conta do Brasil e rompessem com a tradição medíocre da política tanto interna como externa, tendo em vista que o Brasil tinha uma missão a cumprir na América Latina (SALGADO, 5 jul. 1933, p. 2/RC cp).⁷³ Nesse aspecto reside outro ponto de encontro de perspectivas: a necessidade de

⁷² Couto, em carta a Washington Luis, também defendeu a necessidade da instauração de uma ditadura no Brasil. (COUTO, 24. dez. 1930/RC cp)

⁷³ Também em carta, Salgado escreveu a Couto: “É uma vergonha que nós, um povo de 40 milhões de habitantes, deixemos que se estraçalhem Paraguai e Bolívia, Colômbia e Peru, e que essas Repúblicas todas vivam em agitações, ‘grilhetadas’ ao capitalismo internacional e infiltradas de bolchevismo. Temos de ser uma potência no Continente. E só a nossa política, cultural, científica, espiritualista, capaz de afirmar a personalidade da nossa raça, nos dará esse predomínio” (SALGADO, 5 jul. 1933, p. 2/RC cp).

se lançarem as bases de uma política sulamericanista sob a liderança e hegemonia do Brasil. Como veremos mais adiante, os projetos de Couto nesse sentido estavam em pleno desenvolvimento no momento em que os dois trocavam correspondência a respeito.

A penúltima peça catalogada dá conta de uma “Carta aberta” aos amigos, escrita em 1943, na qual Salgado não abjura nenhum dos princípios pregados na criação e no desenvolvimento da Ação Integralista, por ele fundada e chefiada (1931 a 1938).⁷⁴ Nela lemos que:

No período de maior expansão do Integralismo, tivemos o golpe de Estado de Novembro de 1937. Não obstante eu ter sido ouvido sobre a nova constituição brasileira e essa constituição coincidir com muitas das ideias integralistas, a Ação Integralista Brasileira foi extinta por decisão do Governo (...). Orientei então meus companheiros no sentido de franco apoio ao Chefe de Estado, cujo pensamento construtivo e revolucionário era igualmente anticomunista, e representava a garantia da ordem pública. (SALGADO, 22 out. 1943, p. 1-2/RC cp)

Tratava-se em parte de uma *mea culpa*, na qual o autor expressou que os levantes contra o governo haviam acontecido a sua revelia, afirmando, ainda, que não tinha “outro desejo a não ser ver a pátria vitoriosa ao lado dos aliados”. O texto foi escrito no exílio a ele imposto, numa tentativa de reabilitação frente ao governo.⁷⁵ Ainda que

⁷⁴ O ideário da AIB inspirava-se nitidamente no fascismo italiano e em seus similares europeus. Valorizava, ainda, uma série de rituais e símbolos, como a utilização da expressão indígena Anauê como saudação, a letra grega sigma e os uniformes verdes com os quais seus militantes desfilavam pelas ruas. Em fevereiro de 1934, no I Congresso da AIB, em Vitória (ES), Plínio confirmou sua autoridade absoluta sobre a entidade, da qual recebeu o título de “chefe nacional”. Em 1937 Plínio lançou sua candidatura à eleição presidencial marcada para janeiro do ano seguinte.

⁷⁵ Salgado permaneceu livre apesar de muitos integralistas terem sofrido perseguições imediatas. Em maio de 1939 foi finalmente preso e, um mês depois, enviado para um exílio de seis anos em Portugal. Nesse período, procurou obstinadamente reabilitar-se diante do governo brasileiro, a quem elogiou em diversos manifestos, inclusive quando da declaração de guerra do Brasil à Alemanha e Itália. Informações disponíveis em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/plinio_salgado.

não exista consenso sobre a aprovação de Plínio Salgado em relação à realização da investida contra o governo Vargas, essa é a interpretação dominante dos fatos que se encontra na bibliografia historiográfica, que aponta também a intenção do líder integralista de fazer de sua doutrina a base ideológica do regime a ser implantado com o golpe do presidente Vargas, derivando daí seu apoio inicial ao Estado Novo. Nas palavras de Plínio Salgado, seu franco apoio ao Chefe de Estado, mesmo após o golpe, devia-se a unidade de pensamento em relação ao anticomunismo, ponto de encontro incontestável entre Plínio, Couto e o Estado Novo, aspecto reforçado, inclusive, por Manuel Bandeira, que afirmou ser este o posicionamento dos intelectuais envolvidos na produção do *Pensamento da America* (BANDEIRA *apud* MOREIRA, 2010, p. 203 – 204).

Mais do que aparentes motivos que explicam a exclusão de seu nome do cânone literário, esses fatos nos ajudam a elucidar sua relação com a esfera do poder. Estando certas bases ideológicas do governo de Getúlio Vargas não distantes de algumas acepções políticas e de projetos intelectuais/institucionais de Ribeiro Couto, cabe analisarmos a relação estabelecida entre ele e o regime autoritário. Relação pouco evidenciada de forma pública, mas explicitada em documentos de âmbito privado, como na carta enviada a Agamenon Magalhães, quando da escolha do nome desse para ser interventor do governo de Pernambuco, “hora tão decisiva para a consolidação das instituições realistas da nova carta” segundo Couto. Referindo-se à Constituição de 1937, escreveu o remetente:

A nova carta contem preceitos de organização nacional pelos quais me venho batendo há anos. E precisamente em Pernambuco. Entre os anos 1928 e 1931, colaborei assiduamente na “Província”, onde defendi muitas das ideias que vejo agora, com alegria, vigentes no regime novo. Meus votos são porque a Nação, conduzida pela mão forte e serena do Presidente, aceite a estrutura que só por dois meios podia ser conquistada: ou pela educação progressiva das massas, ou por um golpe de Estado. Tenho para mim que um golpe de Estado era inevitável, se não o desse o Presidente, dá-lo-ia seu sucessor. Pois a experiência tem demonstrado que é difícil dar ao país a estrutura política de que ele necessita, na balbúcia das indefinidas discussões parlamentares.

(...) Escrevendo ao João das Neves antes de aqui receber a nova constituição – grande tentativa de adaptação do Brasil à sua “real realidade”, como dizia Fradique⁷⁶ -, eu conversava, como agora, a respeito das instituições que desejava para nosso país, e venho defendendo em artigos, em conferências, há vários anos; e o João Neves, que pela data viu que eu nada sabia dessa nova carta, escreveu-me que eu “adivinei” a constituição em vigor. Por aí verá o amigo até que ponto minha sensibilidade política coincide com a nova a estrutura do novo regime. Tenho para mim, entretanto, que ainda estamos a uma boa distancia da “real realidade”. (COUTO, 30 set. 1937, CPDOC/RJ: AGM 481b, c)

Em suma, para Couto, a necessidade de uma república unitária que atendesse as tendências e as atividades peculiares de cada região, fora atendida pela nova Constituição, sendo para isso necessário o golpe de Estado: “Claro: o exemplo francês aí está para mostrar que não se fazem omeletes sem quebrar os ovos.” (COUTO, 30 set. 1937, CPDOC/RJ: AGM 481 c).

De fato, João Neves da Fontoura, via correspondência endereçada a Couto, expressou-se da seguinte forma:

Na parte da organização nacional, é curioso como você adivinhou as linhas da nova carta organizada do país. Empreguei o – adivinhou- muito a propósito, pois não havia tempo para ter o recente estatuto chegado aí [Holanda]. Diria meu velho profeta Assis Brasil que os bons espíritos sempre se encontram. O seu encontrou o dos modeladores da recente constituição. Apenas um desvio de rota – não foi o Integralismo que forjou as instituições vigentes no Brasil. Terá ele simplesmente criado o

⁷⁶ O missivista possivelmente estava se referindo a Mendes Fradique, pseudônimo do médico capixaba José Madeira de Freitas (1893-1944). Seu pseudônimo foi uma inversão de Fradique Mendes de Eça de Queirós. Colaborou com jornais e revistas humorísticas e autor da *História do Brasil pelo método confuso* (1920). Participou da criação da Ação Integralista Brasileira e colaborou no jornal integralista “A Ofensiva”.

clima de adaptação. (FONTOURA, 23 dez. 1937/RC cp)⁷⁷

Couto estava entre os que haviam inicialmente se frustrado com os resultados do movimento de 1930 que depôs Washington Luiz, membro do PRP.⁷⁸ Em carta de solidariedade enviada ao ex-presidente expressou mais que seu descontentamento, deixou transparecer seu “instinto político”, que era, conforme suas palavras, “de desconfiar da atordoada das oposições sistemáticas” (COUTO, 24 dez. 1930, p. 1/RC cp), derivando daí “um certo governismo que não [era] oportunismo”, garantiu ele. Nessa missiva, Couto reivindicou a ânsia de que o futuro governo, tido àquela altura como “um salto no desconhecido” (*Ibid.*, p. 2), pudesse refrear os males do liberalismo e do federalismo. Sua postura assumidamente “reacionária” (*Ibid.*, p. 1) e pragmática sobre esse aspecto o levaria a percorrer um caminho não paradoxal de adesão à situação e posteriormente ao regime instaurado em 1937.

Em 1930 Couto visualizava a aproximação com o poder, a fim de “agir, de colaborar, de por em marcha o seu pequeno mundo interior” como “perigoso para um homem jovem e sem apoio político” como ele (COUTO, 24 dez. 1930, p. 1/RC cp). Fazia referência à construção de uma carreira política, indicado que se manter a margem das lutas eleitorais era àquela altura uma forma de garantir os “deliciosos vagares de gabinete” (*Id.*). Essa postura foi mantida ao longo de sua trajetória de vida, permanecendo ele afastado dos círculos de poder real (MOREIRA, 2010, p. 205). Mesmo sua participação no movimento integralista não foi aparentemente difundida, conforme nos indica um artigo publicado no *A Manhã*.

Cassiano Ricardo, autor do referido artigo, refutou a acusação de Osório Borba de que o *A Manhã* acolhera entre seus colaboradores alguns fascistas, intitulou seu artigo como *Um Borba que não é gato e*,

⁷⁷ Para o conteúdo integral desta carta, vide ANEXO 2.

⁷⁸ Couto afirmou ter sido “sublime” a resistência que o referido presidente havia empreendido durante determinada revolução (COUTO, 24 dez. 1930, p. 3/RC cp) e, posteriormente, foi um entusiasta da Constitucionalista de São Paulo. Quem nos referenciou algo nesse sentido foi Elvia Bezerra, ao retomar as memórias de Maria Amélia Buarque de Holanda, esposa do historiador Sérgio B. de Holanda: “[Sergio] foi detido no Mangue, bairro do Rio de Janeiro, quando, em companhia de [Ribeiro] Couto, Otávio Tarquínio de Sousa e outros, dava vivas à Revolução Constitucionalista de São Paulo”. (BEZERRA, 2005, p. 127-128). O Mangue era uma zona de meretrício ou de prostituição na cidade do Rio de Janeiro, cantada em prosa e verso pelos literatos.

sem abandonar o caráter ácido presente costumeiramente em seus revides, escreveu que não tinha vocação para o gênero de literatura e de jornalismo a que se dedicava com especial gosto o sr. Osório Borba, ou seja, o gênero calunioso: a sua primeira calúnia estaria em ter dito que o *A Manhã* acolhera “alguns líderes do partido fascista nacional”:

Porque, por exemplo, ao lado de Gustavo Barroso, [Borba] não citou um Gilberto Freyre, um Afonso Arinos de Melo Franco, um Jorge de Lima, um Viriato Correa, um José Lins do Rego, um Manuel Bandeira, uma Cecília Meireles, um Sady Garibaldi, um Múcio Leão, um Ribeiro Couto, Djair de Menezes, um Vinícius de Moraes e tantos outros que aqui escrevem, e que são declaradamente antifascistas? (RICARDO, 17 fev. 1943, p. 4/AM)

As palavras de Ricardo evidenciam que a figura de Couto não foi associada abertamente ao Partido Integralista. Além do mais, ainda que pudesse existir aproximação entre o integralismo de Plínio Salgado e o momento inicial do Estado Novo, com o transcorrer das ações governamentais e das movimentações políticas sobre a guerra, buscou-se evidenciar o afastamento entre ambos, posição acompanhada por Ribeiro Couto.

2.2.2 *Contra a frota transoceânica do nosso espírito: a “cooperação intelectual” na atuação institucional e editorial de Ribeiro Couto*

(...) a Cooperação Intelectual Inter-americana, neste momento mais do que nunca, é obra de solidariedade na defesa da civilização de todos deles. Não podemos pensar numa defesa comum, se não preparamos uma cooperação intelectual comum. (COUTO, s/d, p. 6/ RC pi)

A atuação de Couto no Ministério das Relações Exteriores foi marcada pelo engajamento em propostas relativas a políticas de cooperação intelectual vinculada à criação de um órgão ligado ao poder público, a saber: o *Serviço de Cooperação Intelectual*, relacionado ao Ministério das Relações Exteriores. A defesa desse projeto, argumentou

Couto, residia no fato de que com tal iniciativa se buscava quebrar a barreira existente na América entre os três grandes blocos principais de cultura: segundo o autor, o anglo-saxônico, o hispânico e o lusitano, objetivando o fim do permanente isolamento doméstico das relações culturais brasileiras em relação às repúblicas-irmãs do continente.

Esse projeto vinha a reboque de iniciativas já existentes. A defesa da institucionalização da cooperação intelectual (de sobremaneira vinculado à científica) pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, vinculado à Liga das Nações, entre as décadas de 1920 e 1940, remontava ao interesse da defesa de um programa universal de coordenação da atividade intelectual que visava o desenvolvimento de uma consciência internacional e pacifista em oposição às rivalidades e aos nacionalismos exacerbados do período do entre guerras (RENOLIET *apud* CRUZ, 2008). O Comitê Internacional de Cooperação Intelectual (CICI), que teve o filósofo francês Henri Bergson como seu primeiro presidente, desdobrou-se, anos mais tarde, em 1926, no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), com o intuito de agir em prol do desenvolvimento intelectual no mundo. (CRUZ, 2008).⁷⁹

Dessa empreitada participaram intelectuais brasileiros, que preconizaram a contribuição da ciência brasileira à chamada ciência universal (SOUZA, 2011). De forma bem elaborada e introdutória, Letícia Pumar Alves de Souza apresentou o debate travado em torno da questão, identificando quais foram as estratégias de legitimação do

⁷⁹ Posteriormente foi criado o *Instituto Interamericano de Cooperação Intelectual*. No boletim da sétima Conferência Internacional Americana, de Montevideu, consta a aprovação dos estatutos desse instituto, formulados Havana em 1930 (MANGER *apud* Celeste Filho, 2011, p. 4). A partir de um documento depositado na Biblioteca Nacional (sob o título *A União Pan-Americana – seu início e desenvolvimento, as seções em que se divide, serviços que presta*), Jorge Minella expôs que o objetivo da “Seção de Cooperação Intelectual era ‘promover o conhecimento mútuo dos problemas e progressos que caracterizam o movimento intelectual das Repúblicas Americanas’. (...) A Seção promovia, para isso, o intercâmbio de publicações, estudantes, professores, artistas, escritores, etc. entre as Repúblicas Americanas. Servia, também, como centro de informações para intelectuais interessados em temas pan-americanos, e procurava desenvolver atividades que ensinassem espanhol e português em escolas nos Estados Unidos, bem como material escolar de divulgação do pan-americanismo.” (MINELLA, 2012, p. 52). O material elaborado era editado e publicado pela Seção Editorial vinculada à União Panamericana.

grupo brasileiro nos cenários científicos nacional e internacional, debruçando-se principalmente sobre o envolvimento de Afrânio Peixoto, Roquette-Pinto e Miguel Ozório Almeida.⁸⁰ Este último, entre 1935 e 1946, ocupou o cargo de presidente da Comissão Nacional de Cooperação Intelectual, criada em 1923 com sede na Academia Brasileira de Letras, que foi em 1937 transferida para o Itamaraty.⁸¹

Foi nesse espaço institucional que Ribeiro Couto atuou visando fazer do ideal de cooperação intelectual um instrumento de relacionamento político de caráter não meramente pragmático e mecanizado. Partiu dele a proposta de criação do Serviço *de Cooperação Intelectual* do Ministério das Relações Exteriores, inaugurado em 1937, marco da diplomacia cultural então emergente, que visava a “utilização específica da relação cultural para a consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica.” (RIBEIRO, 2011, p. 33). Essa proposta ganhou ares de boa vizinhança, priorizando a relevância de uma hierarquia que se assentasse no desenvolvimento das relações exteriores americanas entre si, posicionamento afinado aos debates travados no *Pensamento da America*.

⁸⁰ Miguel Ozório de Almeida (Rio de Janeiro, 1890-1953), médico fisiologista, cientista, professor, autor de obra especializada e ensaísta. Foi membro da Academia Brasileira de Ciência e de sociedades científicas estrangeiras, além de ter ocupado a Cadeira 22 da ABL, eleito em 5 de setembro de 1935, na sucessão de Medeiros e Albuquerque e recebido pelo Acadêmico Roquette-Pinto em 23 de novembro de 1935. No Instituto Oswaldo Cruz foi uma das grandes lideranças das pesquisas na área de fisiologia. Ver: MIGUEL OZORIO DE ALMEIDA. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Acesso em 01 de nov. 2010. Online. Para outras informações ver FONSECA; MAIO, 2004 e <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=515&sid=236>. Almeida foi também delegado do Brasil na Segunda Conferência Americana de Comissões Nacionais de Cooperação Intelectual. Beraba nos informa que em 1939 o Brasil havia participado da I Conferência Interamericana de Comissões Nacionais de Cooperação Intelectual, no Chile, representado pelos diplomatas Abelardo do Prado e Luz Pinto e por Roquette-Pinto, na época diretor do Instituto Nacional de Cinema Educativo (BERABA, 2008, p. 152).

⁸¹ A Comissão Brasileira passou a funcionar em 1925 na Academia Brasileira de Letras, tendo, entre seus membros fundadores, os acadêmicos Aloysio de Castro e Afrânio Peixoto. Em 1937, sob a presidência do cientista Miguel Ozório de Almeida, a organização foi reformada e nomeada Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual (CBCI), passando a ter sua sede no Itamaraty.

Ao que parece, até que se consolidasse a formulação de uma proposta mais bem definida e sólida no que toca à criação e manutenção de um órgão especialmente voltado para a questão da cooperação intelectual dentro do Ministério, Ribeiro Couto atuava conforme os protocolos já existentes, encarregando-se de comunicar fatos de interesse para a socialização de informações entre o Brasil e as demais repúblicas do continente, demonstrando que já existia o interesse pela manutenção de bons laços e divulgação do Brasil no exterior antes do envolvimento do Brasil com a Segunda Guerra e da adesão ao panamericanismo proposto por Roosevelt.

A preocupação com o estabelecimento de vínculos através do incentivo à propaganda e do estímulo das relações culturais foi e continua sendo algo inerente à funcionalidade do Ministério de Relações Exteriores. No entanto, o que convém avultar em relação à criação desse *Serviço* é a ação pessoal de Ribeiro Couto, a fim de dar relevo à forma como suas atuações enquanto ‘homem de letras’ e funcionário público estavam imbricadas nesse caso específico. O que queremos destacar é que estar submerso em um conjunto de preocupações inerentes à participação no campo intelectual (BOURDIEU, 2009) certamente influenciou sua atuação enquanto funcionário do Ministério. Trata-se de um elemento essencial para a divulgação de uma obra intelectual a preocupação com a criação e manutenção de contatos das mais diversas ordens com um grupo de críticos, editores e intelectuais, brasileiros ou não, bem como o estabelecimento de redes de sociabilidade consistentes. Couto se preocupou em mostrar a funcionalidade da sistematização dessas ligações no interior do Ministério, denotando que a cooperação intelectual pretendida por ele se distanciava em aspectos materiais e práticos da proposta surgida em âmbito mundial sob a égide da Liga das Nações, ainda que os projetos estivessem sob o mesmo nome e embebidos de estímulos e objetivos comuns.

Documentos depositados em seu acervo pessoal evidenciaram que o projeto de criação do *Serviço de Expansão Intelectual*⁸² como seção ou dependência de seção vinculada ao Ministério é de sua autoria e foi motivado, segundo Couto, pela experiência que lhe foi dado ter, “de seis anos de constante correspondência com escritores, diretores de

⁸² Em documento datado de 12 de abril de 1934 tomamos conhecimento que a proposta de alteração do nome da seção (Serviço de Cooperação Intelectual, ao invés de Expansão Intelectual) partira do sr. conselheiro Cyro de Freitas Valle. (Arquivo RC/ AMLB/FCRB). Para informações acerca da proposta preliminar de criação dessa seção, vide ANEXO 3.

revistas e outros intelectuais da França, da Itália, de Portugal, da Bélgica, da Argentina, etc.” (COUTO, 1 mar. 1934, p. 1/RC pi). Sua efetivação corresponderia a uma necessidade do serviço público brasileiro (*Id.*). Nesses termos, explicou qual seria a finalidade de tal Serviço, enumerando nove itens, a saber,

- a) Fazer, discretamente, a propaganda dos valores literários do Brasil no estrangeiro, tirando-se, o mais que possível, o caráter ostensivo de “propaganda oficial” aos trabalhos; e, para tanto,
- b) Organizar um fichário com o endereço de todos os escritores, de todos os países, capazes de se interessar pela literatura e pela vida cultural do Brasil, sobretudo aqueles que, por conhecerem o idioma castelhano, possam mais facilmente entender o português;
- c) Idem com o endereço de todas as instituições culturais, revistas, jornais e associações literárias, capazes do mesmo interesse;
- d) Fornecer informações e traduções de obras literárias, históricas, científicas, etc. do Brasil, a todos aqueles que as solicitem ou possam interessar-se por elas;
- e) Fornecer livros;
- f) Estimular, por todos os meios, os estudos e conhecimentos de escritores estrangeiros a respeito do Brasil;
- g) Estabelecer ligação entre escritores estrangeiros e os do Brasil, levando-se em conta as afinidades comuns, assim como as respectivas especialidades;
- h) Fornecer matéria para a organização de números especiais de revistas ou jornais estrangeiros sobre o Brasil;
- i) Informar sobre tudo que tenha relação com os interesses intelectuais do Brasil. (COUTO, 1 mar. 1934, pp. 1-2/RC pi)

O êxito do Serviço de Expansão Intelectual repousaria, assim, conforme lemos no mesmo documento, no bom aproveitamento das relações pessoais e no conhecimento direto dos meios estrangeiros, que tinham os funcionários daquele Ministério. De forma bastante didática, que beira à informalidade, Ribeiro Couto exemplificou: se houvesse necessidade ou interesse de propagar a história brasileira em algum país,

ter-se-ia que buscar nele o nome de escritor mais indicado para tal, enviando-lhe livros brasileiros de qualidade científica e literária nos quais o autor pudesse se basear. E, continuando, deu um exemplo, a partir de seu conhecimento de causa, que pudesse comprovar a importância dessa sistematização:

Um antigo secretário da legação da Áustria no Rio de Janeiro desejou escrever um livro sobre as superstições e os credos religiosos nas camadas populares do Brasil, sobretudo os negros, enviou uma carta, nesse sentido, ao diretor de uma revista em que colaborávamos. A esse escritor, residente em Viena, mandamos livros como “Os Africanos no Brasil”, de Nina Rodrigues, em que há capítulos do mais alto valor científico sobre a matéria. Desse modo, o livro que vier a escrever aquele correspondente, será documentado com valores reais, informações eruditas, ao invés de falsidades ou fantasias (do gênero das que povoam tantas obras estrangeiras sobre o nosso país). (COUTO, 1 mar. 1934, p. 3/RC pi)

A sistematização pretendida pelo projeto iria além, sendo o *Serviço* responsável também por imprimir ou mimeografar listas dos principais escritores brasileiros em atividade, que deveriam ser remetida às missões diplomáticas e aos consulados brasileiros, fornecendo às chancelarias elementos de trabalho para o contato direto entre intelectuais, além de representar um favorecimento a quem se interessasse por trocar livros e fazer publicações. Iniciativa igual já teria sido levada a cabo pela Secretária de Educação do México. (COUTO, 3 ago de 1934, p. 2/RC pi)

Os empreendimentos não ambicionavam atingir apenas o exterior, outrossim, angariar a simpatia da imprensa brasileira pela causa através do fornecimento de um Boletim de Cooperação Intelectual, através do Serviço de Imprensa do Gabinete. O Boletim, que deveria também ser publicado no Diário Oficial (COUTO, 3 ago. 1934, RC pi) contaria com materiais de diferentes publicações do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual e teria como objetivo principal a difusão de notícias aparecidas sobre o Brasil no estrangeiro. E cita um exemplo para demonstrar como esse órgão poderia se tornar fonte habitual de tais informações, o que seria muito útil para os jornais do interior: “Um escritor estrangeiro trata de um livro brasileiro,

elogiosamente. Convém reproduzir no Brasil a opinião expedida. Em seguida, o Serviço mandará ao mesmo escritor os recortes de jornais brasileiros, em que seu trabalho haja repercutido.” (COUTO, 3 ago de 1934, p. 2/RC pi)⁸³

Naturalmente, como Ribeiro Couto não deixou de assinalar, todas essas iniciativas dependeriam do amparo dado pelo Ministro de Estado ao Serviço de Cooperação Intelectual, tendo em vista que seu funcionamento demandava investimento material, a começar pela necessidade de dotar tal repartição de livros, jornais e revistas, para que se efetivasse a propaganda cultural visada.

Conforme ele mesmo esclareceu,

Não se trataria, dessa forma, de uma propaganda mecânica, automática, pela remessa de publicações e livros, mas do estudo e preparação do terreno, lá fora, para a oportuna sementeira de elementos úteis, e de uma constante e progressiva multiplicação de “brasilianistas” com o aproveitamento hábil dos muitíssimos “hispanisantes” que hoje se ocupam de historia, literatura e ‘folk-lore’ da Espanha e dos países hispano-americanos. (COUTO, 1 mar. 1934, p. 4/RC pi)

Couto, ao longo dos anos em que esteve empenhado na criação dessa seção, buscava demonstrar que sua atuação fora do país, ainda que curta até aquele momento, fora sempre exitosa no que tange às iniciativas de tal ordem, como quando, por exemplo, ao longo dos três anos e meio que esteve na França. Além disso, no Brasil, Couto afirmou não ter cessado de manter correspondência com professores e escritores de diversos países, que passaram a lhe pedir informações e livros com maior insistência. Esses e outros aspectos relatados reafirmavam a utilidade necessária que o projeto proposto encarnava. Restava apenas sua aprovação.

No momento em que Ministério buscava uma reforma ampla como denuncia o título de um documento encaminhado por Couto – “Para aproveitar na reforma dos serviços do Ministério das Relações Exteriores” (COUTO, 24 nov. 1934 p. 1/RC pi), modernizadora e inspirada nas novas necessidades apresentadas, surgia mais vivamente a

⁸³ Essa prática orientou também a edição do suplemento *Pensamento da America*.

possibilidade da criação do *Serviço de Cooperação Intelectual*, que teria por fim “a promoção do intercâmbio científico, literário e artístico entre o Brasil e os países cultos” (*Id.*).⁸⁴

De forma geral, ao nos debruçarmos sobre a documentação relativa ao Ministério das Relações Exteriores, que compõe parte de sua Produção Intelectual depositada na FCRB, nos deparamos com incessantes encaminhamentos deste projeto, ora de forma didática e resumida, ora de forma extensa a fim de demonstrar todo o aparato recrutado para a elaboração da proposta. O que parece se evidenciar é que seu conhecimento pessoal de uma rede de sociabilidade americana embaixa e fundamenta esse projeto, o que não coincidentemente ocorre com o *Pensamento da América*.

Ainda que o projeto parecesse útil e tenha sido bem recebido, evidencia-se que a formalização institucional da proposta aconteceu em decorrência de grande insistência e sucessivas remessas do projeto. Couto se valeu muitas vezes de vozes autorizadas que ou entravam em contato pessoalmente com o Ministro em exercício para emitir sua aprovação e incentivo, ou, via seu próprio intermédio, encaminhavam relatos e pareceres de concordância – por ele certamente prospectados – a fim de enfatizar a relevância do que propunha.⁸⁵

A grande lacuna documental sobre o assunto, após inúmeras tentativas a respeito via encaminhamento de documentação oficial e pareceres legitimadores, nos dá margem para aferir que a tentativa de efetivação institucional do Serviço pode não ter logrado o êxito imediato esperado. A hipótese se sustenta ao nos depararmos com uma série de

⁸⁴ Para ‘países cultos’ Couto não dispensou explicações. A limitação apresentada pelo adjetivo, certamente datada, é representativa de um momento das Relações Exteriores do Brasil e tem a dizer sobre a própria percepção do funcionário Ribeiro Couto em relação ao seu trabalho e ao posicionamento do Brasil no cenário mundial frente as demais nações.

⁸⁵ Nesse sentido, consta em seu acervo um memorando encaminhado por M. Nabuco, que remete “duas informações do Sr. Ribeiro Couto sobre a conveniência de ser criado no Itamaraty um serviço de Expansão intelectual”, afirmando que salvo quanto a breves detalhes, estava de pleno acordo (NABUCO, 28 jun. 1934/RC pi). De forma semelhante, Couto pleiteou o apoio do Cônsul de 1ª. Classe Arno Konder via memorando, encaminhando as seguintes palavras: “Tendo elaborado uma informação sobre a conveniência de ser criado neste Ministério um Serviço de Expansão Intelectual (...) rogo a Vossa Senhoria a bondade de apor a mesma a sua chancela e de encaminhá-la ao Senhor Secretario Geral”, obtendo o encaminhamento no mesmo dia e de forma elogiosa (COUTO, 1 mar. 1934/RC pi)

novos documentos datados do ano de 1937 em diante, nos quais o assunto aparentemente empoeirado é retomado de forma a denotar que o trabalho de Ribeiro Couto na mesma seara dos anos anteriores era solitário dentro do Ministério e não havia sido institucionalizado da forma como anteriormente pretendido.

Enfim, é apenas no final do mês de agosto de 1937 que as pretensões de Couto sobre esse aspecto lograram êxito, ainda que parcialmente. É nessa data que o autor acusa o recebimento da circular que transmite uma portaria de regulamentação provisória do Serviço de Cooperação Intelectual, cuja criação lhe coube propor a 1º de março de 1934. Em resposta à circular o autor relembrou que ao despachar a primeira informação a respeito, o então Secretário Geral, Embaixador Mauricio Nabuco, assim se exprimiu: “Acho que, bem encaminhado, esse serviço pode atingir grandes proporções e ser correspondentemente útil ao Brasil” (COUTO, 30 ago. 1937, p. 2/RC pi), além de valorizar a prática de tornar o Serviço de Cooperação Intelectual um instrumento de trabalho indispensável àquela Secretaria de Estado, “sobretudo para a obra de expansão do nosso prestígio cultural, essencialmente ligado a do nosso prestígio político.” (*Id.*).

Ribeiro Couto lançou mão do conceito de “espírito transoceânico” para destacar que o lado oposto do oceano exercia grande influencia cultural e política sobre o Brasil e saiu em defesa da importância de se atentar para os ‘itinerários costeiros’. O tom denunciativo está presente ainda no apontamento de que três grandes territórios da cultura americana eram três grandes prisões que não se intercomunicavam, tendo portas abertas apenas para a Europa. Situação essa que não se dava apenas no campo literário:

quando, num desses três territórios da cultura continental, se faz referência aos formadores pioneiros e defensores das nações americanas, verifica-se, em geral, o mesmo desconhecimento mutuo que acaba de assinalar no campo literário. Apesar dos fenômenos da formação social e política se terem operado; nos quatro primeiros séculos da vida americana, mais ou menos com análogos sacrifícios e dificuldades em qualquer das três grandes regiões culturais de ambos os hemisférios americanos, aos anglo-saxões não ocorre citar um San Martin, como aos lusitanos não ocorre citar um Lincoln, como aos hispânicos não ocorre citar um Duque de Caxias. Entretanto,

um estudante de qualquer nação americana está familiarizado com os correspondentes processos sociais e políticos das nações da Europa. (COUTO, s/d, p. 4/RC pi)

Essa não seria também a motivação apresentada diante da publicação do *Pensamento da America*? Detemo-nos a apresentar no capítulo anterior as principais características desse suplemento e não coincidentemente observamos semelhanças de interesse entre os dois projetos, expressa também no seguinte trecho:

A vocação do espírito americano é universal, sem dúvida, como ainda há pouco acentuava o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Oswaldo Aranha; universal é também a obra da America, e como prova basta olhar para a composição étnica do continente e para a nacionalidade originária dos inumeráveis grupos migratórios que ao longo dos séculos a vêm enriquecendo. Entretanto, nós, universais e americanos, nos esquecemos de que a América também é o universo; e que portanto a realização prática dessa vocação universal deve começar pelo conhecimento minucioso de nós próprios, resistindo à tendência para o isolamento daqueles blocos de cultura continental. Para melhor conhecer o universo, temos que conhecer melhor a América. (COUTO, s/d, p. 4-5/RC pi)

Essa proposta encontrou abrigo no *SPA*, especialmente no período em que Ribeiro Couto esteve à frente da publicação (1941 e 1943). O periódico cedeu grande espaço para tais discussões, servindo aos interesses de propagandar a cultura americana e de estimular a disseminação de estudos críticos, refinando a publicidade automática ao afastá-la da mecanização representada pela simples remessa de publicações e livros via embaixadas.

A publicação estribou-se no caráter espiritual da cooperação panamericana, que quando somado a elementos de ordem prática - como a cooperação intelectual, revestia-se de sentido de utilidade. A união calcada na difusão e comunhão cultural foi bem explorada pelo suplemento, que reproduziu um discurso de Vargas, proferido em Buenos Aires, em 22 de maio de 1935, que apontou para um dos elementos nos quais a união hemisférica poderia se apoiar - a cultura:

nunca nos negamos a colaborar em todas as obras de aperfeiçoamento moral e espiritual do nosso continente e estamos dispostos a cooperar sem reservas nem desconfianças, na realização do radioso ideal de solidariedade americana, para que o Novo Mundo, redimido pela cultura, que tudo nobilita, seja, nestas horas atormentadas, o refugio remansoso da paz e da justiça e para que nele, como o sonharam durante quatro séculos os patriarcas das nossas nacionalidades, a força não seja senão um instrumento passivo do direito. (VARGAS, 22 fev. 1942, p. 46/SPA)

Tal proposta foi a tônica do suplemento, que articulou o panamericanismo sobre as bases da união intelectual. Nesse sentido, lemos em artigo intitulado *Solidariedade* que:

Acentua-se todos os dias, nos países do continente, um vivo interesse pela aproximação intelectual dos nossos povos. O panamericanismo, que foi até pouco tempo atrás uma aspiração, e já hoje, de resto é uma realidade política – saiu-se do âmbito doutrinário das conferências e dos limites materiais das trocas econômicas, para o terreno social; para a vida superior das universidades; para os centros literários e artísticos, para o gabinete de trabalho dos homens que estudam e pensam, sentindo que através das distancias se deve formar no Novo Mundo uma consciência defensiva e uniforme [...]. (SPA, 26 jul. 1942. c. 1, p. 121)

Praticamente, o Brasil estimulou o intercâmbio dos intelectuais e abriu suas portas às missões possibilitadas pelo OCIAA, além de promover uma verdadeira divulgação das artes, letras e obras dos grandes nomes da intelectualidade continental através da publicação do *Pensamento da America*, que visivelmente priorizou a divulgação artística. O suplemento também noticiou ações do governo que pudessem remeter a práticas de aproximação com os demais países americanos, como foi o caso da divulgação da reforma do ensino de humanidades que o governo brasileiro levou a cabo com o decreto-lei número 4.244, pelo qual o ensino do espanhol, antes facultativo, passava a ser obrigatório. (SPA, 24 mai. 1942, p. 104, c. 4 - 5).

No mesmo sentido, foram divulgadas as ações realizadas por outros governos americanos que visavam valorizar a união continental pela via da cooperação intelectual. Em maio de 1944, foi apresentada ao público brasileiro a iniciativa de eliminar as afirmações incorretas ou descuidadas sobre os países latino-americanos nos materiais educativos usados nas escolas e colégios estadunidenses. Quatorze foram as recomendações apresentadas ao Coordenador Americano de Assuntos Inter-Americanos, Nelson Rockefeller, por uma comissão do Conselho de Educação composta por 10 educadores (*SPA*, 28 mai. 1944, pp. 67–69, c. 1).⁸⁶ Dessa forma, o suplemento assumiu como função divulgar e ressaltar os esforços no sentido de concretizar o panamericanismo por uma via privilegiada, a cooperação intelectual.

⁸⁶ O grupo realizou seus trabalhos sob a presidência do dr. Howard E. Wilson, da Universidade de Harvard, com a cooperação de cem técnicos e com auxílio financeiro de 37.500 dólares, e depois de longo trabalho apresentou um relatório reproduzido no *SPA*. O texto se inicia da seguinte forma: “As escolas e colégios deverão manter em suas bibliotecas e salas de trabalho uma grande quantidade de livros, coleções de material gráfico e de películas cinematográficas referentes à vida e à história dos países latino-americanos. Esse material educativo deve desempenhar na vida escolar um papel importante, que vise à formação de um conhecimento extenso da América Latina. Assuntos latino-americanos devem ser incluídos em todas as fases do ensino, salientando-se sua importância em relação à vida nacional dos Estados Unidos e o interesse cultural que neles reside. Os editores de livros de leitura escolar e de outros materiais básicos educativos deverão reexaminar os livros e os materiais que hajam editado até agora, sob o critério que o relatório recomenda, afim de que seus textos sejam escoimados de incorreções. Os manuscritos e originais de trabalhos que se relacionem com a América latina, ora em vias de publicação, deverão ser submetido pelos editores, educadores e intelectuais que sejam especialistas em assuntos latino-americanos (...)” (*SPA*, 28 mai. 1944, p. 67–69, c. 1)

2.3 Um desvelador da psique brasileira: Renato Almeida

Autor de obras que foram valorizadas pela crítica contemporânea aos lançamentos,⁸⁷ Renato Almeida foi editor do *Pensamento da America* por longo período e representa atualmente um caso paradigmático de ‘esquecimento’. Do grupo do Rio ou de “Essa gente do Rio” – como os chamava Mário de Andrade, foi um intelectual atuante no campo cultural brasileiro. Almeida ingressou no Ministério das Relações Exteriores em 1927, quando foi designado redator dos Anais da chancelaria, vindo a ocupar mais tarde o posto de chefe do Serviço de Imprensa desse Ministério, já no seio do Estado Novo, permanecendo por longo período no serviço de documentação do Itamaraty.



Imagem 12: Renato Almeida

A institucionalização do folclore, tido por Almeida como “porta de entrada privilegiada para se investigar o processo germinativo da cultura nacional” (NEDEL, 2005, p. 198), se

⁸⁷ Conforme percebemos no trecho que se segue: “Em 1917 deu à estampa o seu primeiro livro, *Em relevo*, crônicas onde já se esboçava o ensaísta que não tardaria a surgir com um estudo mais serio *Fausto* [*ensaio sobre o problema do ser*], aparecido em 1922, já em plena efervescência do movimento iniciado por Graça Aranha e ao qual o jovem escritor baiano deu o apoio de sua lúcida efervescência, tornando-se um dos membros representantes. (...) Data de 1932 a publicação de *Velocidade*, volume modernista de análise dos problemas do mundo atual. Em 1936 a Livraria do Globo publicava *Figuras e Planos*, ensaios magníficos onde insurge o escritor elegante, arguto, e onde a paisagem social e os homens da atualidade são fixados e interpretados luminosamente. Mereceu este livro os melhores elogios da crítica estrangeira e nacional” (AM, 2 mai. 1943, p. 2). O próprio Almeida escreveu: “Eu comecei a minha vida com grandes preocupações literárias dentro do movimento simbolista, naquele grupo da “Fon-Fon”, com Ronald de Carvalho, Álvaro Moreyra, Felipe de Oliveira, essa gente toda. Esse era no momento o meu grande interesse, o interesse pelos estudos filosóficos, daí eu ter escrito o *Fausto*”. (ALMEIDA *apud* MARIZ, 1983, p. 96)

deu em decorrência de sua atuação na esfera pública, com a criação, em 1947, da Comissão Nacional de Folclore (CNF), durante período que esteve na presidência do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBEC), do Ministério do Exterior, órgão vinculado à UNESCO.⁸⁸ Enquanto folclorista, sua proposta foi a de aproximação com a Etnologia ou a Antropologia Cultural, dando visibilidade, assim, a aspectos da vida social e a cultura material e imaterial, não vislumbrados pela literatura, como o artesanato, as danças e folguedos populares e a culinária, etc., além de considerar o comportamento do grupo social e as formas que revestem o fato (FRADE, 2003).⁸⁹

Antes de se dedicar ao folclore, foi a música que ocupou seu interesse, o que pode ser demonstrado com a publicação de *História da música brasileira*, em 1926 e *Compêndio de História da Música Brasileira*, em 1942, que segundo o pesquisador Luis Otávio Rendeiro Braga se tornou uma obra de referência para o estudo da música brasileira (BRAGA, 2002, p. 274). No mesmo sentido, relatos dão conta que Almeida havia chegado a música e ao folclore pela mão do amigo Mario de Andrade (MARIZ, 1983, p. 93) e com ele compartilhado a defesa de uma estética nacional-modernista nesse campo de estudo. Sua concepção privilegiou a perspectiva folclórica, vislumbrando a música como um processo de formação e afirmação da nacionalidade, já que permitia que se observasse a questão da miscigenação, determinante da nacionalidade musical brasileira.⁹⁰ Deveria ser, também,

⁸⁸ De acordo com Leticia Nedel, “Sustentada pelo prestígio de Renato Almeida, e pelo apoio de autoridades políticas como João Neves da Fontoura, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, a Comissão liderou um esforço articulado em prol da institucionalização dos estudos de folclore no Brasil.” (NEDEL, 2005, p. 144). A atuação de Almeida nesse campo de estudos e enquanto figura chave do movimento de institucionalização do folclore foi longa, alcançando a década de 1970. Ele foi lembrado como alguém que soube ir às províncias por seu empenho para a integração do movimento folclórico nacional. (LAYTANO *apud* NEDEL, 2005, p. 193)

⁸⁹ Até os anos 1920 poucos intelectuais haviam se debruçado sobre o estudo do folclore (CONTIER, 2004, p. 14), tendo os ecos dos estudos europeus e americanos chegado ao Brasil na segunda metade do século 19, “liderados por Celso de Magalhães (1849/1879), Sílvio Romero (1851/1914) e João Ribeiro (1860/1934). Seguiram-lhe Arthur Ramos (1903/1949), Amadeu Amaral (1875/1929), Mário de Andrade (1893/1945), Renato Almeida (1895/1981) e Edison Carneiro (1912/1972), dentre outros (FRADE, 2003, s/p).

⁹⁰ Almeida justificou seu interesse pelo estudo da música brasileira: “Mas, quando houve a Semana de Arte Moderna, quando o Modernismo foi uma

necessariamente fruto da inovação, tendo em vista que imitar o passado seria o “apanágio dos espíritos menores e das épocas infecundas” (ALMEIDA, 1926, pp. 157 – 159). No primeiro livro citado Almeida esboçou um manifesto a favor da arte independente e moderna:

Façamos uma arte independente, aproveitando toda a riqueza formidável de ritmos, essa abundância prodigiosa de cor, essa exuberância da natureza magnífica. Tenhamos fé na ascensão do nosso espírito e no aperfeiçoamento de suas forças criadoras para realizar uma grande arte que seja universal e perpétua. Tenhamos o coração puro e as mãos livres. (ALMEIDA, 1926, pp. 178 – 9)

Renato Almeida se mostrou na *História da Música Brasileira* como um incentivador dos estudos musicais e um defensor de uma arte moderna que refletisse os anseios e aflições de seu tempo e o caráter nacional, afastando-se do “perigo” dos estrangeirismos e das aplicações impensadas e rápidas dos moldes estrangeiros. Tal postura, segundo ele, representaria um “ato de coragem” que teria trazido “às nossas letras uma valiosa contribuição emotiva e social, pesquisa de motivos nacionais, que passam assim ao laboratório da sensibilidade, onde a certo para facilitar-lhes o estudo e acentuar-lhes as soluções” (ALMEIDA, 1935, s/p/ JL j 6-41). A obra diz não apenas sobre sua concepção musical, mas também sobre sua concepção artística, política e social, de um projeto comungado,

afirmação do Brasil, eu me convenci que não havia lugar absolutamente no Brasil para o escritor desinteressado. Nós tínhamos que olhar era o Brasil, nós tínhamos que ver a terra. Cada um de nós, note bem, todos os do grupo se dedicaram a uma atividade que tivesse uma relação íntima com o país. Essa atividade para mim foi a Música. Eu comecei a estudar a música brasileira (ALMEIDA *apud* MARIZ, 1983, p.96). Escrevendo sobre folclore e música, Contier afirmou: “A pesquisa do folclore como fonte de inspiração do artista culto foi endossada pelos intelectuais modernistas ligados às mais diversas tendências políticas: liberais, comunistas, anarquistas, integralistas. Por essa razão, as divergências entre esses autores denotam matizes muito específicos, sem apresentar confrontos teórico-metodológicos ou no campo das ideias político-sociais. Por exemplo, as anotações de Mário de Andrade nas marginais da *História da Música Brasileira*, de Renato Almeida restringiram-se a críticas sobre informações incompletas ou demasiadamente ufanistas sobre a singularidade da música brasileira.” (CONTIER, 2004, p. 3)

ainda que não restritamente, por uma geração intelectual⁹¹ marcada pelas obras de Alberto Torres, Graça Aranha e Paulo Prado.

A cultura musical no Brasil era, segundo o autor, ainda incipiente e perturbada por estrangeirismos, “elemento de corrupção digno de nota” (ALMEIDA, 1926, p. 22). No entanto, Villa Lobos representava um expoente da música inteiramente livre e pura (*Ibid.*, p. 148), ainda que reconhecidamente influenciada por Debussy e Stravinsky, o que não o impediria de encontrar a diretiva nacional. Segundo Almeida,

No Sr. Heitor Villa Lobos a personalidade é exorbitante. Domina a *arte* e se recusa a aceitar as fórmulas, as mesmas que cria, pelo anseio constante de sensações novas, onde seu espírito se sinta cada vez mais livre, para se elevar no mais puro subjectivismo. (...) O Sr. Villa Lobos não procura apreender as coisas pelo seu aspecto sensível ou impressionante, mas pelo seu abstracto da realidade íntima, descendo – segundo o conceito de Baudelaire – “ao recesso do desconhecido para encontrar alguma coisa nova”. (*Ibid.*, pp. 165 – 168)

Em suma, Villa Lobos foi apontado por Renato Almeida como um criador de música pura e interior, na qual, não seria possível estabelecer lineamentos para o desenho melódico, sendo por isso profundamente brasileira.⁹² A influência do meio na obra de arte foi destacada, bem como

⁹¹ Geração intelectual compreende uma identidade geralmente determinada por um acontecimento inaugurador, constituindo-se não apenas como fato natural, e sim cultural (SIRINELLI, 1996, p. 133). Ou seja, não diz respeito apenas a uma solidariedade de idade, derivando daí o fato de as gerações intelectuais serem multiformes, elásticas e densas (SIRINELLI, 1986). Precisamente nesse trecho indicamos uma geração marcada por um forte pragmatismo político decorrente, principalmente, da onda nacionalista de 1917, que mergulhou o Brasil “numa crise de identidade que luta, a rigor, para reabilitar os valores do passado. A projeção literária da pátria, baseada na aristocracia enquanto representante secular de uma civilização superior, determin[ou] a alternativa revanchista, que coexisti[u] com a busca das raízes autênticas de um ângulo mais aberto e integrador.” (PRADO, 2010, p. 105)

⁹² Almeida frisou no seu *HMB*, que não seria possível marcar exatamente a influência do compositor na nossa arte, no entanto, parecia que nele fremia o desejo de uma música brasileira, livre de cânones, preconceitos e imitações, aspectos valorizados pelo escritor, que assim como Oswald de Andrade, em

a maneira como o compositor a capta, de forma a exaltar o espírito da terra, o fulgor da natureza, a melancolia do homem, enfim, a incerta *psyche* brasileira. Por esses e outros motivos, ao compositor foi reservado espaço privilegiado tanto na revista *MB* como no *SPA*⁹³, evidenciando o reflexo da personalidade de Almeida frente às decisões de âmbito editorial.

A *História da música brasileira*,⁹⁴ livro ilustrado por Nicola de Garo e impresso na Typographia do Anuario do Brasil, enuncia pensamentos e discussões que serão tônicas observáveis ao longo da trajetória intelectual de Renato Almeida: a defesa de um ritmo autêntico e nacional, tendo em vista que, segundo o autor, “com o ritmo brasileiro havemos de criar a nossa música e os que o desprezarem não construirão

trecho que destaco a seguir, fez crescer a imagem do amigo em detrimento de Carlos Gomes (1836 – 1896) e de seu estilo moderno em contraposição àquele romântico. Andrade para o *Correio de São Paulo*, escreveu: “Carlos Gomes é horrível. Todos nós o sentimos desde pequeninos. Mas como se trata de uma glória da família, engolimos a cantarolice toda do *Guarani* e do *Schiavo*, inexpressiva, postiça, nefanda. E quando nos falamos no absorvente gênio de Campinas, temos um sorriso de alçapão, como quem diz – ‘É verdade! Antes não tivesse escrito nada... Um talento!’” (ANDRADE *apud* MARIZ, 1983, p. 29).

⁹³ A nona edição de *MB*, por exemplo, foi dedicada a análise das suas obras e da sua participação no movimento modernista. São publicados, da mesma forma, dois argumentos inéditos para bailados modernos: “Funil” e “Veículo” montados depois em Paris por Diaguilev. Nessa revista, Villa-Lobos apareceu como a síntese admirável das tendências do Modernismo: “música dinâmica, brasileira, universal” (BOAVENTURA, 1978, p. 149). Esse compositor teve lugar de destaque por expressar em sua obra forte acento nacionalista, como indicou Maria de Fátima F. Piazza, “com composições que contemplam os sons e os ritmos do Brasil como *Descobrimto do Brasil*, *Bachianas Brasileiras* nº 2 que inclui *O Trenzinho do Caipira*, além de modinhas, choros, lundus, maxixes e catiras” (PIAZZA, 2011, p. 5). Não apenas no livro em questão, como também no *MB* e no *SPA*, Villa-Lobos foi destacado por Almeida como um ícone da brasilidade modernista. Daí cito, por exemplo, os artigos: *Villa Lobos trata da execução* (*MB*, ano 1, n. 4, 1929), *Villa-Lobos, ás do modernismo* (*MB*, ano 1, n. 9, 1929); *A maneira de Villa Lobos* (*MB*, ano. 1, n. 10, 1929); e, no *SPA*, no artigo *O Embaixador da Música brasileira*, de outubro de 1944.

⁹⁴ Volpe identificou nos autores das primeiras histórias da música brasileira, incluindo Renato Almeida, a influência de concepções de determinismo racial e geográfico (mesologismo), sob a luz da teoria da “obnubilação brásilica” de Araripe Júnior, que via no parâmetro ‘meio’ fator de conformação da cultura. Segundo ela, Almeida propôs que a formação do caráter nacional brasileiro se devia ao impacto da natureza sobre o homem e a adaptação ao meio hostil dos trópicos, o que se manifestava na música. (VOLPE, 2008, pp. 58 - 59)

nada de definitivo” (1926, p. 15). Também nele está contida a tese da melancolia brasileira, antecipando o posterior postulado de Paulo Prado presente em *Retrato do Brasil: Ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928), na qual o crítico reforçou a tese baseada na sensualidade do povo e na ambição do ouro. Em dois trechos do *HMB* lemos que:

Nos povos novos, o moivo popular veio com o conquistador e reflete essa dor da adaptação, em que sangrou seu espírito audacioso. Entre nós, no ardor da natureza tropical, cheia de fulgurações, o canto foi melancólico. Melancólico era o índio fugidío e indolente, que vivia a vida cheio de nostalgia, num perpétuo espanto pelas coisas que o cercavam; melancólico era o lusitano, ousado mas triste, vivendo no mar e com saudade da pátria sempre no coração; melancólico era negro, caçado, roubado e escravizado, que sofria no cativo uma dor irremediável e aniquilante. Todas essas vozes que se levantaram eram um contraste com o cenário, de magnífico fulgor (ALMEIDA, 1926, p. 23); O meio estranho, já mostramos, nos faz tristes e, na melancolia resultante, vamos decifrando a vida. É o motivo máximo da arte brasileira. (*Ibid.*, p. 18)

Prado desenvolveu sua tese com base em quatro elementos (luxúria, cobiça, tristeza e o Romantismo). Segundo esse autor, numa terra radiosa viveu um povo triste. A tese da melancolia não se fez presente apenas no livro *HMB*, sendo uma constante no pensamento de Renato Almeida, conforme podemos verificar no trecho destacado da *Revista do Brasil* por T. R. de Luca, que elencou o esforço de caracterização do perfil brasileiro, que muitas vezes desembocou em visões caricaturais:

Nós brasileiros somos um povo triste; rimos pouco, evitamos a expansão e, por desconfiança ou timidez, não comentamos a vida com a gargalhada franca e jovial, mas com um sorriso escondido e ligeiro, que tanto se resolve na alegria como na tristeza. Quando nos divertimos é sempre com seriedade... Já têm os psicólogos procurado, e não sem razão, explicar o fenômeno pelo sangue das três raças que corre em nossas veias: o português, o índio e o negro, gente pouco alegre e

muito melancólica. Vivemos, assim tarados, sem o riso franco do saxônico, nem o espírito ligeiro do francês, mas como que amuados, curtindo tristezas ancestrais, de uma saudade, de uma perseguição, de uma tortura. Não rimos quase, ensinamos a não rir... Povo moço, preferimos ter nos lábios a amargura que a existência deixa nos velhos e experientes... Dir-se-ia que cantamos pouco e pensamos muito, o que é a mais pura verdade, se atentamos que os nossos artistas procuram mais o desencanto do que o esplendor... Por isso, somos tímidos, preferimos imaginar a agir, sonhar a realizar. (ALMEIDA *apud* DE LUCA, 1999, p. 189).

Anteriormente, ainda, em contraposição a Ribeiro Couto,⁹⁵ escreveu em seu livro *A formação moderna do Brasil* (1923):

⁹⁵ Reside no mito da tristeza brasileira um ponto de afastamento entre o primeiro e o segundo editor do *Pensamento da America*, expresso na crônica de Couto intitulada *Flor Amorosa*, publicada em *Barro do Município* (1956), livro que reuniu textos antes publicados no *A Manhã* e no *Jornal do Brasil*. Na crônica citada lemos: “O povo brasileiro é triste, dizem alguns sociólogos de sobrolho franzido. Essa tristeza vem das raças que nos formam – o português nostálgico, o índio batido, o negro escravizado. Toda gente pode fazer variações fantasiosas sobre o assunto. Como o tesouro público é realmente pobre e o preço dos gêneros alimentícios continua elevado em relação aos vencimentos do pequeno funcionário, não há como provar aos sociólogos que o povo brasileiro não é triste. Se ele está sempre pensando numa consignação em folha e no pagamento de um piano a prestações! A tristeza do povo português é uma dessas mentiras tranquilas, que se incorporam ao patrimônio dos lugares-comuns. A tristeza do negro, o povo de vivíssima alegria, é outro conceito falso, agora difícil de se destruir. O índio não é propriamente triste, mas concentrado, sóbrio de palavras. (...). O povo brasileiro não é triste. Triste é o nacional que não tem dinheiro e não tem esperança de gozar dos bens da vida. Brasileiro rico, viajado, culto, não tem nada de triste. (...) Como é mais fácil dar explicações literárias do que dar esmolas, conheço muito onzeário farto, viver, egoísta, com viagens à Europa e tédios de desprezo pelo Brasil, que se aprimora em sutilezas sociológicas: “O povo tinha de ser triste. O complexo do escravo. O complexo do índio. O complexo do degredado português”. (...) Dão-me vontade de encará-los, puxá-los pelo braço e dizer à maneira plebeia, com uma insopitável provocação agressiva: - “Triste é a sua avó” (COUTO, 1956, pp. 129-131).

Aguça-se em nós o desejo idealista, mas, a mínima decepção, quedamo-nos melancólicos, não raro desiludidos. (...) Toda a nossa história e a nossa vida mesma repetem esses movimentos fulgurantes de exaltação e quedas rápidas de desânimo, o que as torna irregulares, sem dúvida, mas de uma força admirável, buscando, por uma impetuosa ascensão, a forma definitiva de sua *psique*. (ALMEIDA, 1923, pp. 11 – 12)

O mito das três raças e a oposição litoral *versus* interior também constituíram elementos discutidos por Renato Almeida. O autor traçou o paralelo entre a música e as raças formadoras da nacionalidade brasileira, distinguindo as contribuições de cada uma e atentando para a distinção entre os cantos do caboclo que seria o homem do interior, e do mulato, que seria o do litoral (ALMEIDA, 1926, p. 48), desvelando a questão da *psique* brasileira também no livro de 1923.⁹⁶

A destruição do passadismo e a busca pelo autêntico nacional compuseram, como vimos, o itinerário defendido por Almeida, que esteve imerso no debate geracional empreendido pelos homens de letras do país. Ele se associou à corrente modernista capitaneada por Graça Aranha, formando com este e Ronald de Carvalho o famoso “grupo da mesa”,⁹⁷ que ainda na década de 1920 foi caracterizado como

⁹⁶ Desde que escreveu o seu *Como se deve Escrever a História do Brasil*, Martius foi recorrentemente referenciado por intelectuais brasileiros desejosos em caracterizar a população nacional. Ainda hoje ecos da formação humana brasileira calcada no mito das três raças podem ser observados em grande parte dos livros didáticos das escolas primárias e secundárias, o que pode ser atribuído a uma tradição historiográfica vinculada ao IHGB que franqueou tal perspectiva. Entre os intelectuais que contribuíram para a fixação do mito no imaginário brasileiro, está o já citado Paulo Prado, que apontou que Martius foi o primeiro a assinalar o papel do negro na nossa formação racial, e assim tocou no problema mais angustioso dessa evolução. Enfim, sobre o *melting pot* em que se teriam fundido as três grandes contribuições étnicas do nosso passado, representando três continentes, às quais se juntaram mais tarde as imigrações europeias de vários “sangues” (PRADO, 1928). Sobre isso nos falamos, entre outros, OLIVEIRA, 2000; CEZAR, 2003; COSTA 2008; KRAAY, 2008; SCHWARCZ, 2003; CARVALHO, 2003.

⁹⁷ Segundo Luca, Manuel Bandeira “referia-se ao inseparável trio como “a mesa”, pelo fato de a Revista da Semana ter estampado foto dos três escritores sentados a uma mesa na sua edição de março de 1922.” (LUCA, 2011, p. 31). Mario de Andrade expressou assim seu posicionamento em relação à Graça

extremamente conservador. Respondendo uma carta de Ribeiro Couto, Almeida afirmou, concordando com o destinatário, que sua solidariedade a Graça Aranha foi sempre explorada tendenciosamente,

veio da necessidade de renovação intelectual do Brasil, embora estivéssemos, como também dele estava o Ronald, separados irremediavelmente pelo pensamento filosófico. Você ajuntou, ainda muito perfeitamente que havia nisso admiração e amizade, essa admiração que cultivei sempre pelo escritor e pelo homem, essa amizade incomparável, que mantereí no meu culto a sua memória. A fundação Graça Aranha é uma grande obra. O Ronald que estará ai em breve, lhe contará melhor. (ALMEIDA, 19 mai. 1931/RC cp)⁹⁸

Enquanto intelectual vivenciou a onda ufanista da Primeira República e as agitações modernistas, esboçando sobre o movimento de 1922 o seu parecer:

Depois da renovação espiritual do Brasil, que se iniciou com o movimento moderno, reclamando uma orientação brasileira para dirigir a nossa inteligência e a nossa sensibilidade, começou o grande inquérito sobre o Brasil, feito com aguda e profunda inquietação, um certo sabor de descoberta, um particular interesse humano, não

Aranha: “(...) sempre desacomodado em nosso meio que ele não podia sentir bem, tornou-se o exegeta desse nacionalismo conformista, com aquela frase detestável de não sermos ‘a câmara mortuária de Portugal’. Quem pensava nisso! Pelo contrário: o que ficou dito foi que não nos incomodava nada ‘coincidir’ com Portugal, pois o importante era a desistência do confronto e das liberdades falsas então nos xingaram de primitivista.” (ANDRADE, 1943, p. 244).

⁹⁸ Almeida se aproximou de Graça Aranha durante o período da primeira Guerra Mundial, quando do retorno do último ao Brasil trazendo de Paris ideias modernistas (ALMEIDA, 1958). Nessa carta, escrita do Rio de Janeiro, em papel com timbre Ministério das Relações Exteriores, Almeida anunciou o novo projeto no qual se envolveria e estaria a frente, a Fundação Graça Aranha, que contou, entre os membros, com Álvaro Moreyra, João Daudt d’Oliveira, Temístocles Cavalcanti, Teixeira Soares, Donatelo Grieco e Aníbal Machado. A Fundação distribuía prêmios literários, tendo agraciado, por exemplo, Clarice Lispector e o seu *Perto do coração selvagem* em 1943 (GOTLIB, 2008, p. 194).

se conclua que, anteriormente a nossa literatura não se tivesse ocupado, e com grandes livros mesmo, do Brasil e que o país não tivesse sido, sobretudo em sua natureza, um motivo constante de inspiração. O que se deu, porém, foi um sentido brasileiro a toda obra intelectual, no fundo e na forma, como antes não se fizera. Foi uma redescoberta do Brasil.

Atualmente, quando cessaram as disputas literárias, os seus excessos e transbordamentos, podemos verificar, sobretudo na geração que chega, o ensinamento que fecundou e não se nutre mais do entusiasmo das lutas, antes floresce serenamente como conquista realizada. (ALMEIDA, 1935, s/p./ JL j)

O Brasil que já havia sido motivo de exaltação durante muito tempo na literatura, segundo ele, desde Manoel Botelho de Oliveira a Ronald de Carvalho, Santa Rita Durão e Basílio da Gama, e mais tarde com Alberto de Oliveira, Euclides da Cunha, Graça Aranha e Afonso Arinos, teria tocado também aos primeiros modernos, que, no entanto apenas anos mais tarde tiveram a coragem de abandonar a exaltação para “tornar a realidade trágica e nela se comover”, dando continuidade, como os bandeirantes, à “áspera conquista do Brasil” (*Id.*). Assim, defendeu a necessidade do engajamento da arte:

Depois da guerra, a arte e o pensamento sofrem tremendo impactos e veio o modernismo, campanha na qual me empenhei com o maior vigor. Foi quando senti que era preciso ter um destino, já que não mais escolhido ao meu prazer, mas determinado. A hora do escritor desinteressado estava extinta e não tínhamos mais de fazer o que queríamos, porém o que devíamos, ou seríamos marginais. (ALMEIDA *apud* LIMA, 1960)

Destarte, ao defender o ideal de que a reforma brasileira não deveria se dar apenas no campo estético, ele acreditava que era necessário que se alastrasse e operasse “a transformação nacional no seu centro de vida ativa, econômicos e sociais”, convergindo assim com a proposta política que tomaria o poder em 1930 (PRADO, 2010, p. 259). Para Renato Almeida, a ânsia por formas novas e vivas que correspondessem à

emoção da vida moderna, absorveu os homens em busca de uma interpretação mais larga da vida, ou, pelo menos, mais de acordo com as contingências da realidade daquele tempo. Dessa maneira,

A arte moderna [teria] brotado da necessidade profunda dos homens de nosso tempo, de buscar, por sobre as formas usadas e gastas, uma emoção diferente, além do aperfeiçoamento das linhas e do exagero da personalidade. (...) À serenidade clássica sobreveiu o romantismo, cujas expressões finais de orgulho infrene e sensibilidade mórbida encerraram o homem entre as cadeias do materialismo e as sombras difusas do vago e do impreciso. Um fundo de negação ou de falsidade deformou todas as coisas e os homens, saciados dessas emoções, desprezaram a realidade como mesquinha e o mundo como mentiroso. Contra esse estado de espírito é que surgiu a reação. (ALMEIDA, 1926, pp. 141–142).

A defesa do caráter nacional, de um projeto que não se encerrasse no campo das artes e da literatura – posição próxima a de Graça Aranha⁹⁹ e da ideia de que o movimento modernista deveria ser encarado como contingência de um país novo estiveram presentes no horizonte de Almeida. Ainda que este tenha defendido no campo estético e artístico, seja no que tange à produção musical ou literária brasileira, a luta contra o passadismo, a vertente modernista a qual se vinculou ficou marcada como dissidente do movimento de 1922. Nomeado como falsa vanguarda (PRADO, 2010) por operar praticamente um arsenal simbólico da ideologia restauradora da direita, o grupo dissidente representou, segundo alguns críticos, o pensamento autoritário e elitista e se posicionou politicamente a favor do conservadorismo e do autoritarismo, tendo Almeida aparecido como um representante do elitismo aristocrático presente no grupo (PRADO, 2010, p. 105). Graça, Ronald, Renato e Guilherme de Almeida representavam o lado oposto no artigo *O lado oposto e outros lados* (1926), de Sergio Buarque por serem “acadêmicos modernizantes” que

⁹⁹ Nesse sentido, Aranha afirmou: “se o modernismo brasileiro é uma verdadeira força, que vá para adiante. Remova toda a mentalidade brasileira (...). Estenda a sua ação aos costumes, ao direito, à cooperação das classes, à filosofia, à política. Um pensamento novo, atividade nova”. (ARANHA *apud* BOAVENTURA, 1978, p. 56)

continuavam “a tradição da poesia, da literatura ‘bibelô’” (HOLANDA, 1996, p. 224).

Essas propostas encontraram, anos depois, ressonância no governo Vargas, com o qual tanto Ronald de Carvalho¹⁰⁰ como Almeida, egressos de um grupo de tradição literária conservadora, que em repulsa a vanguarda europeia valorizou o receituário ufanista (MICELI, 2010, p. 9), mantiveram relações no âmbito do trabalho. O bom relacionamento entre Almeida e o governo Vargas pode ser explicado pelos mesmos motivos apontados quando se falou de Ribeiro Couto, e se reforçam com a existência de aspectos coincidentes com a proposta daquele governo presentes em sua obra, que evidenciou uma forte marca de um projeto para o Brasil compatível com as expectativas de seu tempo, além de apontar para a proposta de aspectos deficitários da realidade brasileira denunciados por Alberto Torres, principalmente em *Organização Nacional* (1914).¹⁰¹

No âmbito da política Almeida indicou a falta de educação política dos cidadãos, agravada pela alta porcentagem de analfabetismo; no plano específico da economia: criticou a política cafeeira e defendeu a siderurgia; do ponto de vista social: a questão foi por ele encarada a partir do desenvolvimento da nacionalidade em formação; no plano cultural: a imitação era considerada o ponto nevrálgico da vida cultural brasileira e deveria ser combatida (BOAVENTURA, 1978, p. 60). Sobre a evolução

¹⁰⁰ Este foi alçado ao posto de Chefe da Casa Civil da presidência da República no governo constitucional de Vargas (1934-1937) e pertenceu aos quadros do Ministério das Relações Exteriores, ocupando vários postos no exterior, como o de primeiro secretário da embaixada em Paris, além de integrar algumas missões oficiais. Dessa forma, ele representou o típico intelectual bem-sucedido “naquela conjuntura amargosa de transição entre a República Velha e o regime instituído em 1930”. (MICELI, 2010, p.10–11)

¹⁰¹ Couto assumia posição semelhante. Na já referida carta enviada a Washington Luiz, escreveu: “(...) não sendo político, mas me interessando, como fragmento dela que sou, pela vida da nação, tomei há anos uma posição nítida: proclamo que a reorganização natural ou revolucionária do Brasil deve ser no sentido que Alberto Torres definiu. Evolução toda antidemocrática. O povo brasileiro vive, há cento e cinquenta anos, ensaiando um suicídio – suicídio lento pelo veneno da indisciplina. Nossa história é uma sucessão de casos policiais, de noites de garrafadas e balaiadas. Contrariando o trabalho genial dos governos da metrópole portuguesa – todos eles afirmativos da unidade brasileira -, os nativismos regionais explodem a cada instante na nossa crônica, explosões cujo resultado teria sido o separatismo, o esmigalhamento do país, se não fora o milagre do poder central sempre vitorioso.” (COUTO, 24 dez. 1930, p. 2/RC cp)

política brasileira e os aspectos acima citados, em carta a Ribeiro Couto, escrevendo acerca de um artigo deste sobre a “inauguração do Brasil sob a República”, afirmou:

(...) já sabia que V. havia descoberto o Brasil, e com que emoção agora vejo os primeiros frutos da descoberta, amadurecidos na sua clara inteligência e na sua sensibilidade muito aguda.

Estou com você no tocante à República, embora haja um certo pessimismo no modo de considerar o Império e enorme benevolência para com a República. Creio que, na obra da monarquia, há muito para admirar. O trono foi um enorme fator da unidade e exteriorizou a grandeza da pátria, que, depois, se tornou sentimento. Além disso, impôs o país perante o mundo, foi forte, ou deu essa impressão (o que é mais sábio ainda), dilatou as fronteiras, numa cinta de segurança, e criou a convicção da grandeza nacional. Esqueceu o progresso, mas cimentou o espírito jurídico português, a que o Graça dá tanto relevo e que também lhe impressiona vivamente. A República fez a obra de progresso, mas, de vez em quando, os criados brigam, trocam murros e quebram louça, muita louça...

Sou otimista. Creio que venceremos essas perturbações e poremos a casa em ordem. Mas a tarefa é ingente, meu amigo, e ainda há índices muito obscuros. Dentre esses, lembro-lhe os econômicos. Edificamos a nossa riqueza, sobre o café, que é uma especiaria. Precisamos trabalhar muito para dar ao Brasil a maioridade, quer dizer, para torná-lo apto a governar-se. Por ‘enquanto’ vivemos na contingência dos políticos profissionais, que não são os culpados, como se afirma nos discursos frementes de oposição, mas o resultado do organismo de uma nação com 80% de analfabetos, sem classes definitivas, nem interesses delimitados. Para erguermos essa “coisa que a retórica chama – e tem razão – o Brasil maior”, quanta coisa é preciso? Eu sei que muita, mas uma, sobretudo, me preocupa, como também a você, - qual a nossa contribuição? Qualquer que seja ela, será de pedra ou argamassa para os

alicerces. Que a pedra seja dura e a liga resistente.
(ALMEIDA, 6 fev. 1928, pp. 1-3/RC cp)

Assim, tanto ele como Ribeiro Couto, chamados a assumir um projeto editorial oficial, apresentavam credenciais para tal função, que estavam patentes na comunhão de pensamento em torno dos problemas nacionais e do conceito de democracia, bem como na defesa da necessidade de soluções políticas autoritárias ou, ainda, do engajamento na política panamericana. Ambos, em consequência, foram beneficiados pelo poder simbólico adquirido (BOURDIEU, 2000, pp. 250-251) perante a postura de alinhamento e não de oposição quando assumiram reproduzir a ordem estabelecida ao acatar a demanda governista.

2.3.1 Incursões musicais e folclóricas: a editoração de Almeida

Juntamente com a notícia de que Renato Almeida assumiu a direção do Suplemento Panamericano de A MANHÃ, temos a satisfação de enriquecer estas colunas com o nome desse escritor e jornalista, que é uma das mais vigorosas expressões da nova mentalidade brasileira. Traz ele para a delicada função de substituir Ribeiro Couto, nosso querido companheiro, que se ausenta desta capital, o contingente de uma brilhante formação cultural e literária. Renato da Costa Almeida (...) desde os bancos acadêmicos, ao lado de Ronald de Carvalho, revelou a sua inclinação pelas letras, exercitando-se no trabalho das disciplinas do espírito. A imprensa o atraiu, e nela ingressou, então, como elemento dos mais jovens e dos mais promissores. (AM, 2 mai. 1943, p. 2, c. 2)

Foi dessa forma que se anunciou no *A Manhã* a chegada de Renato Almeida ao posto de editor do *Pensamento da America*. Tal cargo não era uma novidade em sua trajetória intelectual. Almeida havia desempenhado essa função em um projeto editorial no qual acumulou as funções de criação e direção, anos antes, na revista literária *Movimento*, que depois passou a ser chamada *Movimento Brasileiro* (1928-1930), empreendimento animado também por Graça Aranha e Ronald de Carvalho (FABRIS, 1994, p. 282). Tal publicação, segundo Tania Regina de Luca:

(...) batia-se pela liberdade de criação e condenação do passado, ainda que sem ousar na linguagem e nas propostas estéticas. Mantinha-se distante da antropofagia, entendida como sinônimo de rejeição à cultura e à civilização, e dos grupos de Festa e Anta, especialmente no que se referia às influências estrangeiras. Para estas, em lugar da rejeição pura e simples, propugnava-se sua incorporação ao patrimônio local, sem perder de vista suas especificidades e particularidades. A preocupação com a brasilidade que se pode considerar atestada na própria mudança do título, não se limitava as questões estritamente literárias e alguns de seus articulistas, na ânsia de solucionar o que diagnosticavam como “nossos males”, buscavam inspiração em Alberto Torres, autor que na década de 20 tornou-se emblemático para setores de diferentes matizes. (LUCA, 2011, p. 94)

Essa revista se distinguiu no quadro do periodismo cultural brasileiro por apresentar uma proposta vinculada aos ideais de modernismo e modernidade futurista, tendo inclusive seu título sido relacionado a “uma apologia futurista” (BOAVENTURA, 1978. p. 5), sob uma perspectiva expressa, posteriormente em seu livro *Velocidade* (1932). Nele Almeida condensou suas preocupações estéticas, com reflexões modernas sobre artes plásticas, música, literatura, teatro e cinema, em um diálogo com Marinetti e os futuristas (FABRIS, 1994). Esse livro foi visualizado como um fator de uma literatura própria a seu tempo, sintética e lírica, no qual Almeida colocou lado a lado Ronald de Carvalho e Maiakovski, Jorge Luís Borges e Jean Cocteau, Marcel Proust, James Joyce e Virgínia Woolf, Marinetti e Valéry-Larbaud, Mário de Andrade e Soffici, “denotando uma concepção ampla de modernidade, que o futurismo integra, mas não esgota.” (FABRIS, 1994, p. 283-284).

Traços dessa proposta literária já haviam sido expressos na *Movimento Brasileiro*, que recebeu colaborações constantes de Graça Aranha, Roquette-Pinto e Luis da Câmara Cascudo. Do grupo de 22, além dos já citados, marcaram presença na publicação: Guilherme de Almeida, Antonio de Alcântara Machado, Manuel Bandeira, Rubens Borba de Moraes e Paulo Prado (BOAVENTURA, 1978, p. 7, 9, 14;

LUCA, 2011, p. 93). A revista reforçou a perspectiva de que o debate nacional devia estar no cerne de uma ação não somente pretendida no campo artístico (FABRIS, 1994, p. 282) e, dessa forma, a proposta futurista, interessada na modernidade e na modernização e assumida em seu caráter político, inseriu-se no quadro de referências de *Movimento Brasileiro*, publicação empenhada em arrancar “todas as fórmulas que nos ligam aos preconceitos arraigados” e em destruir “todo o passadismo estéril”. (*Ibid.*, p. 284).

Nesse cargo, entre seus ofícios estava o de arregimentar leitores, representantes e contribuições para que a revista mantivesse o fôlego. Em 1929, dirigindo-se a Carlos Drummond de Andrade, em carta, Almeida solicitou sua colaboração, justificada, segundo ele, pela camaradagem modernista, que deveria reinar entre eles (ALMEIDA, 29 jan. 1929/CDA cp):

Não sei se já teve ensejo de ver a revista moderna MOVIMENTO BRASILEIRO (a princípio MOVIMENTO, apenas), que, com Graça Aranha, Ronald de Carvalho e outros companheiros tenho feito. Mas, os nossos esforços exigem uma colaboração efetiva de todas as forças modernas, entre as quais, sem cumprimento algum, você está incluído. Desejaria, pois, contá-lo entre os colaboradores da revista e, mais do que isso, que fosse nosso redator aí em Minas, enviando-nos sempre notícias sobre a atividade intelectual do estado, sobretudo dos modernos, comentando-a livremente e pedindo, por igual, a colaboração dos companheiros daí. Será possível? Esperando o seu sim, aperta-lhe a mão com sincera admiração e muita simpatia. (ALMEIDA, 29 jan. 1929/CDA cp - OO36, p. 1. Grifo no original)

Indícios nos fazem crer que Drummond não aceitou o convite.¹⁰² Entre eles, o fato de que Almeida, no ano seguinte, solicitou

¹⁰² Apenas a análise do periódico completo nos permitiria afirmar categoricamente que Drummond nem mesmo enviou contribuições à revista. A verificação parcial a partir da qual constatamos a não publicação de nenhuma colaboração do autor foi possível graças as edições digitalizadas disponibilizadas pelo *Brasiliiana* USP no site: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/646>.

novamente colaboração, aproveitando o ensejo para agradecer a cordial remessa de um livro:

De todo coração lhe agradeço seu livro de versos, que me encontrou. Você tem em mim um velho admirador e, desde seu aparecimento, confiei na sua poesia, que hoje já é esplendor. No “Movimento Brasileiro” direi todo o bem que dele posso. Porque não me manda sua colaboração, prosa ou verso, para essa revista, que procura dar um balanço contínuo de nossas forças modernas! Peço-lhe, insistentemente, esse favor, o que já havia feito por terceiros, como o nosso caro Aníbal Machado. Na esperança de ver atendido, envia-lhe cordial abraço e entusiástico (ilegível) o seu admirador e amigo Renato Almeida. (ALMEIDA, 10 mai. 1930/ CDA cp – OO36, p. 2)

Da mesma forma, solicitou a Couto uma contribuição: “Tenho visto, através dos jornais, a sua extraordinária trabalhadora e, por mais que deseje publicar um artigo seu no “Movimento Brasileiro”, compreendo bem a razão da demora. Mas, espero que Você a de ter uma hora vazia para escrevê-lo.” (ALMEIDA, 10 dez. 1929/RC cp). A revista, de acordo com Almeida, representava “um esforço de boa vontade pela cultura e pelo modernismo no Brasil” e seu trabalho havia

sido recompensado, senão em lucros (que nunca esperei) ao menos cobrindo todas as despesas, pelo lado material, e despertando grande interesse em todo o país. Como as bases do “M.B” são bastantes para assegurar-lhe uma vida modesta, vou cuidando de fazer uma infiltração lenta mas segura. Para meu mal, o tempo é que é pouco. Os afazeres do Lyceu e do Ministério comem as horas e, como sou só no “M.B”, não lhe posso dar maior impulso. (ALMEIDA, 10 dez. 1929/RC cp)

Talvez por esses motivos a vida da publicação, que veio a público até 1930, não tenha sido muito longa. Anos mais tarde, Renato Almeida assumiu a direção do SPA em virtude da viagem de Ribeiro Couto em missão diplomática. A atuação de Almeida no jornal *A Manhã*

também se iniciou nesse período, tendo ele, inclusive, exercido a função de redator-chefe da publicação entre maio de 1944 e maio de 1945.

Nessa função ele se dirigiu novamente a Drummond, solicitando agora a contribuição deste para o jornal:

Meu caro Carlos Drummond de Andrade,
 Mais uma vez venho caceteá-lo, pedindo-lhe o obsequio de fazer chegar às mãos do nosso Ministro, o tópico incluso, que hoje publiquei em “A Manhã”, sobre assunto de ensino. E, a propósito, porque você não colabora no nosso jornal? O Cassiano me disse que lhe tem falado e, agora, insisto ainda uma vez. Pelo menos uns 2 artigos por mês, se não pode fazer 1 por semana. Ponha no assunto grande dose de boa vontade. Muito obrigado e aceite um abraço afetuoso (...)
 (ALMEIDA, 6 out. 1944, p. 3/CDA cp 036, p. 1)

Almeida, que assim como Couto, havia colaborado com o jornal que abrigava o suplemento foi homenageado na coluna *Nomes do dia*, que firmou que em sua competência repousava a certeza de que a obra realizada “pelo nosso companheiro Ribeiro Couto, não sofrerá solução de continuidade” (*AM*, 2 mai. 1943, p. 2, c. 2).¹⁰³

De fato, a publicação não sofreu de descontinuidade. Ela continuou sendo publicada sob a égide dos editoriais pré-existentes, carregando sua proposta, seu formato e sua essência ao longo do período em que esteve sob nova direção. Algo que já havia acontecido quando da alteração de formato, em 1942, continuou a acontecer: repetiam-se artigos, textos literários e imagens. Sobre o novo ciclo editorial um crítico afirmou que o suplemento, com a “partida para Portugal [de Ribeiro Couto], ficou sob responsabilidade de Renato Almeida, perdendo muito de seu brilhantismo literário” (TEIXEIRA, 1982, p. 315). Esse parecer, um tanto quanto subjetivo, dá conta de um aspecto contestável ao mesmo tempo em que sinaliza, corretamente, a não renovação apresentada pelo suplemento nesse campo de produção. O suplemento não perdeu, simplesmente e de forma redutora, seu brilhantismo literário: perdeu seu idealizador. Perdeu, o que se manifestou de forma mais acintosa, sua motivação pragmática. Em 1943

¹⁰³ Notas da *United Press* e do *Correio Oficial* sobre a mudança de diretor do suplemento foram publicadas no SPA sob o título: *O novo diretor do “Pensamento da America”* (SPA, 30 mai. 1943, p. 59).

o Estado Novo já esboçava dificuldades para se manter e o panamericanismo não era mais novidade, ao contrário, passou a sofrer do desgaste próprio ao tempo, e, por conta disso deixou de ser um chamariz tão substancioso quanto o apresentado na segunda etapa editorial do SPA.

Duas autoras que tomaram o suplemento como objeto de estudo divergiram, também, sob esse aspecto: para Beraba (2008) o ano de 1948 representou o melhor momento do suplemento. Diferentemente, Moreira (2010), a partir de seu cuidadoso olhar de crítica literária, indicou o período em que a publicação era editada semanalmente. Para essa autora,

El efecto acumulativo de los cambios editoriales es que «Pensamento da América» pierde su orientación literaria y política y que su calidad se vuelve irregular. Las obras no literarias que comienza a publicar son todo menos interesantes. El suplemento ahora incluye largos artículos didácticos describiendo «la geografía y la historia» de cada país junto con biografías de eminentes líderes políticos. Estos nuevos rasgos revelan además un distanciamiento del anterior sesgo en favor de Latinoamérica. (...) El suplemento editado por Ribeiro Couto perdió sus elementos más interesantes y distintivos; eventualmente, perdió también a su editor. (MOREIRA, 2010, p. 210)

Ainda que o trecho citado dê margem para o entendimento de que existiu uma relação de causa e efeito entre a saída de Couto e a marcante mudança editorial irrompida no início de 1942 (e mantida, posteriormente, sob sua direção), não existem elementos que nos permitam reforçar tal hipótese. Couto deixou, por razão já explicitada, não apenas a direção do suplemento, como também seu posto no jornal *A Manhã*, abrindo espaço para que um novo nome fosse indicado.

Pode ter partido dele próprio a indicação do novo nome. Como vimos, Almeida e Couto mantinham um relacionamento amigável e trocavam correspondências desde pelo menos 1928. Em uma delas, inclusive, o novo editor do suplemento fez menção a essa possível indicação: “Deste cantinho da MANHÃ, onde você me botou, é que lhe mando um grande e apertado abraço de despedida, com os votos mais sinceros de boa missão nas terras lusitanas. Prossiga com todo fulgor a

sua carreira.” (ALMEIDA, s/d/RC cp). De todo modo, o que nos motiva agora, longe de buscar eleger o momento auge da publicação, é avançar nas hipóteses acerca da escolha de Almeida para o cargo então vago, bem como demonstrar que não só de continuísmo viveu a publicação.

Já expomos três credenciais importantes que podem ter favorecido sua escolha: Almeida fazia coro ao projeto político estadonovista; possuía experiência enquanto editor e já compunha os quadros do jornal ao qual o *SPA* estava vinculado, mantendo bons laços de amizade com Couto. Além disso, tendo sua produção literária marcada pela iniciativa de discutir a nação a partir de caminhos alternativos, como a música e o folclore, ele poderia vir a somar novas perspectivas ao suplemento.

Justamente foi o que fez. O continuísmo de sua atuação frente à edição do *SPA* foi rompido com a concessão de maior espaço à música e ao folclore. Foi durante a vigência de Almeida que o suplemento ganhou a publicação de colunas regulares, porém não fixas, sendo a mais recorrente a *Compositores Americanos*. Essa coluna passou a existir em abril de 1943 e contou com sete edições, sendo a última datada de outubro de 1945. Na edição de maio de 1943, por exemplo, se noticiou

(...) a gentil manifestação do Sr. Francisco Gomes Maciel Pinheiro, chefe do Serviço de Divulgação do Departamento de Difusão Cultural da Prefeitura do Distrito Federal, que afirmou irradiar pela rádio da prefeitura música dos compositores que forem biografados por esta secção. (*SPA*, 30 mai. 1943, p. 56, c. 1)

Entre os nomes destacados estavam, para citar alguns, o compositor argentino Carlos López Buchardo (*SPA*, 30 mai. 1943, p. 56); o boliviano Eduardo Caba (*SPA*, 20 jun. 1943, p. 77); o chileno Domingos Cruz Wilson (*SPA*, 26 set. 1943, p. 125) e o mexicano Silvestre Revueltas (*SPA*, 30 jan. 1944, p. 15).

A música já havia recebido alguma atenção nas edições anteriores do suplemento com a publicação do artigo *A música nos Estados Unidos (impressões de viagem)*, de Francisco Mignone (maio de 1942). No entanto, com a chegada de Almeida o tema ganhou notoriedade nas páginas do suplemento, sendo quase que mensalmente publicados artigos que o discutiam. Dentre as contribuições nesse sentido, podemos citar *A música Indígena do altiplano*, de Rigoberto Paredes (junho 1943), *A música de Santo Domingo*, de Enrique

Marchena (agosto 1943), *O Boletim Latino Americano de Música*, uma entrevista com Francisco Curt Lange e *A música crioula Equatoriana*, do equatoriano Luís Moreno (março 1944), *Do jazz considerado como música*, de José Blanc de Portugal (abril 1944), *A influência do meio geográfico na música do México*, de Vicente T. Mendoza (junho 1944), *Valiosa contribuição para a música brasileira*, do estadunidense Everett Helm (janeiro 1945), *Notas sobre a música nas Américas*, de Charles Seeger (março de 1945) e *Música e dança entre os aborígenes venezuelanos*, do venezuelano Lisandro Alvarado (outubro de 1945).¹⁰⁴

O folclore, da mesma forma, havia figurado esparsamente no SPA nas duas fases anteriores a presença de Almeida. Enquanto página semanal, o suplemento trouxe, por exemplo, um texto de Ralph Steele Boggs, da Universidade da Carolina do Norte, denominado *O Folclore e o pan-americanismo*, que esboçou a defesa da aplicação da ciência folclórica ao desenvolvimento, nos países americanos, de um caráter nacional e uma unidade cultural (BOGGS, 17 ago. 1941, pp. 10-11/SPA). Esse mesmo artigo foi publicado novamente em janeiro de 1942. Já na edição de setembro desse ano, dedicada aos negros nas Américas, diversos artigos sobre o folclore foram publicados, entre eles: da série *Folclore afro brasileiro: O Kibungo e a Cachorra; O Kibungo e o Homem e Porque as mulheres, umas têm os peitos grandes e outras pequenos*, de Nina Rodrigues; *Ritmo negro da costa zamba*, do peruano Fernando Romero; *Folclore afro cubano – Duas rainhas*, da cubana Lydia Cabrera, etc.

A partir de abril de 1943 o tema passou a aparecer de forma mais recorrente, com contribuições marcantes de Luis da Câmara Cascudo, que teve publicados, por exemplo, *Plano nacional para a investigação folclórica* (julho 1943), *O folclore de C. F. Hartt deve ser reunido e reeditado* (outubro 1943), *Qisqueya, La Indomilia y Brava (Folclore dominicano)* (fevereiro 1944); *O cavaleiro da virgem* (setembro 1944). Além de Cascudo, outros autores receberam espaço, como Silvio Julio, colega de Almeida nos tempos da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, que publicou *Villancicos*

¹⁰⁴ Artigos não assinados também versaram sobre o tema. Entre eles, *Música americana* (maio de 1943), *Guia da Música Latino Americana* (março 1944), *Camargo Guarneri mais uma vez vencedor de um concurso internacional de música* (novembro 1944), *A música brasileira na América* (janeiro 1945), *Música afro-americana e suas diretrizes* (agosto 1945) e *Dicionário da música latino-americana* (novembro 1945). Parece plausível, dada a afinidade de Renato Almeida com o tema, atribuir a autoria desses textos a ele.

na literatura e folclore de Porto Rico (dezembro 1943) e novamente Steele Boggs, mas agora com novo texto chamado *O Folk-lore, definição, ciência e arte* (setembro 1944).¹⁰⁵

O investimento na publicação de artigos relacionados à música se relacionava diretamente às inquietações intelectuais do editor. O folclore já compunha seu horizonte de preocupações durante o período em que esteve à frente do *Pensamento da America* e, posteriormente, o projetou nacional e internacionalmente, tendo Almeida ficado conhecido como uma liderança do movimento folclórico brasileiro, especialmente por conta de sua assídua colaboração, além da publicação de livros que debatiam a temática.¹⁰⁶

O balanço das alterações sofridas pelo suplemento nesta terceira fase da publicação nos mostra um dado relevante ao indicar que tanto a música quanto o folclore ganhavam as páginas do suplemento à medida que a discussão política perdia espaço. Foi justamente esse o caminho percorrido pelo *Pensamento da America*, que ao se manter em diálogo constante com o projeto político que a ele havia dado corpo inicialmente, foi mostrando, com o passar de suas edições, seu esgotamento.

¹⁰⁵ O SPA também publicou textos não assinados acerca da temática como *A Sociedade Folclórica do México* (agosto 1943) e *Síntese folclórica* (outubro 1945).

¹⁰⁶ Podemos citar *Inteligência do Folclore* (1957); *O Folclore na Poesia e na Simbólica do Direito* (1960); *Tablado do Folclore* (1961); *O I.B.C.C. e Os Estudos de Folclore no Brasil* (1964); *Manual de Coleta Folclórica* (1965); *Música e Dança Folclórica* (1968); *Danses Africaines en Amérique Latine* (1969) e *Vivência e Projeção do Folclore* (1971), além de uma série de artigos publicados acerca da temática em diferentes periódicos nacionais.

14 DE JULHO, A GRANDE DATA DA FRANÇA

**As numerosas celebrações de
ontem, nesta capital**



Imagem 13: Artigo do jornal *A Manhã* - 14 de julho, *A grande data da França*: as numerosas celebrações [Festa da Federação, realizada em 14 de julho de 1790] de ontem, nesta capital, que trouxe como legenda para a imagem: “O sr. Renato Almeida ao ler sua oração sobre a data.” (15 jul. 1944, p. 2, c. 3-4/AM)

O Dia Panamericano e a Associação Cristã de Moços

UMA CONFERENCIA DO JORNALISTA RENATO ALMEIDA



Imagem 14: Retrato que ilustrou um artigo do jornal *A Manhã*, com a legenda: Flagrante feito quando o sr. Renato de Almeida realizava a sua conferência. “Por fim, o nosso companheiro, sr. Renato Almeida, chefe do Serviço de Informações do Itamaraty e diretor do nosso suplemento “Pensamento da América”, que proferiu a sua anunciada alocação sobre “O destino Universal da América”, na qual analisou o sistema interamericano de garantia, segurança e mútua cooperação, mostrando depois que todo esse esforço, realizado desde o sonho de unidade bolivariano, no Congresso do Panamá, de 1826, seria falho se lhe confirmasse à defesa e bem estar do continente. O isolacionismo seria a desagregação. Ao contrário, o panamericanismo deve ser uma força internacional, pois empresta à América uma obrigação de cooperar para o bem e a felicidade de todo o mundo. A solidariedade continental não é uma fórmula de isolamento, mas busca finalidades mais amplas e universais.

Mostrou depois o conferencista que a América, nesta hora, deve aproveitar a experiência da sua política de boa vizinhança e da unidade política para orientar a sua ação no mundo de após-guerra, quando o modelo da coexistência americana mostrará ao mundo como é possível estabelecer uma sociedade de povos livres, que tornem complementares os seus interesses e façam da grandeza comum condição do próprio engrandecimento. (15 abr. 1944, p. 6, c. 2-3/AM)

Importantes declarações do acadêmico Ribeiro Couto á imprensa paraense

BELEM, 8 — (A. N.) — Por via aérea, chegou a esta capital o escritor Ribeiro Couto, membro da Academia Brasileira de Letras, que hoje prosseguirá viagem para o Rio de Ja-



do. Esse californiano, de aspecto trácido, com dois metros de altura, atleta e sorridente, é capaz de falar horas inteiras, em português, do Brasil, sem uma única falha na pronúncia, discorrendo sobre os aspectos mais relevantes de nossa literatura e de nossa arte. Ainda não tem quarenta anos de idade e a ele devemos a existência, nos E. E. U. U., de uma verdadeira geração de jovens "scholars" e linguistas, especializando-se em língua portuguesa e literatura brasileira. Com a presente situação política, o interesse pela língua portuguesa aumentou. Desde logo, os americanos compreenderam que a cooperação entre as forças da defesa do continente exige por parte de todos os países uma familiaridade das respectivas línguas. Quanto ao espanhol, já há alguns anos, é a língua estrangeira que mais se estuda nos E. E. U. U.; mais que o francês, o alemão e o italiano. Falava o português. A hora do português, enfim, chegou. Se, por um lado, é indispensável aos americanos que nos conheçam melhor, também é indispensável que conheçamos melhor a cultura americana. As películas de Hollywood e os "shows" dos Estados nada representam além de "boulevard". É a Broadway e nada mais além disso. Isso e demais aspectos

Imagem 15: Jornal *A Manhã*. Nesse artigo lemos, por exemplo: "O sr. Ribeiro Couto foi homenageado pelo círculos intelectuais, tendo sido cumprimentado pelo representante do prefeito por ocasião de seu desembarque. Esteve em visita ao Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, onde foi recebido por todos os redatores. Entrevistado pela "Agência Nacional", o conhecido homem de letras declarou o seguinte: "Estou regressando dos E. E. U. U. e Cuba. Em ambos esses países estive no desempenho de uma missão de cooperação intelectual. Fui delegado do Brasil na Conferencia de Havana, na qual se verificou uma esplendida unidade de vistas quanto a questões de cultura e aproximação espiritual do continente, prevalecendo o princípio de que a hora presente não é para nos aprofundarmos em pontos divergentes, e sim para colocarmos em contacto os nossos pontos de vista." (7 mar. 1943, p. 2, c. 5 – 6/AM)



Imagem 16: capa da edição do A Manhã de 22 set. 1945. Na legenda lemos: “Na fotografia, tirada a bordo do Duque de Caxias, no porto de Lisboa, vemos o sr. Ribeiro Couto, Encarregado de Negócios do Brasil, quando em companhia de altas autoridades portuguesas. Levava suas despedidas ao coronel Mario Travassos, comandante do Terceiro Escalão da FEB.” (22 set. 1945, p. 1, c. 1/AM)

Capítulo 3

Sociabilidade intelectual e projeto editorial: uma experiência brasileira



Imagem 17: Capa da edição de 4 jul. 1944, em homenagem ao aniversário de Independência dos Estados Unidos. Em destaque a imagem de George Washington.

3.1 A participação de Ribeiro Couto e Renato Almeida no *A Manhã*

Um paulista que cresceu “junto ao porto ouvindo o barulho dos embarques” (COUTO *apud* TEIXEIRA, 1982, p. 15); um baiano radicado no Rio de Janeiro. Ambos agraciados com o título de cidadãos honorários cariocas,¹⁰⁷ membros da prestigiada Sociedade Felipe d’Oliveira¹⁰⁸ e presenças constantes em círculos intelectuais e associações de homens de letras. Foram, igualmente, funcionários do Ministério das Relações Exteriores. Nos intróitos do movimento modernista cerraram fileiras em lados diferentes, ainda que uma referência ao início do movimento os tenha colocado lado a lado. Mario de Andrade, ao comentar o período, afirmou que:

O movimento, se alastrando aos poucos, já se tornara uma espécie de escândalo público permanente. Já tínhamos lido nossos versos no Rio de Janeiro; e numa leitura principal, em casa de Ronald de Carvalho, onde também estavam Ribeiro Couto e Renato Almeida, numa atmosfera de simpatia, ‘Pauliceia Desvairada’ obtinha o consentimento de Manuel Bandeira, que em 1919 ensaiara o seus primeiros versos-livres, no ‘Carnaval.’” (ANDRADE, 1943, p. 237)

Posteriormente e em termos da discussão da época, um integrava o “lado oposto” e o outro, os “outros lados”.¹⁰⁹ Almeida, tido como um “acadêmico modernizante”, ao lado de Graça Aranha, Ronald de Carvalho e Guilherme de Almeida, foi excluído do grupo que Sergio Buarque de Holanda considerava efetivamente composto por modernos,

¹⁰⁷ Gomes nos traz essa informação acerca de Renato Almeida (1999). Sabe-se, sobre Ribeiro Couto, que a ele foi concedido esse título, ainda que não se possa ter certeza que a cerimônia de concessão tenha de fato ocorrido, conforme inferimos a partir da leitura de uma carta enviada por Couto a Murilo Miranda: “Aqui venho de palmatória em punho dar-lhe umas balas pelo seu silêncio, insistir nos desesperados apelos sobre a minha cidadania carioca.” (COUTO, Ribeiro. Belgrado. 24 abr. 1961, p. 1/RC cp).

¹⁰⁸ Couto e Almeida nutriam fortes laços de amizade com Felipe Daudt de Oliveira. O primeiro compôs, inclusive, ao lado de Octávio Tarquínio de Sousa, Rodrigo Octávio Filho e João Daudt de Oliveira, a comissão diretora da Sociedade Felipe d’Oliveira. (LUCA, 2011, p. 128; 153)

¹⁰⁹ Referência ao artigo de autoria de Sergio Buarque, *O lado oposto e os outros lados*, publicado em 1926.

entre eles Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Prudente de Moraes Neto, Couto de Barros, Antonio Alcântara Machado, ele próprio e Ribeiro Couto. (HOLANDA, 1996)¹¹⁰

Entretanto, observando suas trajetórias podemos assinalar outros pontos de contatos próprios ao exercer da atividade intelectual, bastante permeada por questões geracionais, como os decorrentes da sintonia com o movimento nacionalista que se seguiu ao início da primeira Guerra Mundial (OLIVEIRA, 2000, p. 73) e, posteriormente, pela defesa de um projeto político que ganhou terreno em 1937.

Pontualmente, conforme já apontamos, Couto e Almeida trabalharam no jornal oficial do Estado Novo. Nesse posto desempenharam funções não necessariamente semelhantes, tendo em vista que a dinâmica da publicação, especialmente por sua imaneente vinculação governista, requeria artigos “de fundo” ou “editoriais” (BASTOS, 2003, p. 159).¹¹¹ Essa caracterização se enquadra em uma definição que distinguiu dois grupos dentre os colaboradores de um periódico:

os que escrevem os artigos “de fundo” e os editoriais, explicando e justificando o projeto do Estado Nacional, comentando as palavras do chefe de governo e divulgando as ações governamentais; e os que escrevem sobre literatura, folclore, situação regional etc., os quais, tendo seus artigos precedidos pelo editorial da seção, indiretamente e até sem consciência do fato somam-se àquela legitimação. (BASTOS, 2003, p. 159)

Ainda que o jornal tivesse veiculado que Couto era “uma das primeiras figuras do corpo de redatores e colaboradores” (AM, 12 mar. 1942, p. 4, c. 3), sua participação nele não se aproximou, como nos mostra o teor dos artigos dele publicados, da posição explícita de legitimação do regime. Ou seja, nesse espaço redacional Couto não escreveu sobre política, não defendeu, como afirmou em relação a sua

¹¹⁰ No texto *O lado oposto e os outros lados*, publicado inicialmente em 15 out. 1926 na *Revista do Brasil*, Holanda escreveu: “E Ribeiro Couto que com *Um homem na multidão* acaba de publicar um dos três mais belos livros do modernismo brasileiro. Os outros dois são *Losango cáqui* e *Pau-Brasil*” (HOLANDA, 1996, p. 228)

¹¹¹ Exclui-se aqui a participação destes enquanto diretores do SPA.

atuação na imprensa, suas ideias para determinado campo de ação (COUTO, 30 set. 1937, CPDOC/RJ: AGM 481b, c) ou exprimiu sua tendência reacionária. (COUTO, 24 dez. 1930, p. 1/RC cp)

Couto, n´A *Manhã*, ocupou diariamente a função de criação de “tópicos” (A *Manhã*, 12 mar. 1942, p. 4, c. 3), o que não necessariamente corresponde ao desempenho relativo à seleção dos temas e textos apresentados. Sua atuação mais relevante, ao que parece, foi prestada enquanto colaborador semanal: nessa posição Couto publicou uma soma superior a cinquenta artigos entre 1941 e 1945, principalmente memórias e crônicas que, conforme nota presente nesse jornal, “constituíram-se, desde a fundação desta folha, um dos motivos da grande confiança que tínhamos no êxito que nos aguardava.” (*Id.*)

Além de suas contribuições publicadas semanalmente, que apareciam predominantemente na página quatro, com variação de dias conforme o passar dos anos, seu nome foi referenciado centenas de vezes por diferentes colaboradores, seja como expoente do modernismo¹¹² ou quando este se envolveu em polêmica com Vinícius de Moraes sobre cinema.

¹¹² Por exemplo, em *Roteiro de duas gerações*, Múcio Leão asseverou: “Guilherme de Almeida, Cassiano Ricardo e Ribeiro Couto – todos três paulistas – e Manuel Bandeira (este pernambucano) formam a vanguarda moderna, na Academia Brasileira, no setor da poesia.” (LEÃO, 1942, p. 22, c. 4); quando da ocasião do aniversário de Couto, em nota, o *A Manhã* registrou: “Na data de ontem, registrou-se o aniversário natalício de Ribeiro Couto, nome que indica um dos valores mais altos do Brasil de hoje. O fato de ser Ribeiro Couto nosso companheiro de trabalho não nos impedirá – firmarmos embora a sua modéstia – de proclamar uma verdade que nos é tão grata. (...) Poeta e romancista, cronista, contista e diplomata – Ribeiro Couto é em tudo perfeito e sua ascensão tem sido até agora, firme. Entrou para a Academia e tem de há muito a consagração de um dos maiores escritores da modernidade brasileira (A *Manhã*, 13 mar. 1943, p. 2, c. 6). Em mais duas ocasiões a ocorrência se repetiu: Manuel Bandeira indicou, em nota pelo falecimento de Paulo Prado, que “Quando por volta de 1920 surgiu a geração que se convencionou chamar de modernista, geração que atualmente conta nesta casa quatro expoentes – Alceu Amoroso Lima, Guilherme de Almeida, Ribeiro Couto, Cassiano Ricardo -, encontrou ela o mais cordial apoio de parte de dois mestres da geração anterior: Graça Aranha e Paulo Prado” (BANDEIRA, 1943, p. 7, c. 1 /AM) e, por fim, Heitor Moniz, em artigo intitulado *Menotti del Picchia e o Movimento Modernista*, o apontou, ao lado de Guilherme de Almeida, Manuel Bandeira e del Pichhia como um dos “líderes do pensamento modernista” (MONIZ, 1943, p. 4, c. 5/AM).

Esse último assunto rendeu uma querela que ocupou espaço em inúmeras edições do *A Manhã*, com a publicação de réplicas e trélicas de ambos os contendores, além de artigos assinados por outros colaboradores e a reprodução de cartas de leitores que discutiram o tema.¹¹³ A troca de respostas começou tranquila e bem humorada, mas, segundo um leitor do jornal, a ‘coisa’ foi esquentando (*AM*, 13 jun. 1942, p. 5, c. 2). Sob o título *Ribeiro Couto na Planície da Cinelândia*, Vinícius de Moraes fez publicar em sua coluna semanal (*Cinema* inserida em *O Rio e suas diversões*) uma resposta à Couto:

Ribeiro Couto é um homem em cem mil. Trata-se de um [ilegível] e de um ambidestro. Sua versatilidade não sofre de ligeireza, nem sua energia, de ordem positivamente física sofre de descontinuidade. Ribeiro é um energético, mexendo com mãos igualmente hábeis a poesia e a prosa, a crítica e o ensaio; e isso providenciando sempre os temperos mais saborosos para o paladar exigente do público. Grande homem de jornal, Ribeiro tem o gênio da imprensa nele; é rápido e claro, capaz de redigir, recolher, harmonizar compor bom material enquanto muito Flaubert de fancaria fica estudando a possibilidade de um bom

¹¹³ Em *Vamos entrar na dança com Ribeiro Couto e Vinícius de Moraes*, texto publicado na seção de *Rádio*, Reis escreveu sobre o assunto: “Vamos, então, falar sobre cinema, tudo isto pelo rádio. Como se faz com o futebol. Mas sem gaitinhas. Com elevação. Com inteligência. Com espírito e cultura, como está sendo feito. E, se possível, dançando como quer Ribeiro Couto. Eu por mim confesso que estou louco pra entrar no arrastapé.” (REIS, 7 jun. 1942, p. 5, c. 6/*AM*). Múcio Leão, em *Dois poetas e um problema de estética*, buscou verificar na obra de Couto e de Moraes qual o reflexo que até aquele momento o cinema teria apresentado (LEÃO, 13 jun. 1943, c. 5- 6/*AM*). Afonso Arinos aproveitou a deixa para enaltecer o papel desempenhado pelo *A Manhã* ao dar espaço para o debate em artigo denominado *Colher de Pau* (FRANCO, 5 jul. 1942, p. 4, c. 2-3/*AM*). Já o poeta Almeida Filho desqualificou o debate em texto que foi reproduzido na coluna *Cinema* e no qual lemos: “Você não acha, meu caro poeta, que não é justo que nesse momento terrível, intelectuais como você, Manuel Bandeira, Múcio Leão e Ribeiro Couto, que têm um público, um nome a zelar, não deveriam, de maneira alguma, brincar de ciranda como nos tempos da infância perdida? Você não acha que esta discussão de cinema falado e cinema mudo é tão estéril e inútil como aquela dos sexos dos anjos que empolgou Bizâncio?” (ALMEIDA FILHO *apud* MORAES, 27 jun. 1942, p. 5, c. 2/*AM*)

sinônimo para jogar areia nos olhos do leitor purista.

É duro discutir com um homem assim, que como intelectual possui as qualidades intrínsecas e extrínsecas do mercúrio, e como companheiro, a transparência do vidro. Ribeiro não é lutador de golpes baixos: é um ‘boxeur’ à inglesa. (...) Mas como todo bom lutador, Ribeiro é um imprudente, um impulsivo. É homem de comprar briga. É nessa que ora travamos. Ribeiro, que normalmente, não tem por onde se lhe pegue, esqueceu de tirar

o paletó novo. Ora, eu sou um velho praticante de “jiu-jitsu”. Uma gola é para mim de uma importância fundamental numa briga, inda mais na planície da Cinelândia. (MORAES, 31 mai. 1942, p. 5, c. 2)

A polêmica, que rendeu uma diatribe entre os dois colegas do *A Manhã* até 13 de agosto daquele ano, evidenciava o posicionamento de ambos em relação ao cinema mudo e falado e muitas vezes se desenrolou de forma repetitiva. Couto deu a questão por encerrada afirmando que o cinema mudo representava o passado, opinião contrária à de Moraes, que em contraposição afirmou: “O debate está vivo. Não vou responder com argumentos já batidos aos já batidos argumentos do último artigo de Ribeiro, fazendo referência ao texto *Brinquedo quebrado*, assinado por Couto e publicado naquela mesma semana, no dia 4 de junho (MORAES, 6 jun. 1942, p. 5, c. 2/AM).

Anos mais tarde, pela via epistolar, Couto sugeriu a Moraes a publicação dos textos que compuseram a polêmica:

Ao pôr em ordem os meus papéis antigos (a aproximação dos 60 exige estas precauções), dei com os artigos sobre Cinema, que escrevi para me divertir, para fazermos um pouco de barulho naquela água-morta da “Manhã”, em 1942. Não tenho, entretanto, os seus notabilíssimos “socos no estômago”, aos quais resisti talvez galhardamente. Que tal se publicássemos essa polêmica de meninos alegres? Os artigos seriam publicados na ordem em que apareceram. Daríamos a isso o título: BATE-BOCA SOBRE CINEMA. Se concorda com a ideia, mande-me os seus recortes.

Organizarei tudo e submeterei a você. Faremos um prefácio, assinado por nós dois, em que revelaremos o segredo: o que nós queríamos, era “viver”, participar do espetáculo da existência ambiente, em que o cinema é – das coisas mais alucinantes. Quanto a “quem tinha razão”, só o historiador do ano 2.000 dirá a última palavra... (COUTO, 5 mar. 1957, p. 1/RC cp)

De Paris, Moraes respondeu positivamente à sugestão e aproveitou para relatar o que havia motivado sua presença em determinado posto diplomático:

Acho sua ideia ótima, e acontece que (coisa estranhíssima!) o meu álbum de recordes da “Manhã”, que restara em posse de uma moça que eu perdi de vista, foi-me secretamente devolvido agora, quando de minha recente estada no Rio. Tenho-o aqui comigo. Gostaria apenas que o título fosse mortalmente sério (...). “Debate sobre Cinema”, “Polêmica sobre Cinema”, “Cinema Mudo x Cinema Falado”, qualquer coisa assim. Opine, por favor. E diretamente aqui da Unesco, onde estou porque o Souza cismou gratuitamente com a minha cara. Soubes que andou dizendo que este seu amigo aqui tocava violão e andava nu pelos interiores da Embaixada. Parece que não gosta de boêmios. Minha impressão é, todavia, que ele me deve estar confundindo com o velho Souza Dantas,¹¹⁴ que ao que se diz tinha esse saudável hábito. Vou mandar-lhe os artigos, que recortarei do álbum, pois para batê-los todos á máquina não há secretária que aguarde. Você, depois, por obséquio, devolve. E um apertado abraço, Vinícius. (MORAES, 4 abr. 1957, p. 1/RC cp)

A essa carta, Couto respondeu entusiasticamente:

Meu caro Vinícius,
Estou atualmente com um incomodo de saúde e por isso respondo em muito breves linhas à sua

¹¹⁴ Luís Martins de Sousa Dantas (1876 – 1954). Diplomata brasileiro.

carta de 4 do corrente hoje recebida. Fiquei muito contente com saber que você topa a publicação da nossa polêmica jovial. Concordo com você quanto à necessidade de um título menos gaiato do que aquele proposto por mim. Veremos depois qual o melhor dos títulos. “Debate sobre o cinema” me parece bom.

Mande os recortes para a organização do livro. Terei muito cuidado com a conservação deles. Se você possuir também os recortes meus, peço que os remeta, porquanto não guardarei os seus e desejo ver pela comparação, se os meus estão completos.

Não gostei nada das suas dificuldades em matéria de posto. Em todo o caso eu penso que na UNESCO você tem um campo de ações muito mais vasto e mais de acordo com as cordas do seu violão. (COUTO, 10 abr. 1957, p. 1/RC cp)

No entanto, a publicação não vingou. Nem mesmo se tem notícias de que Moraes tenha enviado os recortes solicitados, como bem exemplifica uma carta, escrita oito meses após a última citada. Nessa correspondência, sem resposta catalogada no acervo pessoal de Couto, este perguntava:

Velho Vinícius,

Afinal, onde estão os artigos sobre cinema? Se v. me mandar as fotos, mandarei pedir a um amigo, no Rio, que os faça copiar na Biblioteca Nacional, na coleção da “Manhã”.¹¹⁵ Por todos os motivos,

¹¹⁵ Ao que parece, Couto se referia a Manuel Bandeira, tendo em vista que alguns meses depois escreveu a ele solicitando o referido levantamento e ajuda para a localização da “coleção da ‘Manhã’”. Escreveu, nessa mesma carta, ainda: “Propus ao Vinícius, e ele aceitou, publicarmos os meus e os artigos dele num só volume, em ordem cronológica, sem alterações nenhuma. Ele aceitou. Possui a coleção inteira dos artigos dele. Mas até hoje, removido de Paris (de onde então escrevera, topando, e propondo o título “Debate sobre Cinema”, que eu sugerira anteriormente “Bate-boca sobre cinema”, mais incisivo, mas que ele não achou bom) até hoje não me enviou os artigos para o volume que projeto. Se ele não puder ou não desejar mandar-me os artigos, publico só os meus, com um prefácio cordial (...). (COUTO, 26 jul. 1958, p. 1/RC cp). Bandeira atendeu ao pedido de Couto e enviou logo depois ao amigo “a lista dos artigos aparecidos na Manhã nos meses de abril, maio, junho e julho de 1942”. Nessa

de ética, de admiração e de afeição, e sobretudo de LITERATURA (leia: nossa Cachaça) eu não desejaria aparecer sozinho num livro com os meus artigos sem as suas respostas (ou os seus artigos e as minhas respostas). (COUTO, 27 nov. 1957, p. 1/RC cp).¹¹⁶

Para agitar a “água morta da Manhã”, por parte de Couto, nada mais. As referências a ele foram sempre bastante elogiosas, tendo sido, inclusive, destacado três vezes na recorrente coluna *Nomes do dia*, que dedicava nota biobibliográfica aos homenageados, sempre dois por ocasião de seu aparecimento.

Em 1941 ele entrou para a galeria, segundo o jornal, “pela necessidade que temos de dar relevo especial à luminosa vitória por ele alcançada quinta-feira última, na Academia Brasileira de Letras” em relação à reformulação das premiações oferecidas pela entidade (*AM*, 4 de outubro de 1941, p. 2, c. 1). Em 1943, o motivo indicado foi outro: “Por decreto de ontem foi nomeado primeiro secretário da nossa embaixada em Lisboa, o diplomata Ribeiro Couto, que é nosso querido

lista fez constar: Abril 7 – “Pará, capital Belém”; 12 – “Bróculos em Juiz de Fora”, 23 – “Notícias de um país entre as nuvens”, 30 – “Humildade e poesia do cotidiano em França”, Maio 7 – “Noite de insônia”; 14 – “Saudades do meu moinho”, 21 – Louis Jouvét e a luz de França, 28 – “Vinícius de Moraes no Pico da Bandeira”, Junho 4 – “Brinquedo quebrado”, 11 – “Os estetas da tataruga contra evolução da técnica”, 18 – “Capitão Macário”, 25 – “Alucinação de tísicos e poetas”, Julho 2 - “Primeira noite em Nova York”, 9 - “Histórias que não cheguei a contar a Madeleine Oseray”, 16 – “Frans Post de Pernambuco e de Harlen”, 23 – “Provincianos”, 30 – “Villa-Lobos e a solidão entre os coqueiros” (...) P.S. A sessão pública na Escola de Belas Artes em que houve o debate sobre cinema foi a 20 de maio de 1942, e os debatedores foram Aníbal Machado, Arinos, Celso Kelly, Vinicius (BANDEIRA, 11 ago. 1958/RC cp. Rifos no original).

¹¹⁶ Parece mesmo que Moraes não enviou a Couto o material assinado por ele sobre Cinema, como fica subentendido em carta escrita por Moraes em 1960: “Não se assuste, sou eu mesmo, seu velho e preguiçoso amigo: cada vez mais velho (serei impressionantemente avô em dezembro) (...), cada vez mais preguiçoso (uma luta para reunir material e fazer as chatíssimas antologias que os editores pedem, pois nunca guardei nada e tive que tomar um menino para ir copiar as minhas crônicas e poemas esparsos por jornais e revistas, inclusive na nossa gloriosa “A Manhã” e é um inferno alinhar tudo e corrigir os erros da mocidade, e constatar tanta besteira que se escreve quando se é jovem.” (MORAES, 27 abr. 1960/RC cp)

companheiro de trabalho, e um dos nomes de maior projeção na vida literária e cultural do país.” (AM, 29 set 1943, p. 2, c. 1). Finalmente, em 1945, seu nome foi lembrado devido à publicação de uma edição portuguesa de *Dia Longo*, pela editora Portugalia. (AM, 11 set. 1945, p. 2, c. 6).

Além de obter destaque em algumas capas da publicação¹¹⁷, recebeu atenção do crítico Roberto Alvim Corrêa, na seção *Crítica literária* do jornal: em *Contos e Romances*, Couto foi citado “como o mais espontâneo, colorido vivo e enfim, autor inconfundível de seus livros” (CORRÊA, 14 jan. 1943, p. 3, c. 4/AM); sob o título *Escritores íntimos*, o crítico escreveu sobre sua obra: “não sei se temos atualmente no Brasil cinco escritores que tenham “estilo”, e estilo que seja tão tipicamente brasileiro” (CORRÊA, 6 mai. 1943, p. 3, c. 6/AM). Foi lembrado nessa coluna, ainda, como o poeta da nostalgia (CORRÊA, 23 dez. 1943, c. 1-7/AM).

Suas colaborações foram diminuindo quando ele foi nomeado como 1º secretário da Embaixada Portuguesa em Lisboa, o que foi extensamente comentado pelas páginas do jornal. Por essa ocasião, a ele foram prestadas homenagens, como a de Geraldo de Carvalho Silos, que em artigo publicado no *A Manhã* sob o título *Pelos caminhos do mundo*, escreveu:

(...) Ribeiro Couto vai partir outra vez. O artigo que não soube escrever sobre o poeta, o cronista, o contista, o romancista – escrevo-o sobre o companheiro. Sobre aquele que, na mesa da redação, improvisa um tópico cintilante, põe um título num telegrama, conserta legendas comenta a estratégia de Montgomery na Tunísia ou o discurso de um prefeito no Vale do Paraíba, fala em holandês no telefone e em gíria com o “Biquinho”, mistura as recordações de uma visão de parada diante do Arco do Triunfo, com as lembranças de uma festa de inauguração de coreto

¹¹⁷ Entre outras, Couto e sua obra foram discutidos em artigo estampado na capa da edição de 22 de julho de 1945, com *Chuva, Solidão e Ribeiro Couto*, de Haydé Nicolussi. Em nota da publicação de 5 de agosto de 1945, noticiou-se o lançamento da segunda edição de *O crime do estudante Batista*, pela editora Companhia Nacional. Também em outra capa, agora da edição de 22 de setembro de 1945, uma foto sua, ao lado de “altas autoridades portuguesas”, tirada no porto de Lisboa, que flagrou o momento de despedida deste e do coronel Mario Travassos, comandante do Terceiro Escalão da FEB.

em Bananal ou Areias. “Igual” tem uma palavra de carinho para todos e recebe com a mesma atenção um diplomata inglês ou o operário cheio de tinta que não aceitou um título no suplemento. (SILOS, 6 mai. 1943, p. 4, c. 5/AM)

O jornal deu destaque a sua ida e chegada a Lisboa juntamente com o novo embaixador, João Neves da Fontoura, publicando textos de amigos que o homenageavam, como o de Afonso Arinos de Melo Franco, *Ribeiro Couto Parte para o Brasil* (25 abr. 1943, p. 4, c. 2-3/AM), bem como sua atuação naquele país, inclusive com a promoção de conferências sobre literatura brasileira e jantares de homenagem que ofereceu e recebeu, especialmente quando de sua partida para o novo posto diplomático, em Zurique na Suíça.¹¹⁸ A partir do seu desligamento das atividades da redação seus laços com o *A Manhã* ficariam cada vez menos estreitos.

Com sua saída d’*A Manhã*, Renato Almeida assumiu o posto vago de colaborador mas, diferentemente do que ocorreu no suplemento *Pensamento da America*, este imprimiu notadamente um ritmo próprio a sua participação naquele jornal, aliás, muito mais assídua do que a prestada por seu antecessor. Além de passar a ocupar a lacuna deixada na página 4, antes majoritariamente reservada para contribuições literárias, ocupou-se de outras funções, como a de crítico musical, especialmente na coluna fixa *O Rio e suas diversões: Música*. De forma geral, suas colaborações variaram muito (da crítica literária à crítica musical, de relatos pessoais a reflexões sobre atualidades) e fugiram da contribuição eminentemente literária, como as oferecidas por Couto.

Ocorrências acerca de seu nome no *A Manhã* se manifestaram mesmo antes do período que nos ocupa presentemente. Tendo em vista que sob o mesmo nome atuaram jornais diferentes antes e depois de 1941, cabe aqui a referência apenas a título de curiosidade. Sua aparição nessas páginas se deu por três motivos pontuais: a vinda de Marinetti ao

¹¹⁸ A capa de uma edição de 1945 noticiou: “Ribeiro Couto transferido para Zurique. Lisboa (A. P.) – O Diário de Lisboa referindo-se a transferência do primeiro secretário da embaixada do Brasil, sr. Ribeiro Couto para a Suíça, escreve que “tal transferência foi feita para que o ilustre diplomata preencha as condições necessárias para a sua promoção para ministro (9 mar. 1945, p. 1, c. 1/AM). Hélio Vianna se referiu a essas reportagens como consolo para as saudades que os amigos sentiam de Couto. (VIANNA, 30 jan. 1944, p.1/RC cp).

Brasil,¹¹⁹ o lançamento de *História da Música Brasileira* e a divulgação da revista *Movimento Brasileiro*.¹²⁰

Fugindo ao tom elogioso, Sá Pedreira em artigo publicado em setembro de 1935 assim a ele se referiu:

O sr. Renato Almeida, literato oficioso do Itamaraty, encetou a definição de uma série de definições. (...) Tendo previamente bancado a neutralidade diplomática entre a Alemanha e a Rússia, a sua fórmula [de Renato Almeida] assume ares de coisa estabelecida além do bem e do mal. Assim: “A política verdadeira do espírito será a que permitir, desde logo, a floração do pensamento sem fixar-lhe quadros ou limites...”. Ei-nos levado a estratosfera. (...) Será que o obscuro sr. José Gari da Silva, varredor de rua, pode pensar tão livremente quanto o sr. Renato Almeida, ilustre literato do Itamaraty? A resposta a estas interrogações é-nos dada pelo próprio sr. Renato Almeida na parte final de sua fórmula: “...excluindo naturalmente do seu campo o que for de propaganda ideológica adversa”. Quer dizer: todo mundo pode pensar liberalmente, menos para fazer propaganda ideológica “adversa”. Mas “adversa” a que? Ao Estado? Ao Estado do Jeca, do operário, do graxeiro, do varredor de rua? Ao estado do latifundiário, do potentado, do acionista, do alto funcionário? Nada nos diz o sr. Renato Almeida; mas a gente adivinha.

Destes breves comentários se pode com justiça concluir que o sr. Renato Almeida, na realidade, não define coisa alguma; o que ele faz, isto sim, e definir-se a si mesmo. (PEDREIRA, 5 set. 1935, p. c. 2/AM)

¹¹⁹ Sob o título *Marinetti vem aí: recebê-lo-ão todas as expressões do nosso espírito moderno*, Almeida foi destacado entre os quais receberia o escritor italiano: “Entre os nomes que concorrem para o brilho da recepção de Marinetti a algumas figuras das mais representativas desta hora. (...) Da prosa, destacam-se (...) Renato Almeida, crítico de arte.” (11 mai. 1926, p. 2, c. 7 e 8/AM)

¹²⁰ Várias notas versaram sobre a *Movimento Brasileiro*, entre elas: “Circulou mais um número esplêndido da revista “Movimento Brasileiro”, do sr. Renato Almeida. Esta revista é a melhor publicação de cultura e pensamento que o Brasil hoje possui.” (MISS FLIRT, 20 jul. 1929, p. 5, c. 2/AM)

Assim como Couto, Almeida foi bastante referenciado pelas páginas do jornal, principalmente após passar a compor o corpo editorial da publicação. Antes disso, seu nome foi destacado principalmente pela publicação do seu *História da Música Brasileira*.¹²¹ José Lins do Rego, Afonso Arinos de Melo Franco e Jorge de Lima teceram comentários acerca da obra. O primeiro, por exemplo, asseverou que

Renato Almeida, publicando a segunda edição de sua “História da Música Brasileira, fixou-se, afinal, como o mais copioso e mais crítico de nossos historiadores do gênero. Viveu Renato Almeida na procura do seu assunto, sem determiná-lo, variando entre a grandeza do Fausto e as generalizações de teorias de arte. Era assim um homem tráfego, uma natureza indireta que não dera de si o que sua geração esperava. Ligado ao grupo mais íntimo do mestre Graça Aranha ficara ele com os vícios da generalização, da teoria posta a serviço de tudo. O que é interessante é que os dois mais próximos amigos de Graça Aranha seriam historiadores: Ronald de Carvalho e Renato Almeida.” (REGO, 19 mai. 1942, p. 4, c. 2/AM)

Arinos, por sua vez, indicou dentre as cinquenta obras fundamentais da literatura brasileira o referido livro de Almeida, inserido na categoria de livros de História. (FRANCO, 14 jun. 1942, p. 4, c. 3/AM) Esta obra, segundo ele, deveria se somar a outras seminais para formar bibliotecas mínimas, que seriam “verdadeiras caixinhas de remédios para as carências de vitaminas Brasília”. (*Id.*).

Nas páginas d’*A Manhã*, o marco de seu ingresso no jornal se deu com a sua indicação pela coluna fixa *Nomes do Dia*.

¹²¹ A primeira edição desse livro foi bastante aclamada em fases anteriores do jornal *A Manhã*. Exemplificando podemos citar um artigo de Agripino Grieco que apontou dentre *Os melhores livros de mil novecentos e vinte e seis*, conforme aponta o título, o *História da Música Brasileira* de Renato Almeida, “um dos cérebros mais bem construídos da sua geração” (GRIECO. 29 dez. 1926, p. 16, c. 4/AM). No jornal, ainda, o livro foi apontado como uma grande obra, a primeira que em nossa língua aparece com a extensão, o conteúdo crítico e caráter científico, a abundância informativa, o lastro documental, a análise e mesmo a psicanálise em que vazou o eminente patricio, que assim se torna uma das maiores autoridades do gênero.” (23 mai. 1942. p. 3, c. 6-7/AM)

Professor de português, de história, de filosofia, diretor do Lycée Français do Rio de Janeiro, presidente da Fundação Graça Aranha, são outros tantos títulos que completam e recomendam Renato Almeida cuja orientação ficou agora confiada Pensamento da America. (2 mai. 1943, p. 2 c. 2 /AM).

A partir daí, como era de se esperar, seu nome passou a ser recorrentemente citado pelo jornal, especialmente quando se noticiavam as atividades nas quais Almeida estava envolvido, seja enquanto diretor do Colégio Franco-Brasileiro,¹²² estudioso da música e do folclore, participante de instituições e missões culturais e, até mesmo, acontecimentos referentes a sua vida pessoal ganharam eventualmente notoriedade na coluna *Mundo Social*.¹²³

No entanto, sua atuação mais destacada pelo jornal foi sem dúvida a exercida enquanto funcionário do Ministério das Relações Exteriores.¹²⁴ Repercutiu amplamente sua partida para o Chile em missão cultural do governo brasileiro. Em decorrência dessa ocasião, Gabriela Mistral dedicou a ele um texto publicado no *El Mercurio*, de Santiago do Chile e reproduzido no *A Manhã*. Nesse artigo denominado *Renato Almeida, nosso hóspede*, a embaixatriz chilena se mostrou simpática ao então redator-chefe do *A Manhã*:

A representação dos escritores na missão brasileira que nos visita esta a cargo do sr. Renato Almeida. Este nome – para nós familiar – é o de um amigo, cuja amizade pelo Chile, contem as coisas que Leonardo gostava de ver sempre juntas: amor e conhecimento.

¹²² Essas ocorrências se davam especialmente na coluna *Professores e Estudantes*.

¹²³ Noticiou-se, por exemplo, o casamento de sua filha, o nascimento de sua neta e seu aniversário: “Transcorre, hoje, a data natalícia do nosso companheiro, Renato Almeida, redator-chefe d’A MANHÃ e figura das mais representativas do moderno espírito brasileiro. Dirigindo o ‘Pensamento da América’, suplemento desta folha, dedicado à política de aproximação panamericana, tem o ilustre aniversariante realizado uma obra que se nos afigura digna do maior apreço, e que corresponde a um dos pontos essenciais do nosso programa jornalístico.” (6 dez. 1944, p. 9, c. 1/AM)

¹²⁴ Incontáveis participações suas enquanto Chefe do Serviço de Informação do Itamaraty em eventos e missões oficiais foram destacadas pelo jornal.

Renato Almeida tem uma personalidade excepcional entre os povos novos. Encarna o exercício de duas especialidades técnicas: a crítica literária e a crítica musical, sem haver, por isso, caído no capricho obstinado dos especialistas e sem que a sua própria criação desmedro. Trabalhar, ao mesmo tempo, nas salas do Itamaraty, no Instituto Franco-Brasileiro, às mesas de A MANHÃ, e chegar a casa, no fim do dia, para escrever livros, com a alma livre e retemperada, representa puro milagre. Há vinte e cinco anos que o nosso amigo se devotou a essa vida parcelada, sem enfraquecimento de nenhum dos seus “quadros”, de nenhuma das suas “moradas”. (...)

Renato Almeida é, em termo de joalheiro, um formoso metal voluntariamente tornado fosco; em linguagem de mestre de vitrais, é uma peça esmerilhada, e, na do arquiteto, um muro patinado antes do meio século. (...)

No palácio de Rio Branco, muito liberal, tem convivido com amigos profundamente díspares, que admira com efusão, mas sem contágio. (MISTRAL, 22 dez. 1944, p. 4, c. 2-3. p. 6, c. 4/AM)

Referências a Renato Almeida a parte, o levantamento dos textos por ele assinado n’A *Manhã* revelou, em comparação a seu antecessor, uma diferença notável: sua participação foi mais engajada diante do projeto político do governo e dentro da intencionalidade da publicação, assumindo literalmente o discurso oficial governista e o reproduzindo naquelas páginas. Ocorrência nesse sentido se deu, por exemplo, quando por ocasião de uma homenagem prestada a Graça Aranha, Almeida relacionou o movimento modernista e as agitações políticas que desembocariam na instauração do Estado Novo:

Há treze anos morria Graça Aranha, poucos meses depois do triunfo da Revolução, para a qual tinha combatido pela palavra e pela ação, pois em 1922, na revolta de Copacabana, o governo Epitácio Pessoa o prendeu como um dos promotores do movimento. Interessante notar, mais uma vez, que o modernismo se sincronizava inteiramente com a onda revolucionária que agitava o Brasil. Em

1922, faz-se, em São Paulo, a Semana de Arte Moderna e a 5 de Julho revoltam-se a Escola Militar e o forte de Copacabana. Em junho de 1924, Graça Aranha profere na Academia a sua famosa conferencia sobre A Arte Moderna, e em S. Paulo temos o segundo 5 de julho, com a revolta do general Isidoro Dias Lopes. Por fim, em 1930, aparece Viagem Maravilhosa, afirmando a revolução brasileira, como único meio de salvar o país da delinquência de um regime, e triunfa o movimento nacional chefiado pelo presidente Getúlio Vargas. Graça Aranha o saudou n' O Canto do Revolucionário.

Seria ingênuo atribuir à coincidência o fenômeno. Embora não se tivesse dado nunca um sentido político ao modernismo, que estava aliás no pensamento de Graça Aranha, tanto que a sua ação pessoal teve sempre esse caráter, o certo é que o modernismo correspondeu ao anseio do nacionalismo brasileiro, despertado depois da guerra. Se aproveitou exemplos estrangeiros, vindos dos movimentos vanguardistas que surgiram em toda a Europa, o que, aliás, não se tem de evitar já que não pode haver isolacionismo políticos nem espirituais, o nosso movimento teve como intenção primordial fazer coisa nossa e coisa nova, único ponto em que concordamos todos. Divergimos, porém – e como divergimos! – na maneira de realizar aquela fórmula. (ALMEIDA, 27 jan. 1944, p. 4, c. 2/AM).

O tom afirmativo e positivado atribuído a uma ligação que foi recorrentemente recrutada pelo regime - entre modernismo e o Estado Novo - está presente no artigo acima exposto. Com diferenças marcadas por diversos graus de objetividade e explicitação, – dificilmente se encontram artigos mais explícitos, no que toca a literalidade da aprovação e da propaganda do Estado Novo que os assinados por Cassiano Ricardo – textos como o referido compuseram o corpo ativo da publicação, qual seja, o núcleo que validava a sua existência enquanto página vinculada à oficialidade governista.

As colaborações de Almeida muitas vezes assumiram tal feição de endosso e reforço de certos pilares cultivados pelo governo, como o

exposto n'A *Manhã* relativo à intelectualidade sob o nome *O dever da inteligência*:

A Academia Brasileira deu, há poucos dias, um belo exemplo aos escritores, por proposta do acadêmico Ribeiro Couto – a sua solidariedade ao presidente Getúlio Vargas e a sua formal repulsa às ideologias sanguinárias. Não é ela [a inteligência], como se vê, uma “flor de luxo”, na vida do país. Cabe-lhe representar a inteligência em função combativa, porque não há inteligência que não tenha deveres com a Pátria (*AM*, 27 ago. 1942, p. 4, c. 4).

Renato Almeida tocou em um ponto central da política cultural estadonovista: a chamada aos intelectuais. Em *Os escritores e a guerra*, Almeida indicou que tal postura não deveria se encerrar em apenas um campo de ação, como podemos inferir a partir da leitura de um trecho:

A posição dos escritores em face da guerra precisa de ser melhor considerada. Enquanto os políticos, os industriais, os comerciantes, todos os representantes das forças que produzem materialmente são chamados aos conselhos dos governos ou a opinar em derredor das questões, os intelectuais, romancistas, poetas, artistas, filósofos, esses, a menos que tenham outra atividade funcional, nunca alteiam as suas vozes ou se fazem ouvir. (...)

Verificando o fato, longe de mim afirmar que a razão esteja com os escritores. Talvez que lhes falte um sentido mais agudo da realidade e vivam num jogo estranho de abstrações, que tornam fictícias se não falsas as suas conclusões em face do mundo. E diante de um fenômeno como a guerra, qualquer visão que a deforme será prejudicial e funesta. E só quando o trato das contingências limitadas lhes dá noção mais exata da realidade circunstante pode emprestar um valor eficaz à sua opinião. Talvez que seja assim e Platão tenha tido razão quando não admitia poetas na sua república. (...)

É preciso levar em conta o valor humano e esse cálculo profundo, sutil e transcendente não o

devem fazer os políticos sozinhos, antes devem conjugar seus esforços aos dos intelectuais, que possuem elementos mais perfeitos para sondar essas profundidades e divisar seus caminhos. (ALMEIDA, 24 dez. 1943, p. 4, c. 2-3/AM).

Além disso, debateu outros temas de cunho nacional e universal, como o pós-guerra, o estabelecimento da paz e a participação do Brasil nesses processos. Nesses artigos, muitas vezes, Almeida deixou transparecer pontos de comunhão em relação ao projeto político divulgado nas páginas da publicação, integrando o coro de legitimação governista nela encarnado.

A guerra, sob seu olhar, aparecia como mote para a reflexão acerca de posturas políticas e sociais falhas, daí derivando a necessidade de discuti-las e de propor novas soluções diante de novas demandas. Segundo ele,

A lição dessa guerra é que o isolacionismo é erro funesto, bem assim os velhos sistemas de alianças militares. Nem aquele está a salvo da agressão, nem estas a impedem. Só uma estrutura jurídica, de que a Liga das Nações foi um prenúncio, a política da boa vizinhança, como apontou há dias o presidente Roosevelt, é também elemento valioso e o commonwealth britânico, quase um modelo, poderá trazer aos homens a ansiada paz. (...)

O presidente Getúlio Vargas já afirmou a necessidade de a paz ter um caráter social, fora do qual não será possível construir de modo algum. (ALMEIDA, 1 out. 1943, p. 4, c. 5/AM)

Almeida defendeu o ajustamento dessas “instituições” de cooperação diante da necessidade de promoção da paz e indicou a necessidade de criação de uma nova Liga das Nações, tendo em vista que

Nenhum problema foi mais angustioso. A universalidade que se pretendeu dar à Liga das Nações resultou em embaraços intransponíveis, primeiro, porque, na realidade, as suas decisões não obrigavam todos os estados, em segundo lugar porque chegava a não ter sentido que um

país da América do Sul fosse chamado a garantir uma nação do oriente ou da África e vice-versa, esse absurdo se patenteou, quando da crise ítalo-etíope, que mostrou ser inoperante o processo de sanções (...). (ALMEIDA, 18 dez. 1943, p. 4, c. 5/AM).¹²⁵

O Brasil, de acordo com os escritos de Almeida para o jornal, certamente teria espaço reservado nessa empreitada que contaria com a colaboração dos Estados Unidos e deveria “ser uma obra humana, em que se tenha em conta as dificuldades reais e não se queira construir numa atmosfera de abstrações, onde o ar acaba por se tornar raro e o ambiente se faz irrespirável.” (ALMEIDA, 4 nov. 1943, p. 4, c. 3/AM). Almeida proclamou constantemente a eficiência da política externa brasileira diante do momento de conflagração mundial, elemento reforçado, por exemplo, em artigo denominado *A fronteira*, no qual afirmou:

A América, solidarizando-se e unindo-se na hora em que um dos seus países foi agredido, facilitou, desde logo, todo o plano de defesa do hemisfério, e, levantando barreiras ao inimigo, quer para a ação militar quer para o quinta-colunismo, alargou as suas fronteiras, até onde o ataque poderia ameaçar a soberania nacional de cada um e de todos nós.

O sentido de fronteira não pode ser mais circunscrito à linha de limites, da mesma maneira que a pátria não é uma entidade apenas geográfica ou o homem um mero ser físico. No conglomerado nacional se incluem os princípios fundamentais, que justificam a existência, sentimentos e crenças, liberdades e conquistas, em suma, os motivos pelos quais um povo vive e

¹²⁵ Ele foi assíduo crítico do Tratado de Versalhes, indicando como nefastas os seus desdobramentos. Observamos isso, por exemplo, no artigo *O após-guerra*, no qual escreveu: “O estudo dos problemas de após-guerra está indicado como um dos remédios para evitar outra paz desastrosa como a de Versalhes. (...) A agressão nazista se concebeu, engendrou e desenvolveu através da exploração do sentido humilhante do Tratado de Versalhes. A Alemanha não teve sofrimentos resultantes de outra guerra, teve inúteis humilhações, que não lhe abalaram a energia combativa, antes exacerbaram o inconsciente belicoso da raça.” (ALMEIDA, 30 mar. 1944. p. 4, c. 2-3)

cumpra a sua missão humana. Onde quer que se ameacem essas ideias, em qualquer latitude em que se queiram conspurcar esses elementos, e seja quem foi que se levante para combater esses conceitos básicos de vida, passará a fronteira. (...) O nazismo, com o seu sonho de escravizar o mundo e estabelecer um estalão racial, que nos relega a um dos últimos planos étnicos, foi sempre uma ameaça às nossas fronteiras, mesmo antes dos seus submarinos virem a elas para torpedear nossos navios. (ALMEIDA, 16 set. 1943, p. 4, c. 5/AM)

Dessa forma, acompanhando o discurso oficial, não coincidentemente o mesmo presente no *Pensamento da America*, a união continental foi reafirmada enquanto solução prática vitoriosa diante da guerra e a fronteira tradicional relegada à negatividade. A política interna brasileira, positivamente visualizada, também balizava sua argumentação acerca da guerra e da paz, como quando afirmou que a paz só poderia se estabelecer diante de um governo que se empenhasse em “Evitar as perturbações advindas da máquina, as super produções e os subconsumos, os sem-trabalho e os plutocratas” e não em “criar estados sem que seus habitantes tenham meios de subsistência, como foi o caso da Áustria”, política que se resumia, segundo Almeida, a “construir na areia” (ALMEIDA, 22 jul. 1943, p. 4, c. 3/AM) e que prontamente se afastava da empreendida em solo nacional.

Notadamente, seus argumentos se alinhavam a proposta didática e panfletária do jornal *A Manhã*, que visou ser um meio de intermediação e esclarecimento entre o regime político e o povo. Em linhas gerais, no espaço a ele reservado na página quatro, Almeida atuou como um comentarista da guerra, tendo a esse tema sido reservado considerado espaço. Sua atuação concomitante enquanto diretor do Liceu Francês e educador transpareceu em suas contribuições quando, por exemplo, Almeida destacou entre os Aliados a França como força moral e material:

A organização unificada dos vários esforços franceses, sob a direção das figuras varonis de seus eminentes condutores, dará a causa comum uma força nova de inestimável valor. Bem sabemos todos que a guerra atual é uma guerra de máquinas e que a França, nesse particular, está

impossibilitada quase de qualquer contribuição. Mas, não esqueçamos, por outro lado, que a máquina não se move por si mesma. Criação do gênio humano, ela é guiada e dominada pelo homem. A sua força não é apenas a que lhe imprimem os motores e não vamos vencer a guerra com as armas apenas. Vamos vencê-la também com o coração, também com a alma. Só o ideal deve conduzir os homens e, nesta hora, as forças morais da França, ainda que não tivessem como tem aliás, correspondência material, seriam imprescindíveis na marcha das Nações Unidas para a vitória.

A França não faltou, mesmo porque a França não falta nem faltará nunca à civilização cristã. (ALMEIDA, 3 jun. 1943, p. 4, c. 3/AM)

Enquanto educador defendeu o ensino em função do desenvolvimento cultural¹²⁶ e a importância do folclore e da arte popular como ferramenta de nacionalização:

Mas, já que uma política nova de colonização se adotou, no salutar empenho de nacionalizar o país, ponto essencial do Governo do eminente Presidente Getúlio Vargas, não é demais mostrar a necessidade de considerar, no programa

¹²⁶ Sobre o tema escreveu, por exemplo: “O ensino necessita levantar o nível cultural da coletividade nos países novos e não fazer um nivelamento que processa as mais das vezes por baixo. No Brasil, estamos a caminho de procurar uma feliz adaptação, pela qual cabe ao Governo a tarefa de legislar e orientar, deixando à iniciativa privada a execução, até que seja possível maior autonomia.” (ALMEIDA, 11 mai. 1944, p. 4, c. 7). Já após o fim do Estado Novo e com o renascimento da vida partidária,¹²⁶ ao escrever sobre a estrutura política da Bahia, segundo ele não baseada em fantasias e excessos, mas nas realidades vitais do Estado, Almeida associou o continuísmo do progresso político, levado a cabo sob o governo de Vargas, à expansão da educação, conforme lemos no trecho: “O tempo dos cabos eleitorais truculentos já passou e as condições de vida brasileira já se modificaram para permitir uma prática democrática mais exata, embora ainda muito haja que fazer. Podemos dizer que cada escola nova é um passo para a verdadeira democratização do Brasil, porque só com uma instrução intensiva, que dê ao voto uma consciência integral, permitirá à nação brasileira o exercício pleno do self-government.” (ALMEIDA, 12 set. 1945, p. 4, c. 2; 4-5/AM).

educacional para as zonas de colonização, o papel que deve ter a arte popular, despertando o amor pelos elementos tradicionais da nossa vida e cercando, de preferência a infância, de uma serie de atrativos e folgedos que lhe falem à imaginação e lhe toquem a sensibilidade. (ALMEIDA, 9 jun. 1944, p. 4, c. 2/AM)

O que a participação de ambos no jornal *A Manhã* nos clarifica é que, a despeito do teor das colaborações, os intelectuais presentes na publicação oficial contribuía para que se firmasse a imagem de um governo sólido e bem acolhido no seio da intelectualidade.¹²⁷ Ainda que possamos indicar diferenciações no que toca à contribuição específica por cada qual ofertada, tanto Couto como Almeida ocuparam lugar de destaque no interior da publicação, principalmente porque, reiteramos, personificavam perfis compatíveis para determinadas funções.

Couto, no jornal, engrossou o coro, mas não seu núcleo ativo, ainda que, por outro lado, tenha sido investido dessa função no suplemento. Já a postura de Almeida, que abraçou tamanha variedade de temas, pode demonstrar que n' *A Manhã* este usufruiu de mais liberdade de criação do que em relação ao *SPA*, onde notadamente manteve o padrão estabelecido previamente. Podemos elencar três fatores explicativos para determinado fato: o primeiro referente às dinâmicas diferenciadas das duas publicações. O fluxo contínuo de uma publicação diária demandava colaborações inéditas, rápidas, eminentemente pessoais. Diferentemente, a proposta apresentada por um suplemento mensal, mais lentamente construído e previamente caracterizado, possivelmente impetrava certo continuísmo que atendesse às expectativas dos leitores.

Atentando para fatores de ordem prática, vislumbramos, em segundo lugar, uma hipótese plausível acerca da distribuição de tarefas atribuída a Almeida dentro do jornal: sua participação ultra-ativa n' *A Manhã* pode ter se sobreposto à sua atuação no suplemento. De todo modo, o continuísmo pode ser explicado pela ausência de necessidade

¹²⁷ Monica Pimenta Velloso atentou para o fato do *A Manhã* surpreender pela capacidade de organização em termos intelectuais e editoriais e por reunir "(...) as correntes mais heterogêneas da intelectualidade brasileira como Carlos Drummond de Andrade, Oliveira Vianna, Cecília Meireles, Gilberto Freyre, Vinícius de Moraes, Gustavo Barroso, José Lins do Rego, Tristão de Ataíde, Manuel Bandeira e outros, o jornal procurava atrair para o seio do Estado toda a elite intelectual do período, integrando-a ao regime." (VELLOSO, 1983, p. 15)

de revisão do projeto editorial elaborado por Couto, já certamente moldado em seus dois primeiros editoriais. A retração da publicação acompanhou o progressivo desinteresse sobre tema que lhe dava escopo. Desse modo, pode não ter se afigurado patente a necessidade de grandes alterações no formato do *Pensamento da America*.

Desse atendimento claro a uma demanda política específica presente nos anos iniciais da publicação surge o terceiro elemento que visamos como esclarecedor. O projeto editorial do suplemento em questão foi construído a partir da contribuição eminentemente pessoal de Couto, daí possivelmente derivando a atribuição do adjetivo “insubstituível” a ele.¹²⁸ Cabe agora demonstrarmos mais longamente o que nos levou a determinado caminho de análise.

¹²⁸ Assim se referiu a ele Ricardo (1970, p. 159)

3.2 E como sabia escrever cartas!¹²⁹: Uma introdução ao epistolário de Rui Ribeiro Couto

Aflições do arrumador de papéis

Meu amigo Luís Martins, atualmente ocupando a província de Piratininga (...), escreveu há tempos uma crônica a respeito dos brasileiros “que respondem cartas”. Nesse número me inclui, não sei se por malícia (pois de então por diante minha correspondência recebida aumentou muito).

Responder cartas (às cartas de que a gente gosta) é uma forma de indispensável convivência. Infelizmente não há vagares para se escrever a todos os amigos esparsos pelos quatro cantos da terra.

Faz muitos anos, em Pouso Alto, Manuel Bandeira me advertiu sobre os perigos de um arquivo particular. Eu acabaria “inundado”, previu ele.

A imagem da “inundação” me leva irresistivelmente a outra. Estes papéis é que sai a minha piscina dominical. Nela, com uma triste voluptuosidade, mergulho para o banho das arrumações nostálgicas.

Não, não destruirei nada. Ainda que se trate, por vezes, de confusos rabiscos num pedaço de jornal amarelecido, sei que nesse farrapo há uma fonte invisível, uma “lembrança”. Se eu não preparasse “lembranças”, os dias de amanhã seriam como areias desoladas, sem sequer a gotinha fresca e secreta para beber na palma da mão.

Reprodução incompleta do texto publicado no *A Manhã*, 4 fev. 1943, p. 4, c. 2-3. Posteriormente, republicado em *Barro do município* (COUTO, 1956, pp. 137-139).

Essa crônica nos introduz a familiaridade e a devoção de Couto ao hábito de ler, escrever e guardar cartas comprovada por uma simples busca em seu acervo pessoal que é constituído majoritariamente por peças dessa natureza.¹³⁰ Assim como Venâncio (2001, p. 33) constatou em relação a Oliveira Vianna, as relações pessoais de Couto passaram, mormente, pela prática escriturária, “o que torna sua relação epistolar

¹²⁹ Comentário sobre Couto tecido por Ricardo em seu livro de memórias. (RICARDO, 1970, p. 163)

¹³⁰ O talento epistolar de Couto foi indicado pelo seu amigo João Neves da Fontoura, ainda que em uma menção jocosa: “O teu talento epistolar está com o carburador entupido, ou com as velas do motor engasgadas.” (FONTOURA, 26 jan. 1950, p. 1/RC cp). O talento existia, no entanto, Fontoura reclamava nesse caso pontual da demora de Couto para respondê-lo.

uma fonte privilegiada para o desvendamento de sua rede de sociabilidade” (*Id.*).

Ao aliamos determinado fato à hipótese de que essa rede de sociabilidade influenciou nos rumos da publicação visamos esclarecer não apenas as escolhas políticas e culturais referendadas, como também certos mecanismos de escolha de nomes, textos e temas privilegiados pelo editor. De tal forma, visamos contemplar a perspectiva que indica a importância da sociabilidade como fator de agregação de “indivíduos com base em projetos políticos, artístico-literários, crenças e valores que pretende difundir por meio da palavra escrita” (LUCA, 2006, p. 98). Mesmo porque nosso objeto de pesquisa favorece determinada perspectiva, tendo em vista que ele se constitui enquanto “um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais” (SIRINELLI, 1996, p. 249).

Acessar as redes, ou parte delas, afigurou-nos como via privilegiada diante das possibilidades ofertadas pela História Intelectual, que vem se beneficiando, segundo Altamirano, do novo impulso da História política e dos instrumentos da sociologia das elites culturais (ALTAMIRANO, 2007, p. 10). José Murilo de Carvalho levantou o impacto desse campo de estudo no Brasil, indicando o alcance dos trabalhos que se distanciam da tentativa de realizar uma história geral das ideias na medida em que se limitam a estudar um ou outro autor, ou a uma temática, tomando as ideologias como vinculadas a interesses de grupos e classes sociais, ou mesmo do Estado (CARVALHO, 2000, p. 124).

Determinada linha interpretativa pode ser seguida, dentre outras formas, pela investida analítica sobre grupos organizados a partir de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades, descrição atribuída por Sirinelli à chamada rede intelectual. Essa expressão, que carrega consigo outros aspectos além dos indicados pelo autor francês, foi discutida por Gontijo (a partir das discussões de Agulhon), enquanto “uma categoria descritiva, que serve para designar uma atitude geral das populações ao viver relações públicas, não implicando, necessariamente, uma ligação com associações formalmente organizadas, como as instituições” (GONTIJO, 2005, p. 260). Gontijo, ao fazer determinada referência nos alertou para o fato de que:

Essa definição generalizante, que não faz referência a um contexto particular, permite que o termo sociabilidade seja aplicado a fenômenos observados em diferentes épocas e locais. No

entanto, como alerta Jean Boutier, é necessário evitar a utilização desse tipo de noção como uma “etiqueta cômoda”, devendo-se explicitar, com rigor, as construções que ela encobre. (GONTIJO, 2005, p. 260)¹³¹

Assim, podemos nos cercar de outras leituras que ajudam a embasar mais consistentemente a que nos referimos quando falamos de redes intelectuais, que são, segundo Chartier, essenciais para a existência do intelectual moderno por se caracterizarem enquanto espaços públicos que garantem o sentido de seus trabalhos (CHARTIER *Apud* PIOVESAN, 2009, p. 20).

Déves-Valdés, por exemplo, indicou que um conjunto de pessoas ocupadas na produção e difusão do conhecimento, que se comunicam em razão de sua atividade profissional ao largo dos anos são os componentes dessas redes (DÉVES-VALDÉS, 2007, p. 30). A adoção de determinada categoria descritiva trata, conforme Arzú, introduzindo o livro do autor supracitado, de

analizar es la interconexión entre miembros con un mismo proyecto o meta y cómo estas redes informales facilitan o favorecen la creación de lazos de solidaridad y alianzas entre individuos, que no siempre poseen un mismo status social o económico, pero que quieren pertenecer o pertenecen a dichas redes, tanto por sus relaciones de solidaridad, reciprocidad como por sus ideas. El análisis de redes posibilita otra forma de entender la estructura social o, talvez, de conocer con más profundidad los intercambios recíprocos, las estrategias y mecanismos de funcionamiento de un grupo determinado. (ARZÚ, 1997, p. 22-23)

Acolhendo este argumento como significativo, buscamos percorrer, ainda que não exaustivamente, a rede de sociabilidade

¹³¹ A autora defendeu ainda que “(...) compreender as redes de relações entre indivíduos ajuda a destrinchar o clima cultural em meio ao qual circulam temas e se difundem normas e valores, que favorecem a sensibilidade necessária para a recepção de ideias e a adoção de comportamentos. Dessa forma, a cultura política pode deixar de ser vista como algo estático, podendo ser percebida como um fenômeno dinâmico, que resulta das experiências e expectativas dos indivíduos e grupos em ação.” (GONTIJO, 2005, p. 278)

intelectual (SIRINELLI, 1996) cultivada por Couto no cenário cultural ibero-americano. Seu prévio estabelecimento, bem como sua possível maturação entre 1941 e 1943, pareceu-nos significativo para o desenvolvimento da linha editorial da publicação, e pode, conjuntamente aos fatores já indicados (afinidades eletivas, tanto as intelectuais, como as de ordem político-ideológicas¹³²) ter sido influenciado na sua escolha para tal cargo.

Enfim, a sociabilidade pressupõe o entendimento da existência de “relações recíprocas dentro de uma cronologia extensa e que se expressa em: contatos pessoais, correspondência, citações recíprocas, referências, prólogos, homenagens, meios comuns de publicação, ideias e objetivos afins.” (SAMARA, 2007, p. 18). Para detectá-las, conforme um estudioso do tema afirmou, poderíamos investigar diferentes formas de comunicação dos intelectuais, enumeradas da seguinte forma:

1. Cara a cara.
2. Correspondencia.
3. Participación en los mismos congresos, sociedades, agrupaciones.
4. Prolongación, comentario o presentación de libros.
5. Publicación en los mismos medios.
6. Participación en las mismas campañas o iniciativas.
7. Diálogos, polémicas.
8. Citaciones recíprocas.
9. Otras posibles. (VALDÉS, 2007, p. 32)

Devido às possibilidades nos vimos novamente diante da necessidade de uma opção acessível que melhor servisse aos nossos interesses de pesquisa. Tomando conhecimento do conteúdo do arquivo pessoal de Ribeiro Couto, sob a guarda do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, da Fundação Casa de Rui Barbosa (Rio de Janeiro/RJ), afigurou-nos como caminho privilegiado a investida acerca de seu expressivo e rico acervo epistolar. Para tanto, atentamos a uma postura metodológica indicada por Venâncio: “não olhamos para o arquivo valorizando-o por representar uma face mais verdadeira do sujeito individualizado por ele, e sim porque através dele podemos compreender as relações entre as representações subjetivas do titular e a construção da memória que se fez dele. (VENÂNCIO, 2003, p. 20)

¹³² Esse último aspecto nos ocupou no segundo capítulo desse trabalho.

O trabalho com suas correspondências, tomadas como lugar de subjetividade e de sociabilidade (GONTIJO, 2005, p. 266), demandou a utilização de aportes teóricos e metodológicos específicos, especialmente os discutidos por Michel Trebitsch em *Correspondances d'intellectuels* (1992), no qual o autor discutiu a troca epistolar entre Henri Lefebvre e Norbert Guterman, tomando-a como uma importante fonte intelectual sobre uma amizade, além de um documento e fórum político e de um testemunho agudo sobre as redes de sociabilidade dos intelectuais. Nesse estudo, o autor se deparou com um problema frequente para quem pesquisa em acervos pessoais, especialmente o epistolar, tendo em vista que determinado arquivo invariavelmente - e por características próprias - caracteriza-se por sua heterogeneidade e incompletude.

Tais aspectos foram reforçados por Angela de Castro Gomes que indicou o seguinte:

a correspondência privada é, com frequência, um espaço que acumula temas e informações, sem ordenação, sem finalização, sem hierarquização. Um espaço que estabelece uma narrativa plena de imagens e movimentos - exteriores e interiores - dinâmica e inconclusa como cenas de um filme ou de uma peça de teatro. Um tipo de discurso multifacetado, com temas desordenados, que podem ou não ser retomados e desenvolvidos, deixando, às vezes, bem claro até onde se diz alguma coisa. (GOMES, 2004, p. 21)

A despeito disso, como mostrou Trebitsch, sua utilização se mostra válida à medida que as correspondências são um observatório privilegiado da produção intelectual e mesmo de falas afetivas, caracterizando-se por isso enquanto instrumento de aproximação das sociabilidades. O acesso a seu conteúdo pode revelar, como apresentou o historiador francês, discussões sobre os seus livros, interesses profissionais e políticos e relatos sobre a produção os seus trabalhos. No entanto, o que mais nos interessa é a pertinência de sua utilização enquanto instrumento para a abordagem da sociabilidade intelectual asseverada pelo autor, pelo menos devido a três razões, assim apresentadas por ele:

En premier lieu, elles sont une des rares sources écrites sur un mode de relations sociales dominé

par la parole et l'oralité. En second lieu, elles ont un statut de récit personnel, proche de l'autobiographie ou du journal intime et différent des textes destinés à la publication, ce qui leur confère un contrat d'authenticité en vertu duquel l'arrière-texte a pour fonction d'expliquer ce qui est à l'avant-scène, l'intime de rendre compte de l'exprimé. Enfin, elles constituent par elles-mêmes un lieu de sociabilité, lieu "privé" certes, par opposition à des lieux "publics" comme les revues, les colloques ou les manifestes, mais aussi lieu d'échange, non seulement entre des personnes, mais entre des comportements individuels et des règles imposées de l'extérieur, codes sociaux ou normes d'écriture. Ce double statut de source et d'objet d'étude est d'ailleurs une difficulté. (TREBITSCH, 1992, s/p.)¹³³

Esse limiar entre o público e privado acarretou a discussão acerca do chamado equívoco epistolar, que necessariamente impõe ao pesquisador a não desqualificação de uma dessas facetas em detrimento da outra.

Esses aportes foram generalizados, discutidos e aproximados da realidade arquivística brasileira especialmente com trabalhos, dentre outros, de Luciana Heymann, Rebeca Gontijo, Angela de Castro Gomes, Walnice Nogueira Galvão, Giselle Venâncio e Greyce Kelly Piovesan.¹³⁴ Notamos dentre as tônicas apresentadas por essas pesquisas o desenvolvimento de análises que tomaram a correspondência como

¹³³ Em uma tradução livre: “Em primeiro lugar, elas [as cartas] são uma das poucas fontes escritas em um modo de relações sociais dominadas pelo discurso e oralidade. Em segundo lugar, elas têm o estatuto de narrativa pessoal, perto da autobiografia ou diário e diferente de textos destinados à publicação, conferindo-lhes um contrato de autenticidade, cuja função que está por detrás do texto é explicar o que está à frente, o relato íntimo do escritor. Finalmente, elas próprias são um lugar de sociabilidade, lugar certamente "privado", ao contrário de lugares "públicos", como revistas, conferências ou manifestos, mas também um lugar de intercâmbio, não só entre os indivíduos, mas entre o comportamento individual e as regras impostas de fora, os códigos sociais ou normas de escrita. Este duplo estatuto de fonte e objeto de estudo é também um desafio.”

¹³⁴ Além dos trabalhos citados no desenvolvimento da dissertação, conferir, entre outros, GONTIJO, 2006; GALVÃO, 2000; FRAIZ, 1998 e PIOVESAN, 2009.

forma de sociabilidade, ou, ainda, como “local por excelência da expressão das intenções e das trocas de ideias” (VENÂNCIO, 2001, p. 33). Assim, a carta emerge enquanto objeto construído e inscrito no tempo e no espaço social.

Além disso, o uso desse material para fins de pesquisa prevê o entendimento da existência de um “pacto epistolar”, tido como um jogo interativo entre os missivistas, que impõe a exigência recíproca de receber, ler, responder e guardar cartas (GOMES, 2004, p. 19; GONTIJO, 2005, p. 267). A interação social necessariamente observada nas missivas é testemunho de trocas afetivas e intelectuais produzidas nessa rede de contatos, sendo justamente a participação em tais redes determinante para a inserção do intelectual no mundo cultural.

Podemos, a partir da materialidade da escrita epistolar, ainda que de maneira fragmentária, definir uma rede de relações pessoais (VENÂNCIO, 2001, p. 25), ou ainda, no caso da correspondência de intelectuais, ter

acesso aos bastidores da construção de uma obra ou livro e da formação de um autor ou escritor. A correspondência – assim como os diários íntimos e textos memorialísticos – contribuiria para a compreensão da personalidade do autor/escritor. As cartas de intelectuais fornecem informações que podem ser utilizadas na elaboração da memória, estimulando o imaginário sobre o mundo dos autores/escritores. Elas podem alimentar, entre outras coisas, a construção de um anedótico, a partir de histórias pitorescas narradas pelos missivistas e da recuperação de palavras e expressões recorrentes na correspondência. O uso da documentação privada pode favorecer a afirmação de uma imagem pública do intelectual, dotando-a de aparência, ao ressaltar determinados aspectos físicos e gestos específicos, mencionados pelos missivistas sobre si mesmos ou sobre outros; falas particulares e sentimentos que fazem parte da sua sociabilidade, como afetos, ódios, ressentimentos, saudades, etc. (GONTIJO, 2004, p. 166)

Sua utilização enquanto fonte não pode desconsiderar sua especificidade enquanto objeto, afinal “uma carta expressa mais do que o texto que ela contém” (VENÂNCIO, 2001, p. 32). Sua presença num

arquivo, de acordo com Venâncio, pressupõe a discussão sobre os gestos em prol de sua conservação e deixa entrever os critérios que definiram a sua importância (*Id.*). Daí decorre a necessária discussão sobre o arquivo pessoal, que deve ser encarado a partir de suas características específicas. Segundo Heymann, que distingue arquivos pessoais e institucionais (os últimos públicos ou privados) sem enfatizar a dicotomia privado *versus* público, torna-se imperativo não tomar o arquivo como uma entidade e sim entender como ele se torna uma entidade com certos contornos, certa localização e certos atributos. (HEYMANN, 2012, p. 47). Objetiva-se, dessa forma, o distanciamento de

associações ingênuas entre arquivo e memória individual, entre arquivo e sensibilidade ou segredos individuais, como se as fontes de natureza pessoal estivessem imunes a outras interferências e constituíssem o caminho seguro e direto para aceder à trajetória e à personalidade de seus titulares. (*Ibid.*, p. 48).

No caso do arquivo pessoal Ribeiro Couto vale atentarmos para o que explicou essa autora: “Nem sempre há equivalência entre história de vida e arquivo pessoal” (*Ibid.*, p. 75). Além disso, é preciso o afastamento da falsa ideia de que os arquivos pessoais representam “uma visão mais verdadeira do indivíduo à medida que foram organizados pelos próprios titulares” (VENÂNCIO, 2001, p. 26). Essa marca identitária que o arquivo pessoal carrega consigo pode desencadear o que Gomes nomeou como “ilusão da verdade”. Segundo ela,

Essa ilusão é tanto mais perigosa, a meu ver, quanto mais está relacionada ao que talvez de mais rico os documentos pessoais podem nos trazer. Como me referi antes, as novas tendências historiográficas têm buscado crescentemente dar vida à história: dar cor e sangue aos acontecimentos, que não “acontecem” naturalmente, mas são produzidos por homens reais, quer das elites, quer do povo. Nesse sentido, os documentos pessoais permitem uma espécie de contato muito próximo com os sujeitos da história que pesquisamos. Neles “nossos” atores aparecem

de forma fantásticamente "real" e "sem disfarces". Nós, historiadores, podemos passar a conhecê-los na "intimidade" de seus sentimentos e nos surpreendemos a dialogar com eles e até a imaginar pensamentos. (GOMES, 1998, p. 126)

O fato é que seu acesso nos permite uma aproximação da dimensão humana do sujeito que elegemos como alvo da análise. Isso porque o arquivamento é uma prática íntima de construção de si mesmo, sendo por isso não neutra (ARTIÈRES, 1998) e a carta, especificamente, uma vestígio bruto de diálogos passado. (VENÂNCIO, 2004, p. 113)

Partindo para a análise do epistolário coutiano nota-se que as trocas de carta para ele funcionaram como forma de aproximação dos acontecimentos do meio cultural brasileiro ao longo de parte da sua vida, que devido num primeiro momento a um tratamento de saúde¹³⁵ e, posteriormente, às exigências de sua carreira no Ministério das Relações Exteriores, foi vivida longe da capital federal. “Diante da distância pessoal a carta corresponde a uma grande aproximação”, afirmou Julio Guimarães (1996, p. 9). Não foi diferente com Couto que teve esses afastamentos minimizados por essa prática cultivada desde pelo menos o início dos anos 1920 como forma de não apenas estabelecer como também manter uma rede de relações pessoais e intelectuais. (VENÂNCIO, 2001, p. 25)¹³⁶

De determinada prática resultou um universo de milhares de correspondências e de incontáveis missivistas com quem Couto manteve uma troca epistolar. O levantamento e o estudo desse material contribuíram para que aproximássemos de uma dimensão humana dos processos, casos e relações por ele estabelecidos ou vivenciados, das ocorrências corriqueiras e extraordinárias nas quais se envolveu, das referências a ele feitas em livros de memórias de amigos e dos motivos

¹³⁵ Couto se mudou em 1922 para Campos de Jordão, tendo lá residido até 1924. Depois, nos quatro anos que se seguiram, exerceu os cargos de delegado de polícia e promotor público em várias cidades serranas de Minas e São Paulo: São Bento de Sapucaí (SP), Cunha (SP), São José do Barreiro (SP) e Pouso Alto (MG).

¹³⁶ Couto, escrevendo a Cassiano Ricardo em janeiro de 1960, afirmou: “Você não imagina a percentagem de solidão moral que atingiu minha vida nestes doze anos de Belgrado. Não tenho outra satisfação que não seja a do trabalho da Chancelaria e a da correspondência com amigos.” (COUTO, 1960, p. 1/RC cp)

que o faziam solicitar uma mudança de posto diplomático.¹³⁷ Além disso, aspectos de sua concepção sobre a política, a sociedade brasileira e a dos locais por onde passou nos indicaram um panorama acerca de sua visão de mundo.¹³⁸

¹³⁷ Em 1936, Couto estava em Haia e solicitou sua remoção para Londres, segundo ele por motivos “culturais”: “Tenho a ambição de falar e escrever corretamente o inglês, afim de, depois, aprender o alemão. Sei inglês bastante para, desde o começo, ser útil na Embaixada”. Seu argumento se baseava no fato de que o estudo da língua holandesa “de nada serve, a não ser como iniciação à sintaxe germânica.” (COUTO, 11 ago. 1936/RC cp). Posteriormente, em 15 mar. 1938, solicitou transferência para Paris, mudando logo de opinião como indica nova correspondência na qual Couto solicitou ao então Ministro das Relações Exteriores Hildebrando Accioly que o destinatário não julgasse mal, como uma pessoa volúvel: “Quando lhe telegrafei pedindo Paris, cedi a tentação de ir trabalhar com o Argeu [Guimarães], que é um irmão. Meu telegrama cruzou-se com a circular que comunicava (assinada pelo próprio Oswaldo Aranha) a posse do novo ministro. Num momento de mudança de ministro não se pede Paris. (...) Me defenda contra os botadores de pedrinhas na roda do carro dos outros. Preciso saber inglês e Londres é o lugar para se aprender. Sem isso, nunca poderei servir ao Ministério com a consciência tranquila. Se o ministro Oswaldo Aranha tiver dúvidas, por não me conhecer como funcionário (naturalmente), rogo mostrar-lhe que o 2º secretário R.R.C. tem tido nota 10 em Haia.” (COUTO 22 mar. 1938/RC cp). Ainda naquele ano indicou a vontade de permanecer na Holanda: “Será talvez um erro perder a oportunidade (refiro-me a Londres) que me oferece a boa vontade do Ministro Oswaldo Aranha (...). Mas, a rigor, quem esperou até aqui pode esperar mais um pouco, pelo menos um ano mais de Holanda. (...) Aqui, nestes três anos, tenho vivido com o espírito no Brasil, tal o número de velhos e modernos livrinhos que tenho lido sobre as coisas de nossa pátria. (...) A não ser, portanto, que se trate de uma “ordem de marcha”, gostarei de ficar na Holanda mais uns tempos.” (COUTO, 20 jun. 1938/RC cp). A última solicitação registrada em seu arquivo epistolar data de 1958, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Via telegrama destinado ao presidente, Couto escreveu de Belgrado: “Há onze anos neste posto e informado aposentadoria embaixador Moreira Silva peço licença para exprimir desejo honrado com confiança ‘vossencia’ na embaixada Viena onde além de continuar vantajosamente tratamento oftalmológico com reputados especialistas respeitosamente Ruy Ribeiro Couto. (COUTO, Belgrado, 13 set. 1958/RC cp).

¹³⁸ Através das cartas Couto era informado de aspectos de seu interesse em relação ao Brasil. Da mesma forma, informava seus amigos sobre os locais por onde passava, o que motivou João Neves da Fontoura a afirmar: “Tenha você um bom Natal nessa sua Holanda, que só conheço através d’Amicis e do

Seu trânsito pelas instâncias mais altas do poder em certos momentos o aproximou de figuras políticas exponenciais, como Josip Broz Tito, presidente da Iugoslávia durante toda a estada de Couto naquele país. Determinada proximidade, publicamente conhecida, levou Drummond, em homenagem póstuma à Couto, sobre ele escrever: “Fico matutando qual não seria o prestígio de sua poesia em círculos maiores, se ele voltasse a morar no Rio com a poderosa carga de comunicatividade que levava consigo. Era, com o mesmo som autêntico, amigo de Sebastião Pescador e do marechal Tito” (DRUMMOND, 1963, CDA pim). Também, um trecho de uma carta do escritor Vianna Moog (1906-1988) nos permite entrever que de fato uma relação amistosa era cultivada entre o diplomata brasileiro e o marechal. Moog, em carta escrita de Nova York, escreveu:

Gostei do que você me disse sobre o Tito. Sou torcida dele, assim por motivos públicos como por motivos pessoais. Pessoalmente faço fé com a cara dele. O homem respira confiança em si mesmo e não tem medo de caretas. Depois, essa história de quererem governar a Iugoslávia de longa distancia, é mesmo o diabo. Mas que ele está metido numa parada dura ninguém aqui tem a menor dúvida. De resto, qual é o chefe de governo que não está a braços com paradas dessa natureza? (...) (MOOG, 4 jan. 1948, p. 2/RC cp)

Couto enquanto 1º Secretário da Embaixada brasileira em Lisboa, também, manteve relacionamento diplomático com Antonio de Oliveira Salazar, Primeiro Ministro português entre 1932 e 1968.¹³⁹ Entre correspondências passivas e ativas depositadas no acervo pessoal de Couto é possível encontrar quatro peças datadas de abril de 1944 a janeiro de 1946. Uma delas, inclusive, dá conta de que Couto enviou ao destinatário seu romance *Cabocla* (1931), tendo recebido, por ocasião do episódio, a seguinte carta de Salazar:

Venho agradecer muito penhorado a oferta da *Cabocla* em primorosíssima edição. Já li uma

Ramalho. Isso, no passado. No presente, via Ribeiro Couto. (FONTOURA, 29 dez. 1937, p. 2/RC cp)

¹³⁹ Em uma correspondência enviada a João Neves da Fontoura, Couto afirmou: “o Salazar chama-me de conselheiro!” (COUTO, 16 jul. 1945, p. 6/RC cp)

porção de páginas e tenho gostado muito. Pena é que em geral os pronomes estejam fora do sítio e que alguns complementos de verbos não venham regidos pelas proposições habituais. Mas acabou-se: alguns dos seus compatriotas dizem que estão a fazer outra língua e bem pode ser que daqui a duzentos anos esses desvios de agora estejam legitimados pelo tempo. (SALAZAR, 18 jan. 1946, p. 1/RC cp)

Levando em conta que Couto tivesse o presenteado com a edição mais recente de seu livro, ou seja, a de 1945,¹⁴⁰ os comentários tecidos sobre a ortografia apresentada no romance coutiano demonstravam a preocupação de Salazar em relação ao descumprimento de um acordo ortográfico firmado entre as duas nações. Determinados comentários apresentados na epístola citada se explicam, ainda, pelo fato da Convenção Ortográfica Luso-Brasileira¹⁴¹ assinada em Portugal em 29 de dezembro de 1943 pelo embaixador João Neves da Fontoura, foi também fruto do empenho de Couto, que, desligando-se d' *A Manhã*, havia partido para o país ibérico ao lado do embaixador.¹⁴²

Fontoura era seu amigo de longa data e ambos mantiveram troca epistolar desde pelo menos 1936,¹⁴³ intensificada no período em

¹⁴⁰ Entre a sua primeira edição, de 1931, e a de 1945, o livro foi editado ainda mais uma vez, no ano de 1939.

¹⁴¹ Segundo o pesquisador do Arquivo Nacional Diego Barbosa da Silva, essa convenção “previa a base da nova ortografia, criava uma comissão interacadêmica para elaborar uma reforma e dava instruções para a elaboração do Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa, publicado em 1947 nos dois países, sob supervisão dos filólogos Luiz Rebelo Gonçalves e José de Sá Nunes.” (SILVA, 2011, p. 16).

¹⁴² Couto foi Presidente da Comissão de Redação da reforma ortográfica de 1945, função por ele comparada a de “médico de hospício”. Vide carta enviada a Cassiano Ricardo em 8 out. 1945, transcrita em RICARDO, 1970, pp. 128-129.

¹⁴³ Constam no arquivo Ribeiro Couto várias centenas de correspondências entre 1936 e 1962. Fontoura se empenhou por mais de uma vez em prol da promoção de Couto, referindo-se ao amigo assim: “O 1º Secretário Ribeiro Couto é um funcionário do mais alto quilate, pela sua primorosa inteligência, pela sua lealdade funcional, pelo seu raríssimo amor às coisas de nosso país, pela sua inesgotável capacidade de trabalho e pela sua probidade pessoal. Durante mais de dois anos foi o meu chefe de chancelaria, desempenhando-se de todas as tarefas com zelo indizível. (...) Antes de seguir comigo para Lisboa, fez parte, com o embaixador João Carlos Muniz e o professor Miguel Osório de Almeida,

que trabalharam juntos em Portugal. Em uma dessas epístolas, Couto indicou, sob o item por ele denominado “POLÍTICA PORTUGUESA”, que “O Salazar é um sujeito medieval e duro, mas sério e cristalino. Com ele, pelo menos, sabe-se do que vem amanhã: não vem nada de melhor, mas não vem nada de pior. (COUTO, 21 jan. 1946. p. 2/RC cp).

O âmbito epistolar, no entanto, permitia liberdades que fugiam a regras protocolares e o aparente posicionamento de aprovação do governante português (e também de seu governo) não o impediu de confidenciar por essa via piadas sobre Salazar. Para Fontoura, nesse sentido, jocosamente escreveu:

Para alegrar. Uma sobre o Salazar:

- Porque é que ele quer casa com a viúva [Carolina] Asseca? Uma viúva?

-Porque é em segunda mão.

- Porque é que ele gostaria da restauração monárquica em Portugal?

-Porque seria mais uma coroa (25 tostões).

E outra:

Uma atriz de nomeada, uma estrangeira, quis conhecer o Salazar. Insistiu tanto que lhe foi concedida a audiência. Depois de uma hora, apareceu na rua e os jornalistas lhe perguntaram:

-Então? Como é que ele se portou consigo?

-Como um representante de pequena potência. (COUTO, 21 jan. 1946. p. 3-4, RC cp)

No mais, bastidores das “danças das cadeiras” da Academia Brasileira de Letras (RODRIGUES, 2001) estão, por exemplo, expressos em suas epístolas.¹⁴⁴ Enquanto membro da Academia, Couto

da delegação do Brasil à conferência de Cooperação Intelectual de Havana. (...) Além de tudo isso, que apenas enumero sumariamente, é o senhor Ribeiro Couto o único membro da Academia Brasileira pertencente aos quadros diplomáticos, situação que não pode ser desprezada no cálculo dos valores para a justa promoção à categoria da letra M.” (FONTOURA, 9 dez. 1945, p. 1-2/RC cp)

¹⁴⁴ Podemos afirmar que grande parte de suas correspondências trataram de assuntos da Academia, sendo tema constante a votação. Entre os principais missivistas que sobre o assunto se corresponderam com Couto podemos citar Manuel Bandeira, Cassiano Ricardo, Afrânio Peixoto, Raul Bopp, Hélio Lobo, Augusto Meyer, Rodrigo Otávio, Peregrino Júnior, Jorge de Lima e Menotti del Picchia.

conheceu as várias faces e as ambiguidades desse sodalício “que vinha somar esforços para compor uma identidade nacional e revelar-se como uma instância de efetivação e de imposição de determinados projetos que faziam da literatura um bom pretexto para o exercício do jogo político” (SCHWARCZ, 2000, p. 10). Seus integrantes majoritariamente pertenciam aos círculos da elite política e cultural do país, conforme podemos aquilatar a partir da observação do corpo diplomático brasileiro. Como indicou El Far (2001) a esse respeito, foi uma constante o fato de que muitos dos que ocuparam uma cadeira na imortalidade atuaram como secretários ou embaixadores.¹⁴⁵

Não apenas este fator é indicativo de que as relações estabelecidas no campo literário não escapavam às circunstâncias políticas. Mesmo os embates dentro da Academia Brasileira de Letras eram influenciados por questões de tal ordem. Residindo muitos anos fora do Brasil, era através de missivas que Couto se mantinha atuante dentro da ABL e manifestava seus votos e intenções. Em carta confidencial enviada a Peregrino Júnior, em 1960, Couto deu seu parecer sobre a candidatura de Jorge Amado, demonstrando com que força a política insidia sobre os andamentos acadêmicos sob seu ponto de vista. Antes de emití-lo, Couto solicitava ao companheiro de imortalidade que lhe orientasse a respeito da atmosfera na Academia sobre a eventual candidatura.

Para ele, Jorge Amado encarnava a figura do “mais glorioso dos comunistas militantes, ardente panegirista de Stalin e figura muito mais alta aqui na Europa do que o próprio Prestes”, o que poderia criar uma profunda divisão na Academia caso fosse eleito. Segundo ele, o caso de Amado poderia ser comparado ao de Plínio Salgado, se eventualmente esse se apresentasse como candidato:

¹⁴⁵ Ribeiro Couto integra essa estatística. El Far indicou que “essa parceria entre as letras e a diplomacia era vantajosa para ambas as partes. Por um lado, o ministro conseguia pôr em prática seu plano de construir no exterior a imagem de um país moderno e civilizado graças à atuação diplomática de algumas das maiores sumidades intelectuais do Brasil; por outro, os literatos se aproveitam dessa rede de relações com a elite política para conquistar certo capital social e oportunidades de trabalho mais atraentes do que aquelas oferecidas pela imprensa diária.” (EL FAR, 2001, p. 78). Apesar desses ganhos simbólicos e materiais conquistados, Francisco Pati, escritor que sucedeu Mario de Andrade, em 1938, no Departamento de Cultura de São Paulo, em carta a Couto escreveu “A diplomacia faz o poeta perder o contacto com a sua gente. (PATI, 1 ago. 1952, p. 1/RC cp)

Imaginemos que o Plínio Salgado, autor de um dos nossos grandes livros, como é “O Estrangeiro”, e autor de uma respeitável bagagem literária, quisesse apresentar-se à Academia. Poderiam os acadêmicos separar as significações literárias da sua obra das significações políticas que encarnou e ainda encarna, como chefe de um partido? Política é uma coisa e literatura é outra, mas no caso de chefes e militantes de primeira grandeza não é possível fazer a separação. (COUTO, 29 fev. 1960, s/p./ RC cp)¹⁴⁶

O trecho destacado evidencia que Couto, apesar de sua identificação política anterior com o Integralismo, não se colocava como um militante de primeiro escalão de nenhum movimento político e de fato ele não pertencia ao círculo de poder real brasileiro, conforme afirmou Moreira (2010, p. 205), derivando daí sua pacífica presença na

¹⁴⁶ Em resposta, Peregrino Júnior pareceu discordar de Couto, afirmando em carta de 17 março de 1960 que Jorge, de quem era amigo, não dividiria a Academia porque o comportamento dele era muito isento e discreto. No entanto, informou a Couto que sua candidatura fora vetada pelo Ataíde “(cuja política: dividir para reinar...)” a conselho do ‘Chatô’, e pelo Mucio. Acrescentou ainda, como reforço argumentativo, que “mas, como diz v., não é possível afastar dele a sua alta categoria política, embora ele não seja um chefe político como o Plínio, nem tenha tomado atitudes contra a Academia, como diz o Múcio que o Gustavo tomara, pretendendo até dissolvê-la se o Integralismo triunfasse... (...). O Álvaro Moreyra é um comunista militante e está na Academia sem dividi-la ou inquietá-la. Contudo, o demônio da política tem seus caprichos – e nós poderíamos vir a ter surpresas. Lamento isso, porque ele é um glorioso romancista, na plenitude da sua maturidade, e acho que sua companhia nos faz falta, como estão fazendo os dois Gilbertos, Guimarães Rosa, o Drummond, o Érico, o Dante Milano, o Schmidt. Enfim, são pontos de vista pessoais.” (PEREGRINO JÚNIOR, 17 mar. 1960, pp. 1-2/RC cp). Estando Couto afastado do Brasil, Bandeira também o informou via correspondência sobre o assunto: “O caso do Jorge Amado é curioso... Ninguém liga ao comunismo dele. Já o velho Vargas fazia o mesmo. O próprio Jorge Amado é agora todo “coexistência pacífica”. Os velhos mais direitistas da Academia vão votar nele. São favas contadas e ninguém ousou entrar no páreo. O sucesso de Gabriela cravo e canela fez esquecer tudo. Há quem diga que ele anda afastado do partido. Não sei dizer nada.” (BANDEIRA, 12 jan. 1961, p. 1/RC cp. Grifos no original)

ABL. No entanto, o caso é expressivo de como as fronteiras entre as duas esferas são permeáveis e influenciáveis reciprocamente.¹⁴⁷

Em outro episódio paradigmático ocorrido na ABL, a eleição de Getúlio Vargas, Couto tratou de forma velada essa relação entre a política e a literatura. Vargas havia recebido seu voto na ocasião em que participou e venceu o pleito. Em resposta ao jornalista Ítalo Viola da revista *A Cigarra*, Couto respondeu que

Votei em Sua Excelência o Senhor Doutor Getúlio Dornelles Vargas quando foi candidato à Academia Brasileira.

Em Sua Excelência votaria em qualquer circunstância, porquanto, além dos altos méritos intelectuais do Senhor Doutor Getúlio Dornelles Vargas, a República não teve um Presidente que tanto, como sua Excelência, manifestasse apreço pelas atividades literárias do país.

Não sou político. Sou apenas um pequeno escritor que desde os começos da sua obscura carreira viveu a margem da política, com uma completa e teimosa independência moral. (COUTO, 14 abr. 1954, p. 1/RC cp)

No entanto, dificilmente se pode dissociar os “méritos intelectuais” do então presidente de sua atuação política, como indicou Couto.¹⁴⁸ Afinal, o próprio Vargas em seu discurso de posse, afirmou que sua atividade intelectual era uma imposição da vida política (VARGAS, 1943, s/p).

Ainda que tanto Couto como Fontoura tivessem tomado o partido dos paulistas na Revolução Constitucionalista – em troca epistolar entre ambos, Couto se referiu a 1932: “quando nós dois, sem nos conhecermos ainda, éramos do contra” (COUTO, 9 out. 1950, p.

¹⁴⁷ No fim, Amado, autor de obras cuja significação política e literária não poderia ser separada segundo Couto veio a tomar posse da cadeira que por tantos anos Couto ocupou.

¹⁴⁸ A apresentação de Vargas foi possível apenas diante de uma emenda ao regimento da ABL de autoria de Cassiano Ricardo, conforme indicou Couto (COUTO, 29 ago. 1954, p. 1/RC cp). Em seu livro de memórias, Ricardo afirmou que a reforma teve apoio de Couto (vide RICARDO, 1970, p. 124 – 125). Segundo Johnson, a entrada de Vargas na ABL personificava, num nível simbólico, a simbiose entre os homens de letras e os de ação advogada pelo próprio Vargas e pelo Estado Novo. (JOHNSON, 1995, p. 168)

2/RC cp)¹⁴⁹ – e tivessem sido por isso perseguidos,¹⁵⁰ ambos, posteriormente, se aproximaram de Vargas e foram entusiastas do Estado Novo. Couto, além disso, nutria uma afeição pelo falecido presidente do Brasil, expressa assim:

(...) todos os decretos da minha carreira são da mão de Getúlio.¹⁵¹ (...) Todos esses motivos pessoais contribuía para dar uma tinta afetiva à admiração que a partir de uma certa época eu comecei a ter por ele (1940, depois do meu regresso da Holanda), e precisamente em virtude de qualidades de moderação, de paciência e de tolerância sem as quais nenhum chefe de Estado poderá manter-se no Brasil. (...) Não julgo o Getúlio. Neste momento, sou apenas um brasileiro e um funcionário que ele distinguiu com a sua bondade, e que chora o seu fim trágico – fim que fere a lei cristã, mas que põe em relevo as linhas

¹⁴⁹ Nessa carta o signatário indicou que sua esposa, ao contrário, era “getulista desde 1932”, sendo “mulher que reza, mas reza pader-nosso e ave-maria, pelo Getúlio, desde 1932.” (COUTO, 9 out. 1950, p. 2/RC cp. Grifo no original)

¹⁵⁰ Couto amargou, conforme evidenciado na carta enviada a Fontoura em 29 de agosto de 1954 (citada mais a frente), treze dias de detenção (vide episódio citado na nota 76). Fontoura, após apoiar o golpe de 1930 e, posteriormente, romper com Vargas, teve participação política atuante durante o movimento, exilou-se forçosamente na Argentina por dois anos após a derrota dos constitucionistas. Após o exílio, em 1935, se elegeu como deputado federal, integrando a minoria oposicionista. No entanto, aproximou-se novamente de Vargas e apoiou a instauração do Estado Novo brasileiro. Na Academia Brasileira de Letras foi um dos articulistas da campanha de Vargas.

¹⁵¹ Vide, por exemplo, carta de Couto a Getúlio Vargas agradecendo sua nomeação para o cargo de Embaixador do Brasil na Iugoslávia, na qual o signatário escreveu: “(...) Confirmando-me na chefia desta Missão, Vossa Excelência me confirmou a certeza, que sempre tive, de que a dedicação ao trabalho e a confiança na justiça do seu Governo são virtudes que suprem méritos outros, de que careço. Com esta honrosíssima nomeação, Vossa Excelência teve a bondade de aprovar também a obscura mas firme conduta que, obedecendo às instruções e inspirações dos meus superiores no Itamaraty, venho seguindo em Belgrado, atento tão somente aos interesses do Brasil. Deus me ajude a não me desviar desse caminho, para ser digno de representar aqui o Chefe de Estado a quem em boa hora mais uma vez foi entregue o futuro do Brasil, e de quem sou, com o mais profundo respeito e sincero devotamento, criado, amigo e admirador.” (COUTO, 5 mai. 1952/GV c 1952.05.05/3)

grandiosas do seu vulto histórico. E como foi v. próprio, no Rio em 1940 e em Lisboa, a seguir, que me ensinou a amar Getúlio, é junto do seu peito que quero chorá-lo. (COUTO, 24 ago. 1954, p. 2/RC cp)

Não só diante da inclusão de Vargas no panteão da imortalidade literária, como também na ocasião de sua substituição naquela instituição, Couto recrutou o argumento de sua independência moral. Segundo ele, uma atitude desse caráter o teria motivado a negar a Assis Chateaubriand (1892 – 1968) seu voto no pleito para a cadeira antes ocupada por Vargas. Escrevendo a Fontoura, explicou-lhe o caso:

O Chateaubriand me telegrafou pedindo o meu voto para a sucessão do Getúlio na Academia. Tenho a maior admiração pelo Chateaubriand, em verdade, grande figura do nosso publicismo e da nossa arena intelectual. Mas o Chateaubriand, ao que parece, foi quase sempre um adversário do Getúlio. Não sei, pois, que discurso faria na Academia sobre o seu predecessor na cadeira. Em consciência não posso dar o meu voto senão a um intelectual que se proponha a dar ao Getúlio, em seu discurso de posse, o imenso relevo que ele tem na história do Brasil, nas suas lutas pelo progresso social, da sua fidelidade à tradição lusitana, etc., etc. Peça a você que me oriente. (...) Não se trata de uma atitude política da minha parte, se não de uma atitude moral. Foi você quem me ensinou a querer bem ao Getúlio, sobre quem, até 1940, devido á tardança em permitir que o Brasil elaborasse uma Constituição (1932, e 13 dias de cadeia para mim, na mesma prisão em que estava o Chateaubriand), sobre quem, repito, até 1940, eu tinha dúvidas graves. (COUTO, 29 ago. 1954, p. 1/RC cp)

Ainda que pudessem ter existido reservas em relação à Vargas, quando de sua atuação no jornal porta voz do Estado Novo elas já haviam sido superadas como bem indicam as referências a ele feitas por Couto posteriormente. Especialmente entre 1942 e 1943 isso transpareceu no *Pensamento da America*, que, seguindo o padrão editorial de sua matriz, enalteceu a figura de Vargas. Apesar de uma

diretriz comum existente entre o jornal e o suplemento, este alçou voos independentes comandados por seu diretor. Veremos isso a partir de agora.

3.3 Um arco íris de cores americanas¹⁵²: a antecena e o corpo de um projeto literário

Até aqui o epistolário coutiano foi recrutado pontualmente. Em muitos momentos dessa dissertação a riqueza nele contida colaborou para a formulação de reflexões e afirmações, no entanto, neste item agora apresentado, ele passa a ser fonte principal à medida que foi tomado como via de acesso à sua rede de sociabilidade intelectual. Regina Crespo nos alertou sobre a importância de atentarmos para o papel dos periódicos na formação de redes de sociabilidade¹⁵³ e intercâmbio (CRESPO, 2010). O que propomos, inversamente, é indicar a importância das redes de sociabilidade intelectual na formulação do projeto editorial do *Pensamento da America*.¹⁵⁴ Motiva-nos o fato de que esse suplemento não parece ter representado um “lugar identitário da consciência americana” (MEDINA, 2010, p. 23), ao contrário, evidenciou-se como determinante a familiaridade de Couto com uma dinâmica de sociabilidade requerida e refletida pelo suplemento.

¹⁵² O arquivo pessoal de Couto, especificamente o de produção intelectual, guarda uma brochura manuscrita não datada do que parece ser um projeto de livro chamado *Arco-íris de cores americanas*, que, ao que tudo indica, não chegou a ser publicado.

¹⁵³ Segundo Venâncio, “O substantivo ‘sociabilidade’ define-se como uma tendência natural para a vida em sociedade. E considerado sociável aquele indivíduo que é naturalmente disposto a procurar a sociedade, que mantém uma vida social.” (VENÂNCIO, 2001, p. 32)

¹⁵⁴ A proposta de inversão não desconsidera a proposição de Crespo. Certamente a redação de um jornal, aí incluída a do suplemento, torna-se espaço de sociabilidade ao mesmo tempo em que também o cria.

Índice (provisório)		Pgs.
Langston Hughes		1
Canto da saudade		2
Oferenda		3
Canto de Harlem noturno		4
Lenox Avenue, meia noite		4
Mulher da rua		4
Terra de Alabama (no túmulo de Booker Washington)		5
Juventude		5
Gabriela Mistral		6
País da ausência		7
Terra do índio		8
Alfonsina Storni		9
A carícia perdida		10
Em silêncio		11
Tu me queres branca		12

Imagem 18: Esse manuscrito é composto por um índice (provisório, como indica o texto) e inúmeros recortes de jornal, possivelmente do SPA, de textos de autores por ele, em sua maioria, traduzidos para o SPA. Inclui ainda uma página introdutória e de apresentação para cada autor em formato semelhante ao apresentado pelo suplemento que ele dirigiu. O índice traz o seguinte: “Langston Hughes p. 1, Canto da Saudade p. 2, Oferenda p. 3, Canto de Harlem Noturno p. 4, Lenox Avenue, meia noite p. 4, Mulher da rua p. 4, Terra de Alabama (no túmulo de Booker Washington) p. 5, Juventude p. 5, Gabriela Mistral p. 6, País de Ausência p. 7, Terra do índio p. 8, Alfonsina Storni p. 9, A carícia perdida p. 10, Em silêncio p. 11, Tu me queres branca p. 12, Eugenio Julio Iglesias p. 13, Cançãozinha do domingo de ramos p. 14, Fernán Silva Valdés p.15, Terra de romance p. 16, Enrique Bustamante y Ballivián p. 17, Juenas p. 18, Janja p. 18, Cesar Vallejo p. 19, Idílio Morto p. 20, Mariano Brull p. 21, No correr do rio p. 22, Olhos meninos p. 22, A Maria p. 22, Fernandez Moreno p. 23, Crepúsculo p. 24, Epitáfio para Dalmira p. 24, Romance do primeiro dia de aula p. 24, O corcundinha p. 25, Paisagem p. 25, Crepúsculo argentino p. 25, O rio Samborobón p. 25, Mãe, não me digas p. 26, A minha casa p. 27, A anunciação p. 28, José Maria Arguedas p. 29, Gavião do céu p. 30, Vicunha dos montes p. 30, Patinho chorando p. 31, Countée Cullen p. 32, Incidente em Baltimore p. 33, Nicolás Guillén p. 34, Sensemaiaí (canto para matar uma cobra) p. 35, Calor p. 36, Jules Supervielle p. 37, A espera da morte p. 38, Floresta p. 39, Metamorfose p. 40, Profecia p. 41, Juana de Ibarbourou p. 42, Fruto do trópico p. 43, Yolanda Bedregal p. 44, Inutilidade p. 45, Regresso p. 45, Paz Nery Nava p. 46, Par ideal p. 47, Jesus Lara p. 48, Jarahui p. 49, José Asunción Silva p. 50, Serenata p. 51, Primeira comunhão p. 51, Mortos p. 52, Alfonso Reyes – Fuga de Natal, Versos, Ballagar – Puerto Rico, Vicente Huidobro, Pablo Neruda – Canção.” Podemos identificar que a grande maioria desses textos foi publicado no *Pensamento da America*.

No caso específico do suplemento *Pensamento da America* – e mesmo do jornal *A Manhã* – nos parece que tais elos não necessariamente foram estabelecidos em torno da redação, e sim o precederam, tendo sido determinantes para a inclusão de Couto nessas empreitadas editoriais. Certamente estiveram relacionados no caso de Couto ao bom círculo em instâncias de consagração artísticas, ao exercer de seu cargo no Ministério das Relações Exteriores,¹⁵⁵ como também ao intenso cultivo de uma prática de escrita, como a epistolar. Sua prévia inserção em círculos intelectuais, onde são atados laços de amizade, confluíu para que Cassiano Ricardo o escolhesse como editor do suplemento a ser formulado (RICARDO, 1970, p. 157), episódio narrado por Ricardo em seu livro de memórias.¹⁵⁶ Na redação do *A Manhã* eles estabeleceram vínculo de amizade duradouro, expresso, por exemplo na transcrição, a partir da segunda edição de *Marcha para Oeste*, do “magnífico poema *Noroeste*” de Couto¹⁵⁷ (RICARDO, 1970, p. 556; LINS, 1997, p. 14). Ribeiro Couto o incluiu na Antologia dos Novos Escritores Brasileiros (NEVES; PIAZZA, 2012, p. 285),¹⁵⁸ ao passo que Cassiano incluiu Couto em uma antologia de poetas do

¹⁵⁵ Sua posição de destaque no cenário cultural brasileiro, inclusive integrando os quadros da Academia Brasileira de Letras (ABL), e o prestígio advindo de seu cargo no Itamaraty constituem sinais de que o autor possuía capital social e cultural para empreender projetos literários e editoriais de grande envergadura, como o *SPA* (NEVES; PIAZZA, 2012, pp. 284-285).

¹⁵⁶ Ricardo narra também situações protagonizadas por Couto na redação do jornal. Vide RICARDO, 1970, pp. 161-163)

¹⁵⁷ O trecho do poema *Noroeste*, de Ribeiro Couto se refere aos bandeirantes de torna-viagem: “És S. Paulo que caminha, ó Noroeste,/S. Paulo expansionista e conquistador,/S. Paulo de todas as indústrias humanas,/que a geografia mandou parar na barranca do Rio Paraná” (RICARDO, 1970, p. 556).

¹⁵⁸ Conforme indica a seguinte correspondência enviada por Cassiano a Couto: “Meu caro Poeta, não sei se v. já recebeu um exemplar do meu ultimo livro, recentemente enviado. Muito obrigado pela prova de estima intelectual e pessoal que v. me dá, incluindo o meu nome na antologia dos novos escritores brasileiros. Desse meu último livro só considero trabalhos característicos da minha nova feição literária os que têm os seguintes títulos: “Ladrão de papagaios”, “A filha do imigrante”, “Mãe-preta”, “A canção do monjolo”, “Soldados verdes”, “A primeira missa”, “O batismo” e “A canção inaugural dos telhados novos”. Aproveito a oportunidade para lhe oferecer, mais uma vez, os préstimos da Editorial Hélios limitada. Aqui, como no “Correio”, estou as suas ordens. Abraços muito afetuosos do am^o e admirador obrigadíssimo, Cassiano Ricardo.” (RICARDO, 6 abr. 1927/RC cp).

modernismo organizada pela editora *A Noite* tendo, pela via epistolar, solicitado sua aprovação:

Meu caro Ribeiro Couto:

Estava eu muito doente (pneumonia, derrame na pleura, etc.) quando recebi as duas lembranças que v. me mandou, o *Rive Étrangère*¹⁵⁹ e a sua fotografia.

- Nada mais agradável, para mim, que essas duas formas de contato com a sua pessoa. Nem v. pode calcular o conforto moral que senti, em hora tão amarga, ao lembrar a nossa camaradagem dos tempos d “A Manhã” e ao verificar que v. não se havia esquecido deste seu fiel companheiro que me prezo de ser.

- Mas esta carta tem – além do imenso agradecimento de que é portadora – um outro objetivo: é o de comunicar-lhe que o seu nome foi incluído na série de pequenas antologias de poetas do modernismo organizada pela Editora A Noite, ora sob minha direção. Cada antologia será prefaciada por um “novíssimo”, parecendo-me interessante que cada um de nós seja apreciado, já, pela geração recente. O seu prefaciador será Thiago de Melo, autor do “Palavra e Silêncio”, que se dirigirá a v., oportunamente, dando-lhe a notícia de que ficou organizado seu volume. A iniciativa tem o apoio do Instituto Nacional do Livro, pois o seu mérito será, igualmente, o da informação que prestará sobre os valores da atual poesia brasileira. Gostarei de ouvir a sua opinião sobre isso – e de saber se v. está de acordo com a ideia, que me pareceu feliz. (RICARDO, 21 jul, s/a, RC cp).¹⁶⁰

¹⁵⁹ Livro de poesia publicado em 1951 pela editora Presses Du Livre Français.

¹⁶⁰ Couto respondeu a Cassiano da seguinte forma: “Meu caro Cassiano, (...) Folgo com que v. já esteja refeito e desenvolvendo a sua sempre brilhante, fecunda e brasileiríssima atividade. Felicito-o pelo seu novo posto, no qual o seu espírito sempre original já encontrou inspiração para coisas inéditas: esse projeto da antologia de cinquentões prefaciados por novíssimos. Agradeço-lhe que me haja incluído na lista dos seus próximos editados. (...). Ainda que haja na minha produção destes 35 anos uma certa uniformidade de clima (nem sempre, aliás), tenho muito empenho em marcar as épocas dos meus versos, porque eles correspondem precisamente a cada fase (por assim dizer biográfica)

Assim como a citada acima, a troca epistolar entre ambos comumente fez referência à convivência amistosa no jornal *AM*, sempre lembrada de forma saudosa. Quando soube da publicação de *Barro do Município*, Ricardo escreveu:

Li ainda que, em S. Paulo, será editado um volume de suas crônicas. Creio que devem ser as páginas incomparáveis do “Barro do Município”,¹⁶¹ pois era seu intento reunir as crônicas publicadas na “A Manhã”. Lembrei-me de um tempo feliz, em que nos víamos diariamente, juntos, trabalhando e conversando.” (RICARDO, 26 out. 1953/RC cp).

Esse livro, dedicado a Barbosa Lima Sobrinho e a Cassiano Ricardo, trazia uma mensagem ao leitor visando explicar seu conteúdo:

Crônicas reunidas, que em sua maior parte foram publicadas entre 1941 e 1943 (escritas para “A Manhã”, dirigido por Cassiano Ricardo) e algumas são anteriores, de 1932 a 1935 (escritas para o “Jornal do Brasil”, sob a direção de Barbosa Lima Sobrinho). Ao mencionar esses dois companheiros diletos, recorro com saudade o nosso fraterno convívio nas bancas de redação. (COUTO, 1956, s/p)

da minha modesta vida: estudante e São Paulo (1915-1918), repórter no Rio (1918-1922), tísico em Campos do Jordão (1922-1923), delegado de polícia, promotor público e advogado no interior de Minas e São Paulo (1924 -1928), auxiliar de consulado etc. etc. a partir de 1928, com a efusão de dois regressos ao massapé e às areias natais (1932-1935, 1940-1943). Minha vida está contada nos meus versos. E é ela, essa vida, tal como sempre foi vivida, que explica a evolução (ou talvez a sucessão) dos meus sentimentos aí revelados: ansiosa melancolia de adolescência pobre, exaustiva iniciação no jornalismo, doença do peito como consequência, e depois a descoberta dos valores quotidianos e saudáveis de tudo de em torno, e depois o ‘expadrinhamento’ com todos os mistérios da nostalgia. Um novíssimo que me entende muito bem é o Antonio Candido, a quem sou muito grato pelo que escreveu a meu respeito. Você o conhece? (...). (COUTO, 18 ago. 1951, p. 1/RC cp).

¹⁶¹ Livro publicado em 1956 pela Editora Anhembi Limitada, São Paulo.

Após a leitura do livro, Ricardo novamente escreveu ao amigo em agradecimento:

Caro Amigo Ribeiro Couto:

O meu fim é também lhe enviar um abraço de comovido agradecimento por haver v. se lembrado do seu fiel amigo e companheiro da “A Manhã”, associando o meu humilde nome à dedicatória do “Barro do Município”. Pode estar certo de que me senti verdadeiramente encantado com um gesto de tamanha significação cordial e que – por motivos óbvios – me despertou a mais agradável das reminiscências.

Encantado, também, com a releitura de suas crônicas, que me pareceram ainda mais vivas do que quando foram escritas. Diz v. que “escritas às pressas para uma linotipo já a espera, deseja que as efêmeras páginas do livro vivam mais uma vez e, se possível um pouco mais do que pela primeira vez”. Sou testemunha da rapidez com que v. as escreveu, mas que fecunda e, portanto, maravilhosa rapidez a sua.

Se atendia à urgência de uma linotipo já a espera, não deixava de refletir o “facteur féérique” do mundo de hoje. Mais do que isso, revelava uma graça que Deus lhe deu – a graça (ou a técnica) de ser instantâneo para ser profundo do que aqueles que costumam escrever “em câmara lenta”.

Quero dizer que a pressa lhe deu o dom do golpe rápido que apanha a vida com o coração ainda cheio de susto.

Efêmeras, as páginas que v. escreveu?

Mas como, se cada crônica que lhe saiu da pena, viva, mais viva se me afigura agora, lida depois de dez anos? O que me parece certo, meu caro Ribeiro Couto, é que os seus artigos de jornal, em boa hora reunidos em livro, tem dois motivos muito sérios para viverem muito mais do que v. pensa: um é o que há neles de saborosa poesia, outro é o fato de constituírem hoje pequenas mas deliciosas “memórias”.

Creio que toda crônica, quando é um verdadeiro escritor que a escreve, ou um poeta verdadeiro, embora escrita para morrer no dia seguinte, ou pra viver apenas o seu minuto, no jornal, vira poema

ou vira memória depois, em livro. Pelo menos, é isto que estou vendo no seu “Barro do Município” agora.

Enfim, pelo bom gosto literário, pelo estilo, pelo que a crônica tem de memória ou de poema, o que prevalece, vitorioso, nestas páginas de jornal é o admirável, o grande Ribeiro Couto de sempre.

Não leve a mal este excesso de conversa por carta, que também a saudade explica e desculpa.

Seu fiel companheiro Cassiano Ricardo
(CASSIANO, 18 ago. 1957, pp. 1-2/RC cp)

Essa carta do fim da década de 1950 permite visualizar que o período de convivência de ambos no jornal marcou as lembranças dos “memoráveis dias (e noites) do nosso trabalho na ‘A Manhã’” (COUTO, 1 set. 1957, p. 1/RC cp). Nesse sentido, Couto se expressou em uma correspondência anterior, enviada de Belgrado a Ricardo, e escrita, segundo Couto, “como se conversássemos nas oficinas da Manhã, entre aqueles linotipistas mulatos e sem dentes” (COUTO, 18 ago. 1951, p. 2/RC cp).

Especificamente sobre o *Pensamento da America*, a rede de sociabilidade intelectual cultivada por Couto parece ter sido fator determinante para o desenvolvimento de um projeto editorial nos moldes pretendidos pela direção do *A Manhã*. No próprio suplemento, exatamente no terceiro editorial, há a indicação de que a motivação da escolha de Couto para o desenvolvimento e a chefia do suplemento panamericano, entre outros aspectos, residia no fato deste manter há muitos anos “correspondência e relações de amizade com um grande número de escritores do continente” (SPA, 22 mar. 1942, p. 58, c. 1). Justamente por isso a inversão por nós proposta no início do presente item se justifica e se apresenta enquanto possibilidade de verificação.

3.3.1 A idealização e construção de um projeto editorial

A carreira diplomática de Ribeiro Couto lhe proporcionou, conforme acertadamente apontou Luiza Franco Moreira, contatos amplos e valiosos, além de posicionamento que lhe permitia recorrer a redes internacionais (MOREIRA, 2010, p. 195), elemento que lhe fornecia subsídios úteis para a formulação de um projeto editorial de conotação interamericana. O estudo de seu epistolário disponível para consulta nos indicou que de fato ele se correspondia com intelectuais

americanos, entre os quais alguns, eventualmente, tiveram textos publicados pelo *Pensamento da America*. No entanto, tanto correspondências passivas como ativas reforçam nossa argumentação de que esse suplemento não se nutriu de colaborações enviadas a sua redação, mas, ao contrário, de peças escolhidas pela sua direção e traduzidas pelo próprio grupo editorial. Isso se confirma diante da ausência de registro de solicitações do signatário de colaborações e mesmo de envio de qualquer material com esses fins. Mesmo porque, a grande maioria das correspondências indica um diálogo profícuo, bem anterior ao início da publicação, conseqüentemente, à atuação de Couto enquanto editor.

Nesse rol enquadra-se, por exemplo, a troca epistolar parcial¹⁶² entre Couto e o escritor, periodista e diplomata peruano Enrique Bustamante y Ballivian (1883 – 1937). Essa correspondência, registrada entre agosto de 1926 e janeiro de 1932, versava unicamente sobre

assuntos literários. Bustamante y Ballivian, que havia passado pelo Brasil entre 1925 e 1926 como Encarregado de Negócios do Peru, é apontado como um representante do modernismo literário daquele país e nessa estada em terras brasileiras, buscou se interar dos acontecimentos artísticos e cercar-se de amigos escritores como Couto e Bandeira.

A primeira carta guardada no acervo coutiano expressa o interesse do peruano pela vanguarda literária brasileira:

Mi querido amigo:

El clásico 7 de Setiembre pasé la tarde en Santa Teresa con Manuel Bandeira. Inútil es decir cuanto hablamos de usted y de Pouso Alto. Ribeirao, largo, matriz, casas cuadradas (...). Respecto a sus livros me intersan sobre todo lós versos. Ya más de lós que están em libro, algo inédito si tiene y es bien representativo de alguna de sus

Enrique Bustamante y Ballivian



Imagem 19: Retrato publicado na edição do SPA de 30 set. 1941.

¹⁶² A troca de correspondências efetivamente existiu, no entanto, o acervo pessoal de Couto guarda apenas correspondências passivas.

maneras nuevas Yo creo que no me ire de Rio antes de quince e veinte dias. El interes es porque arreglando papeles me encuentre conque podia das muy fácilmente um libro y me vino hasta el nombre “9 poetas nuevos del Brasil”. En América espanhola se desconoce casi por completo la poesia de vanguardia del Brasil y com ese libro se daria no solo el conocimiento o algo que se acercara a elle, sino um libro interesante. La idea se me vino con ló que tengo traducido y recortado y anotado. Os poetas serian usted, Manuel Bandeira, Guilherme de Almeida, Murilo Araujo, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira, Cecília Meirelles, Mario y Oswald de Andrade. (...) (BUSTAMANTE y BALLIVIAN, 9 set. 1926, pp. 1-2/RC cp)

Essa troca epistolar quase sempre acompanhou a remessa de livros e publicações dos signatários e são expressivas da importância desse meio de comunicação para o estabelecimento do diálogo entre escritores de vários países americanos e, principalmente, das trocas de informações literárias e indicações de nomes de novos e representativos vanguardistas.¹⁶³ Nesse sentido, ao acompanharmos o fluxo de cartas podemos perceber que Bustamante y Ballivián enviou a Couto seu livro *Antipoemas* em março de 1927, meses depois de sua publicação em Montevidéu, bem como *Junín* (enviado no mesmo ano em que apareceu,

¹⁶³ Em uma das correspondências enviadas a Couto, Bustamante y Ballivian corrigiu a impressão que o poeta brasileiro tinha sobre César Vallejo (1892 – 1938):” Mi querido poeta: (...) Su juicio sobre Vallejo es naturalmente imperfecto por incompleto. Vallejo es la cosa de vanguardia porque si em un poblacho de la sierra de mi pátria y hace mas de diez años. Sus primeros libros son estupendos. En Paris el médio lo ha tomado un poco y eso que publica no es de importancia en su obra. Es un indigena puro lleno de misterio y de tragedia. Si usted ló leyera se quedaria encantado. (...) (BUSTAMANTE y BALLIVIÁN, 19 mar. 1927, p. 1/RC cp). Em 31 de dezembro de 1927, Bustamante y Ballivián indicava que “He encontrado a mi tierra um poço dormida. Lo más intesante es la reaparición de “Amauta”, - va por este correo el número que la inicia.” Indicou ainda a publicação de “El pueblo del Sol” de Augusto Aguirre Morales (1888 – 1957), escritor peruano “a quien He dado la direccion de usted, me dice que se la va a mandar”. (BUSTAMANTE y BALLIVIÁN, 31 dez. 1927, p. 1/RC cp).

1930). Couto enviou em certa ocasião a revista *Terra Roxa*,¹⁶⁴ Ballivian, por sua vez, a revista de vanguarda de Montevideú chamada *La Cruz del Sur*¹⁶⁵ e números de *Amauta*.¹⁶⁶

Ballivian, ainda, atuava enquanto um divulgador das letras brasileiras e, mostrava-se empenhado no auxílio ao estabelecimento de novos contatos entre Couto e os escritores daquele país, bem como na divulgação da obra do amigo brasileiro, conforme percebemos em carta:

Recibí, si, recebi su carta, su telegrama en San Pablo y estou en la falta de que todavia acabo de recibir una nueva carta y com ella dos colecciones de “Terra Roxa” y tres ejemplares de Homem¹⁶⁷ y uno de Poemetos¹⁶⁸. Perdoname usted que solo em una conteste tantas cosas. Estos primeros dias de instalaciones y de protocolos son endiablados.

De sus tres ejemplares de Homem, uno se ló dí a Ildefonso Pereda Valdés, um simpátisimo poeta e individuo que se interessa mucho por cosas del Brasil. Ello es natural porque el primer marido de

¹⁶⁴ Periódico que contou com sete números, todos publicados em 1926, tendo sido inaugurado com exemplar de 20 de janeiro daquele ano em São Paulo sob direção de Antonio de Alcântara Machado, Couto de Barros e como redator Sérgio Milliet. (PICOLI, 1997, p. 10)

¹⁶⁵ Conferir *Festa e La Cruz del Sur*: memórias críticas e literárias em diálogo, tese de doutorado de Marilda de Souza Castro, na qual a autora empreendeu um estudo comparativo entre as duas revistas. Segundo Castro, “*La Cruz del Sur* circulou, na cidade de Montevideú, no período entre 15 de maio de 1924 e dezembro de 1931, publicando um total de 34 números. A princípio, circulava quinzenalmente, passando depois a uma divulgação mensal e não muito regular, ocorrendo casos de condensação de dois números em uma única publicação, irregularidade assinalada pela indicação dos números e meses englobados. O subtítulo que acompanhou as edições indicava a marca de seu projeto específico: “Revista quinzenal de arte e ideas”. Essa regularidade predomina até a sexta edição, datada de 31 de julho de 1924, quando a circulação do periódico sofre interrupção de quinze meses devido à viagem de seu diretor à Europa. A partir do sétimo número, datado de outubro de 1927, volta a circular mensalmente e essa alteração é assinalada no subtítulo: “Revista mensual de arte e ideas”. (CASTRO, 2007, p. 94)

¹⁶⁶ Fundada por José Carlos Mariátegui (1894 – 1930) em 1926. Foi editada até 1930. (DOMINGOS, 2011, p. 1)

¹⁶⁷ *Um homem na multidão*, 1926 pela Pongetti Editora, Rio de Janeiro.

¹⁶⁸ *Poemetos de Ternura e Melancolia*, 1924, pela Monteiro Lobato Editora, São Paulo.

la madre fue brasileiro. Me há prometido mandarle su ultimo libro “La Guitarra de los Negros”¹⁶⁹. Los otros dos ejemplares van a José Carlos de Marátegui, um interesantísimo y gran escritor peruano de quien le mando um libro y que dirige “Amauta” revista de la mejor del Peru y muy adelantada. Es la cosa grande de la misma empresa que da “Poliedro”, pero como este no es de esas cosas de revistas para gran publico. El outro He mandado a Armando Bazám, poeta nuevo y director de Poliedro. (...)

Si interesa usted puede mandarle el Homem que yo ló entregaré. Puede también mandarlo para la Ibarbourou, que es simpatiquísima. Emilio Oribe y Pedro Leandro Ipuche son poetas muy interesantes y Buenos de verdad. Si quiere puedo entregarles también libros. (BUSTAMANTE y BALLIVIÁN, 7 nov. 1926, p. 1/RC cp. Grifos no original)

Nessa função, ele certamente logrou êxito tendo em vista que Ildefonso Pereda Valdés (1899- 1996),¹⁷⁰ referenciado nessa carta de 1926 logo depois passa a ser mais um dentre os correspondentes de Couto, provavelmente por intermédio do colega peruano.¹⁷¹ A conversa entre eles, que alcançou o ano de 1961, esteve sempre relacionada a assuntos de caráter literário, como também à troca de textos e livros e teve início por volta desse período, conforme indica o tom de apresentação da carta a Couto enviada naquele ano. Era uma resposta a uma correspondência que havia chegado até ele de Montevideú:

Querido compañero Ribeiro Couto:

¹⁶⁹ Livro publicado em Montevideú, pela editora La Cruz del sur, etc. em 1926.

¹⁷⁰ Ildefonso Pablo Victoriano Pereda Valdés foi escritor, diplomata, historiador, polígrafo e advogado uruguaio.

¹⁷¹ Uma correspondência de Pereda Valdés enviada a Couto em 1960 parece indicar, ainda, que parte das relações de amizade com brasileiros do signatário foram estabelecidas por intermédio de Bustamante y Ballivian, tendo em vista que a referida carta cita os nomes de Manuel Bandeira, Cecília Meireles e Murilo Araújo. Nessa carta Valdés cita Peregrino Junior e Carlos Lacerda como amigos comuns entre ele e Couto e faz a seguinte pergunta: “Nuestro viejo amigo, Carlos Lacerda, triunfo en Guanabara. Como estará Lacerda politizado? Es ló que quisiera saber. Será el mismo amigo de entoces? Temo la política lo haya cambiado totalmente.” (VALDÉS, 16 out. 1960, p. 1/RC cp).

Hace nueve meses vivo em Buenos Aires y aqui me quedaré definitivamente. Tengo mi novia: lo principal. De Montevideo me enviam su carta. Gracias por sus amables palabras sobre “Cinco Poemas Negros”. Con mucho placer le envio copia, en castelhano, de tres poemas que no están em “La guitarra de los negros”. (PEREDA VALDÉS, 10 out. 1927, p. 1/RC cp)

No verso dessa carta, como indicado no trecho acima, Valdés enviou a transcrição manuscrita dos poemas: *El Buque negro*, *Caseiro de Negro* e *El Candombe*. (*Ibid.*, p. 2). No arquivo epistolar de Ribeiro Couto, essa carta marcou o início da longa troca de cartas, ainda que bastante esparsa, como indica uma enorme lacuna documental confirmada pelas palavras de Couto em 1957:

Meu querido poeta e amigo,
 Tive enorme satisfação com o recebimento da sua carta de 21 de maio, hoje apenas chegada as minhas mãos, apesar de você havê-la mandado por via aérea.
 Não obstante a falta de notícias, nunca o esqueci. Pelo contrário, sempre recordei, tanto mais que os seus belos poemas sempre me cantam na memória.
 Na sua carta você não me dá notícias dos seus trabalhos literários. Desejo muito saber se tem continuado a trabalhar na poesia. A sua obra, até o ponto em que a conheço é das que mais me interessam na poesia hispanoamericana.
 Deixei em Portugal, quando dalí parti em 1946 para a Conferência da Paz em Paris, toda a minha biblioteca, que do Brasil trouxera ao ser removido para Lisboa em 1943. Por isso não tenho comigo “La Guitarra de los Negros” e outros livros seus.
 Se publicou livros novo, mande-me, por favor. Eu tenho publicado alguma coisa, tanto em português quanto em francês, e quero enviar-lhe tudo.
 Para ficar seguro daquilo que devo mandar-lhe, rogo-lhe que me diga com urgência os títulos dos livros meus que porventura tenha em seu poder. Deste já lhe remeto, por via marítima, os volumes recentes “Rive Etrangère” e “entre Mar e Rio”.

Com minhas homenagens a sua Exma. Senhora, peço lhe que aceite meu apertado e saudoso abraço. (COUTO, 18 jun.1957, p.1/RC cp)¹⁷²

Ainda que tais trocas epistolares não façam referência ao *Pensamento da America*, a análise do suplemento nos indica que de fato essas relações estabelecidas ou mantidas pela via epistolar tiveram influência, posteriormente, na elaboração do suplemento panamericano do jornal *A Manhã*, já que impactaram e ampliaram as perspectivas sobre literatura de seu editor. Isso fica evidenciado com a constatação de que tanto Bustamante y Ballivian quanto Ildefonso Pereda Valdés tiveram textos traduzidos e publicados no *SPA*.

Com tradução do próprio Ribeiro Couto, Bustamante y Ballivian marcou sua presença naquela publicação com *Quenas e Jaula* (30 set 1941 e 20 nov. 1941) e também com a tradução de Dante Milano de sua poesia *Amanhecer* (28 fev. 1943). Já a produção literária de Pereda Valdés ganhou destaque em duas ocasiões em uma mesma edição com *Cancioneiro afro-montevideano* e, com tradução de José Cesar Borba, *Os negros escravos e os negros livres no Uruguai* (28 set. 1942).

Essa mesma dinâmica se demonstrou também com outros missivistas, podendo-se citar, nesse sentido, Ventura Garcia Calderón, Nicolás Olivari (1900 - 1966),¹⁷³ Alfonsina Storni, Georges Pillement¹⁷⁴

¹⁷² Como mostra a resposta de Valdés, ele ainda tinha em mãos aquele exemplar de *Um Homem na Multidão* recebido de Bustamante y Ballivián décadas antes. Além desse, a grafia pouco legível permite entrever que ele contava ainda com um exemplar de *Província* (VALDÉS, 28 ago. 1957/RC cp). Essa retomada do diálogo epistolar significou possivelmente também a remessa de novos livros, como indicou Valdés ao acusar o recebimento de *Dia Longo*. (VALDÉS, 19 abr. 1958/RC cp)

¹⁷³ Escritor e poeta portenho que se correspondeu com Couto entre 28 de novembro de 1926 a 5 de janeiro de 1952. Trocaram livros e indicações sobre literatura. Olivari, em uma dessas correspondências, indicou: “Y también le recomiendo calorosamente el Índice de la nueva poesia sudamericana, recopilada por Alberto Hidalgo, verdadera antología modernísima que le dará el amplio panorama de posia actual de América. Pronto le enviaré diários y revistas. Si tuviera tiempo cuantas cosas interesantes le diria pero... la lucha por la vida nos arrebatá todos, todos lós minutos en Buenos Aires. Le recomiendo el poeta Borges que com Raul Gonzalez Tuñón, Horacio Rega Molina, Girondo, y yo Forman lós valores poéticos más puros de la nueva generación.” (OLIVARI, 1 dez. 1926, p. 1/RC cp). Enquanto Couto editou o *SPA* não publicou nenhum texto desse autor, que teve destaque na publicação apenas em julho de 1945.

e Alfonso Reyes. O primeiro, além de comparecer no suplemento – enquanto dirigido por Couto - com o seu *A Floresta em Pranto*, traduzido por Francisco de Assis Barbosa (9 ago. 1941, p. 17 e 22 fev. 1942, p. 40) e o conto Yucú-Mamá (29 nov. 1942)¹⁷⁵ foi indicado como uma dentre as oito *Grandes Figuras do Continente* (22 jan. 1942, p. 16 – 17/SPA):

1. José de Alencar, o admirável romancista de Guarani e de Iracema
2. José Bonifácio, o Patriarca da Independência do Brasil
3. Francisco Garcia Calderón, escritor peruano
4. Joaquim Nabuco, abolicionista, político, escritor e embaixador
5. James Monroe, presidente dos “EE. UU. Da América do Norte”
6. Rui Barbosa, ardoroso campeão das causas liberais da America
7. D. Pedro I, Imperador do Brasil
8. Salvador Mendonça, jornalista, escritor, poeta, diplomata



Imagem 20: Ilustração publicada em 22 jan. 1942.

¹⁷⁴ De sua autoria foi publicado duas vezes o texto *O pintor Pedro Figari*, de tradução de Mauricio Wellisch (9 ago 1941 e mar. 1942).

¹⁷⁵ Após a saída de Couto da direção do *Pensamento da America* o suplemento trouxe um texto de Calderón traduzido por Acácio Franca sob o título: Pierre Loti na America Latina - com cartas e documentos inéditos.

García Calderón (1889- 1959) teve breve passagem pelo Brasil entre 1932 e 1933, período no qual ocupou a função de Ministro Plenipotenciário do Peru.¹⁷⁶ A troca epistolar entre ele e Couto se iniciou posteriormente a esse período, no ano de 1934 quando o peruano festejou o ingresso de Couto na Academia Brasileira de Letras e lhe saudou com “afeto e devoção do seu velho amigo” (CALDERÓN, 31 mai. 1934, p. 1/RC cp), afirmando que

Su amistad, tan generosa y cordial, tan vigorizante, es uno de mis mejores tónicos y uno de esos motivos íntimos que necesitamos todos para seguir escribiendo y viviendo. Porque ayer por la noche lei con fraternal afecto su carta, estoy esta mañana em mi escritorio pronto y fertil, confiado en la vida. Magnificas despues de lós cuarenta años esas transfusiones de la simpatia” (CALDERÓN, s/d, p.1/RC cp)

Apesar de poucas referências à literatura, é certo que conheciam reciprocamente suas obras, tendo inclusive Calderón demonstrado interesse na tradução da obra literária do amigo: “Entregué a mi amiga Matilde Pomès¹⁷⁷ Casa Del Gato Gris¹⁷⁸ para que traduzca alguna cosa y su Cabocla que no me atrevo a hacer traducir sin autorización explicita de usted. Creo que sería um êxito.” (*Id.* Grifos no original). Expressou-se nesse mesmo sentido a poetisa argentina Alfonsina Storni (1892 - 1938)¹⁷⁹, que com Couto se correspondeu por conta de dois de seus livros: *O Jardim das Confidencias*¹⁸⁰ e *Poemetos de ternura e melancolia*. Ela, que já havia lhe escrito em agradecimento ao envio do primeiro livro, “leído com sumo deleite pues ha encantadoras poesias de

¹⁷⁶ Ventura García Calderón Rey nasceu e faleceu em Paris, mas tinha nacionalidade peruana.

¹⁷⁷ Mathilde Pomès (1886-1977). Hispanista, tradutora e poeta francesa discípula de Paul Valéry. Sobre ela lemos que “Como tradutora, Mathilde Pomès dio a conocer em Francia, y casi por extensión en Europa, no sólo a lós poetas que integraron la Generación del 27, sino a otros autores e intelectuales de la talla de Miguel Unamuno, José Ortega y Gasset o Ramón Gómez de la Serna, con quienes mantuvo correspondência.” (DEL PINO, 2007, p. 50)

¹⁷⁸ O livro de contos, dedicado a Manuel Bandeira, *o Gato Cinzento* foi publicado em 1922, pela Monteiro Lobato Editora e Cia, São Paulo.

¹⁷⁹ Nascida na Suíça e em decorrência de suicídio, prematuramente falecida.

¹⁸⁰ Esse livro teve sua primeira edição em 1921, pela editora Monteiro Lobato e Cia.

excepcional valor” (STORNI, s/d, p. 1,2/RC cp), expressou-se da seguinte forma sobre o segundo:

Ribeiro Couto,

Tengo em mi poder su dulce libro: “Poemetos de ternura e melancolia” que he leído una, dos, tres veces y volveré a leer. Me seduce su tristeza, su ironia delicada! tan delicada!...El cansancio elegante, tranquilo, que envuelve toda expresión. Tiene Ud. [usted] sensibilidad de gran poeta, no le queda la menor duda.

La primera lectura del libro la hice estando em cama atacada de poca cosa: pero! cómo lo comprendi bien!! cómo lo comprendo bien!

Alli donde su pensamiento es mas sutil, alli ló sigo hasta tocar las más alejadas curvas de ló que dice o de lo que ha querido decir. No le señalo composiciones: todas me encantan, em todas está su alma bella y profunda y! oh pena! Tan triste. Por que tanto?

Yo era triste cuando empecê a escribir. Esperaba de la vida tantas cosas que nada me daba alegría. Y estaba sin embargo llena de esperanza. Ahora no espero nada. Pero mi tristeza se ha vuelto ironia. No ironia melancólica, pero si áspera, un poço hiriente. Soy, sin embargo, menos desdichada que antes.

Creo que si estuviera a punto de morir sabria hallar pequeñas alegrías miserables de miserables gratas circunstancias: mirar, oler, palpal... (...) (STORNI, 28 abr. 1925, pp. 1-2/RC cp)

E, continuando, fez um pedido:

Escribame, lejano amigo. Tengo particular deseo de conocer mejor su alma, su tristeza; si estuviera cerca de Ud. [usted]. Sería, acaso, su compañera de horas perdidas.

Le enviaré em estos dias um libro que está ya em prensa; creo tenerlo para los primeros dias de mayo. De nuevo Le repito que su libro me há gustado muy y Le prometo traducir vários poemas para “La Nación”. Estrecha sus manos

Alfonsina Storni. (*Ibid.* p. 2)

Quando veio a tona o *Pensamento da America* Alfonsina Storni já não mais estava viva, no entanto, enquanto ícone da literatura moderna e americana não poderia deixar de ter alguns de seus poemas publicados pela página que se dedicava às letras americanas. Ribeiro Couto a traduziu, para a edição de 17 de agosto de 1941, *A Carícia Perdida, Tu me queres Branca e Em silêncio*. Os dois primeiros poemas e a mesma introdução, provavelmente também de autoria de Couto, foram reproduzidos na edição de janeiro de 1942, que a ela se referiu como “a primeira grande poetisa que teve a Argentina”:

Em 1938 a Argentina perdeu Alfonsina Storni. Tinha quarenta e quatro anos e deixou uma obra poética de extraordinário valor. Essa criatura inquieta e predestinada partiu do mundo por sua própria vontade; não resistindo ao desespero de uma grave enfermidade, atirou-se ao mar, em La Plata”. (...) A obra de Storni, desde *La inquietud del rosal* (1916) até o *Mundo de siete pozos* (1934) esta repleta de uma violenta melancolia, mais isso não exclui o apetite pela vida. (22 jan. 1942, p. 17, c. 1/SPA).

Aparições sequentes datam de março de 1943 em texto do cubano Medardo Vitier (VITIER, 28 mar. 1943, p. 38/SPA)¹⁸¹ e, já sob direção de Renato Almeida, em julho de 1943 foi publicada uma tradução de Cecília Meireles de seu poema *Dor* (25 jul. 1943, p. 94, c. 4/SPA). Em outubro desse mesmo ano, com texto de Silvio Julio sobre a definição que a própria escritora fez de si mesma (JULIO, 31 out. 1943, p. 141/SPA).

Nesse grupo, além dos já citados, encontramos Gabriela Mistral e Alfonso Reyes, “dos diplomáticos que Ribeiro Couto conocía personalmente muy bien”, que, segundo Moreira, parecem ter influenciado a linha editorial aparecida na página quando da sua

¹⁸¹ Segundo o suplemento, “O Sr. Medardo Vitier é um dos mais notáveis ensaístas cubanos do nosso tempo. De um longo e excelente trabalho seu, a respeito da grande poetisa Alfonsina Storni, publicamos hoje alguns flagrantes, lamentando não poder fazê-lo na sua totalidade.” (VITIER, 28 mar. 1943, p. 38/SPA).

publicação semanal (MOREIRA, 2010, p. 199).¹⁸² A primeira havia desempenhado a função de consulesa do Chile no Brasil durante 1940 e 1945 e o segundo havia servido na mesma cidade entre 1930 e 1938, como embaixador do México.¹⁸³

Reyes foi um grande correspondente de Couto, como também de Bandeira e Meireles, tendo sido o tema do intercâmbio cultural uma constante no diálogo entre eles (CRESPO *apud* MOREIRA, 2011, p. 199). Sobre a troca epistolar empreendida entre ele e Couto podemos falar com mais propriedade, tendo em vista que algumas peças desse diálogo também integram o acervo pessoal do escritor santista.¹⁸⁴ O ponto auge certamente é quando ambos se dedicaram a escrever sobre o famoso Homem Cordial americano, expressão cunhada por Couto que teve inúmeros desdobramentos e repercutiu amplamente no Brasil.¹⁸⁵ Mas, como escritores que eram, suas correspondências guardam muitas trocas de caráter literário, envios de suas respectivas produções e livros,¹⁸⁶ como também de retratos e informações de caráter bastante

¹⁸² Para rever quais textos de Reyes e Mistral foram publicados pelo suplemento, vide TABELA 1.

¹⁸³ Como pudemos verificar, Almeida empreendeu um continuísmo editorial no período em que esteve à frente do suplemento e os nomes aparecidos na primeira e na segunda fase eventualmente voltaram a receber destaque tendo em vista que o suplemento continuou a divulgar a literatura americana. Tanto Mistral como Reyes já eram figuras canônicas do campo literário americano e, além disso, também eram próximos à Almeida. Reyes, em carta a Couto, fez alusão a essa proximidade quando escreveu que: “Recordame a todos los amigos, Ronald [de Carvalho], Renato [Almeida], etc. etc. No olviden que ya no podría vivir sin udt.” (REYES, 15 nov. 1934, p. 2/RC cp).

¹⁸⁴ Precisamente 26 documentos, datados entre 7 de julho de 1932 e 10 de dezembro de 1957, compõe a pasta de troca de correspondência entre eles.

¹⁸⁵ Vide apêndice. Anos depois, Couto solicitou a Reyes uma cópia da carta na qual escreveu sobre o Homem Cordial. O mexicano, assumindo o compromisso de lhe enviar o material, escreveu que: “He conservado esas páginas como oro en paño. Contribuyen a cubrir “esse hiato que divide nuestras dos culturas”, também se referindo à tradução de *Fuga de Navidad* (1923) feita por Couto. (REYES, 6 mar. 1952, p. 1/RC cp)

¹⁸⁶ As epístolas registraram que Reyes enviou ao amigo uma brochura de três páginas de um texto seu chamado *El Vendedor de Felicidad* (1943) (REYES, s/d, RC cp). Couto, por sua vez, enviou *Rive Étrangère* (COUTO, 8 ago. 1932/RC cp).

pessoal - sobre família e doenças -, que denotam os laços de amizade e proximidade entre ambos.¹⁸⁷

Essa amizade perdurou, tendo sido Couto convidado, em 1955, a contribuir com o livro jubilar em homenagem a Reyes, projeto desenvolvido sob os auspícios da Universidade Autônoma do México. Ao convite Couto respondeu com entusiasmo:

Muito honrado, e sensibilizado, fiquei com o convite de V. Excia. [Exmo. Sr. Dr. Jaime Garcia Terrés] para colaborar no livro jubilar do grande Alfonso Reyes, a ser publicado no próximo mês de Novembro.

É com prazer – mais do que prazer: é com alegria e ternura – que remeterei a minha página, que prometo para o mês de Junho ou Julho.

Alfonso Reyes é uma das mais altas figuras literárias não somente do continente americano, mas do mundo inteiro. Anos atrás dediquei-lhe artigos no “Jornal do Brasil”, do Rio de Janeiro, e nos “Cahiers du Sud”, de Marselha.

É sempre em poesia que penso nele – ainda que como para o livro jubilar, deva escrever em prosa. Ao lisojeiro chamado de V. Excia. respondo pois com alvoroço: Presente!” (COUTO, 14 mar. 1955, p. 1/RC cp. Grifos no original)¹⁸⁸

E foi em forma de verso que, atendendo a essa solicitação, se referiu ao amigo:

Pequena Mensagem para o grande Alfonso

“... com una amistad más antigua que nosotros mismo. Alfonso Reyes.”

Nas minhas idas e vindas

¹⁸⁷ Exemplo disso pode ser aquilatado a partir da leitura de um bilhete rápido que Reyes enviou ao amigo o informando que “Querido e inolvidable Ribeiro Couto: correspondemos de corazón sus votos para el año que empieza. (...) Soy un resucitado: Caí muerto, Del corazón, em agosto 1951. (...) Es el tercer ataque de infarto em la coronária.” (REYES, 7 fev. 1952/RC cp)

¹⁸⁸ Conforme nos indicam as correspondências, o texto foi submetido a Reyes (COUTO, 23 ago. 1955/RC cp), que sinalizou sua aprovação (REYES, 29 ago. 1955/RC cp).

Por países e por gentes
 - Triste mundo, terras lindas –
 Vens comigo. Não o sente?

Sábio e bruxo, sol e lua,
 Lexicógrafo e poeta,
 Qual o segredo da tua
 Enciclopédia completa?

Quando analisas um verso
 Ou um prato de cozinha
 A poesia do universo
 Na tua arte se aninha.

Gênio do charme latino
 Nos cumes americanos,
 Tens a graça de um menino
 Que brinca de fazer anos.

Menino e mestre, que sabes
 De tudo, e de tal maneira,
 Por grande demais não cabes
 Nem já na América inteira.

(COUTO, 23 ago. 1955/RC cp. Grifo no original)

Por intermédio de Reyes, Couto tinha seu nome apresentado a escritores mexicanos, se interava dos acontecimentos referentes àquele campo cultural e tinha acesso a publicações mexicanas, conforme lemos na seguinte correspondência:

Meu caro Ruy:
 Pronto llegará a esa el diplomático y filósofo mexicano Gómez Robledo¹⁸⁹, y por la carta mia que le lleva verá usted que siempre le tengo a usted en mi recuerdo. Mi silencio se debe a exceso de trabajo y de penas familiares, a fatiga y mala salud. Yo ya vivo completamente aislado, no frecuento centros literários ni tertúlias periodísticas. Mi nombre aparece em mil partes, pero realmente mi colaboración se limita a uno que outro artículo. Ya reclamo a Cuadernos

¹⁸⁹ Antonio Gómez Robledo, (1908 – 1994).

Americanos que le envíen colección de la revista y de los libros que empiezan a publicar. Ars no existe hace mucho, no se vió nunca claro lo que se proponía. Doy su nombre a cuantos escritores estimo que vale la pena. Peros es muy difícil sacudir la inércia nacional.

Gracias por el recorte em que releo su prodigiosa traducción de mi Fuga. (...) No mida mi cariño por la sequedad de esta misiva. Vivo enfermo. Abrazos Cariñosos (assina). (REYES, 17 mai. 1943, p. 1/RC cp. Grifo no original)

Possivelmente Reyes estava se referindo, no momento em que agradeceu ao recorte de jornal que continha a tradução de Ribeiro Couto de sua *Fuga*, à versão publicada no *Pensamento da America* no final de 1942, tida por Couto como uma “pequena obra prima” (REYES, 20 dez. 1942, p. 213/SPA). Esse texto escrito no exílio em Madri em 1923 havia chegado às mãos de Couto muito antes de sua publicação no SPA e em decorrência de seu próprio pedido e interesse, foi por ele traduzido sob o aval de Reyes: “Haga con ella [Fuga de Navidad] lo que quiera: publiquela a voluntad. Es suya.” (REYES, 28 jan. 1934, p. 1/RC cp).¹⁹⁰

Assim como Reyes, Mistral foi presença constante no suplemento.¹⁹¹ Ela se aproximou de parte do grupo do *Pensamento da America* (MOREIRA, 2011, p. 199) em decorrência de sua estada no Rio de Janeiro durante o período em que o *A Manhã*, enaltecido por ela como foco de “chilenismo carioca” (MISTRAL, 22 dez. 1944, p. 6, c. 4/AM) publicou o SPA. Sua aproximação com o esse jornal, como também com a *Empresa Editora A Noite* foi atestada por ela em um artigo publicado no *A Manhã*. Nesse texto, sobre a editora ela se referiu da seguinte forma:

¹⁹⁰ A tradução foi aprovada por Reyes: “Meu caro Ribeiro Couto, Dado el amor que há puesto Ud. en esta traducción, No He dudado en ser exigentísimo en mis anotaciones, casi tanto como lo hubiera sido para mi mismo. – Pero tengo que declararle que ninguna de estas notas tiene la menor trascendencia, y que há realizado Ud. un verdadero milagro, porque la piedra que yo pulí toscamente (como el frio as facetas del aire, en el poemita), Ud. me la dá cortada em una geometria impecable y penada de nueva luz. Gracias com todo el corazón.” (...) Lo abraza su muy cordial (assina). (REYES, 1º ago. 1934/RC cp)

¹⁹¹ Moreira destaca a atuação de ambos em prol do vencimento da distancia linguística e cultural que separava o Brasil dos demais países hispanofalantes. (*Id.*)

[*Empresa Editora A Noite*] nada nos nega, também, como nos contos de fadas. Ali dirige um seu diário um grande prosador forrado de um maior poeta: Cassiano Ricardo, ali o querido Ribeiro Couto criou-se, sob a essa sombra salubre de “sabino” paulista “O Pensamento da America”, único órgão brasileiro de divulgação hispânica; ali mesmo recolheu Renato Almeida da mão hispanizante a campanha começada, e ali Cecília Meireles tem traduzido vinte e tantos escritores chilenos, a rogo meu, sempre ouvido pela sua alma grande e generosa. (...). (*Ibid.* p. 4, c. 2-3; p. 6, c. 4)

Verificamos, assim, que o suplemento panamericano ganhou notoriedade como divulgador de obras de autores hispânicos, o que se confirma, especialmente, a partir da constatação de que ele contava com um grupo fixo de tradutores e se nutria não de contribuições literárias enviadas a sua direção, mas sim de textos por ela escolhidos e por integrantes de seus quadros traduzidos e debatidos. Essa dinâmica afastou a publicação do que convencionalmente chamamos de revista literária, e, conseqüentemente se impôs como empecilho no que toca ao desempenho de um papel de aglutinador entre os intelectuais do continente. Parece-nos que o projeto editorial desenvolvido por Couto não foi um grande articulador de novas sociabilidades no cenário americano, mas, ao contrário, espelhou uma rede de relações pré-existentes de seu editor.

Diante dos incontáveis autores americanos publicados pelo suplemento, elencar alguns poucos nomes, ainda que canônicos e bastante representativos do cenário latinoamericano, não nos permite afirmar que a rede de sociabilidade intelectual por ele estabelecida foi essencial ao desenvolvimento do projeto editorial que visamos nessa dissertação estudar. A certeza de que seu acervo pessoal não guarda todas as correspondências por ele enviadas e recebidas *per si* já nos impõe limites para que essa hipótese disponha do fôlego exigido para que ela se sustente enquanto argumentação única. No entanto, longe de tomá-la como única – o que certamente excluiria um fator importante sobre Couto (se não o mais importante), que foi a relação por ele cultivada com a literatura. Ele era conhecido como um farejador de novidades literárias, como alguém com um gosto literário refinado, como afiança o relato de Manuel Bandeira:

(...) foi por intermédio dele [Couto] que tomei contato com a nova geração literária do Rio e de São Paulo, aqui com Ronald de Carvalho, Álvaro Moreyra, Di Cavalcanti, em São Paulo com os dois Andrades, Mario e Oswald (...). Eu já estava bem preparado para receber de boa cara os desvairismos de Mário, porque Ribeiro Couto, grande farejador de novidades na literatura da Itália, da Espanha e da Hispanoamérica (correspondia-se com Alfonsina Storni e outros argentinos), me emprestava os seus livros (...). (BANDEIRA, 1957, p. 65).

Parece-nos, nesse sentido, que esse elemento permitiu também o desenvolvimento de um projeto centralizado em Ribeiro Couto. As epístolas mais uma vez corroboram com o argumento, tendo em vista que o direcionamento de suas relações de amizade aqui evidenciado expressa seu apreço pela boa literatura. A troca de livros, política bastante comum entre escritores, subentende mecanismos e interesses que vão além da simples intenção de divulgação da produção pessoal. No entanto, o estabelecimento de vínculo com pessoas capazes de alçar seu nome e sua obra a outros círculos literários que não os vivenciados pessoalmente, por si só, já se configura enquanto fator de legitimação e de agregação na esfera simbólica, como demonstrou o próprio *Pensamento da America* ao recrutar esse fato como explicação para a presença de Couto a frente da edição do suplemento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui talvez se encerre um longo período de pesquisa dedicado ao *Pensamento da America*, local privilegiado de propaganda e legitimação do Estado Novo e de políticas referendadas pelo governo. Nesta dissertação o suplemento enquanto problema costurou os capítulos. Estes, por sua vez, cercaram o quanto possível a atuação editorial de Ribeiro Couto e Renato Almeida, bem como a relação estabelecida por estes com o Estado Novo. A proposição de uma análise que considerou as relações dos colaboradores entre si, entre os editores e a entidade financiadora, as temáticas abordadas bem como o contexto histórico em que a publicação circulou se mostrou pertinente à medida que possibilitou que se ultrapassasse as ideias expressas no papel de modo a alcançar aspectos como a intencionalidade, o pragmatismo e os mecanismos do funcionamento editorial, aí incluídas as diretrizes, impostas ou não, e as políticas editoriais.

Silenciamentos, exclusões e preterimentos compõem a base menos visível ao primeiro olhar do funcionamento de qualquer empreendimento editorial, no entanto, em publicações oficiais como a que destacamos nessa dissertação, percebe-se a intenção de mascarar essas ações ao mesmo tempo em que observamos o investimento em um tom de consenso, exemplificado pela não rejeição *a priori* de articulistas de variadas tendências políticas. O desejo de disfarçar o imanente sentido político presente nessas páginas correspondeu à intencionalidade de atribuir à política panamericana grande dose de naturalização e um irrevogável sentido de perpetuidade. Assumindo a mesma postura do jornal *A Manhã*, que se colocou enquanto uma página porta voz do Estado Novo e se dedicou a publicar em traços simples as diretrizes governistas, o suplemento buscou aproximar os leitores brasileiros dos demais países americanos.

Além de explorar essa ligação intrínseca entre a matriz editorial da publicação e o governo, o estudo das trajetórias intelectuais e de vida de Couto e Almeida, editores que estiveram à frente do *SPA*, funcionou enquanto uma chave argumentativa de mão dupla à medida que indicou a relevância da presença desses na elaboração e manutenção do projeto editorial, assim como permitiu aferir uma constante no mecanismo de escolha de nomes para cargos relevantes no interior da redação. A afinção entre propostas políticas defendidas pelos editores e a então em voga nos pareceu significativa por representar um elemento que por si só excluía ou limitava a presença de textos que pudessem ser

considerados uma afronta à ordem estabelecida, denotando, em decorrência, a existência de um projeto político comungado e expresso pelo *A Manhã* e pelo *Pensamento da America*.

Apêndice
A cordialidade própria ao bom vizinho

A cordialidade própria ao bom vizinho

Amigo Ribeiro Couto: (...)

!Que gran musa lo lleva a ud. de la mano por la vida: la cordialidad! Qué frente de vida y de inteligência em su pecho generoso! Sólo eso, solo el Amor mueve al sol y a las otras estrellas. (REYES, 7 jul. 1932, p. 2)

Reservados a exclusão, casos que fogem a regra, de forma geral a atividade laboral, que aqui se refere à atuação enquanto funcionário público, dialoga com a atividade intelectual e vice e versa, não se apartando além das designações nominais. Nesse sentido, as convergências no caso de Ribeiro Couto podem ser exemplificadas, além dos já citados casos de coadunação existente entre a atividade exercida como editor de uma publicação estadonovista e sua prévia e concomitante atuação como funcionário do Ministério das Relações Exteriores, mas passam necessariamente também pela sua defesa da concepção da cordialidade do povo brasileiro, que ganha extensão em determinados casos ao povo americano. Tal compreensão esteve presente em sua obra editorial e em sua produção como funcionário, denotando uma diretriz de pensamento que influenciou sua atuação nesses campos de atividade.

Em Memorando redigido em papel timbrado da Secretária de Estado das Relações Exteriores, datado de 2 de julho de 1934, Couto desenvolveu sua percepção acerca do projeto emitido pelo já referido professor Osório de Almeida, que defendeu a internacionalização do *Paz pela Escola*, órgão anexo à Comissão Nacional de Cooperação Intelectual, a fim de lhe garantir elementos morais e materiais que assegurassem o triunfo nas atividades em sua atuação em prol do “desarmamento moral que vem sendo empreendido sob a égide da Sociedade das Nações” (COUTO, 1934, p. 4/RC pi). No entanto, Ribeiro Couto faz uma advertência e sugere uma alteração vocabular que carrega em si sua concepção sobre o continente americano:

Parece-me que não convém à linguagem oficial esse “desarmamento moral”, muito compreensível

em outros continentes, mas não na América. “Desarmamento moral” é uma expressão feliz, mas pressupõe “armamento moral”. Ora, o Brasil é, com toda a evidência, uma nação cordial, sem nenhuma rivalidade agressiva, sem nenhuma animadversão popular ou oficial para qualquer outro país. Não nos compete a nós, portanto, pregar “desarmamento moral”, como não nos competiria pregar “desarmamento bélico”, por análogas razões. (*Id.*)

O Brasil era uma nação cordial, acreditava Couto. A naturalização dessa característica emergiu enquanto ferramenta retórica que também apareceu em texto enviado via correspondência pessoal a Alfonso Reyes (1889 – 1959), escritor que foi representante do México no Brasil, onde viveu na década de 1930, durante quase sete anos como embaixador mexicano no Rio de Janeiro, nomeado pela Secretaria de Relações Exteriores do presidente Ortiz Rubio. Tido por Fred P. Ellison (2002) como um brasilianista, apesar de ser caracterizado mais como um generalizador do que como um especialista, no Brasil o escritor manteve estreita ligação com Ronald de Carvalho, foi ovacionado por Gilberto Freyre e cultivou amizades com Graça Aranha, Manuel Bandeira, Alceu Amoroso Lima, Candido Portinari, Cecília Meireles, Renato Almeida e Ribeiro Couto, tendo sido descrito por este com a expressão “o homem cordial”. Reyes publicou o texto contido na carta no jornalzinho *Monterrey* editado pela Embaixada do México no Brasil, em 1932.

Na missiva citada, intitulada *El Hombre Cordial, producto americano*, o poeta de *Jardim das Confidências*, então cônsul adjunto na França, desenvolveu e caracterizou o homem americano como sendo aquele que, em poucas palavras, em atitude oposta a do europeu calcada no egoísmo do lar fechado a quem passa, é expansivo e acolhedor até mesmo em relação ao desconhecido, a quem costumeiramente convida para almoçar, gritando “para dentro” de casa: - Ó Fulana, manda matar uma galinha!” (COUTO, 7 mar. 1931, p. 1/RC cp)

Apesar de ter sido a Sérgio Buarque de Holanda muitas vezes atribuída a autoria da expressão, ao historiador paulista é certo apenas relacionar sua popularização via dotação de caráter sociológico (BEZERRA, 2004). A *Revista do Brasil* em edição equivalente ao ano de 1987 dedicou um número especial ao historiador, agregando artigos e depoimentos sobre o escritor e sua obra, retomando o texto de Ribeiro Couto (*RB*, jul. 1987), *El hombre cordial, producto americano*.

É através do mesmo número dessa revista que tomamos conhecimento de que, em março de 1935, na *Revista Espelho*, Sérgio Buarque de Holanda publicou uma síntese do que seria seu livro *Raízes do Brasil*, lançado em 1936, cujo título não havia ainda sido escolhido. Holanda hesitava entre dois nomes: *Teoria da América* ou *Corpo e Alma do Brasil*, hoje sabidamente não contemplados (RB, jul. 1987, p. 32). Esse texto repercutiu, bem como sua concepção acerca da cordialidade brasileira. Oswald de Andrade a respeito, por exemplo, sintetizou a psicologia do brasileiro como sendo aquele que age sempre pelo coração, e oscila entre o ódio e o amor, tendo em si “a sua própria oposição” (ANDRADE, 1987, p. 43).¹⁹²

Holanda escreveu que Couto havia desenvolvido “uma fórmula feliz”, quando disse que a contribuição brasileira para a civilização seria a cordialidade ao falar sobre a lhanza no trato, a hospitalidade e a generosidade, que seriam virtudes apreciadas pelos estrangeiros que nos visitam, e de fato formariam um aspecto bem definido do caráter nacional. No entanto, advertiu que seria engano supor que no caso brasileiro essas formas pudessem significar “boas maneiras” ou civilidade. Segundo ele, constituiriam, ao invés, em última instância, expressões legítimas de um fundo emocional extremamente rico, opondo-se à civilidade e à polidez que podiam confundir-se, por vezes, com reverência religiosa, demonstrando, dessa maneira, sua face coercitiva. (HOLANDA, 1987, p. 32)

Seu argumento se baseou, assim, na aversão do povo brasileiro à noção ritualística da vida. Nossa lembrança comum de convívio social seria justamente o contrário da polidez, podendo iludir na aparência – ocorrência explicada pelo fato da atitude polida consistir em “uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no ‘homem cordial’” (*Ibid.*, p. 53). Sua psicologia do homem cordial brasileiro se pautou na análise do instinto brasileiro para a intimidade, para o convívio familiar sob uma ética de fundo emocional, o que seria passível de apreensão a partir, por exemplo, da análise da linguística

¹⁹² No primeiro Congresso Brasileiro de Filosofia, Oswald de Andrade proferiu uma palestra intitulada “Um Aspecto Antropofágico da Cultura Brasileira: O Homem Cordial”, datada de 1950, na qual sugeriu uma identificação entre “homem cordial” e o antigo primitivo da sociedade matriarcal. Segundo ele, “a periculosidade do mundo, a convicção da ausência de qualquer socorro supraterrâneos, produz o ‘Homem Cordial’, que é o primitivo, bem como as suas derivações no Brasil” (ANDRADE *apud* FARINACCIO, 2001, p. 124). Oswald, assim, esboçou um perfil do primitivo/homem cordial “marcado, sobretudo, pela emoção” (FARINACCIO, 2001 p. 159).

nacional, na qual a terminação *inho* é frequente, assim como a tendência ‘abusiva’ para a omissão do nome de família no tratamento social, sendo, em regra, predominante o chamamento pelo nome individual de batismo. (*Ibid.*, p. 54)

O homem cordial coutiano, de sintetizador da herança americana ao mundo passava a ser, em Holanda, fator especificamente relacionado à civilização brasileira, portando um caráter depreciativo da cultura nacional, contrário à civilidade. De positivo a negativo, de americanista à nacional, a cordialidade assumiu em *Raízes do Brasil* um teor crítico, relacionado à permanência da herança cultural e mental lusa (LEENHARDT, 2005, p. 88), surgindo como algo a ser superado (PESAVENTO, 2005, p. 10), em uma análise frontalmente oposta ao que Couto havia afirmado em carta enviada a Reyes:

O verdadeiro americanismo repele a ideia de um indianismo, de um purismo étnico local, de um primitivismo, mas chama a contribuição das raças primitivas ao homem ibérico; de modo que o homem ibérico puro seria um erro (classicismo) tão grande como o primitivismo puro (incultura, desconhecimento da marcha do espírito humano em outras idades e outros continentes). (COUTO, 7 mar. 1931, p. 1/RC cp)

Certo é que a contenda em torno da expressão de Couto rendeu debates no seio da intelectualidade brasileira e ainda é tema de reflexão, especialmente por parte dos estudiosos da obra de Holanda. Para citar apenas mais um dentre os que analisaram a temática, voltamo-nos aos argumentos de Cassiano Ricardo, que ao comentar a primeira edição de *Raízes*, discordou da interpretação oferecida por seu autor. Segundo Ricardo, Holanda descaracterizou o “homem cordial” que ele mesmo havia caracterizado (RICARDO, 1959, p. 19). Como consequência, não lhe pareceu “muito segura, então, a maneira pela qual o nosso sociólogo colocava o problema.” (*Ibid.*, p. 11)¹⁹³

¹⁹³ De acordo com Adrián Lavalle, “A polêmica foi publicada na revista *Colégio*, em 1948, e depois incorporada na terceira e seguintes edições de *Raízes do Brasil* (1955). (...). O estatuto rigorosamente etimológico e conceitual do homem cordial tem sido negligenciado por inúmeros autores. Por exemplo, Freyre considera-o como sinônimo da ‘simpatia à brasileira’, e para Azevedo, voltando ao registro da bondade como taco distintivo do brasileiro, ‘É uma

Ricardo citou a resposta de Holanda, que havia sido incluída em uma edição de *Raízes*: “pela expressão ‘cordialidade’, se eliminam aqui, deliberadamente, os juízos éticos e as intenções apologéticas a que parece inclinar-se o sr. Cassiano Ricardo, quando prefere falar em ‘bondade’ ou em ‘homem bom’”. (*Ibid.*, p. 1). Em uma espécie de réplica, Cassiano justificou e reafirmou seu desacordo em relação à interpretação do sociólogo:

(...) g) Que a bondade (ao invés da cordialidade) é a nossa contribuição ao mundo, - é uma verdade que a observação dos fatos confirma plenamente.

(...)

i) Que essa bondade, no plano social e político, é o primeiro fundamento de nossa democracia social – sempre me pareceu certo. (...)

k) Mas que “cordialidade” seja, no sentido em que tomamos e praticamos essa palavra (polidez), a nossa contribuição ao mundo, não se me afigura como aceitável nem cabível. (*Ibid.*, p. 22)

Nesse aspecto, Ricardo se contrapunha à tese originária de Couto recrutada como argumento a ser destrinchado (e não necessariamente reafirmado) por Holanda:

É da fusão do homem ibérico com a terra nova e as raças primitivas, que deve sair o “sentido americano (latino), a raça nova, produto de uma cultura e de uma intuição virgem, o Homem Cordial. Nossa America, a meu ver, está dando ao mundo isto: o Homem Cordial. O egoísmo europeu, batido de perseguições religiosas e de catástrofes econômicas, tocado pela intolerância e pela fome, atravessou os mares e fundou ali, no leito das mulheres primitivas e em toda a vastidão generosa daquela terra, a Família dos Homens Cordiais, esses que se distinguem do resto da humanidade por duas características essencialmente americanas: o espírito hospitaleiro e a tendência à credulidade. (COUTO, 7 mar. 1931, p. 1/RC cp)

delicadeza sem cálculo e sem interesse, franca, lisa e de simplicidade primitiva”’. (Lavalle, 2004, p. 198)

Assim, a cordialidade para Couto não era uma característica apenas nacional, mas sim representativa da civilização americana (*Ibid.*, p. 2) e, posteriormente, noção que embasava a crença na empreitada panamericana em contraposição aos condenáveis regimes vigentes na Alemanha e na Itália, conforme demonstrou o escritor em texto intitulado *A nenhum país mais do que ao Brasil*:

O sentido das pátrias americanas é democrático. Podem os regimes variar ou transformar-se; nunca perderão a sua essência democrática. O que muda são as aparências. No fundo de todos nós, brasileiros, hão de substituir sempre as vozes da tolerância, da amenidade, da cordialidade, que caracterizam os nossos hábitos e os nossos estilos de convivência. (COUTO, s/d, p. 1/RC pi)

Além de evidenciar a postura de alinhamento de Couto em relação ao Estado Novo, especialmente no que toca a concepção acerca da democracia, a cordialidade apareceu como item comum aos americanos, unidos por uma consciência fraterna, elemento que mais tarde foi integrado ao discurso estadonovista, período no qual a propaganda política enfatizou aspectos como a “cordialidade, a afetividade, a animação, a alegria do povo brasileiro”. (CAPELATO, 2010, p. 70)

Anexos

Algumas sugestões para medidas de nacionalização, 1940

Em 5 de Outubro de 1940.

Senhor Ministro,

Tendo-me Vossa Excelência designado, a 28 de Agosto próximo findo, para representá-lo na Comissão de Nacionalização, cumpre-me trazer-lhe aqui um pequeno relatório, no qual consignei algumas observações sobre tão delicados problemas, atualmente em estudos naquela Comissão. Vossa Excelência muito me obrigará se tiver a bondade de dar-me as suas ordens sobre a orientação que aí fica manifestada.

2. A Comissão, como sabe Vossa Excelência, compõe-se dos representantes de cinco Ministros de Estado. Os outros quatro são os senhores: Arthur Hehl Neiva, pelo da Justiça; major A. Coelho dos Reis, pelo da Guerra; dr. Camillo Raul Prates, pelo da Marinha; e professor Lourenço Bergstrom Filho, pelo da Educação e Saúde.

3. A imerecida honra com que me distinguiu Vossa Excelência penhorou-me sobremodo. Peço licença para aqui exprimir os meus profundos agradecimentos.

Sirvo-me do ensejo, Senhor Ministro de Estado, para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Ruy Ribeiro Couto
2º Secretário de Legação

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha.
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

L.B.

1ª Parte

Aspectos do problema da nacionalização.

2ª Parte

Algumas sugestões para medidas de nacionalização

No estudo do problema da nacionalização, coube-me oferecer à apreciação dos ilustrados colegas da Comissão de Nacionalização uma série de medidas que vão abaixo resumidas.

Algumas são de caráter permanente, outras de caráter temporário (com relação à guerra europeia e sua repercussão nos meios estrangeiros do país).

Duas, pelo menos, exigiram aqui uma análise demorada: a proibição da imprensa estrangeira no Brasil e a modificação do princípio do art. 8º da Introdução do Código Civil.

Quanto à primeira, relutei em me inclinar por ela. Entretanto, depois da leitura atenta de vários relatórios de autoridades civis e militares, sobretudo depois do magnífico trabalho apresentado pelo Secretário Glauco Ferreira de Souza no regresso da sua viagem aos Estados do Sul, acabei por me conformar com a imperativa necessidade de se estancar, pelo menos por alguns anos, a poderosíssima fonte de desnacionalização que é a imprensa diária em língua estrangeira naqueles Estados. A tal respeito reporto-me às conclusões a que chegou o Secretário Glauco Ferreira de Souza no seu recente relatório.

Quanto à outra, sobre a capacidade civil da pessoa, parece que se impõe adaptar às realidades da imigração o princípio do nosso Código – princípio cuja rigidez, de resto, foi ultimamente quebrada pelo decreto-lei no. 1.907, de 26 de Dezembro de 1939, que dispôs sobre heranças jacentes. Na verdade, além de outras razões óbvias que militam em favor da modificação, parece incoerente querer assimilar o imigrante, mantendo-o, do mesmo passo, preso às leis do seu país em matéria cotidiana, tão doméstica, como sejam o direito da família e o direito sucessório. A assimilação do estrangeiro deve ser não só social, como também jurídica.

Todas essas medidas, de resto, são meras sugestões para a Comissão de Nacionalização, que em tempo oportuno, com a assinatura dos seus cinco membros, apresentará as que houverem merecido aprovação.

Em assunto que já foi objeto da desvelada atenção de eminentes militares e de altos funcionários civis, não são boas ideias que faltam: a História não esquecerá o Governo que assim decidir. A nacionalização de certas zonas brasileiras não é uma simples campanha administrativa: é uma guerra contra obscuras forças de destruição da nacionalidade.

Medidas gerais

I

Criação de um organismo centralizador, orientador e fiscalizador das atividades nacionalizantes, com jurisdição em todo o território nacional. Seria composto de um representante de cada um dos Ministérios, do Conselho de Segurança Nacional e do Conselho de Imigração. As decisões desse organismo, quando aprovadas pelo Senhor presidente da

República, teriam força de lei. Chamar-se-ia, por exemplo, Comissão Executiva de Nacionalização.

2

A Comissão Executiva de Nacionalização entraria em contato com os Interventores Federais dos Estados de colonização estrangeira, para apoiar, desenvolver e enquadrar na orientação geral as providências nacionalizantes já iniciadas.

3

A Comissão Executiva de Nacionalização entraria igualmente em contato com os comandos militares das regiões de nacionalização, para articular com os mesmos a sua atividade.

4

Com utilização da terminologia já empregada nos recentes Decretos-leis, definir o terreno de aplicação das medidas nacionalizantes. Por exemplo,

“Consideram-se zonas de imigração e nacionalização aqueles em que, nos termos do Decreto-lei nº 1.545 de 25 de Agosto de 1939, haja necessidade de se obter a perfeita adaptação, ao meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros”.

5

Decretação de uma lei autorizando as quotas de residência, em obediência ao espírito do art. 8º, letra a, do mesmo decreto, que manda “... evitar a aglomeração de imigrantes da mesma origem num só Estado ou uma só região”.

Mediante os dados fornecidos pelo recenseamento, pelo Departamento de Imigração e pelo Serviço de Registro de Estrangeiros, criar para cada município das zonas de colonização uma “quota” máxima de residência. As autorizações seriam dadas de acordo com as necessidades, naturalmente variáveis, de distribuição das etnias, para impedir a sua aglomeração com caráter desnacionalizante.

6

Organização do mapa de nacionalização, com a indicação dos municípios onde houver núcleos estrangeiros, sua densidade demográfica, seus números estatísticos.

7

Proibição de jornais, revistas e boletins em língua estrangeira. Só se admitirá que em jornais diários se possa publicar em língua estrangeira o noticiário telegráfico ou local, não devendo tal matéria exceder de uma coluna em cada numero.

A matéria estrangeira ficará sujeita a uma censura ulterior, pagando os jornais as despesas com o trabalho do censor- tradutor. Aos jornais que

infringirem a lei, publicando matéria diferente do simples noticiário telegráfico ou local, será retirada a permissão para imprimir em língua estrangeira a coluna de tolerância.

O espaço da coluna estrangeira poderá ser utilizado pelas autoridades, para a inclusão de textos destinados a cooperar na obra de nacionalização.

8

Proibição do exercício de funções ou atividades de caráter público (por exemplo, professorado e sacerdócio), nas zonas de nacionalização, às pessoas de qualquer nacionalidade que não provarem, quando chamadas a exame, o domínio corrente da língua portuguesa.

9

Divulgação na imprensa do país inteiro de certas informações, discreta e cuidadosamente escolhidas, relativas à obra de nacionalização, para que o povo se sinta no dever de cooperar com as autoridades.

10

Como medida temporária, junto às delegações regionais de correios, nos territórios da nacionalização, será estabelecida a censura postal militar.

Os comandantes das respectivas regiões militares tomarão as providências necessárias.

Observação: - Entende-se que uma delegacia regional de correios está situada em território de nacionalização, quando no seu raio de distribuição postal houver núcleos ou aglomerados estrangeiros infensos à adaptação.

11

Modificação do princípio do Código Civil, art. 8º da Introdução, que fez reger a capacidade civil, os direitos de família, as relações pessoais dos cônjuges e o regime de bens pela lei nacional da pessoa. Adoção do princípio domiciliar.

Nacionalização pelo meio pedagógico

1

Criação de escolas primárias nas zonas de nacionalização, tantas quantas são as escolas estrangeiras que funcionavam ou ainda funcionam nessas zonas.

O tesouro fornecerá, no Máximo em três exercícios financeiros, um complemento de recursos aos Estados que disso carecerem. (Plano trienal, a ser elaborado pelos Estados e pelo Governo Federal conjuntamente).

2

Criação de escolas profissionais (agrícolas e de artes e ofícios) nas zonas mais sujeitas a uma uniforme influência étnica estrangeira.

Pelo menos um terço dos alunos serão de outros Estados, a fim de exercerem ação direta nacionalizante sobre os colegas dos núcleos estrangeiros.

3

Cursos noturnos para ensino de língua e da história nacional aos estrangeiros adultos, com aproveitamento dos professores das escolas diurnas, dando-lhes uma gratificação adicional de 10 a 40% sobre os vencimentos.

4

Isenção temporária, durante um ou dois exercícios fiscais, do pagamento de certos impostos para os colonos estrangeiros ou seus descendentes que apresentarem melhores e mais rápidos resultados nos cursos noturnos de nacionalização.

5

Adoção, pelos demais Estados imigratórios, da carteira de frequência escolar, em boa hora instituídas pelo Estado de Santa Catarina e sem a qual nenhum pai, que tiver filhos em idade escolar, poderá obter certas vantagens, inclusive o deferimento de petições pelas autoridades públicas.

6

Aplicação de multas aos pais que sem motivo plausível deixarem de mandar seus filhos à escola em que estiverem estes matriculados.

7

Vinculação dos pais à obra da escola primária e à influência do professor, pela criação, em cada núcleo ou município, da Associação das Famílias.

8

Fornecimento, aos meninos das escolas primárias, dos jornais infantis que se publicam no país.

9

Organização de livros de histórias infantis especialmente destinados às zonas de nacionalização.

10

Adaptação dos livros didáticos à obra de nacionalização, devendo os textos combater no espírito dos meninos a influência estrangeira dos pais ou do meio colonial.

11

Criação, nas escolas normais dos Estados Imigratórios, de uma cadeira de sociologia aplicada, com vistas nos problemas da nacionalização.

Sem o conhecimento das grandes linhas das questões de raça, cultura e assimilação, não poderão os professores conhecer em toda a sua complexidade o papel nacionalizante das suas escolas.

12

Realização anual, na capital dos Estados de nacionalização, de um congresso de professores das zonas de nacionalização, para mútua informação da obra efetuada e apresentação de sugestões devendo o organismo federal coordenador acompanhar os trabalhos.

13

Convênio entre os Estados imigratórios – ou lei federal nesse sentido -, afim de que os professores primários das zonas de nacionalização possam ser transferidos de um Estado para outro. Uma vez estabelecido o princípio, os professores primários da descendência polonesa, por exemplo, poderão, noutros Estados, fazer estágios em zonas brasileiras ou de colonização não polonesa, conforme as necessidades verificadas pelos fiscais da nacionalização.

14

Favores especiais para os filhos de professores primários que servirem de forma eficaz nas zonas de colonização. (...)

15

Organização federal de um registro com os nomes e a localização de todos os professores primários que servem nessas áreas, a fim de que o órgão central de nacionalização possa manter contato com eles e estimular seu zelo.

16

Escolha de professores solteiros, sem ascendência estrangeira, para exercer o magistério nas zonas de nacionalização, sendo de desejar seu casamento nas famílias europeias.

17

Criação de um corpo federal de inspetores de ensino para as zonas de nacionalização. (...)

Colonização brasileira e portuguesa

1

Entendimento entre o Governo Federal e os Estados de nacionalização, para a criação de núcleos agrícolas compostos de brasileiros (dos Estados do Norte), na periferia das aglomerações estrangeiras.

2

Favores especiais (isenção de impostos, etc.) aos proprietários rurais de outros Estados que adquirirem terras nas zonas de colonização e aí se fixarem com suas famílias.

3

Acordo com o governo português sobre imigração. Encaminhamento, ás zonas de colonização, de famílias portuguesas que deverão ser fixadas na periferia das aglomerações de estrangeiros.

4

Articulação com as companhias de colonização que exploram ou pretendem explorar terras, a fim de vinculá-las aos interesses da obra de nacionalização.

Ação pela igreja

1

Estabelecimento de penas para sacerdotes que infringirem as proibições da lei, a saber:

- a) Proibição de prédicas em língua estrangeira;
- b) Proibição de cânticos em língua estrangeira viva;
- c) Proibição do ensino de doutrina religiosa em língua estrangeira.

Para os sacerdotes estrangeiros, pena de expulsão do território nacional; para os brasileiros, pena de 1 conto de réis, conversível em três dias de prisão, em dobro na reincidência.

2

Entendimento com as autoridades da Igreja católica para que as paróquias em zonas desnacionalizadas sejam providas por vigários brasileiros sem parentesco étnico com a população estrangeira predominante.

(...)

5

Fiscalização dos seminários católicos alemães e poloneses, dos Estados do Sul, para harmonizar os seus objetivos religiosos com os interesses da ordem pública no problema da nacionalização.

6

Entendimento com as autoridades superiores do credo protestante, para que os seminários não sejam focos de desnacionalização.

7

Denegação de vistos nos passaportes de sacerdotes católicos e ministros protestantes estrangeiros que desejam entrar no Brasil, quando haja suspeita de que sejam agentes políticos, fatores de desnacionalização.

8

Expulsão do território nacional dos sacerdotes católicos e ministros protestantes que nos Estados de nacionalização se tenham entregue a atividades políticas a serviço de potências estrangeiras.

Ação pelo Exército

1

Construção de quartéis e fixação de unidades do Exército nas zonas desnacionalizadas, a juízo das autoridades militares.

2

Escolha de oficiais e sargentos solteiros para as zonas desnacionalizadas.

3

Curso de sociologia, aplicada aos problemas de assimilação e da nacionalização, para os oficiais e sargentos destinados a servir nas mesmas zonas.

4

Amparo econômico (lotes de terra e crédito) aos soldados que contraírem matrimônio nas zonas desnacionalizadas e aí se fixarem para o exercício de atividades agrícolas ou industriais.

5

Exclusão de soldados negros na composição das unidades em serviços nas zonas de nacionalização.

6

Amparo à ação social e filantrópica das famílias de oficiais nas zonas de nacionalização

7

Intensificação do sorteio militar nas zonas de nacionalização, devendo os conscritos de mentalidade estrangeira servir nos Estados do Centro ou do Norte, num ambiente marcadamente brasileiro, sobretudo nas pequenas cidades.

8

O conscrito não deve ser desligado do serviço militar enquanto não tiver aprendido a falar corretamente a língua nacional ou enquanto não revelar adaptação aos nossos costumes.

9

As autoridades militares procurarão favorecer a fixação, nos Estados do Centro ou do Norte, dos conscritos de descendência estrangeira que terminarem a prestação de serviços; correspondendo complementarmente essa orientação à de favorecer a fixação, nos Estados desnacionalizados, de conscrito do Norte e do Centro.

Nacionalização pelos esportes e pela educação física

1

Desenvolvimento do escotismo nos Estados de colonização. Jamborees estaduais e interestaduais.

2

Influência das autoridades de nacionalização, nas associações esportivas das mesmas zonas.

(...)

Ação pelo meio cultural e econômico

1

Criação de agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal nos municípios ou distritos de aglomeração estrangeira, com escolha de funcionários orientada pelo critério da nacionalização.

Designação de funcionários brasileiros, não descendentes de estrangeiros, para as agências postais dos núcleos a nacionalizar.

2

Criação, nas principais agências do Banco do Brasil em cada Estado, de uma carteira de empréstimos para a primeira instalação de jovens médicos, farmacêuticos, dentistas, advogados e agrimensores nos distritos de uma campanha de adequada propaganda nas escolas de ensino superior dos mesmos Estados.

3

Entendimento com o Instituto Nacional do Livro, para a instalação de pequenas bibliotecas nos municípios de aglomeração estrangeira, sendo feita a escolha dos livros em conformidade com a orientação nacionalizadora.

4

Instalação de estações emissoras de rádio, de onda média e longa, nos Estados de Santa Catarina e Paraná, em complemento às que existem no Rio Grande do Sul e São Paulo.

5

Proibição, nos núcleos de nacionalização, de rádios de onda curta, quando nos respectivos Estados haja estações emissoras com onda média e longa, alcançadas normalmente por aqueles núcleos.

6

Entendimento com as rádio emissoras do Sul, para que os programas auxiliem a nacionalização, por exemplo

- a) Ensino de língua portuguesa (o quarto de hora da língua nacional);
- b) Ensino de História do Brasil;

- c) Ensino de cuidados médicos de urgência às pessoas que vivem fora dos centros populosos;
- d) Narrativas humorísticas, que interessem os colonos, pondo em relevo o episódio da sua adaptação (imitação de sotaques, encontros de caboclos e estrangeiros, folclore, etc.).

7

Entendimento com o Instituto de Cinema Educativo e o Departamento de Imprensa e Propaganda, para a exibição de filmes brasileiros, de propaganda e de educação, nos núcleos urbanos e rurais de colonização estrangeira.

8

Subvenção a pequenas companhias teatrais que se proponham, sob a orientação das autoridades de nacionalização, a organizar “tournées” pelas zonas de população rural estrangeira; peças exclusivamente brasileiras.

9

Entendimento com o Departamento de Imprensa e Propaganda para a distribuição de livros e folhetos nas zonas de colonização, devendo-se preparar alguns especialmente dedicados a obras de assimilação.

10

Organização, publicação e distribuição, nas zonas de nacionalização, de:

- a) uma antologia em prosa contendo textos de escritores nacionais, demonstrativos da atitude de simpatia do Brasil para com as diferentes raças e povos;
- b) uma antologia de poesias com matéria do mesmo gênero e o mesmo espírito.

11

Elaboração, por artistas nacionais, de hinos cuja música e cuja letra celebrem a adesão dos colonos estrangeiros à sua pátria de adoção, a hospitalidade do Brasil e o dever que lhes incumbe, a eles como aos filhos.

12

Criação de uma obra filantrópica nos Estados de nacionalização, com o objetivo de inculcar-se o espírito de brasilidade nos filhos dos colonos. Por exemplo:

- a) Cada pessoa, que deseje colaborar nessa obra, tomará a seu cargo (por indicação dos professores rurais) um menino filho de estrangeiro, afim de com ele corresponder-se, satisfazer-lhe as curiosidades, enviar-lhe livros e pequenos presentes, confortá-lo em caso de doença, dar-

Ihe enfim o amparo que costumam dar os padrinhos aos afilhados.

b) Instituição do “Dia do Coloninho”, nos moldes do que foi organizado no rio Grande do Sul.

Funcionalismo dos Estados de nacionalização

1

Entendimento com os Estados do Paraná e Santa Catarina, para que sejam bacharéis em direito os delegados de polícia nos municípios do interior, organizando-se a polícia civil nos moldes de carreira dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

2

Provimento dos cartórios forenses e dos cartórios de paz, à proporção que se vagarem ou que forem criados, por brasileiros não descendentes dos estrangeiros que preponderarem na respectiva comarca, município ou distrito.

3

Revisão do funcionalismo estadual e municipal das zonas de nacionalização, a fim de que, fora de considerações políticas locais, sejam transferidos de posto os funcionários sob influência estrangeira, levando-se em conta, para isso, as sugestões das autoridades civis ou militares da nacionalização.

4

Substituição de prefeitos civis por prefeitos militares nas zonas em que houver maior resistência à nacionalização.

Ação pela imprensa, pela tribuna e pelos centros de estudo

1

Organização de uma progressiva campanha de imprensa pondo em foco os problemas da assimilação, afim de estimular e orientar a ação das autoridades e dos meios brasileiros em ligação com o problema. Notadamente:

- a) Fornecimento de artigos, de sociólogos e publicistas, aos jornais que mais circulam nos Estados de colonização;
- b) Subvenção a intelectuais de renome nacional que se proponham a fazer conferências, sobre o mesmo assunto,

nos centros culturais e universitários dos Estados de colonização.

(...)

5

Nos Estados de nacionalização, propaganda de combate aos preconceitos coletivos e ideias feitas (estereótipos) dos brasileiros contra os estrangeiros e vice-versa, fator psicológico de segregamento (*sic!*). (exemplos meramente ilustrativos: brasileiro é preguiçoso; italiano é sujo; alemão é bronco, etc. Ver, a tal respeito, o notável trabalho de Emilio Willems, “A função dos estereótipos ou representações coletivas”, no livro “Assimilação e populações marginais no Brasil”).

6

Fornecimento, aos jornais que circulam nos Estados de colonização, de matéria relativa ao tema: o espírito das pátrias americanas; a livre formação do Brasil com homens de todas as raças; a colaboração benéfica do braço estrangeiro; a existência de uma comum consciência brasileira; o dever dos estrangeiros de não subtrair seus filhos ao influxo dessa consciência; a língua como fator de sensibilidade nacional; valor da cultura estrangeira dos pais, transmitida no lar, quando é um fator de enriquecimento da cultura brasileira e não um elemento de hostilidade a ela.

Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1940.

Ruy Ribeiro Couto
2º Secretário de Legação.

COUTO, Ribeiro. *Algumas sugestões para medidas de nacionalização*. Rio de Janeiro, 5 out. 1940. 20 folhas. Papel timbrado Ministério das Relações Exteriores. In. RC pi. Grifos no original.

ANEXO 2

Carta de João Neves da Fontoura para Ribeiro Couto

Rio de Janeiro, 23 de
dezembro de 1937
Meu caro Ribeiro Couto.

Você pagou a minha pobre remessa do Elogio de Coelho Neto em moeda conversível no tesouro literário – a sua grande e bela carta que li e reli com especial agrado. Não podia eu aspirar a melhor prêmio para o meu trabalho, que vale pelo amor que consagrei ao escrevê-lo.

Na parte da organização nacional, é curioso como você adivinhou as linhas da nova carta organizada do país. Empreguei o – adivinhou- muito a propósito, pois não havia tempo para ter o recente estatuto chegado ai. Diria meu velho profeta Assis Brasil que os bons espíritos sempre se encontram. O seu encontrou o dos modeladores da recente constituição. Apenas um desvio de rota – não foi o Integralismo que forjou as instituições vigentes no Brasil. Terá ele simplesmente criado o clima de adaptação. No mais – foi até dissolvido e, segundo sei, com grande revolta dos seus corifeus. Ainda aí, minha opinião no Elogio de Coelho Neto, fica a pé: esses regimes valem mais pelo que negam do que pelo que afirmam. Ninguém contestaria os vícios do que findou a 10 de Novembro. Havia imenso a reformar na estrutura do sistema. Há entre o vigente e o padrão integralista diferenças profundas e substanciais, inclusive a base da nova organização repousar no sufrágio universal na base da pirâmide, como você bem previa – o Município. Nesta hora, não seria de bom gosto fazer reivindicações pessoais. Eu poderia, entretanto, reclamar algo. Votando à Câmara em 1935, disse em meu discurso publicado em volume por uma livraria de São Paulo: “Fortifiquemos o Estado, sem cedermos aos governos de força. Instituíamos uma Ordem Nova, em que se acautelem os interesses do

país, que não é nem pode ser a soma dos indivíduos. Saíamos corajosamente do formalismo inexpressivo para a democracia funcional, tão bem retratada nas páginas de Madariaga. Ninguém deseja alijar a conquista das liberdades superiores para atravessar a cerração, mas sem uma nobre renúncia das prerrogativas inferiores não escaparemos à certeza do naufrágio.” Ai tem você como eu pensava em horas em que é difícil a um homem público, capitaneando uma banca minoritária, exprimir seu verdadeiro pensamento de doutrina.

Você pergunta onde estarei eu. Estou aqui e tranquilamente entregue a minha vida profissional, tendo regressado, a convite do Presidente, ao meu antigo posto de Consultor Jurídico do Banco do Brasil, de que me afastara em 1932. Todo o Rio Grande apoiou a nova ordem das coisas. Tinha ele uma dívida para com o Chefe da Nação – a de ter libertado a nossa terra da aventura caudilhesca de Flores da Cunha.

Aí tem você um pouco de atualidade brasileira. Não vale discutir o continente, o essencial é o conteúdo. Falo das medidas que o Brasil reclama na ordem econômica, social e administrativa. Venham essas, como estão vindo, e o resto é matéria para análises de elite simplesmente. O povo estará com quem satisfizer aquelas necessidades inadiáveis.

Nossa Academia vai bem. Ataulpho finda garbosamente a sua presidência. Faltam uns três confrades a tomar posse.

Fiz em tempo espontaneamente uma forcinha para que você fosse promovido para Londres. Não tive êxito. Senti muito. É que a forcinha era mesmo forcinha...

Tenha você um bom Natal nessa sua Holanda, que eu só conheço através do d'Amicis e do Ramalho. Isso, no passado. No presente, via Ribeiro Couto.

Um cordial abraço do seu

João Neves

ANEXO 3

Trabalhos preliminares para organização do Serviço de Cooperação Intelectual, 1934

INFORMAÇÃO

Em 12 de Abril de 1934

Senhor Secretário Geral,

Cumprindo as instruções que Vossa Excelência teve a bondade de me dar, procedi aos primeiros estudos para a organização do Serviço de Expansão Intelectual, assim, tenho a honra de passar as mãos de Vossa excelência algumas sugestões relativas aos fins e ao funcionamento desse Serviço.

O sr. conselheiro Cyro de Freitas Valle lembrou que o nome da seção deve ser Serviço de Cooperação Intelectual, ao invés de Expansão Intelectual, como consta na minha informação primeira. Parece-me de todo em todo preferido o nome proposto pelo referido funcionário.

Sendo as sugestões que ora apresento um mero esboço, para servir de base a melhor trabalho, rogo a Vossa Excelência apontar os pontos defeituosos e fazer as indicações que lhe parecerem oportunas.

Muito agradeceria também a Vossa Excelência se se dignasse ordenar que minhas sugestões fossem copiadas em dois ou mais exemplares, pelo Serviço de Datilografia.

Respeitosamente,

Rui Ribeiro Couto.

Cônsul de 3ª classe.

R.C.P./21/7/34

Algumas sugestões para o plano do Serviço de Cooperação Intelectual

Pelo Cônsul de 3ª classe

R. Ribeiro Couto.

1) Fichário com o endereço dos jornalistas, escritores, professores e outros intelectuais brasileiros que já se interessam pelo intercambio intelectual e dos que podem vir a interessar-se. Cada ficha terá as observações que forem uteis: lista de obras, indicação de artigos publicados, atividades prediletas, etc.

2) Fichário com o endereço dos jornalistas, escritores, professores e outros intelectuais brasileiros que já se interessam pelo intercambio intelectual e dos que podem vir a interessar-se. Cada ficha terá as observações que forem úteis: (obs. igual ao item anterior mesmo) lista de obras, indicação de artigos publicados (sobre o Brasil ou sobre os países vizinhos, ou sobre outros países de língua espanhola ou portuguesa), atividade prediletas no terreno intelectual, empregos que exercem, etc.

Este fichário será organizado por países.

3) Fichário com endereço de todas as revistas, jornais e outras publicações brasileiras cuja divulgação no estrangeiro possa ser útil. Cada ficha trará, tanto quanto possível, a lista dos diretores, redatores e colaboradores dessas publicações, com seus endereços e outras indicações eventuais.

4) Fichário com o endereço de todas as revistas, jornais e outras publicações estrangeiras que sejam ou possam ser úteis ou nocivas aos interesses do Brasil.

Para estes dois últimos fichários, 3 e 4, haverá um arquivo exemplificativo (1 exemplar de cada publicação a que corresponda a ficha).

5) Fichário confidencial com os nomes e endereços de intelectuais brasileiros e suas simpatias ou antipatias relativamente a países estrangeiros, conforme livros publicados, artigos, discursos feitos, etc., tudo devidamente indicado, com datas, etc.

6) Fichário confidencial de intelectuais e outras personalidades do estrangeiro, com a indicação de suas simpatias ou antipatias pelo Brasil ou as nações do Prata, os Estados Unidos da America, Inglaterra, França, Portugal, Itália, Japão e as principais nações com que o Brasil tem relações políticas, econômicas e afetivas.

Estes dois últimos fichários, 5 e 6, poderão repetir indicações contidas noutros, mas devem ser organizados a parte, pelo seu caráter especial, como pelas possibilidades da sua utilização em diferentes serviços do Ministério. Neles se incluem homens de Estado, políticos, etc.

Serão aproveitados todos os recortes remetidos com frequência pelas missões diplomáticas e consulados. Para que sejam, senão completos, pelo menos bastante desenvolvidos, tais fichários serão organizados, também, com o auxílio das informações confidencialmente pedidas a essas missões e consulados.

7) Fichário das bibliotecas públicas ou particulares, universidade e colégios, associações e outras entidades de caráter coletivo que tenham demonstrado interesse, ou possam demonstrá-lo, pelas coisas do Brasil.

DEPÓSITO PARA O SERVIÇO DE EXPANSÃO INTELECTUAL

Para que o S.C.I. possa exercer eficazmente a ação a que é destinado, necessita de um deposito de obras uteis á divulgação da cultura brasileira.

Esse depósito terá obras de caráter:

- a) Histórico
- b) Político
- c) Diplomático
- d) Literário
- e) Econômico
- f) Científico

Na organização inicial do serviço, há necessidade de se possuiu pelo menos 5 exemplares de cada um dos livros a serem oportunamente indicados. (Lista a apresentar ao sr. Secretário Geral).

Indicações

Obras históricas – As de fácil manuseio, pouco volumosas, e que não contenham narrativas pessimistas, deprimentes da nossa crônica de povo.

Obras políticas – As que apreciem de um modo geral os acontecimentos do país, sem referências pejorativas a homens e coisas do nosso tempo.

Obras diplomáticas – As que divulguem, sobretudo, a ação pacificadora do Brasil na América.

Obras literárias – As que expressem os caracteres gerais do nosso temperamento, da nossa paisagem, da nossa tradição. Em língua escurra, capaz de servir de base a estudos filológicos.

Obras econômicas – As que possam despertar imediato interesse pela implantação de indústrias, cultivo da terra e desenvolvimento do comércio.

Obras científicas – As que estudem a Terra e o Homem, no Brasil.

DIVULGAÇÃO DE JORNAIS E REVISTAS

Os intelectuais que desejam e podem acompanhar, com interesse, a vida brasileira, manifestam, muitas vezes, o desejo de possuir um jornal nosso.

Verba utilmente aplicada será aquela que se empregar na assinatura, aqui, de jornais brasileiros, para serem enviados, em pacotes semanais, aqueles intelectuais.

Naturalmente, haverá o máximo cuidado, para que se não desperdice esse trabalho. (...)

Como a chave da distribuição estará sempre no S.C.I. poder-se-á, eventualmente, deixar de enviar exemplares que contenham artigos, reportagens ou notícias deprimentes para o país (crimes bárbaros, campanhas de difamação pessoal, etc.).

Trata-se, pois, de um serviço vivo, um serviço que lê e pensa, e não de uma distribuição automática.

Com esse critério, a remessa de jornais brasileiros aos intelectuais amigos, que já o sejam ou possam a vir a sê-lo, dará um rendimento utilíssimo.

Convém, igualmente, que se leve em conta, na distribuição, o temperamento ou as tendências do destinatário: deve se lhe enviar um jornal (ou revista) de acordo com a preferência que manifeste, ou se lhe conheça. Assim, a um historiador se mandará o “Jornal do Comércio”; a um escritor de temperamento político se enviará um jornal de cor política.

Tudo isso, é bem claro, como quando e enquanto convier ao espírito do serviço. (...)

Obs. No item que se segue, EXEMPLIFICAÇÃO DE INICIATIVAS, constam 15 modelos de cartas do S.C.I.

R.C.P./21/7/34

COUTO, Ribeiro. *Trabalhos preliminares para a organização do Serviço de Cooperação Intelectual (março a julho de 1934): Algumas sugestões para o plano do Serviço de Cooperação Intelectual.* s/l, 21 jul. 1934. In. RC pi. 18 p. Grifos no original

FONTES

Artigos do jornal *A Manhã*, Rio de Janeiro (1941 – 1945).

Hemeroteca Digital Brasileira/ Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Disponíveis em: <http://hemerotecadigital.bn.br/manh%C3%A3/116408>

A “A Manhã” nos subúrbios, 9 ago. 1941.

ALMEIDA, Renato. *A fronteira*, 16 set. 1943.

ALMEIDA, Renato. *A guerra e a paz*, 22 jul. 1943.

ALMEIDA, Renato. *A lição da Bahia*, 12 set. 1945.

ALMEIDA, Renato. *A nova Liga das Nações*, 4 nov. 1943.

ALMEIDA, Renato. *A presença de Graça Aranha*, 27 jan. 1944.

ALMEIDA, Renato. *A segurança coletiva*, 18 dez. 1943.

ALMEIDA, Renato. *O após-guerra*, 30 mar. 1944.

ALMEIDA, Renato. *O ensino em função da cultura*, 11 mai. 1944.

ALMEIDA, Renato. *O folclore como elemento nacionalizador dos colonos estrangeiros*, 9 jun. 1944.

ALMEIDA, Renato. *Os escritores e a guerra*, 24 dez. 1943.

ALMEIDA, Renato. *Preparemos a paz*, 1 out. 1943.

ALMEIDA, Renato. *Vive la France!*, 3 jun. 1943.

AMARAL, Azevedo. *Cooperação continental*, 12 set. 1941.

BANDEIRA, Manuel. *Palavras de Manuel Bandeira sobre Paulo Prado*. 9 out. 1943.

CORRÊA, Roberto Alvim. *Crítica literária Escritores íntimos*, 6 mai. 1943.

CORRÊA, Roberto Alvim. *Crítica literária: Contos e Romances*, 14 jan. 1943.

CORRÊA, Roberto Alvim. *Crítica literária: Ribeiro Couto*, 23 dez. 1943.

Em Lisboa, a bordo do “Duque de Caxias”, 22 set. 1945.

COUTO, Ribeiro. *Giuseppe (antigo Seu José)*. 22 abr. 1943.

COUTO, Ribeiro. *Aflições do arrumador de papéis*, 4 fev. 1943.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Colher de Pau*, 5 jul. 1942.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Farmácia Portatil*. 14 jun. 1942.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Ribeiro Couto Parte para o Brasil*, 25 abr. 1943.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Segunda emancipação*, 4 out. 1942.

GRIECO, Agripino. *Os melhores livros de mil novecentos e vinte e seis*, 29 dez. 1926.

LEÃO, Múcio. *Dois poetas e um problema de estética*, 13 jun. 1942.

- LEÃO, Múcio. *Roteiro de duas gerações*, 9 ago. 1942.
- MISS FLIRT, *Jardim das vaidades: notas literárias*, 20 jul. 1929.
- MISTRAL, Gabriela. *Renato Almeida, nosso hóspede*, 22 dez. 1944.
- MISTRAL, Gabriela. *Um democrata chileno: D. Gabriel González Videla*, 27 ago. 1942.
- MONIZ, Heitor. *Menotti del Picchia e o Movimento Modernista*, 31 dez. 1943.
- MORAES, Vinícius. *Cinema: Em sua crônica de hoje, Vinícius de Moraes faz comentários em torno do debate sobre cinema silencioso e cinema falado*, 6 jun. 1942.
- MORAES, Vinícius. *Cinema: Vinicius de Moraes transcreve hoje uma carta do poeta Augusto Almeida Filho sobre o debate travado nessa coluna*, 27 jun. 1942.
- MORAES, Vinícius. *Ribeiro Couto na Planície da Cinelândia*, 31 mai. 1942.
- Mundo Social*, 6 dez. 1944.
- NICOLUSSI, Haydé. *Chuva, Solidão e Ribeiro Couto*, 22 jul. 1945.
- Nomes do Dia: Renato Almeida*, 2 mai. 1943.
- Nomes do Dia: Ribeiro Couto*, 11 set. 1945.
- Nomes do Dia: Ribeiro Couto*, 29 set. 1943.
- Nomes do Dia: Ribeiro Couto*, 4 out. 1941.
- Nota de publicação: O crime do estudante Batista*, 5 ago. 1945.
- O dever da inteligência*, 27 ago. 1942.
- O Estado Novo e seu sentido Americano*, 9 set. 1941.
- O intelectual brasileiro e o Poder Público*, 14 ago. 1941.
- O que ocorreu na última reunião da Academia Brasileira: A “História da Música Brasileira”*, de Renato Almeida, 23 mai. 1942.
- REGO, José Lins do. *Música brasileira*, 19 mai. 1942.
- REIS, Nélio. *Vamos entrar na dança com Ribeiro Couto e Vinícius de Moraes*, 7 jun. 1942.
- Ribeiro Couto (nota)*, 12 mar. 1942.
- Ribeiro Couto transferido para Zurich*, 9 mar. 1945.
- Ribeiro Couto*, 13 mar. 1943.
- RICARDO, Cassiano. *Um Borba que não é gato*, 17 fev. 1943.
- SILOS, Geraldo de Carvalho. *Pelos caminhos do mundo*, 6 mai. 1943.
- SILVEIRA, Tasso da. *Uma revista portuguesa*, 19 mai. 1945.
- PEDREIRA, Sá. *Definidor que se define*. 5 set. 1935.
- GRIECO, Agripino. *História da Música Brasileira de Renato Almeida*, 29 dez. 1926.

Artigos do suplemento *Pensamento da America*, Rio de Janeiro: A Manhã (1941 – 1945).

Ano 1941: Material microfilmado da Fundação Biblioteca Nacional. Uma cópia do microfilme pertence ao acervo do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura/CFH - Universidade Federal de Santa Catarina.

Anos 1942 – 1945: Material microfilmado da Coleção Plínio Doyle, Fundação Casa de Rui Barbosa. Uma cópia do microfilme pertence ao acervo do LABHARTE/CFH - Universidade Federal de Santa Catarina. Foram utilizadas as versões digitalizadas de acervo pessoal.

A experiência escolar de Gabriela Mistral nos Estados Unidos, 28 nov. 1943.

A expressão do Panamericanismo, 30 mai. 1943.

A Serviço da Compreensão Americana, 22 mar. 1942.

A terra do Pioneiro, 6 nov. 1941 e 22 jan. 1942.

Abolição de distancias espirituais, 19 abr. 1942.

Alfonsina Storni: A Caricia Perdida, Tu me queres Branca e Em silêncio. 17 ago. 1941.

Alfonsina Storni: A Caricia Perdida, Tu me queres Branca, 22 jan. 1942.

Alfonso Reyes e o Colégio do México, 25 abri. 1943.

ALMEIDA, Renato. *O “Pensamento da America” e Ribeiro Couto*, 25 abr. 1943.

ALOY, M. Angel. *De Bolívar a Roosevelt*, 22 jan. 1942.

América Vitoriosa, 27 mai. 1945.

Americanidade, 9 ago. 1941.

ARANHA, Oswaldo. *A solidariedade e a compreensão entre as Américas*, 22 fev. 1942.

As Grandes Figuras do Continente, 22 jan. 1942.

CALDERÓN, Ventura Garcia. *A Floresta em Pranto*, 9 ago. 1941 e 22 fev. 1942.

CALDERÓN, Ventura Garcia. *Yucú-Mamá*, 29 nov. 1942.

CALDERÓN, Pierre Loti na America Latina, 26 ago. 1945.

Com Waldo Frank em Belo Horizonte, 26 jul. 1942.

Compositores Americanos: Carlos López Buchardo, 30 mai. 1943.

Compositores Americanos: Domingos Cruz Wilson, 26 set. 1943.

Compositores Americanos: Eduardo Caba, 20 jun. 1943.

Compositores Americanos: Silvestre Revueltas, 30 jan. 1944.

Consciência de uma unidade americana, 19 abr. 1942.

Deus abençoe a América, 18 jun. 1944.

- Dois poemas de Vicente Huidobro*, 13 nov. 1941.
- Enrique Bustamante y Ballvian*, 30 set. 1941 e 20 nov. 1941.
- Entrevista do embaixador Jefferson Caffery concedida à “A Manhã”*, 22 jan. 1942.
- ESCOBAR, Adrian. *O americanismo num momento de prova*, 25 jul. 1943.
- Explicação deste suplemento*, 22 jan. 1942.
- Gabriela Mistral e a América*, 25 nov. 1945.
- Gabriela Mistral, prêmio Nobel de Literatura*, 25 nov. 1945.
- Grandes Figuras do Continente*, 22 jan. 1942.
- GUIMARÃES, Argeu. *O dia panamericano*, 25 abr. 1943.
- HANDSOME. *Simón Bolívar (O libertador)*, 22 jan. 1942.
- James Monroe*, 19 abr. 1942.
- JULIO, Silvio. *Alfonsina Storni*, 31 out. 1943.
- Langston Hughes, traduzido por Reynaldo Valverde*, 26 ago. 1941.
- MISTRAL, Gabriela. *A poesia infantil de H. Lisboa*, 26 mar. 1944.
- MISTRAL, Gabriela. *Elogio da criança*, 18 jun. 1944.
- MISTRAL, Gabriela. *Espiritualidade*, 30 set. 1945.
- MISTRAL, Gabriela. *Festas em Setembro (Gabriela Mistral a Ribeiro Couto)*, 24 out. 1942.
- MISTRAL, Gabriela. *Mensagem sobre o mestre Juan Francisco*, 18 jun. 1944.
- MISTRAL, Gabriela. *O Chile e a pedra*, 30 abr. 1944.
- MISTRAL, Gabriela. *O panorama literário feminino no Brasil visto por Gabriela Mistral*, 26 ago. 1945.
- MISTRAL, Gabriela. *País de Ausência*, 9 ago. 1941.
- MISTRAL, Gabriela. *Recado a Julio Barrenechea*, 30 mai. 1943.
- MISTRAL, Gabriela. *Recado sobre “Tlalocs”*, 28 nov. 1943.
- MISTRAL, Gabriela. *Recado- sobre o “Copihue” chileno*, 25 jul. 1943.
- MISTRAL, Gabriela. *Terra do índio*, 29 nov. 1942.
- MISTRAL, Gabriela. *Totila Albert visto por Gabriela Mistral*, 26 nov. 1944.
- MISTRAL, Gabriela. *Urquieta apresentado por Gabriela Mistral*, 26 set. 1943.
- NERUDA, Pablo. *Penetração na madeira*, 10 dez. 1941 e 26 jul. 1942.
- NERUDA, Pablo. *Poema Vinte*, 26 nov. 1944.
- NERUDA, Pablo. *Só a morte*, 28 fev. 1943.
- O culto a Bolívar através da Revista de La Sociedad Bolivariana*, 24 mai. 1942.
- O ensino obrigatório do idioma espanhol no Brasil*, 24 mai. 1942.
- O pintor Pedro Figari*, 9 ago 1941 e 22 mar. 1942.

- O poema do peruano Cesar Vallejo (Idílio Morto)*, 17 ago. 1941.
Pensamento e trabalho da América, 30 ago. 1942.
- PETIT, Magdalena. *Vida e obra de Gabriela Mistral*, 2 set. 1941.
Poemas de Langston Hughes, traduzido por Manuel Bandeira, 27 set. 1942.
Poemas do poeta negro Langston Hughes, 4 jul. 1944.
- REYES, Alfonso. *A forma do idioma – fronteira linguística*, 10 dez. 1941 e 22 mar. 1942.
- REYES, Alfonso. *América*, 27 nov. 1941 e 22 fev. 1942.
- REYES, Alfonso. *Fuga de Natal*, 20 dez. 1942.
- REYES, Alfonso. *Helio Aristides ou o Verdugo de si Mesmo*, 29 ago. 1943.
- REYES, Alfonso. *O destino da América*, 27 mai. 1945.
- REYES, Alfonso. *O México num Noz*, 31 out. 1943.
- REYES, Alfonso. *Posição da América (conferência)*, 24 set. 1944.
- REYES, Alfonso. *Significação de “Virgin Spain”*, 24 mai. 1942.
- RICARDO, Cassiano. *O Estado Novo e o Pan-Americanismo*, 22 jan. 1942.
- Rumos para a América*. 26 jul. 1942.
- Soldado do Corpo Expedicionário Brasileiro*, 28 mai. 1944.
- Solidariedade*, 26 jul. 1942.
- SOMBRA, Severino. *O americanismo do presidente Getúlio Vargas*, 19 abr. 1942.
- Textos escolares Estadunidenses sobre a América latina*, 28 mai. 1944.
- Um poema de Pablo Neruda*, 30 out. 1941.
- Um Poema do Peruano Cesar Vallejo*, 22 mar. 1942.
- VALDÉS, Pereda. *Cancioneiro afro-montevideano*. 28 set. 1942.
- VALDÉS, Pereda. *Os negros escravos e os negros livres no Uruguai*. 28 set. 1942.
- VARGAS, Getúlio. *A Cooperação das Américas*, 22 jan. 1942.
- VARGAS, Getúlio. *O Brasil só Ambiciona Viver em Paz com seus Vizinhos*, 22 fev. 1942.
- Vicente Huidobro* - um poema, 26 jul. 1942.
- VITIER, Medardo. *Alfonsina Storni*, 28 mar. 1943.
- Waldo Frank e a missão das Américas no mundo*, 24 dez. 1944.
- Waldo Frank*, 24 mai. 1942.

**Arquivo-Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui
 Barbosa (Rio de Janeiro)**

- ALMEIDA, Renato. O Brasil no seu romance moderno. São Paulo: *Folha da Manhã*, 29 out. de 1935. In. JL j 6- 41.
- ALMEIDA, Renato. 29 jan. 1929, Rio de Janeiro [para] ANDRADE, C. D. In. CDA cp - OO36.
- ALMEIDA, Renato. 10 mai. 1930, Rio de Janeiro [para] ANDRADE, C. D. In. CDA cp – OO36.
- ALMEIDA, Renato. 6 out. 1944, Rio de Janeiro [para] ANDRADE, C. D. In. CDA cp – OO36.
- ALMEIDA, Renato. 10 dez. 1929, Rio de Janeiro [para] Couto, R. In. RC cp
- ALMEIDA, Renato. s/d, Rio de Janeiro [para] Couto, R. In. RC cp
- ALMEIDA, Renato. 19 mai. 1931, Rio de Janeiro [para] Couto, R. In. RC cp
- ALMEIDA, Renato. 6 fev. 1928, Rio de Janeiro [para] Couto, R. In. RC cp
- ANDRADE, Carlos Drummond de. A informação literária: Noroeste e outros poemas do Brasil. *A Tribuna*: Belo Horizonte, 5 ago. 1933. In. CDA pim.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *O poeta & o Homem*, 1963. In. CDA pim.
- BANDEIRA, Manuel. [Carta] 11 ago. 1958, Rio de Janeiro [para] COUTO, R. In. RC cp.
- BANDEIRA, Manuel. [Carta] 12 jan. 1961, Rio de Janeiro [para] COUTO, R. In. RC cp.
- BUSTAMANTE y BALLIVIAN, Henrique. [Carta] 19 mar. 1927, Montevidéu [para] COUTO, R. In. RC cp.
- BUSTAMANTE y BALLIVIAN, Henrique. [Carta] 31 dez. 1927, Lima [para] COUTO, R. In. RC cp.
- BUSTAMANTE y BALLIVIAN, Henrique. [Carta] 7 nov. 1926, Montevidéu [para] COUTO, R. In. RC cp.
- BUSTAMANTE y BALLIVIAN, Henrique. [Carta] 9 set. 1926, Rio de Janeiro [para] COUTO, R. In. RC cp.
- CALDERÓN, Ventura García. [Carta] 31 mai. 1934, Genebra [para] COUTO, R. In. RC cp.
- CALDERÓN, Ventura García. [Carta] s/d, s/l [para] COUTO, R. In. RC cp.
- COUTO, Ribeiro. *Algumas sugestões para medidas de nacionalização*. Rio de Janeiro, 5 out. 1940. 20 folhas. Papel timbrado Ministério das Relações Exteriores. In. RC pi.
- COUTO, Ribeiro. *Trabalhos preliminares para a organização do Serviço de Cooperação Intelectual (março a julho de 1934)*: Algumas

- sugestões para o plano do Serviço de Cooperação Intelectual. s/l, 21 jul. 1934. *In.* RC pi.
- COUTO, Ribeiro. *A nenhum país, mais do que ao Brasil*, s/l, s/d. *In.* RC pi.
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 1 set. 1957, Belgrado [para] RICARDO, C. *In.* RC cp.
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 10 abr. 1957, Belgrado [para] MORAES, Vinicius. *In.* RC cp.
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 11 ago. 1936, Haia [para] Itamaraty. *In.* RC cp.
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 13 set. 1958, Belgrado [para] KUBITSCHKEK, Juscelino. *In.* RC cp.
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 14 abr. 1954, Belgrado, [para] VIOLA, Ítalo. *In.* RC cp.
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 15 mar. 1938, Haia [para] ACCIOLY. *In.* RC cp.
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 18 ago. 1951, Belgrado [para] RICARDO, C. *In.* RC cp.
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 26 jan. 1960, Belgrado [para] RICARDO, C. *In.* RC cp.
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 18 jun. 1957, Belgrado [para] PEREDA VALDÉS, I. *In.* RC cp.
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 20 jun. 1938, Haia [para] ACCIOLY. *In.* RC cp.
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 21 jan. 1946, Lisboa [para] FONTOURA, J. N. *In.* RC cp.
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 22 mar. 1938, Haia [para] ACCIOLY. *In.* RC cp.
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 23 ago. 1955, Belgrado [para] REYES, A. *In.* RC cp.
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 7 mar. 1931, Marselha [para] REYES, A. *In.* RC cp.
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 24 ago. 1954, Belgrado [para] FONTOURA, J. N. *In.* RC cp.
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 24 dez. 1930, s/l [para] LUÍS, Washington. *In.* RC cp.
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 26 jul. 1958, Belgrado [para] BANDEIRA, Manuel. *In.* RC cp.
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 27 nov. 1957, Belgrado [para] MORAES, Vinicius. *In.* RC cp.

- COUTO, Ribeiro. [Carta] 29 ago. 1954, Belgrado [para] FONTOURA, J. N. *In. RC cp.*
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 29 fev. 1960, Belgrado [para] PEREGRINO JÚNIOR. *In. RC cp.*
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 5 mar. 1957, Belgrado [para] MORAES, Vinicius. *In. RC cp.*
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 16 jul. 1945, Lisboa [para] FONTOURA, J. N. *In. RC cp.*
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 8 ago. 1932, Rio de Janeiro [para] REYES, A. *In. RC cp.*
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 9 out. 1950, Belgrado [para] FONTOURA, J. N. *In. RC cp.*
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 9 out. 1950, Belgrado [para] FONTOURA, J. N. *In. RC cp.*
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 21 jan. 1946, Lisboa [para] FONTOURA, João Neves da. *In. RC cp.*
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 24 dez. 1930, s/l [para] LUIZ, Washington. *In. RC cp.*
- COUTO, Ribeiro. [Carta] 14 mar. 1955, Belgrado [para] TERRÉS, Jaime Garcia. *In. RC cp.*
- COUTO, Ribeiro. *Apreciação de relatório do professor Miguel Osório de Almeida*, s/l, s/d. *In. RC pi.*
- COUTO, Ribeiro. *Arco Iris de cores americanas*, s/l, s/p. *In. RC pi.*
- COUTO, Ribeiro. *Estas ideias estão em inúmeras...*, Lisboa, s/d. *In. Rc pi/depoimento.*
- COUTO, Ribeiro. *Memorandum*, s/l, 1º mar. 1934. *In. RC pi.*
- COUTO, Ribeiro. *Primeiras notícias da América*, Nova York, 26 jan. 1942. *In. RC pi.*
- FONTOURA, João Neves da. [Carta] 23 dez. 1937/RC cp, Rio de Janeiro [para] COUTO, Ribeiro. *In. RC cp.*
- FONTOURA, João Neves da. [Carta] 26 jan. 1950, Rio de Janeiro [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- FONTOURA, João Neves da. [Carta] 29 dez. 1937, Rio de Janeiro [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- FONTOURA, João Neves da. [Carta] 9 dez. 1945, Rio de Janeiro [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- KELLY, Celso. *Ribeiro Couto Poeta de Duas Pátrias*, 1961. *In. RC pit.*
- MOOG, Vianna. [Carta] 4 jan. 1948, Nova York [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- MORAES, Vinicius. [Carta] 4 abr. 1957, Paris [para] COUTO, R. *In. RC cp.*

- MORAES, Vinicius. [Carta] 27 abr. 1960, Rio de Janeiro [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- MOREIRA, Albertino. [Carta] 23 ago. 1941, Santos [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- MOREIRA, Albertino. [Carta] 31 mar. 1942, Santos [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- NABUCO, M. *Memorandum para o sr. Ministro de Estado, S/I*, 28 jun. 1934/RC pi.
- OLIVARI, Nicolás. [Carta] 1 dez. 1926, Buenos Aires [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- PATI, Francisco. [Carta] 1 ago. 1952, São Paulo, [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- PEREDA VALDÉS, Ildefonso. [Carta] 10 out. 1927, Buenos Aires [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- PEREDA VALDÉS, Ildefonso. [Carta] 16 out. 1960, Santa Catarina [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- PEREDA VALDÉS, Ildefonso. [Carta] 19 abr. 1958, Montevidéu [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- PEREDA VALDÉS, Ildefonso. [Carta] 28 ago. 1957, Montevidéu [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- PEREGRINO JÚNIOR. [Carta] 17 mar. 1960, Rio de Janeiro [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- REDAÇÃO. O Suplemento Literário de “A Manhã” será um espelho da inteligência brasileira. *Vamos Lêr!*, 31 jul. 1941. *In. JL j 13-77a.*
- REYES, Alfonso. [Carta] 15 nov. 1934, México [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- REYES, Alfonso. [Carta] 17 mai. 1943, México D. F. [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- REYES, Alfonso. [Carta] 1º ago. 1934, Rio de Janeiro [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- REYES, Alfonso. [Carta] 28 jan. 1934, s/l [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- REYES, Alfonso. [Carta] 29 ago. 1955, México D. F. [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- REYES, Alfonso. [Carta] 6 mar. 1952, México, D. F. [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- REYES, Alfonso. [Carta] 7 fev. 1952, s/l [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- REYES, Alfonso. [Carta] 7 jul. 1932, Rio de Janeiro [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- REYES, Alfonso. [Carta] s/d, s/l [para] COUTO, R. *In. RC cp.*
- RICARDO, Cassiano. [Carta] 18 ago. 1957, Rio de Janeiro [para] COUTO, R. *In. RC cp.*

- RICARDO, Cassiano. [Carta] 21 jul. s/ano, Rio de Janeiro [para] COUTO, R. *In.* RC cp.
- RICARDO, Cassiano. [Carta] 26 out. 1953, Paris [para] COUTO, R. *In.* RC cp.
- RICARDO, Cassiano. [Carta] 6 abr. 1927, São Paulo [para] COUTO, R. *In.* RC cp.
- SALAZAR, Oliveira. [Carta] 18 jan. 1946, s/l [para] COUTO, R. *In.* RC cp.
- SALGADO, Plínio. [Carta aberta aos meus amigos] 22 out. 1943, Lisboa [para] COUTO, R. *In.* RC cp.
- SALGADO, Plínio. [Carta] 10 ago. 1930, Paris [para] COUTO, R. *In.* RC cp.
- SALGADO, Plínio. [Carta] 11 set. 1930, Paris [para] COUTO, R. *In.* RC cp.
- SALGADO, Plínio. [Carta] 12 dez. 1934, São Paulo [para] COUTO, R. *In.* RC cp.
- SALGADO, Plínio. [Carta] 14 ago. 1925, São Paulo [para] COUTO, R. *In.* RC cp.
- SALGADO, Plínio. [Carta] 15 nov. 1943, Lisboa [para] COUTO, R. *In.* RC cp.
- SALGADO, Plínio. [Carta] 2 mar. 1927, São Paulo [para] COUTO, R. *In.* RC cp.
- SALGADO, Plínio. [Carta] 20 nov. 1934, São Paulo [para] COUTO, R. *In.* RC cp.
- SALGADO, Plínio. [Carta] 21 jun. 1942, Lisboa [para] COUTO, R. *In.* RC cp.
- SALGADO, Plínio. [Carta] 23 set. 1930, Barcelona [para] COUTO, R. *In.* RC cp.
- SALGADO, Plínio. [Carta] 25 abr. 1960, Brasília [para] COUTO, R. *In.* RC cp.
- SALGADO, Plínio. [Carta] 27 jan. 1926, S. Bento [para] COUTO, R. *In.* RC cp.
- SALGADO, Plínio. [Carta] 28 fev. 1940, Lisboa [para] COUTO, R. *In.* RC cp.
- SALGADO, Plínio. [Carta] 29 de jul. 1930, Paris [para] COUTO, R. *In.* RC cp.
- SALGADO, Plínio. [Carta] 31 jul. 1944, Mangualde [para] COUTO, R. *In.* RC cp.
- SALGADO, Plínio. [Carta] 5 jul. 1933, São Paulo [para] COUTO, R. *In.* RC cp.

SALGADO, Plínio. [Carta] 5 jun. 1930, Roma [para] COUTO, R. *In.* RC cp.

SALGADO, Plínio. [Carta] 7 jan. 1936, São Paulo [para] COUTO, R. *In.* RC cp.

SALGADO, Plínio. [Carta] 8 set. 1930, Paris [para] COUTO, R. *In.* RC cp.

SALGADO, Plínio. [Carta] 9 jul. 1930, Milão [para] COUTO, R. *In.* RC cp.

STORNI, Alfonsina. [Carta] 28 abr. 1925, Buenos Aires [para] COUTO, R. *In.* RC cp.

STORNI, Alfonsina. [Carta] s/d, Buenos Aires [para] COUTO, R. *In.* RC cp.

VIANNA, Hélio. [Carta] 30 jan. 1944, Rio de Janeiro [para] COUTO, R. *In.* RC cp.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/Rio de Janeiro)

COUTO, Ribeiro. [Carta] 30 set. 1937. Haia [para] MAGALHÃES, Agamenon. *In.* AGM 481 a, b, c.

COUTO, Ribeiro. [Carta] 5 mai. 1952, Belgrado [para]. VARGAS, Getúlio. *In.* GV c 1952.05.05/3.

ARANHA, Oswaldo. *Discurso no Clube Nacional de Imprensa em Washington*. 16 fev. 1939. *In.* AO pi 505 até 508 – 8.

ROWE, Willian L. S. [Carta] 2 jan. 1944, Washington. *In.* AO pi 165

ALMEIDA, Teodoro Figueira de. [Carta] 28 dez. 1947, s/l. [para]

ARANHA, Oswaldo. *In.* OA cp 1947.12.28 rolo 23 fot. 684.

“Impressões”. *Relatório de viagem, sem assinatura (...)*. *In.* LV PI S. Ass. 1943/1944.00.00

Referências e Fontes Bibliográficas

ABREU, Martha. *Histórias da Música Popular Brasileira, uma análise da produção sobre o período colonial*. *In.* JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Íris (Orgs.). *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. v. II, São Paulo: EDUSP; FAPESP; Imprensa Oficial; Hucitec; 2001, pp. 683-705.

ALMEIDA, Renato. *A formação moderna do Brasil*. Rio de Janeiro, Álvaro Pinto Editor, 1923.

- ALMEIDA, Renato. *História da Música Brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Comp., Editores, 1926.
- ALTAMIRANO, C. Idéias para um programa de história intelectual. *In. Tempo Social Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: USP, v.19, n. 1, jul.2007. p. 9-17.
- AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDRADE, Mario. O movimento modernista. *In. _____. Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1943.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência - o Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- ARIENTI, Douglas Pavoni. *A Manhã: aspectos e especificidades do porta-voz oficial do Estado Novo (1941 - 1945)*. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2011.
- ARIENTI, Douglas Pavoni; NEVES, Livia Lopes. *Pensamento Político e Trajetórias Intelectuais: quando literatura e política se afinam em uma publicação estadonovista*. *In. ANPUH – SC*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 19 a 22 de agosto de 2012.
- ARIENTI, Douglas; NEVES, Livia Lopes; PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. *En la margen del canón: los intelectuales del proyecto editorial estadonovista brasileño/À margem do cânone: os intelectuais do projeto editorial estadonovista brasileiro*. *In: I Congreso de Historia Intelectual de America Latina*. Medelín, 12 a 15 de setembro de 2012. (CDROM)
- ARINOS FILHO, Afonso; COUTO, Ribeiro; ARINOS, Afonso. *Ribeiro Couto Adeuses*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999.
- ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n 21, 1998.
- ARZÚ, Marta Casás. Prólogo. *In. DEVÉS-VALDÉS, Eduardo Redes intelectuales en America Latina: Hacia la constitución de una comunidad Intelectual*. Santiago de Chile: Instituto de Estudios Avanzados /Universidad Santiago de Chile, 2007, pp. 22- 28.
- As empresas incorporadas ao Patrimônio Nacional e sua legislação*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1952.
- BANDEIRA, Manuel. *Itinerário de pasárgada, de poetas e de poesia*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.

- BASTOS, Elide R.; RÊGO, Walquíria D. L. *Intelectuais e Política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Editora d'Água, 1999.
- BASTOS, Elide Rugai. A revista *Cultura Política* e a influência de Ortega y Gasset. In: _____; RIDENTI, Marcelo; Rolland, Denis (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003. pp. 146 – 171.
- BERABA, Ana Luiza. *América Aracnídea: Teias Culturais Interamericanas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BEZERRA, Elvia (Org.). *Três retratos de Manuel Bandeira*. (Coleção Austregésio de Athayde). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras 2004.
- BEZERRA, Elvia. Ribeiro Couto e o Homem Cordial. *Revista Brasileira*, nº 44. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005.
- BOAVENTURA, Maria Eugênia da Gama Alves. *Movimento brasileiro: contribuição ao estudo do modernismo*. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia. Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. S. Paulo: Editora da UNESP. 1997.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: _____. *A economia das trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BRAGA, Luiz Otávio Rendeiro C. Anos 30 e 40: A memória da música. In: _____. *A invenção da música popular brasileira: de 1930 ao final do Estado Novo*. Tese (Doutorado) Rio de Janeiro, UFRJ, 2002. pp. 179-297.
- CAMARGO, Maria Lúcia. *Revistas Literárias Contemporâneas*. In. LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, História e Literatura*. Rio de Janeiro: FCRB, 2008. pp. 255-277.
- CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na Era Vargas: Proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2006.
- CANDIDO, Antonio. Prefácio. In. MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pp. 71–75.

- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim; WEINSTEIN, Barbara; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"*. São Paulo (SP): Alfa-Omega, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2ª edição, 2009.
- CARVALHO, J. M. de. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In. *Topoi: Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 1, 2000. p. 123-152.
- CARVALHO, José Murilo de. Nação imaginária: memória, mitos e heróis. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, Fernando Vale. *Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América dos Sul*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.
- CASTRO, Marilda de Souza. Festa e La Cruz del Sur: memórias críticas e literárias em diálogo. Belo Horizonte: tese de doutorado, UFMG, 2007.
- CEZAR, Temístocles. *Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX: Ensaio de história intelectual*. In: Pesavento, Sandra Jatahy (org.). *História Cultural: experiência de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. pp. 173-208.
- CONTIER, Arnaldo Daraya. O nacional na música erudita brasileira: Mário de Andrade e a questão da identidade cultural. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*. Out/ Nov/ Dez, 2004. Vol. I, Ano I, nº 1, pp. 1 – 23.
- COSTA, Wilma Peres. Viajantes europeus e o escrever da nação brasileira. In.: DOYLE, Don e PAMPLONA, Marco (Orgs.). *Nacionalismo no Novo Mundo: A formação dos Estados-nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Record, 2008. pp. 299-327.
- COUTO, Ribeiro. *Barro do Município*. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1956.
- COUTO, Ribeiro. O problema da nacionalização. s/l, *Revista de Imigração e Colonização*, n. 1, ano 2, 1941. pp. 1 – 23. (Exemplar depositado na FCRB)
- CRESPO, Regina (org.). *Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales*. México: CIALC/Eón Editores, 2010.

- CRESPO, REGINA. Introducción. In. _____. *Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales*. México: CIALC/Eón Editores, 2010. pp. 9-34.
- DEVÉS-VALDÉS, Eduardo *Redes intelectuales en América Latina: Hacia la constitución de una comunidad Intelectual*. Santiago de Chile: Instituto de Estudios Avanzados /Universidad Santiago de Chile, 2007.
- DOMINGOS, Maria Helena. Revista *Amauta*: intelectuais, redes e militância política. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH, São Paulo: julho 2011.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.
- EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- ELLISON, Fred P. *Alfonso Reyes e o Brasil: um mexicano entre os cariocas*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- ENCICLOPEDIA da música brasileira: erudita, folclórica e popular. 2º vol. São Paulo: Art, 1977.
- FABRIS, Annateresa. *O futurismo paulista: hipóteses para o estudo da chegada da vanguarda ao Brasil*. São Paulo: Edusp; Fapesp; Editora Perspectiva, 1994.
- FARINACCIO, Pascoal. *Serafim no Front: O sentido revolucionário*. In: Serafim Ponte Grande e as dificuldades da crítica literária. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. pp. 65-104.
- FERES JÚNIOR, João. *A história do conceito de Latin America nos Estados Unidos*. Bauru: EDUSC, 2005.
- FERRARI, Marcela. Prosopografia e historia política: Algumas aproximaciones. *Antíteses*, Londrina, v. 3, n. 5, jan. – jun. 2010, pp. 529 – 550.
- FONSECA; MAIO. Miguel Ozório de Almeida e o projeto de uma 'história científica e cultural da humanidade'. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.11, n.2, mai.- ago. 2004.
- FRAIZ, Priscisla. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, 1998.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A escalada*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella. *Prezado senhor, prezada senhora – estudo sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Vargas*. São Paulo: Símbolo, 1977.
- GARCIA, Maria Madalena Arruda de Moura Machado. Os Documentos Pessoais no Espaço Público. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, n. 21, 1998, p. 175 - 187
- GARCIA, Néelson Jahr. *Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política*. São Paulo: Edições Loyola, 1982.
- GERTZ, René Ernaini. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GIUNTA, Andrea. Misión Imposible: Nelson Rockefeller y la cruzada Del internacionalismo artístico. In. SALVATORE, Ricardo (org.). *Culturas imperiales: experiencia y representación en América, Asia y Africa*. Rosario: Beatriz Viterbo, 2005. pp. 184-211.
- GOMES, Angela de Castro (org.). Escrita de Si, Escrita da História: a título de prólogo. In. Escrita de Si, Escrita da História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. pp. 7-24.
- GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 43-63.
- GOMES, Angela de Castro. Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. In. _____. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio... Modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.
- GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GOMES, Angela de Castro. Nas Malhas do Feitiço: o Historiador e os Encantos dos Arquivos Privados. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, n. 21, 1998, p. 121 – 127.
- GONTIJO, Rebeca. “Paulo Amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In. GOMES, Angela de Castro (org.). Escrita de Si, Escrita da História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. pp. 163-193.
- GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.).

- Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In.: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Culturas políticas: Ensaios de história política e ensino de história.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GONTIJO, Rebecca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador.* Niterói: UFF. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social, 2006.
- GOTLIB, Nádia Battella. Em Nápoles: “O Mediterrâneo é azul, azul”. In. Clarice Fotobiografia. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- ALMEIDA, Renato. Graça Aranha: trechos escolhidos. Rio de Janeiro: Agir, 1958, pp. 169-220.
- GOULART, Silvana. *Sob a Verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo.* São Paulo: Marco Zero, 1990.
- GUIMARÃES FILHO, ALPHONSUS de. Evocação de Ribeiro Couto. Revista Brasileira de Cultura. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura. n° 17, jul/set, 1973.
- GUIMARÃES, Júlio Castañon. *Distribuição de papéis: Murilo Mendes escreve a Carlos Drummond de Andrade e a Lúcio Cardoso.* Papéis Avulsos, Fundação Casa de Rui Barbosa - Ministério da Cultura- Rio de Janeiro, 1996.
- GUIMARÃES, Julio Castañon. *Distribuição de papéis: Murilo Mendes escreve a Carlos Drummond de Andrade e a Lúcio Cardoso.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1996, p. 9.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Os arquivos em questão: novas abordagens, antigas tradições. In. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro.* Rio de Janeiro: Contra capa/Faperj, 2012. pp. 23 – 85.
- HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. In. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 45, n. 2., jul./dez. 2009, pp. 40 – 57.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Considerações sobre o americanismo. In. _____. *Cobra de Vidro.* 2ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978. pp. 23-27.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O lado oposto e os outros lados. In. _____. *O espírito e a letra: estudos de crítica literária I, 1920-1947.* São Paulo (SP): Companhia das Letras, 1996. pp. 224-228.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. The Reader's Digest: Uma voz da América. In. _____. *Ao Sul do Rio Grande. Imaginando a América Latina em*

- Seleções. Oeste, Wilderness e Fronteira (1942-1970). 1ª. ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2000. pp. 21 – 51.
- KARNAL, Leandro. *O Brasil e a América Latina denegada*. Porto Alegre: Ciências e Letras, n. 28, julh/dez. 2000.
- KRAAY, Hendrik. Nação, estado e política popular no Rio de Janeiro: rituais cívicos depois da Independência. In: DOYLE, Don e PAMPLONA, Marco (Orgs.). *Nacionalismo no Novo Mundo: A formação dos Estados-nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Record, 2008. pp. 329-354.
- LAVALLE, Adrián Gurza. *As armadilhas da identidade nacional*. In: Vida pública e identidade nacional: leituras brasileiras. São Paulo: Editora Globo, 2004. pp. 63-96.
- LEENHARDT, Jacques. Frente ao presente do passado: as raízes portuguesas do Brasil. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um historiador nas fronteiras: O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. pp. 81-106.
- LEMOS, Clarice Caldini. *Os bastiões da nacionalidade: nação e nacionalismo nas obras de Elyσιο de Carvalho*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2010.
- LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986.
- LIMA, Rossini Tavares de. Um pouco da vida e da obra de Renato Almeida. In: *Estudos e ensaios folclóricos em homenagem a Renato Almeida*. Ministério das Relações Exteriores, Seção de Publicações. 1960. pp. 9-22.
- LINS, Vera. *Ribeiro Couto, uma questão de olhar*. Fundação Casa de Rui Barbosa- Ministério da Cultura- Rio de Janeiro, 1997.
- LINS, Vera. Em revistas, o simbolismo e a virada do século. In: OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera. *O Moderno em Revistas: Representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: GARAMOND, 2010. pp. 15-42.
- LUCA, Tânia Regina de Luca. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo; Contexto, 2005. pp. 111-153.
- LUCA, Tânia Regina de. Periodismo Cultural: a trajetória da revista do Brasil. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas, SP: Mercado de Letras,

- Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2005. pp. 293-312.
- LUCA, Tânia Regina de. Um repertório do Brasil: tradição e inovação na Revista Nova. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 97-107, jul.-dez. 2006.
- LUSTOSA, Isabel. *A descoberta da América: o lugar dos Estados Unidos no modernismo brasileiro*. Papéis Avulsos, 21, Fundação Casa de Rui Barbosa - Ministério da Cultura- Rio de Janeiro, 1995.
- MARIZ, Vasco (Coord.); TEIXEIRA, Milton (org.). *Ribeiro Couto, 30 anos de saudade*. Santos: Editora da Uniceb, 1994.
- MARIZ, Vasco (org.). *Ribeiro Couto: no seu centenário*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998.
- MARIZ, Vasco. *Três musicólogos brasileiros*: Mário de Andrade, Renato Almeida, Luiz Heitor Correa de Azevedo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Pró-Memória Instituto Nacional do Livro. 1983.
- MARTINS, Ana Luiza. Revista na Emergência da Grande Imprensa: Entre Práticas e Representações (1890 – 1930). In: ABREU, Márcia e SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras, 2005. pp. 247-256.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, São Paulo (1890 – 1922). São Paulo: Edusp, 2001.
- MARTINS, Marcelo Adriano. Modernismo musical brasileiro: uma análise das propostas de Mário de Andrade e Renato Almeida. Curitiba/PR: XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 26 a 29 de julho de 2011.
- MAUL, Carlos. *As Fontes Brasileiras do Pan-Americanismo*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1941.
- MEDINA, Mario Olivo. En torno a la historia de Repertorio Americano. In: CRESPO, REGINA. *Revistas em América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales*. México: CIALC/Eón Editores, 2010. pp. p. 63-87.
- MELLO, Arnaldo Vieira de. *Bolívar, o Brasil e os nossos vizinhos do Prata*. Rio de Janeiro, 1963.
- MICELI, Sergio. Intelectuais e a classe dirigente do Brasil (1920-1945). In: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pp. 69-140.
- MICELI, Sergio. Para uma história social da falsa vanguarda. In: PRADO, Antonio Arnoni. *Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana de 22 e o Integralismo*. São Paulo: Editora 34, 2010. pp. 9-13.

- MINELLA, Jorge. Pan-americanismo e Estado Novo: reflexões conceituais. *História: Debates e Tendências*, v. 12, n. 1, jan./jun. 2012, p. 22-37.
- MONTEIRO, Pedro Meira (org.). *Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: correspondência*. São Paulo: Companhia das Letras; Edusp; IEB, 2012.
- MORAES, E. J. de. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MORAES, Marcos Antônio de (Org.). *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. São Paulo: Edusp/IEB, 2000.
- MOREIRA, Luiza Franco. Frente Conjatural: escritores brasileiros de izquierda y el Estado Novo. *Revista de Indias*, 2010, v. LXX, n. 249. pp. 189 – 214.
- MOREIRA, Luiza Franco. Meninos, Poetas e Heróis - Aspectos de Cassiano Ricardo do. *Modernismo ao Estado Novo*. São Paulo, Edusp, 2001.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência*. A política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.
- NEDEL, Letícia Borges. *Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005 (tese de doutorado).
- NEVES, Livia Lopes; PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. *Pensamento da América: campo intelectual, ideias e dilemas de um suplemento cultural*. *Revista Eletrônica ANPHLAC*, São Paulo, n. 12, jan.-jul. 2012, pp. 280-305.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dez.1993.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A construção do herói no imaginário brasileiro de ontem e de hoje. In. Pesavento, Sandra Jatahy (org.). *História Cultural: experiência de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. pp. 65-81.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: Representações da identidade nacional no Brasil e nos Estado Unidos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. Vargas e os intelectuais. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. s.d. (mimeo)
- PAULILLO, Maria Célia Rua de Almeida. A renovação penumbriada. In. _____. *Tradição e modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928)*. São Paulo: Annablume, Fapesp, Unifício, 2002.
- PERES, Elena Pájaro. “Proverbial Hospitalidade”? A Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 10, nº 2, jul/dez 1997. pp. 85-98.

- PIAZZA, M. F. F.; NEVES, Livia L. *Bolívar entre textos e imagens no suplemento Pensamento da America: mito, profeta ou herói?* In: Associação de Historiadores Latinoamericanos y del Caribe (ADHILAC), Santa Marta, Colômbia, mai. 2010.
- PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. *À margem do circuito artístico latino-americano: uma reflexão sobre o nacionalismo no campo intelectual*. In: XXVI Simpósio Nacional de História/ANPUH, São Paulo, 2011.
- PICOLI, Fabiola. *Terra roxa e outras terras: modernismo e paulistanidade*. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1997.
- PIOVESAN, Greyce Kelly. *Prezado doutor, querido amigo, caro memorialista: A sociabilidade intelectual nas cartas para Pedro Nava*. Florianópolis. Dissertação de mestrado, PPGH – UFSC, 2009.
- PLUET-DESPATIN, Jacqueline. Une contribution à l'Histoire des intellectuels: les revues. In: RACINE, Nicole; TREBITSCH, Michel (Orgs.). *Sociabilités intellectuelles: lieux, milieux, réseaux*. Paris: IHTP/CNRS, 1992, pp. 125-136.
- PRADO, Antonio Arnoni. *Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana de 22 e o Integralismo*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: Ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo, 1928.
- PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- RAMOS, Carolina. *Ribeiro Couto: Vida e obra*. São Paulo: Comtextos, 1989.
- RÉ, F. M. Estados Unidos e América Hispânica: espelhos para uma jovem república. *Leviathan: Cadernos de Pesquisa Política*, n. 3, 2011. p. 222-271.
- REINATO, Eduardo José. *El Quijote de los Andes: e o imaginário da independência na América (1810-1830)*. Goiânia: UCG, 2005.
- Revista do Brasil*. Número especial dedicado a Sergio Buarque de Holanda. Ano 3, n. 6, 1987.
- RIBEIRO, Edgard Telles. Interligações com a política externa. In: *Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. pp. 33-43
- RIBEIRO, Laura Maria de Abreu Daniel. *Revista Acadêmica (1933 – 1948) e Arte Moderna Brasileira nas décadas de 1930 – 1940*. Dissertação de mestrado, UFRJ, 1989.

- RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.
- RICARDO, Cassiano. O homem cordial. In. _____. *O homem cordial e outros pequenos estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1959. pp. 7-46.
- RICARDO, Cassiano. *Viagem no tempo e no espaço*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.
- RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896 – 1913)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- ROLLAND, Denis. O estatuto da cultura no Brasil do Estado Novo: entre o controle das culturas nacionais e a instrumentalização das culturas estrangeiras. In. BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; Rolland, Denis (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 86-111.
- SAID, Edward W. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SALVATORE, Ricardo. Panamericanismo práctico: Acerca de la mecánica de la penetración comercial norteamericana. In. SALVATORE, R (org.). *Culturas Imperiales: Experiencia y representación en América, Asia y Africa*. Rosario: Beatriz Viterbo, 2005. pp. 269-300.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Prólogo. In. DEVÉS-VALDÉS, Eduardo *Redes intelectuales en America Latina: Hacia la constitución de una comunidad Intelectual*. Santiago de Chile: Instituto de Estudios Avanzados /Universidad Santiago de Chile, 2007, pp. 18- 19.
- SANTIAGO, Silviano. O intelectual modernista revisitado. In. _____. *Nas malhas da letra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002. pp. 193-205.
- SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo Brasileiro e Modernismo Português*. Subsídios para seu estudo e para a história das suas relações. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* 3ª ed. Tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Ática, 2004. p. 55-124.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Academia no paralelo. In. EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Estado sem nação: a criação de uma memória oficial no Brasil do segundo Reinado. In. NOVAES, Adauto (Org.). *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 349-394.

- SCHWARTZMAN Simon; BOMENY, Helena Maria; COSTA, Vanda Maria. *Tempos de Capanema*. São Paulo Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.
- SILVA. Diego Barbosa da. Ortografia unificada: arena de disputas entre Portugal e Brasil. *Palimpsesto*. nº 13, Ano 10, 2011, pp. 1- 35.
- SIRINELLI, Jean François. A Geração. In. FERREIRA, Marieta e AMADO, Janína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, pp. 131-137.
- SIRINELLI, Jean-François. Enjeux le Hasard ou la Necessite? Une histoire en Chantier: l'histoire des intellectuels. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, v. 9, nº 9, 1986, pp. 97 – 108.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In. RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/Editora FGV, 1996. pp. 231-269
- SOBRINHO J. F Velho. *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, v. 2, 1940.
- SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: José Olympio de a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Edusp; Com-arte, 2010.
- SOUTO, Cristina; HOLANDA, Fernanda Buarque de. *O sonho da pátria americana*. Revista Eclética, jul/dez 2000.
- SOUZA, Letícia Pumar Alves de. Por uma ciência universal a atuação de intelectuais brasileiros no projeto de cooperação intelectual da Liga das Nações (décadas de 1920 a 1940). In. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.
- TEIXEIRA, Milton. *Ribeiro Couto ainda ausente*. São Paulo: Editora do Editor, 1982.
- TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2000.
- VELLOSO, Monica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. In. OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera. *O Moderno em Revistas*. Rio de Janeiro: GARAMOND, 2010. pp. 43-110.
- VELLOSO, Monica Pimenta. *O Mito da originalidade brasileira: A trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo)*. Dissertação (Mestrado), Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1983.
- VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In. FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano 2: o tempo do nacional-estadismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 145-180.

- VENANCIO, Gisele Martins. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna*. Rio de Janeiro: IFCS – UFRJ (tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social), 2003.
- VENANCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história. In: _____. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- VENÂNCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história. In: _____. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- VIKTOR, Tiago Alexandre. *O debate sobre a identidade nacional brasileira em Terra de Sol: Revista de Arte e Pensamento (1924-1925)*. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2011.
- VOLPE, Maria Alice. A teoria da obnubilação brasílica na História da Música Brasileira: Renato Almeida e “A sinfonia da Terra”. *Música em perspectiva*. v. 1. n. 1, mar 2008, p. 58 – 71.
- WERNECK SODRÉ, Nelson. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- ZANOTTO, Giselle. *História dos intelectuais e história intelectual: contribuições da historiografia francesa*. Rio Grande: Biblos, 22(1): 31-45, 2008.

Referências Eletrônicas

- ALENCAR, José Almino de. *Fui poeta menor, perdoai!* Rio de Janeiro: FCRB, s/d. Disponível em:
http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_JoseAlminoAlencar_Fui_poeta_menor_perdoai.pdf
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Um poeta novo. In. *O Dia* (RJ) em 25 set. 1921. Disponível em:
http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/literatura/ribeiro_couto/te xtos_sobre_Andrade.html. Acesso em 29 de setembro de 2012.
- A Noite*, 1º set. 1961, p. 8. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_06&pag fis=2539&pesq=ribeiro+couto+poeta+de+duas+pp%C3%A1trias. Acesso em: 29 de setembro de 2012.
- Biografia Ribeiro Couto. Disponível em:
http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/literatura/ribeiro_couto/b iografia.htm. Acesso em 20 ago. 2011
- CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. Topoi, Rio de Janeiro, nº 1, pp. 123-152.

Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi1a3r.pdf>. Acesso em 19/07/10.

CRUZ, Henrique de Vasconcelos. Era uma vez, há 60 anos atrás... O Brasil e a criação do Conselho Internacional de Museus, 2008.

Disponível em: <http://ebookbrowse.com/monografia-era-uma-vez-h%C3%A1-60-anos-atr%C3%A1s-pdf-d80345242>. Acesso em 16 de maio de 2012.

DEL PINO, Rafael. Mathilde Pomès, fervor em una española de instinto. *La opinión de Granada*. 30 set. 2007, p. 50. Disponível em http://www.manueldefalla.com/noticias_falla_pdf/152.-%2030-09-2007.pdf. Acesso em 27 jan. 2013.

FRADE, Cáscia. Folclore/Cultura popular: Aspectos de sua História. 8º *Encontro com o Folclore/Cultura Popular*. Espaço Cultural Casa do Lago/UNICAMP, 2003. Disponível em

http://www.unicamp.br/folclore/Material/extra_aspectos.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2012.

Plínio Salgado. Disponível em:

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/plinio_salgado. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

PRADO, Maria L. Coelho. O Brasil e a Distante América do Sul.

Revista de História, n. 145, São Paulo, 2001. Disponível em <http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/vrp/prado.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2010.

REDAÇÃO *A Noite*. Ribeiro Couto Poeta de Duas Pátrias. *Jornal A Noite*, 1º set. 1961. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_06&pagfis=2539&pesq=ribeiro+couto+poeta+de+duas+p%C3%A1trias. Acesso em 10 de setembro de 2012.

VARGAS, Getúlio. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, 1943. Disponível em

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=585&sid=335>. Acesso em 12 de setembro de 2012.